10

Coleção 1001
Questões do Ponto (e-books)

1001

Questões Comentadas

Direito Internacional Público
CESPE

Igor Rodrigues e
Camila Vicenci

APRESENTAÇÃO

Estudar com o objetivo de lograr aprovação em um concurso público é uma tarefa complicada. A informação não pode ser apreendida da mesma forma que nos é passada na faculdade, uma vez que o conteúdo é cobrado de maneira distinta.

Ao se preparar para um certame, o candidato deve não só compreender a matéria e sua lógica inerente, mas também reter detalhes que, ordinariamente, não precisariam ser memorizados (já que o *vade mecum* sempre está à mão na vida profissional).

Além disso, o concurseiro precisa aprender a identificar as famosas "pegadinhas" e a determinar qual o ponto relevante de cada questão, evitando, assim, que aspectos diversos acabem por levar a uma resposta errada.

Nesse contexto, a presente obra tem como missão não apenas ensinar o conteúdo de Direito Internacional Público efetivamente cobrado nos concursos públicos, mas também propiciar ao leitor um treino eficaz para aprimorar as habilidades cobradas nos mais diversos certames.

SOBRE OS AUTORES

Igor Fonseca Rodrigues é Procurador Federal, mestrando em Direito – Linha Fundamentos da Integração Jurídica – pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e editor do site jurídico Pensando Direito <www.pensandodireito.net>. Iniciou na carreira pública como Técnico Judiciário Federal em 2004, tendo, desde então, logrado aprovação em diversos concursos jurídicos de nível superior.

Camila Vicenci Fernandes é mestra em Direito - Linha Fundamentos da Integração Jurídica - pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e doutoranda em Direito na mesma instituição, além de ser aluna do "International PhD Program in Law and Society" da Universidade de Milão, na Itália. Possui trabalhos publicados nas áreas de Direito Internacional, Direito Comunitário e da Integração, Direito Comparado e Sociologia do Direito, entre outros.

CONTEÚDO DO MATERIAL:

Capítulo 1 – A Sociedade Internacional e os Fundamentos do Direito Internacional Público

1. (CESPE / Advogado - OAB / 2009.3) A soberania é o atributo estatal que assegura a igualdade entre os países, independentemente de sua dimensão ou importância econômica mundial.

2. (CESPE / Advogado - OAB / 2009.3) A soberania é o atributo que impede um Estado impor-se sobre outro.

3. (CESPE / Advogado - OAB / 2009.3) A Organização das Nações Unidas pode dominar a legislação dos Estados participantes.

4. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - Senado Federal / 2002) Em relação à sua denominação, pode-se afirmar que a expressão direito transnacional, embora mais ampla que a denominação direito internacional público, já consagrada, tem como mérito a superação da dicotomia entre direito público e direito privado.

5. (CESPE / Advogado - OAB / 2009.3) No âmbito do direito internacional, a soberania, importante característica do palco internacional, significa a possibilidade de celebração de tratados sobre direitos humanos com o consentimento do Tribunal Penal Permanente.

6. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2006) Somente a aquiescência de um Estado soberano convalida a autoridade de um foro judiciário ou arbitral, já que o mesmo não é originalmente jurisdicionável perante nenhuma corte quanto a seus atos de império.

7. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - Senado Federal / 2002) O direito civil influenciou em grande medida a formação de institutos do direito internacional público.

8. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - Senado Federal / 2002) Duas doutrinas principais fundamentam o direito internacional público: a voluntarista e a objetivista. A primeira sustenta que é na vontade dos Estados que está o fundamento do direito das gentes; nela se inseriria a teoria dos direitos fundamentais. A segunda, por sua vez, sustenta o fundamento do direito internacional na pressuposta existência de uma norma ou princípio acima dos Estados, como, por exemplo, a teoria do consentimento.

9. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - Senado Federal / 2002) As relações jurídicas entre os Estados, no contexto de uma sociedade jurídica internacional descentralizada, desenvolvem-se de forma horizontal e coordenada.

10. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - Senado Federal / 2002) Uma organização internacional, do mesmo modo que um Estado soberano, não pode intervir nos assuntos internos ou nos negócios externos de um outro Estado soberano.

11. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - Senado Federal / 2002) Considere, por hipótese, que o Estado G, prevendo o avanço da indústria bélica do Estado fronteiriço V, passou a considerá-lo uma futura ameaça à sua segurança. Nessa hipótese, o Estado G poderá intervir legitimamente no Estado V.

12. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - Senado Federal / 2002) À luz do direito internacional contemporâneo, as intervenções humanitárias devem ser efetivadas por organizações internacionais nas quais todos os Estados envolvidos sejam membros, como, por exemplo, a ONU ou a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

13. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - Senado Federal / 2002) A intervenção diplomática pode ser efetivada, legitimamente, pela adoção de restrições econômicas e comerciais.

14. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - Senado Federal / 2002) A imposição da vontade exclusiva do Estado que a pratica, a existência de dois ou mais Estados soberanos e a atuação abusiva são elementos característicos da intervenção, tal como foi desenvolvida pela política norte-americana, fundamentada no *Roosevelt Corollary to the Monroe Doctrine*.

15. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2007) Segundo a Constituição de 1988, a República Federativa do Brasil deve buscar a integração dos povos da América Latina, com vistas à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

16. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) Supondo que um país vizinho da América do Sul decretasse a prisão de um ex-presidente ditador, após o devido processo legal, e os EUA diplomaticamente condenassem essa decisão por simpatizarem com o ex-dirigente, o Brasil deveria respeitar a decisão do país sul-americano, tendo em vista o princípio da independência nacional e da igualdade entre os Estados.

17. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) No âmbito do direito internacional, cada vez mais são debatidos temas ligados ao domínio público internacional, conjunto de espaços cujo uso interessa a mais de um Estado ou à sociedade internacional como um todo. Nesse sentido, não é tema de domínio público internacional a Sibéria.

18. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) O Poder Legislativo controla a política externa, mas não pode impedir a efetividade de decisão presidencial.

19. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) O direito de legação é exercido com exclusividade pelo presidente da República.

20. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) Por força constitucional, no Brasil é proibida a ingerência em assuntos internos de outros países, salvo em relação a questões que se desenrolem no âmbito do MERCOSUL.

21. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) É princípio da política externa brasileira, no plano internacional, o reconhecimento da igualdade das nações e o direito à autrminação dos povos.

22. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) A sujeição ao direito internacional e às obrigações legalmente assumidas só será considerada mediante reciprocidade.

23. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) O repúdio ao racismo, embora tutelado penalmente, não configura princípio da atuação do Brasil em suas relações internacionais.

24. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) As obrigações internacionais pressupõem a manifestação dos Estados soberanos conforme o brocardo jurídico *pacta sunt servanda*.

25. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) Ninguém é obrigado a prometer, mas quem promete é obrigado a cumprir.

26. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) Notável exceção ao princípio da igualdade das nações se verifica no poder de veto do qual dispõem todos os membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sem qualquer distinção.

27. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2006) O princípio *pacta sunt servanda*, segundo o qual o que foi pactuado deve ser cumprido, externaliza um modelo de norma fundada no consentimento criativo, ou seja, um conjunto de regras das quais a comunidade internacional não pode prescindir.

28. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) A manifestação de vontade estatal pode ocorrer de forma tácita ou de forma expressa.

29. (CESPE / Procurador Federal - AGU / 2007) As forças da Polícia Militar de Minas Gerais, com o objetivo de ampliar o território mineiro, invadiram parte do estado do Rio de Janeiro, entrando em choque com a polícia militar fluminense. Nessa situação, como o conflito se dá entre dois estados brasileiros, deve-se aplicar o direito internacional, mais especificamente as normas previstas na Convenção de Genebra de 1949, por ser o Brasil dela signatário.

30. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) O aforismo *par in parem non habet judicium* dá fundamento à norma de direito internacional que dispõe acerca de imunidade de jurisdição estatal.

31. (CESPE / Advogado - OAB / 2009.2) Em Direito Internacional Público há cortes judiciais com jurisdição transnacional.

32. (CESPE / Advogado - OAB / 2009.2) Há um governo central, que possui soberania sobre todas as nações.

33. (CESPE / Advogado - OAB / 2009.2) Há uma norma suprema de Direito Internacional Público, de forma idêntica como ocorre no direito interno.

34. (CESPE / Advogado - OAB / 2009.2) Há órgão central legislativo para todo o planeta, ao qual incumbe a atribuição de criar tratados internacionais.

35. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2006) São características do monismo o culto à constituição e a crença de que em seu texto encontra-se a diversidade das fontes de produção das normas jurídicas internacionais condicionadas pelos limites de validade impostos pelo direito das gentes.

36. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2006) No que tange às relações entre o direito internacional e o direito interno, percebem-se duas orientações divergentes quanto aos doutrinadores que defendem o dualismo: uma que sustenta a

unicidade da ordem jurídica sob o primado do direito internacional e outra que prega o primado do direito nacional de cada Estado soberano que detém a faculdade discricionária de adotar ou não os preceitos do direito internacional.

37. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) O STF, ao julgar a aplicabilidade de tratados celebrados pelo Brasil no âmbito do MERCOSUL, decidiu pela inconstitucionalidade da recepção plena e automática das normas de direito internacional, mesmo daquelas que, elaboradas no contexto da integração regional, representam a expressão de um direito comunitário. Segundo o entendimento exposto na decisão, é necessário que a norma internacional seja transposta para a ordem jurídica nacional de acordo com os instrumentos constitucionais que consagram a sua recepção. A decisão do STF acima mencionada consagra o monismo nacionalista.

38. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) O STF apregoa o primado do direito internacional em face do ordenamento nacional brasileiro.

Gabarito

1	C	11	E	21	C	31	C
2	**C**	**12**	**E**	**22**	**E**	**32**	**E**
3	E	13	E	23	E	33	E
4	**C**	**14**	**C**	**24**	**C**	**34**	**E**
5	E	15	C	25	C	35	E
6	**C**	**16**	**C**	**26**	**E**	**36**	**E**
7	C	17	C	27	E	37	C
8	**E**	**18**	**E**	**28**	**C**	**38**	**E**
9	C	19	C	29	E		
10	**E**	**20**	**E**	**30**	**C**		

Comentários – Capítulo 1

1. Correto. O Direito Internacional Público tem como um de seus pilares a igualdade formal entre os Estados, independentemente

de qualquer aspecto fático ou econômico, tais como extensão do território, tamanho da população ou renda.

2. Correto. Partindo do pressuposto da igualdade entre os Estados, o Direito Internacional Público reconhece aos Estados a soberania sobre seus assuntos internos, não sendo dado a qualquer outro imiscuir-se nesse tema.

3. Errado. É princípio basilar do Direito Internacional Público a soberania do Estado, de tal sorte que, à exceção daquelas hipóteses em que previamente houver concordância estatal, tal como ocorre com algumas matérias no âmbito da União Europeia, o Estado preserva sua plena capacidade legislativa, a qual não pode ser suplantada por uma organização internacional.

4. Correto. Criada por Jessup, a expressão “direito transnacional” supera a dicotomia entre os termos direito internacional público e direito internacional privado. O surgimento da expressão “direito internacional” se dá com Bentham, em 1780, entretanto, muitos autores ainda utilizam a designação “direito das gentes” ou *ius gentium* para se referir ao direito internacional público.

5. Errado. A soberania é o atributo dos Estados que lhes confere o poder exclusivo sobre seus assuntos internos, sendo vedada a intervenção de qualquer terceiro Estado.

6. Correto. Decorre da igualdade entre os Estados a Soberania e a inexistência de jurisdição de um Estado sobre outro, salvo quando este voluntariamente manifeste sua concordância com a sujeição da demanda às Cortes Nacionais daquele. A exceção a essa regra reside nos atos de mera gestão, aqueles nos quais o Estado age como um particular qualquer, sujeitando-se, assim, à jurisdição do Estado em que tais atos foram praticados.

7. Correto. O Direito Internacional Público compartilha uma similaridade essencial com o Direito Civil: a existência originária de igualdade entre as partes. Disso decorreu, em sua formação, a absorção de vários conceitos já presentes na doutrina civilista, especialmente no que diz com os aspectos do Direito Civil mais voltados à relação entre os indivíduos, sendo o melhor exemplo o princípio *pacta sunt servanda*, que norteia ambos os ramos do Direito.

8. Errado. A teoria voluntarista ou contratualista afirma que o fundamento do direito internacional reside na vontade dos Estados, ou seja, só o seu consentimento teria o condão de criar normas internacionais. Já a teoria objetiva busca o fundamento

de validade do direito internacional em uma norma superior aos Estados, inserindo-se aí a teoria dos direitos fundamentais.

9. Correto. É imanente ao Direito Internacional Público a inexistência de um governo central ou de qualquer órgão que possa submeter os Estados a sua produção legislativa. Dessa forma, a produção de normas jurídicas se dá através da coordenação de esforços e vontades estatais.

10. Errado. A organização internacional é uma associação de Estados que é estabelecida através de tratado e que possui personalidade jurídica própria e distinta dos Estados membros, sendo a sua competência adstrita aos limites estabelecidos pelos Estados em seu tratado fundacional. Assim, é possível que a organização intervenha em um Estado caso tal competência lhe tenha sido atribuída.

11. Errado. A legítima defesa, como meio lícito de uso da força, previsto no art. 51 da Carta da ONU, só se configura diante de um efetivo ataque armado. O mero avanço da indústria bélica de um Estado não basta para configurar esse instituto jurídico.

12. Errado. A intervenção para a proteção dos direitos humanos deverá ser praticada por organização internacional (Nações Unidas) de qual todos os países envolvidos sejam membros e que tenham aceitado a referida medida.

13. Errado. A intervenção diplomática é meio pacífico de solução de controvérsias, que pode se dar através de negociações diretas, sistema de consultas, bons ofícios, conciliação, mediação ou inquérito. Já as restrições econômicas e comerciais constituem meio coercitivo de solução de controvérsias internacionais.

14. Correto. O *Roosevelt Corollary to the Monroe Doctrine* significou uma deturpação da doutrina Monroe realizada pelo então presidente americano Theodore Roosevelt, buscando transformá-la em instrumento da política imperialista de seu país no continente ("*big stick*"), sob a justificativa de que os EUA possuíam a prerrogativa de intervir em um país sempre que, em razão de uma ruptura da ordem, cidadãos americanos e suas propriedades pudessem ser ameaçados.

15. Correto. Trata-se de determinação constante no parágrafo único do art. 4° da Constituição Federal. Importante observar que a Constituição fala em integração "econômica, política, social e cultural", não se limitando, pois, ao âmbito da integração econômica.

16. Correto. A igualdade entre os Estados traz como corolário o dever de não-intervenção da comunidade internacional nos assuntos restritos ao âmbito nacional.

17. Correto. Domínio público, em Direito Internacional Público, costuma representar aquelas áreas sobre as quais não se admite a anexação por um Estado específico, sendo exemplo disso a Lua e demais corpos celestes, bem como o solo dos oceanos. A Sibéria, por sua vez, é parte integrante da Rússia, não se admitindo intervenção da comunidade internacional.

18. Errado. De acordo com o sistema brasileiro, a vontade da República Federativa do Brasil é formada através da junção da vontade do Presidente da República e do Poder Legislativo. Com efeito, após a assinatura de um tratado internacional (que é feita pelo Executivo), este deve ser submetido ao Legislativo, o qual, em concordando com o tratado, expedirá decreto legislativo nesse sentido. Apenas com essa confirmação poderá o Poder Executivo ratificar o tratado no plano internacional. Dessa forma, o Poder Legislativo é dotado de mecanismos aptos a impedir a efetividade de decisão presidencial.

19. Correto. Nos termos do artigo 84, VII da Constituição Federal, o direito de legação, que é o poder de enviar e receber representantes diplomáticos, é exercido privativamente pelo Presidente da República.

20. Errado. O artigo 4° da Constituição, que dispõe acerca dos princípios norteadores das relações internacionais do Brasil, defende a autrminação dos povos, a não-intervenção e a igualdade entre os Estados, não excetuando a aplicação desses princípios para o Mercosul.

21. Correto. O artigo 4° da Constituição Federal insere a igualdade entre os Estados e a autrminação dos povos como princípio básico da atuação internacional do Brasil.

22. Errado. Apesar de em algumas hipóteses o Direito Internacional Público tratar da reciprocidade como condição para a obrigatoriedade de atuação do Estado, não se trata de regra geral. Em DIP, o princípio básico é o *pacta sunt servanda*, ou seja, os sujeitos são obrigados a cumprir aquilo com o qual se comprometeram.

23. Errado. O artigo 4°, inciso VIII, da Constituição Federal, especificamente aduz que em suas relações internacionais, o Brasil se pautará pelo repúdio ao racismo e ao terrorismo.

24. Correto. Considerando que o Direito Internacional Público não prevê a existência de um poder superior aos Estados, estes somente são obrigados juridicamente naquilo em que se comprometeram.

25. Correto. Trata-se do princípio *pacta sunt servanda*, que aduz que os pactos são vinculantes e, assim, obrigatórios.

26. Errado. No Conselho de Segurança da ONU, apenas os membros permanentes (China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia) detêm poder de veto.

27. Errado. A questão, no caso em comento, confunde **consentimento perceptivo** e **consentimento criativo**. Este último refere-se a normas das quais a Comunidade Internacional poderia prescindir, que se desenvolveram de determinada maneira, mas que poderiam ter tomado caminho diverso. Já as normas fundadas no consentimento perceptivo são aquelas imprescindíveis à Sociedade Internacional, como, por exemplo, o princípio *pacta sunt servanda*, já que não é concebível uma sociedade na qual seus agentes não sejam obrigados a cumprir aquilo a que livremente se comprometeram.

28. Correto. Exemplo comum disso é o reconhecimento de um Estado por outro, que pode se dar por uma declaração formal e expressa, ou simplesmente pela realização de atos que pressupõem o reconhecimento, como o estabelecimento de relações diplomáticas.

29. Errado. A Convenção de Genebra é aplicável a conflitos internacionais, ou seja, em que estejam envolvidos mais de um Estado nacional. No exemplo apresentado pela questão, trata-se de um conflito interno, o que afasta a aplicação da Convenção de Genebra.

30. Correto. O aforismo *par in parem non habet judicium* determina que entre partes iguais não pode haver jurisdição, ou seja, uma não pode impor sua vontade soberana a outra. Por força disso, desenvolveu-se a doutrina da imunidade de jurisdição estatal.

31. Correto. Atualmente, há várias cortes judiciais com jurisdição transnacional, criadas no âmbito de organizações internacionais e com competências específicas. Podem ser citados, como exemplos, a Corte Internacional de Justiça, o Tribunal Penal Internacional e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

32. Errado. Um dos pilares do Direito Internacional Público é a igualdade entre as Nações, cada qual soberana no que diz com

suas questões internas e sem nenhuma com poder sobre as demais.

33. Errado. Por conta da inexistência de um Estado com soberania sobre os demais, é impossível, em Direito Internacional Público, falar de uma norma suprema, a qual todos os demais devam se submeter.

34. Errado. A igualdade entre os Estados soberanos impede a existência de um órgão superior que possa criar tratados internacionais. Estes, em verdade, são criados caso a caso pela vontade conjunta dos Estados envolvidos.

35. Errado. Considerando que na Comunidade Internacional não existe Estado que se sobreponha a outro, sendo todos iguais em direitos e prerrogativas, não há falar também na existência de órgão central com atribuição para criar tratados internacionais. Em verdade, os tratados são negociados e assinado caso a caso pelas partes neles envolvidas.

36. Errado. No que diz com a relação entre o Direito Internacional Público e o direito interno há duas correntes clássicas: dualismo e monismo. De acordo com os dualistas, existiriam duas ordens jurídicas distintas e inconfundíveis (internacional e interna), sendo necessário, para a aplicação interna de uma norma internacional, sua incorporação/reprodução no ordenamento jurídico interno e, em se tratando de ordens distintas, não existiria colisão possível. Já para os monistas existiria apenas um único ordenamento jurídico, passando a norma internacional a compor a ordem jurídica nacional imediatamente, sem a necessidade de sua internalização. Deve ser observado, ainda, que a corrente monista é dividida em nacionalista e internacionalista, que se diferenciam pela escolha da norma a ser aplicada em caso de conflito entre o direito interno e o direito internacional.

37. Correto. Segundo o STF, o Brasil adota a teoria do monismo nacionalista, segundo a qual há apenas um ordenamento jurídico e, em hipótese de conflito, prevalecem as regras internas para resolução de conflitos normativos. Opõe-se a essa doutrina o monismo internacionalista, o qual dá prevalência à norma internacional na hipótese de conflito entre esta e uma norma interna.

38. Errado. Segundo o Supremo Tribunal Federal, o Brasil adota o monismo nacionalista, que dá prevalência ao direito interno e das normas internas de resolução de conflito legislativo na hipótese de colisão entre norma internacional e norma interna.

Capítulo 2 – Sujeitos de Direito Internacional Público

2.1 – Teoria Geral dos Sujeitos de DIP

39. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2008) É considerado divisor de águas no direito internacional o parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça no caso Reparação de danos a serviço das Nações Unidas acerca da morte de Folke de Bernadotte, mediador que, no exercício de suas funções, foi assassinado por extremistas israelenses em Jerusalém, em 1948. Essa consideração justifica-se porque o parecer reconheceu a personalidade jurídica das organizações.

40. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2007) No direito internacional público, os Estados possuem personalidade jurídica originária e as organizações internacionais, personalidade jurídica derivada.

41. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A personalidade jurídica dos Estados é derivada, e a das organizações internacionais, originária.

2.2 – Estados

42. (CESPE / Juiz Federal Substituto - TRF5R / 2005) O Estado Estrangeiro está sujeito à jurisdição brasileira quando pratica ato *jure gestiones*, como, por exemplo, a aquisição de bens móveis e imóveis.

43. (CESPE / Juiz Federal Substituto - TRF5R / 2005) Em causas relativas à responsabilidade civil, o Estado estrangeiro goza de imunidade de jurisdição, devendo a parte lesada discutir sua pretensão indenizatória perante os tribunais do país faltoso.

44. (CESPE / Juiz Federal Substituto - TRF5R / 2005) O estado estrangeiro está isento do pagamento do imposto predial e territorial urbano (IPTU) incidente sobre o imóvel que abriga missão consular no Brasil.

45. (CESPE / Juiz Federal Substituto - TRF5R / 2005) O Estado estrangeiro está isento do pagamento de taxas referentes a serviços específicos prestados pelo poder público local.

46. (CESPE / Juiz Federal Substituto - TRF5R / 2005) Na execução forçada de sentença condenatória contra Estado estrangeiro, caso este não possua bens estranhos à sua representação diplomática nos limites da jurisdição brasileira, deve ser expedida carta rogatória, acompanhada de gestões diplomáticas, para se proceder à cobrança do crédito.

47. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2003) O direito consuetudinário internacional determina que o Estado sucessor assume as obrigações internacionais do Estado sucedido, especialmente no que concerne a empréstimos contraídos perante outros sujeitos de direito internacional, inclusive aqueles contraídos pelo Estado sucedido para a guerra em que resultou na criação do Estado sucessor.

48. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2003) O direito internacional não consagra o princípio de que a o Estado sucessor tenha direito a substituir o Estado sucedido nas organizações internacionais de que este Estado fizesse parte.

49. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2003) O Estado recém-criado deve obediência aos costumes internacionais gerais que eram vigentes no momento em que adquiriu personalidade jurídica de direito internacional, não obstante essas regras terem sido estabelecidas antes do próprio surgimento desse Estado.

50. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) Cabe ao embaixador renunciar à imunidade estatal em ação trabalhista movida por ex-empregado da embaixada, visto que ele é o representante mais graduado do Estado acreditante no Estado acreditado.

51. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) A Constituição da República estabelece que compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo. Disso decorre a conclusão de que a imunidade do Estado estrangeiro não é mais absoluta no Brasil para processo de conhecimento em demanda trabalhista.

52. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) O não-comparecimento do Estado demandado a ação trabalhista movida por ex-empregado da embaixada não implica revelia, pois não se pode decretar a revelia de Estado estrangeiro que não tenha reconhecido a jurisdição do tribunal.

53. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Os Estados são representados junto a soberanias estrangeiras, para o trato de assuntos de Estado, pelos seus funcionários consulares.

54. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Somente os Estados acreditantes podem renunciar às imunidades de natureza penal e civil de que gozem os seus representantes diplomáticos.

55. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A não ser em situações especiais, como o desrespeito às normas de comércio internacional, os Estados têm o dever de não intervir nos assuntos internos de outros Estados.

56. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Os Estados têm direito à legítima defesa, quando vítimas de ataque injusto e atual.

57. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A personalidade jurídica internacional de um Estado é constituída a partir do seu reconhecimento pelos demais Estados da sociedade internacional.

58. (Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) O Estado, mesmo abalado pela insurreição de parte da população contra o seu governo, mantém sua condição de Sujeito de Direito Internacional.

59. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Os estados-membros de uma federação são considerados sujeitos de direito internacional.

60. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2004) O tratado entre sociedade de economia mista de estado-membro da Federação e um Estado-nação deverá ser assinado pelo governador de estado, em nome do estado-membro da Federação que representa, pois o estado-membro é ente dotado de autonomia política e de personalidade jurídica de direito público. O presidente da República não poderá participar deste acordo, a menos que este envolva algum interesse direto da União, pois o princípio federativo impede a União de interferir em assuntos restritos aos interesses internos dos demais entes da Federação.

61. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2004) Considerando que o território da República de Benguela era parte de um país, que continua a existir, a referida República não deverá ficar responsável pelo pagamento de nenhuma parcela de dívida externa contraída pelo país predecessor, ainda que ambos os países tenham diversamente acordado, haja vista a existência de norma impositiva de direito internacional público a respeito dessa matéria.

62. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2001) As autoridades brasileiras competentes não têm como executar eventual ordem judicial para seqüestrar bens de Estado estrangeiro situados no Brasil e destinados a missão diplomática.

63. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) Segundo jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, a imunidade à execução de crédito na justiça do trabalho alcança os bens de missão diplomática, inclusive os bens que não estejam afetos às atividades da missão.

64. (CESPE / Juiz Federal - TRF1R / 2009) Em matéria trabalhista, não há imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro no Brasil.

65. (CESPE / Juiz Federal - TRF1R / 2009) A imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro é absoluta por força de uma norma *jus cogens*.

66. (CESPE / Juiz Federal - TRF1R / 2009) A competência para conhecer da ação de brasileiro contra Estado estrangeiro pelo descumprimento de direitos trabalhistas é da justiça federal.

67. (CESPE / Juiz Federal - TRF1R / 2009) Na hipótese de ação ajuizada por brasileiro contra estado estrangeiro, buscando haveres trabalhistas, deve ser seguido o procedimento descrito na Convenção das Nações Unidas sobre Imunidades de Jurisdição e Execução do Estado.

68. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2006) O Estado X, situado no continente americano, tornou-se independente em 2000. Em 2003, o Estado Y, também situado no continente americano, declarou o reconhecimento do Estado X. Nessa situação, somente a partir do referido reconhecimento os atos emanados pelo Estado X serão aceitos como válidos pelos tribunais do Estado Y.

69. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2006) Um Estado tornou-se independente recentemente. Nessa situação, para que esse Estado seja digno de reconhecimento pelos demais Estados da sociedade internacional, é necessário que ele possua população, território, governo e soberania, além de ter seu pedido de reconhecimento aceito pelos demais Estados até cinco anos a contar da data de sua independência.

70. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2006) Em 1970, o Estado A tornou-se independente, recebendo, em 1972, o reconhecimento do Estado B. Em 1980, esses dois estados romperam relações diplomáticas por defenderem interesses comerciais divergentes. Nessa situação, o Estado B, segundo o direito internacional, pode revogar o reconhecimento anteriormente declarado.

71. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2006) Um Estado é recém-independente. Nessa situação, dois outros Estados podem, segundo o direito internacional, celebrar um tratado internacional para exprimir o reconhecimento conjunto do Estado recém-independente.

72. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2006) O Estado J perdeu, por secessão, parte de seu território, surgindo um novo Estado, K. Nessa situação, o Estado K não sucede o Estado J nos acordos bilaterais firmados por este e deve enviar uma notificação de sucessão para aderir aos tratados coletivos, observados, neste último caso, os limites impostos para o ingresso de novos Estados-partes.

73. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) Com licença da União, os estados-membros e o Distrito Federal podem firmar tratados.

74. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) Apenas à União é reconhecido o poder de manifestar-se e obrigar-se pelo Estado brasileiro, também na celebração de convênios.

75. (CESPE/Analista em C & T – MCT/2008) O território determinado é um dos requisitos para que o Estado seja considerado pessoa de direito internacional.

76. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2009) A eventual recusa do reconhecimento de um Estado por parte do Governo brasileiro impediria que este se constituísse como verdadeiro Estado, sujeito de direito internacional, e que se tornasse membro das Nações Unidas.

77. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2009) Quando da separação de Montenegro, o Governo brasileiro poderia ter optado por não reconhecer formalmente a independência de Montenegro e ter simplesmente estabelecido relações diplomáticas com aquele país, o que teria produzido o mesmo efeito jurídico do reconhecimento.

78. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2009) Antes do reconhecimento de Montenegro, o Governo brasileiro deve ter considerado, em sua avaliação das circunstâncias locais, se a nova entidade possuía território definido, população permanente, governo soberano e efetivo, e se havia comprometimento de Montenegro em estabelecer missão diplomática em Brasília.

79. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2009) Ao Governo brasileiro caberá a última palavra na destinação a ser dada aos bens (embaixada, terrenos) que eram anteriormente pertencentes à União dos Estados da Sérvia e Montenegro e que se encontram em território brasileiro.

2.3 – Organizações Internacionais

80. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) Em atendimento ao princípio da igualdade soberana dos Estados, toda decisão de uma

organização internacional deve ser adotada por unanimidade ou consenso.

81. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) O MERCOSUL é uma organização dotada de personalidade jurídica de direito internacional.

82. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) O tratado constitutivo de uma organização internacional está sujeito às normas da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969).

83. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) Todos os atos adotados no seio de uma organização internacional são juridicamente obrigatórios para seus Estados-membros; caso violados, podem acarretar a responsabilidade internacional do Estado.

84. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2003) O ordenamento jurídico brasileiro reconhece a personalidade jurídica de Organizações Internacionais.

85. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Em geral, os textos dos tratados constitutivos incluem um dispositivo específico para a atribuição da personalidade jurídica de direito internacional às organizações internacionais, mas esta pode também ser constatada por via reflexa, ao se avaliar a competência de seus órgãos constitutivos, sobretudo no que tange à capacidade de celebrar tratados.

86. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Desprovidas de base territorial, as organizações internacionais pactuam acordos de sede com os Estados-membros, passando, automaticamente, a gozar de imunidades e privilégios semelhantes àqueles dispensados ao corpo diplomático e às instalações de um Estado soberano.

87. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Toda organização internacional tem seu próprio conjunto de regras jurídicas internas, do mesmo modo que todo Estado soberano tem seu próprio direito nacional. Todavia, o fundamento jurídico desse conjunto de regras está nos tratados constitutivos das referidas organizações.

88. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) As agências especializadas da Organização das Nações Unidas (ONU) são desprovidas de personalidade jurídica própria em direito das gentes.

89. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Em face do desenvolvimento historicamente constatado da atuação das organizações internacionais na sociedade internacional, tende-se a considerar seus atos decisórios como fontes do direito das gentes, na medida em que criem direitos e obrigações no âmbito de sua atuação.

90. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) As organizações internacionais são associações voluntárias de sujeitos de direito internacional, constituídas por atos internos de cada sujeito.

91. (CESPE / Juiz Federal - TRF1R / 2009) Apenas Estados podem ser membros de Organizações Internacionais.

92. (CESPE / Juiz Federal - TRF1R / 2009) As imunidades de jurisdição e execução de Organizações Internacionais têm base no direito costumeiro.

93. (CESPE / Juiz Federal - TRF1R / 2009) A capacidade das Organizações Internacionais para celebrar tratados é inerente a sua personalidade no direito internacional.

94. (Juiz Federal - TRF1R / 2009) Organizações Internacionais não podem ser responsabilizadas diretamente por seus atos.

95. (CESPE / Juiz Federal - TRF1R / 2009) Estados que não sejam membros de determinada organização internacional podem opor-se à personalidade internacional dessa organização.

96. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) Apenas as organizações internacionais governativas possuem personalidade jurídica perante o direito internacional público.

97. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) As organizações internacionais não-governativas podem, de

maneira geral, celebrar tratados e participar de convênios com Estados soberanos.

98. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Em razão de sua própria natureza, as organizações internacionais não estão sujeitas a ação de responsabilidade internacional.

99. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A receita das organizações internacionais resulta basicamente das contribuições (cotizações) dos Estados-membros, estabelecidas de acordo com o princípio da capacidade contributiva.

100. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Às organizações internacionais são concedidos privilégios e imunidades similares aos dos Estados.

101. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) As organizações internacionais dispõem, necessariamente, de uma única sede, estabelecida por meio de tratado bilateral com um dos Estados-membros, denominado acordo da sede.

102. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) As organizações internacionais são instituídas por meio de um tratado multilateral, denominado tratado constitutivo, que em geral estabelece os objetivos e as regras para a instituição dos principais órgãos e dispõe sobre os direitos e deveres dos Estados-membros.

103. (CESPE / Juiz do Trabalho – TRT1R / 2010) O reconhecimento da personalidade jurídica das organizações internacionais não decorre de tratados, mas da jurisprudência internacional, mais especificamente do Caso Bernadotte, julgado pela Corte Internacional de Justiça.

104. (CESPE / Pesquisador – INPI / 2006) As zonas de livre comércio incluem a livre circulação de bens e serviços, assim como o estabelecimento de uma tarifa comum para os países não-membros.

105. (CESPE / Analista de C & T– INPI / 2006) Enquanto as áreas de livre comércio também diversificam o comércio, no sentido em que

as trocas entre os países- membros substituem aquelas com países que estão fora da área, a união alfandegária implica somente criação de comércio e, por essa razão, representa um nível superior de integração econômica.

106. (CESPE/DIPLOMATA- IRBr 3ª fase 2009- Adaptada) Suponha uma situação em que exportações brasileiras sejam objeto de barreira comercial imposta por outro membro do MERCOSUL, com fundamentação em suposta necessidade de proteger o meio ambiente. Contra a medida em tela, existe a possibilidade jurídica de o Brasil recorrer à Corte Internacional de Justiça, mas não a mecanismo de solução de controvérsia no âmbito do MERCOSUL ou da OMC.

2.4 – Ser humano

107. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Os indivíduos, perante tribunais internacionais de direitos humanos, são considerados sujeitos de direito internacional.

108. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2007) É pacífico, no campo doutrinário, o entendimento quanto à inexistência de personalidade jurídica de direito internacional dos indivíduos.

109. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2003) Desde o início do século XX, consolidou-se na prática internacional a aceitação de que todo indivíduo tem personalidade jurídica de direito internacional, fato que é corroborado por haver cortes internacionais que julgam indivíduos que cometeram crimes de guerra e também por haver tribunais internacionais, como a Corte Interamericana de Direitos do Homem, que admitem a possibilidade de indivíduos atuarem como partes nos processos por elas julgados.

2.5 – Outros sujeitos vinculados a Estados e com base territorial

110. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A Santa Sé é equiparada aos Estados soberanos, sendo, assim, sujeito do direito internacional público.

111. (CESPE / Juiz do Trabalho – TRT1R / 2010) O Vaticano, embora seja estado anômalo, por não possuir território, possui

representantes diplomáticos, os quais se denominam núncios apostólicos.

2.6 – Outras entidades

112. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) As organizações não-governamentais são sujeitos de Direito Internacional.

113. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) As empresas públicas binacionais são sujeitos de Direito Internacional.

114. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) Embora não se trate propriamente de organização internacional governativa, a CVI é considerada como portadora de personalidade jurídica internacional.

115. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) A CVI participa de tratados como sujeito atípico de direito internacional público.

116. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) Com sede em Berna, na Suíça, a CVI atua em países de diversos continentes, em causas de benemerência e de solidariedade internacional.

117. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) Um dos fundamentos da atuação internacional da CVI é a neutralidade em conflitos armados.

118. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) O Greenpeace e a Anistia Internacional, como a CVI, possuem e exercem personalidade jurídica internacional e celebram tratados, convênios e protocolos.

119. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) As empresas transnacionais e, em determinadas circunstâncias, as pessoas humanas poderão figurar como partes perante a Corte

Internacional de Justiça, motivo pelo qual são consideradas pessoas do direito internacional público.

120. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Tendo em vista as atividades que realizam, concernentes a ações de solidariedade internacional, as organizações não-governamentais (ONGs) passaram a ser admitidas como sujeitos do direito internacional público.

121. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A entidade Itaipu Binacional é pessoa jurídica de direito privado binacional.

122. (CESPE / Juiz do Trabalho – TRT1R / 2010) Órgãos internacionais, como a Anistia Internacional e o Greenpeace, são sujeitos de direito público externo, sem o que não poderiam exercer suas finalidades.

Gabarito

39	**C**	**60**	**E**	**81**	**C**	**102**	**C**
40	C	61	E	82	C	103	C
41	**E**	**62**	**C**	**83**	**E**	**104**	**E**
42	C	63	E	84	C	105	E
43	**E**	**64**	**C**	**85**	**C**	**106**	**E**
44	C	65	E	86	E	107	C
45	**E**	**66**	**E**	**87**	**C**	**108**	**E**
46	C	67	E	88	E	109	E
47	**E**	**68**	**E**	**89**	**C**	**110**	**C**
48	C	69	E	90	E	111	E
49	**C**	**70**	**E**	**91**	**E**	**112**	**E**
50	E	71	C	92	E	113	E
51	**C**	**72**	**C**	**93**	**E**	**114**	**C**
52	E	73	E	94	E	115	C
53	**E**	**74**	**C**	**95**	**C**	**116**	**E**

54	C	75	C	96	C	117	C
55	**E**	**76**	**E**	**97**	**E**	**118**	**E**
56	C	77	C	98	E	119	E
57	**E**	**78**	**E**	**99**	**C**	**120**	**E**
58	C	79	E	100	C	121	C
59	**E**	**80**	**C**	**101**	**E**	**122**	**E**

Capítulo 2

39. Correto. Foi apenas no caso Bernadotte que a Corte Internacional de Justiça, analisando as competências e atribuições concedidas à ONU por seu tratado constitutivo, reconheceu que Organizações Internacionais poderiam ser dotadas de personalidade jurídica de direito internacional e que, no caso concreto, a ONU seria uma destas.

40. Correto. Os Estados são, por excelência, os sujeitos do Direito Internacional Público, possuindo personalidade internacional de forma inerente a sua própria existência (personalidade jurídica originária). Já a personalidade jurídica internacional das Organizações Internacionais somente existe com fundamento em prévia criação e reconhecimento por parte dos Estados, razão pela qual é denominada personalidade derivada.

41. Errado. Em verdade, Estados possuem personalidade jurídica originária, isto é, a possuem de forma inerente a sua existência, ao passo em que a personalidade jurídica das Organizações Internacionais é derivada, pois somente existe se os Estados que a criaram tiveram essa intenção, dotando-a de poderes compatíveis.

42. Correto. O Brasil adota a teoria da imunidade de jurisdição relativa, segundo a qual os Estados estrangeiros não gozam de imunidade no que diz com atos *jure gestiones*, também conhecidos como atos de gestão ou comércio. Entretanto, no que diz com os atos de império, mantém-se firme a imunidade de jurisdição do estado estrangeiro, com fundamento no princípio *par in parem non habet judicium* (“entre iguais não há jurisdição”).

43. Errado. A imunidade de jurisdição absoluta, antigo dogma da relação entre estados, evoluiu na metade final do século XX para a **imunidade de jurisdição relativa**, a qual permite a submissão de estados estrangeiros à jurisdição nacional quando o fundamento da ação recair nos chamados atos de gestão, que são aqueles em que o estado age de forma idêntica a um particular. A doutrina cita como exemplos de tais atos a relação trabalhista, o aluguel e a indenização por responsabilidade civil.

44. Correto. Dentre as imunidades consulares estabelecidas pela Convenção de Viena de 1963 encontram-se a imunidade tributária e a inviolabilidade física do imóvel que abriga a missão consular.

45. Errado. A tanto a Convenção de Viena de 1961, que trata da imunidade diplomática, quanto a Convenção de Viena de 1963, que trata da imunidade consular, estabelecem que a imunidade tributária da qual gozam as missões não alcança tarifas correspondentes a serviços que tenham sido utilizados. Da mesma forma, tributos indiretos não são alvo da imunidade tributária concedida pelas citadas convenções.

46. Correto. A questão descreve a imunidade de execução, a qual não se confunde com imunidade de jurisdição. Com efeito, mesmo nos casos em que o estado estrangeiro tenha sido processado e julgado em território nacional, por ter renunciado ou por não incidir a imunidade de jurisdição no caso específico, a execução do julgado somente poderá ocorrer na hipótese de existência de bens não vinculados à missão diplomática ou consular.

47. Errado. Em regra, o Estado sucessor assume as obrigações internacionais do Estado sucedido, entretanto, é feita uma diferenciação no que diz com as dívidas. As **dívidas de Estado**, contraídas no interesse geral do povo, devem ser assumidas pelo novo Estado, ao passo em que as **dívidas de regime**, contraídas no interesse do núcleo de poder antecedente – muitas vezes para financiar a guerra da qual resultou o Estado sucessor – não são por este assumidas.

48. Correto. No que diz com a participação em Organizações Internacionais, o Estado sucessor deve solicitar seu ingresso como membro, não ocorrendo a sucessão de forma automática.

49. Correto. O costume internacional, enquanto fonte de direito internacional, é aplicável a toda a comunidade internacional, inclusive a membros que não existiam à época da consolidação das normas consuetudinárias.

50. Errado. Primeiramente, cabe ao Estado, nos termos da Convenção de Viena de 1961 sobre Relações Diplomáticas, efetuar a eventual renúncia à imunidade de jurisdição à qual faz jus. Além disso, no Brasil inexiste imunidade estatal em relação a ações trabalhistas movidas por ex-empregados da embaixada, com fundamento no art. 114, inciso I da Constituição Federal. Tal entendimento, gize-se, restou consolidado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Apelação Cível 9.696, em 1989.

51. Correto. Conforme antiga orientação jurisprudencial do STF, a imunidade de jurisdição de Estado estrangeiro não é absoluta, sendo a Justiça do Trabalho competente para o julgamento de dissídios entre particular e o Estado estrangeiro – CF, art. 114, I . Cumpre observar, entretanto, que a ausência de imunidade de jurisdição alcança unicamente o processo de conhecimento, não abrangendo a execução de eventual condenação.

52. Errado. Na medida em que não há imunidade de jurisdição do estado estrangeiro para ações trabalhistas, o não-comparecimento em juízo implica revelia.

53. Errado. A representação do estado estrangeiro no que diz com assuntos de estado recai sobre a respectiva embaixada, na pessoa do embaixador ou diplomata. O consulado tem por finalidade a representação do estado estrangeiro em relação a assuntos de interesse privado.

54. Correto. Tanto a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961 quanto a Convenção de Viena sobre Relações Consulares de 1963 determinam que apenas o Estado acreditante (o Estado representado) pode renunciar às imunidades, não dispondo o agente diplomático ou consular desse poder. A doutrina especifica que o fundamento dessas normas recai no fato de que a imunidade decorre da soberania estatal, e que, assim, somente o Estado dela poderia dispor.

55. Errado. Com efeito, a não-intervenção é a regra, e apenas em situações excepcionais é admitida pelo Direito Internacional

Público a ingerência de um Estado nos assuntos internos de outro. Todavia, o desrespeito a normas de comércio internacional não é situação grave o bastante para autorizar a intromissão em assuntos internos, sendo esta faculdade resguardada para hipóteses efetivamente peculiares, como o genocídio ou a escravidão.

56. Correto. O uso da força é, genericamente, vedado pelo Direito Internacional Público, mas o direito à legítima defesa resta assegurado tanto pelo costume internacional quanto pela Carta da ONU, em seu artigo 51.

57. Errado. A doutrina mais abalizada sobre o tema determina que o reconhecimento não é ato constitutivo, mas meramente declaratório. A constituição do Estado se dá, segundo a teoria clássica, a partir da presença dos elementos **território, povo e governo**, sendo o reconhecimento um simples ato político.

58. Correto. A personalidade jurídica internacional não desaparece com a mera insurreição popular, especialmente se esta não representa a maioria ou a totalidade da população. Ainda, observa-se que a deposição do governo, quando muito, resulta na sucessão do estado anterior, mas nunca na sua extinção.

59. Errado. Como norma geral, os Estados-membros de uma federação, por não possuírem soberania, não são reconhecidos como sujeitos de Direito Internacional Público. Cumpre observar, contudo, que a prática internacional vem evoluindo para aceitá-los como sujeitos se a Constituição do Estado assim o permitir, na exata extensão e sob as condições que ela determinar. Exemplos deste último caso são os cantões suíços e as províncias argentinas, que possuem autorização constitucional para a prática de determinados atos no plano internacional.

60. Errado. Segundo ensinamento doutrinário, apesar de algumas constituições permitirem ao estado-membro da federação a prática de alguns atos no plano internacional, como a contração de empréstimo externo, o Estado-nação sempre é responsável último pelos atos do estado-membro, razão pela qual não se pode utilizar do princípio federativo para afastar o Presidente da República, autoridade que representa o Estado-nação na comunidade internacional, da prática desses atos.

61. Errado. No caso de desmembramento de um Estado em vários, o princípio aplicável é o da **repartição ponderada da dívida**, sendo plenamente possível o acordo entre os Estados acerca da forma específica como se dará a divisão. Cumpre mencionar, ainda, que existe uma Convenção de Viena sobre o tema, apesar de ainda não estar em vigor.

62. Correto. Tradicionalmente, entendia-se que a imunidade de execução de estados estrangeiros era absoluta no Brasil. Nada obstante, recentemente a jurisprudência tem aberto exceções na hipótese de o Estado estrangeiro possuir bens em território nacional não destinados à missão, relativizando, assim, a imunidade de execução. De toda sorte, qualquer que seja a posição assumida, os bens destinados à missão diplomática não são passíveis de execução forçada.

63. Errado. Segundo a jurisprudência do TST, apenas os bens que não estejam afetos às atividades da missão diplomática são passíveis de execução forçada. Cumpre observar também que o referido tribunal entende que valores em conta bancária da embaixada são imunes à execução, por ser impossível distinguir em que medida são afetos à manutenção da embaixada e a assuntos de natureza comercial.

64. Correto. Cuida-se de entendimento sufragado pelo Supremo Tribunal Federal ainda em 1989, quando do julgamento da Apelação Cível 9.696/89.

65. Errado. O *jus cogens* é composto pelas normas de Direito Internacional reconhecidas e aceitas pela comunidade internacional como inderrogáveis e que somente podem ser alteradas por norma ulterior de DIP da mesma natureza. A imunidade de jurisdição de Estado estrangeiro é apenas norma costumeira de Direito Internacional.

66. Errado. O artigo 114, inciso I, da Constituição Federal outorga à Justiça do Trabalho a competência para conhecer de demandas oriundas de relação de trabalho, inclusive as propostas contra entes de direito público externo.

67. Errado. Inexiste convenção internacional no âmbito das Nações Unidas sobre imunidade de jurisdição e execução do Estado, sendo tema regulado pelo direito costumeiro. Ademais, a

jurisprudência brasileira entende não existir imunidade de jurisdição de estados estrangeiros no que diz com matérias afetas à Justiça do Trabalho.

68. Errado. A doutrina majoritária refere que o reconhecimento de um Estado por outro tem força declaratória e política, não sendo este ato requisito para a constituição do Estado. Em tendo força declaratória, os efeitos do reconhecimento retroagem à data da efetiva criação do Estado.

69. Errado. Os elementos clássicos que determinam a existência de um Estado são população, território e governo não subordinado a qualquer autoridade exterior. Alguns autores incluem um ou outro requisito adicional, como a capacidade de se obrigar internacionalmente, mas o reconhecimento por parte de outros estados ou a fixação de limites temporais para que isto ocorra não são elementos constitutivos do Estado.

70. Errado. Uma das características do reconhecimento é a irreversibilidade.

71. Correto. Uma das formas de reconhecimento de estados admitida pelo Direito Internacional Público é a celebração de tratados com esse fim.

72. Correto. Na hipótese de secessão, o novo Estado é absolutamente independente dos tratados bilaterais firmados pelo Estado originário, participando dos tratados coletivos frente aos quais expedir notificação de sucessão, a qual restará sem efeito caso o texto do tratado coletivo proíba o ingresso de novos Estados-partes.

73. Errado. A Constituição Federal aduz, no artigo 84, VIII, ser competência privativa do Presidente da República a celebração de tratados, convenções e atos internacionais.

74. Correto. A União é o ente federativo que, no plano externo, representa a República Federativa do Brasil, não sendo esta competência dada a qualquer estado-membro ou município.

75. Correto. A doutrina mais abalizada determina que são três os elementos do Estado: povo, território e governo soberano.

76. Errado. Não há qualquer norma de direito internacional que vincule a existência do Estado ou sua participação na ONU ao reconhecimento por parte de todos seus membros.

77. Correto. O reconhecimento de um Estado por outro pode se dar de forma expressa, através de um documento declarando essa posição, ou de forma tácita, através da realização de atos que pressuponham o reconhecimento da outra entidade como um Estado Nacional, como, por exemplo, a celebração de tratados ou a instalação de consulados e embaixadas.

78. Errado. Território definido, população e governo são requisitos essenciais do Estado, norteando o reconhecimento dado pelos demais membros da sociedade internacional. O estabelecimento de missões diplomáticas, contudo, não é fator relevante para esse fim.

79. Errado. Na secessão de Estados, cabe aos novos entes definir a destinação a ser dada aos bens públicos (inclusive aqueles em solo estrangeiro), cabendo, no caso, ao Governo brasileiro respeitar o acordo a que aqueles chegarem.

80. Errado. A tomada de decisão das organizações internacionais é feita na forma que estiver prevista em seu tratado constitutivo, sendo possível que este exija unanimidade, maioria qualificada ou maioria simples.

81. Correto. A personalidade jurídica de direito internacional do Mercosul é expressamente reconhecida pelo artigo 34 do Protocolo de Ouro Preto.

82. Correto. A Convenção de Viena de 1969 sobre o Direito dos Tratados, em seu artigo 5, determina sua aplicação a todo tratado que seja instrumento constitutivo de uma organização internacional e a todo tratado adotado no âmbito de uma organização internacional.

83. Errado. Os atos adotados no âmbito de uma organização internacional serão juridicamente obrigatórios para seus Estados-membros se a isto estes tiverem se submetido previamente, podendo o tratado constitutivo dispor de maneira diversa.

84. Correto. O Código Civil, em seu artigo 42, reconhece a personalidade jurídica de direito público externo dos Estados estrangeiros e das demais pessoas regidas pelo direito internacional público, incluídas aí as organizações internacionais.

85. Correto. A personalidade jurídica das organizações internacionais pode decorrer de previsão expressa do tratado constitutivo ou das competências atribuídas a elas. Exemplos notórios são a União Europeia e a ONU, respectivamente.

86. Errado. Inicialmente, Organizações Internacionais podem pactuar acordos de sede com Estados não-membros. Em segundo lugar, os privilégios que ela terá serão regulamentados por este tratado, ou seja, a concessão de tais prerrogativas não é automática.

87. Correto. São os tratados constitutivos que regulamentam o funcionamento das organizações internacionais.

88. As agências especializadas da ONU (OIT, OMS, FMI, FAO e UNESCO, por exemplo) são Organizações Internacionais distintas, possuindo cada uma delas de personalidade jurídica própria em Direito Internacional.

89. Correto. O direito internacional reconhece os atos decisórios emanados das organizações internacionais como fontes do direito das gentes. Cabe salientar, entretanto, que a doutrina não está pacificada no tocante a quais atos teriam tal caráter: se só os de caráter vinculante (tais como as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas) ou se também os atos de caráter não-vinculante (as declarações ou resoluções da Assembléia Geral da ONU, por exemplo) podem ser considerados fontes de direito internacional.

90. Errado. Já está superada a noção de que as Organizações Internacionais seriam pessoas jurídicas do plano interno de cada Estado-Membro. Organizações Internacionais são pessoas jurídicas de direito público internacional, constituídas pelo tratado internacional que lhes deu origem.

91. Errado. A organização internacional pode ser conceituada como uma associação voluntária de **sujeitos de direito internacional**, o que significa que nem sempre será composta somente por Estados, como ocorre, por exemplo, com a Organização Mundial do Comércio, que possui a União Européia, outra organização internacional, como membro.

92. Errado. Ao contrário das imunidades de jurisdição e de execução do Estado estrangeiro, que têm base no direito costumeiro, a imunidade das organizações internacionais precisa ser pactuada, preferencialmente por meio de um acordo de sede, instrumento no qual constarão as prerrogativas e privilégios aos quais a organização fará jus no território do Estado.

93. Errado. A personalidade jurídica internacional não significa necessariamente o poder imediato para celebrar tratados, devendo tal condição – chamada pela doutrina de direito de convenção – ser expressa no estatuto constitutivo da organização internacional.

94. Errado. Na qualidade de sujeitos de direito internacional com personalidade jurídica distinta daquela de seus Estados-membros, as Organizações Internacionais também são passíveis de responsabilização.

95. Correto. A personalidade jurídica de direito internacional da organização internacional é derivada da vontade dos Estados que se associaram para materializá-la. Desta forma, um Estado que não faz parte de determinada organização internacional pode contestar a personalidade jurídica daquela entidade, uma vez que não manifestou a sua aceitação em relação a ela.

96. Correto. As organizações internacionais governativas são dotadas de personalidade jurídica derivada perante o direito internacional público, em oposição às organizações não-governamentais, que não são consideradas sujeitos de direito internacional público.

97. Errado. As organizações internacionais não-governativas, também conhecidas como organizações não governamentais, não possuem, em regra, personalidade jurídica de direito

internacional, não podendo, portanto, se relacionar diretamente com os Estados.

98. Errado. As organizações internacionais podem ser responsabilizadas internacionalmente em virtude de seus atos, pois, como sujeitos de direito, elas participam ativa e passivamente na ordem jurídica internacional. O tema da responsabilidade internacional das organizações é tratado pela Comissão de Direito Internacional da ONU desde 2000.

99. Correto. Não sendo, inicialmente, dotadas de competência para instituição de tributos, as organizações internacionais soem manter-se através de verbas oriundas de seus Estados-membros.

100. Correto. Os privilégios concedidos às organizações internacionais são pactuados através dos acordos de sede que esta estabelece com determinados países.

101. Errado. Nada impede que uma organização internacional tenha mais de uma sede e, de igual forma, o acordo de sede não precisa se dar necessariamente com um Estado membro, podendo ser celebrado entre a organização internacional e um terceiro Estado.

102. Correto. As organizações internacionais, sujeitos de direito internacional dotados de personalidade jurídica derivada, são instituídas pela vontade dos Estados através de um tratado constitutivo no qual constam as principais regras a respeito de sua organização, funcionamento, órgão, direitos e deveres dos membros, etc.

103. Correto. No caso Bernadotte, analisado pela Corte Internacional de Justiça através de parecer solicitado pela ONU, restou estabelecido que as Organizações Internacionais são sujeitos de Direito Internacional, com competências estabelecidas em seu tratado constitutivo, e a partir das quais se infere a existência de personalidade jurídica de direito internacional.

104. Errado. As zonas de livre comércio são a etapa de integração na qual há apenas a eliminação de todas as barreiras ao comércio entre os membros do bloco. A tarifa externa comum é característica da união aduaneira, enquanto a livre circulação dos fatores de produção é marca do mercado comum.

105. Errado. As zonas de livre comércio apenas eliminam todas as barreiras ao comércio entre os membros, enquanto a união aduaneira implica a criação de uma tarifa externa comum para os terceiros Estados, sendo etapa posterior à zona de livre comércio.

106. Errado. Dada a situação posta, o Brasil, juridicamente, poderia buscar uma solução em qualquer das instituições citadas, dentro do espectro de competência de cada uma delas. Como regra geral, não há sistematização do relacionamento entre as Cortes Internacionais, o que permite que cada uma exerça sua jurisdição no âmbito de sua competência e dentro dos limites estabelecidos por seus estatutos. Entretanto, o Protocolo de Olivos, que regula a solução de controvérsias no Mercosul, afirma que uma vez iniciado um procedimento de solução de controvérsias, nenhuma das partes poderá recorrer a mecanismos de solução de controvérsias estabelecidos nos outros foros com relação a um mesmo objeto.

107. Correto. O reconhecimento da **personalidade jurídica dos indivíduos** é um fenômeno recente e que se encontra, no momento, adstrito ao âmbito dos tribunais internacionais de direitos humanos.

108. Errado. Apesar da maioria dos autores não reconhecer a existência de personalidade jurídica de direito internacional dos indivíduos, doutrinadores como Cançado Trindade defendem posição contrária, afirmando que os indivíduos são, portanto, sujeitos de direito internacional.

109. Errado. O desenvolvimento hodierno do Direito Internacional, apesar de reconhecer o papel crescente desempenhado pelos indivíduos, não lhes considera, ainda, sujeitos dotados de personalidade jurídica de direito internacional. Embora parte da doutrina considere os indivíduos como sujeitos de direito perante os tribunais de direitos humanos, esta posição é bastante recente e ainda não completamente consolidada.

110. Correto. Alvo de ampla controvérsia, a questão da personalidade jurídica da Santa Sé pacificou-se com a celebração do Tratado de Latrão, em 1929, que reconheceu a soberania deste Estado no campo internacional. A atuação internacional da Santa Sé se faz através da celebração de concordatas e do envio de núncios

apostólicos, que representam o poder político do Papa, a outros Estados.

111. Errado. O Vaticano possui base territorial, no caso, 44 hectares dentro da cidade de Roma. Sua peculiaridade decorre do fato de sua população não estar ligada ao Estado por critérios de *jus soli* ou de *jus sanguini*, mas sim por critérios funcionais.

112. Errado. As organizações não governamentais não são dotadas de personalidade jurídica perante o direito internacional. A exceção a este regra é a Cruz Vermelha Internacional que, em razão de seu caráter global e humanitário, é reconhecida como sujeito de direito internacional.

113. Errado. No cenário hodierno, o direito internacional reconhece a personalidade jurídica dos Estados, de caráter originário, e a das organizações internacionais, de caráter derivado. Reconhece-se ainda, excepcionalmente, a personalidade jurídica da Cruz Vermelha Internacional e dos indivíduos, esta última somente perante os tribunais internacionais de direitos humanos.

114. Correto. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha – CVI – foi fundado em 1863 e, em virtude de sua atuação em caráter global, de sua neutralidade e de suas ações humanitárias, esta organização não-governamental teve reconhecida, excepcionalmente, sua personalidade jurídica de direito internacional.

115. Correto. Apesar de ser uma organização não-governamental, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, em razão de sua atuação global e de seu caráter humanitário, tem sido reconhecido como sujeito de direito internacional público, podendo estabelecer relações diretas com os Estados e celebrar tratados.

116. Errado. A Cruz Vermelha está sediada em Genebra, na Suíça. Sua missão consiste na busca de proteção e assistência às vítimas da guerra e de outras situações de violência, possuindo mandato da comunidade internacional para ser guardiã do Direito Internacional Humanitário

117. Correto. A Cruz Vermelha Internacional tem a sua atuação pautada por 7 princípios fundamentais: humanidade,

imparcialidade, **neutralidade**, independência, voluntariado, unidade e universalidade.

118. Errado. As organizações não-governamentais são sociedades civis que desempenham importante papel no panorama internacional, mas que não são consideradas sujeitos de direito internacional pela doutrina, não podendo, portanto, celebrar tratados, convênios e protocolos. Deve-se reconhecer, entretanto, que esta regra possui uma exceção, pois o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, em razão de sua atuação global e de seu caráter humanitário, tem sido reconhecido como sujeito de direito internacional público, podendo estabelecer relações diretas com os Estados, apesar de ser uma organização internacional.

119. Errado. De acordo com o art. 34,.1 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, apenas os Estados poderão ser partes em casos diante da Corte.

120. Errado. As organizações não-governamentais não são consideradas sujeitos de direito internacional público, apesar de sua grande expressão no plano internacional, sendo regidas pelo direito interno do país na qual foram constituídas, registradas ou onde tenham sede legal.

121. Correto. A Itaipu Binacional é uma empresa pública, pessoa jurídica de direito privado, que tem em seu quadro de acionistas o Brasil e o Paraguai.

122. Errado. São sujeitos de direito público externo Estados e Organizações Internacionais Há, ainda, uma parcela da doutrina que atribui personalidade internacional também ao ser humano, apenas quando perante tribunais internacionais de direitos humanos. Em qualquer hipótese, Organizações Não Governamentais, como o Greenpeace e a Anistia Internacional, são entidades de direito privado, constituídas conforme as leis dos países nos quais atuam, sem possuir personalidade de direito internacional.

Capítulo 3 – Organizações Internacionais

3.1 – Organização das Nações Unidas (ONU)

123. (CESPE / Procurador Federal - AGU / 2010) A licitude das resoluções do Conselho de Segurança somente pode ser julgada pela Corte Internacional de Justiça, órgão judicial da ONU.

124. (CESPE / Procurador Federal - AGU / 2007) O estado do Rio Grande do Sul, almejando ser reconhecido internacionalmente como um Estado soberano, pleiteou uma cadeira na Organização das Nações Unidas (ONU), alegando que possui um território, uma população e um governo permanente. Nessa situação, os requisitos apresentados não são suficientes para que o Rio Grande do Sul seja aceito na Assembléia-Geral da ONU.

125. (CESPE / Procurador Federal - AGU / 2002) São objetivos da Carta das Nações Unidas de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados: promover o estabelecimento da nova ordem econômica internacional, com base na eqüidade, na soberania, na igualdade, na interdependência, no interesse comum e na cooperação entre todos os Estados que adotem o sistema econômico da economia de mercado, e contribuir para a eliminação dos principais obstáculos ao livre comércio entre as nações, entre outros.

126. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2009) Na Carta das Nações Unidas (Carta de São Francisco), admite-se que qualquer litígio seja resolvido por meio de conflitos armados, desde que autorizado pelo Conselho de Segurança da ONU.

127. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2009) A ONU deve exercer papel relevante na resolução de conflitos, podendo, inclusive, praticar ação coercitiva para a busca da paz.

128. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2004) Para que fosse aceito como país-membro da Organização das Nações Unidas (ONU), em condição de plena igualdade com os demais países-membros, a recém criada República de Benguela teria que comprovar o atendimento dos requisitos exigidos por aquela pessoa jurídica de direito público internacional para o ingresso na organização, tais como o respeito aos direitos humanos e a comprovação dos limites mínimos de população e de extensão territorial.

129. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) A Carta de São Francisco, tratado constitutivo da ONU, concede à organização personalidade jurídica de direito internacional.

130. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) A admissão como membro da ONU está aberta a todos os Estados e organizações internacionais amantes da paz que aceitarem as obrigações da ONU.

131. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) O Conselho de Segurança da ONU, cuja principal responsabilidade é a manutenção da paz e da segurança internacionais, compõe-se de cinco membros permanentes e de dez membros eleitos pela Assembléia Geral para um período de dois anos.

132. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) O secretário-geral da ONU, principal funcionário administrativo da organização, tem a última palavra em caso de intervenção armada para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais.

133. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) Mediante recomendação do Conselho de Segurança e atendendo condições que serão determinadas pela Assembléia Geral, um Estado que não for membro da ONU poderá tornar-se parte no seu principal órgão judiciário, o Estatuto da Corte Internacional de Justiça.

134. (CESPE / Analista em C & T – MCT / 2008) O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas se compõe de quinze membros, sendo seis deles permanentes.

135. (CESPE / Advogado – OAB / 2010.1) O Conselho de Segurança da ONU compõe-se de cinco membros permanentes e de dez membros não permanentes, todos indicados pelo próprio Conselho, devendo estes últimos cumprir mandato de dois anos.

136. (CESPE / Advogado – OAB / 2010.1) Poderão ser admitidos como membros da ONU todos os Estados que o desejarem, independentemente de condições de natureza política ou de qualquer outro teor.

137. (CESPE / Advogado – OAB / 2010.1) Principal órgão da ONU, a Assembleia Geral é composta de todos os membros da organização, tendo cada Estado-membro direito a apenas um representante e um voto.

138. (CESPE / Advogado – OAB / 2010.1) O secretário-geral da ONU, eleito pelo Conselho de Segurança mediante recomendação dos seus membros permanentes, tem o dever de atuar em todas as reuniões da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança, do Conselho Econômico e Social e do Conselho de Tutela, além de desempenhar outras funções que lhe forem atribuídas por esses órgãos

139. (CESPE/PROCURADOR DO MUNICÍPIO - VITÓRIA/ES/2008) No plano internacional, o Poder Legislativo é exercido pela Organização das Nações Unidas.

140. (CESPE / Procurador Autárquico – EGPA / 2005) Criada no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, a ONU tem na busca da paz e da segurança internacionais uma de suas finalidades essenciais, o que foi decisivo para impedir multiplicação de conflitos locais e regionais nos diversos continentes.

141. (CESPE / Procurador Autárquico – EGPA / 2005) O fato de ser um organismo multilateral faz da ONU refém de alguns poucos países, as chamadas potências mundiais, as quais controlam rigidamente os principais setores da instituição.

142. (CESPE / Procurador Autárquico – EGPA / 2005) O Brasil se desligou da ONU em represália à posição norte- americana, apoiada em seguida por outras potências, de impedir a ampliação do número de membros permanentes no Conselho de Segurança.

143. (CESPE / Procurador Autárquico – EGPA / 2005) A atuação da ONU tende a ser mais produtiva e eficaz em setores como saúde, educação, cultura, alimentação e meio ambiente, entre outros, os quais não atingem diretamente interesses políticos, militares e estratégicos das grandes potências.

144. (CESPE/DIPLOMATA- IRBr 3ª fase 2010- Adaptada) A Corte Internacional de Justiça proferiu já parecer consultivo por meio

do qual, pela primeira vez, um tribunal internacional especificou limites jurídicos às armas nucleares.

3.2 – Organização Mundial do Comércio (OMC)

145. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2008) O sistema de solução de controvérsias da OMC corresponde à forma arbitral de composição de conflitos e, como tal, não é passível de pedido recursal.

146. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2008) As decisões contidas nos relatórios dos *panels* só se aplicam mediante a manifestação favorável de todos os membros da organização, levando-se em consideração a regra basilar do direito internacional público, que é o consenso.

147. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2008) As conclusões dos relatórios finais dos *panels* conformam decisões estritamente jurídicas e independem de qualquer convalidação política.

148. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2008) Cuba e a República Popular da China, membros plenos da OMC, submetem-se ao sistema de solução de controvérsias dessa organização.

149. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2004) A Organização Mundial do Comércio (OMC) é uma agência vinculada à ONU, com personalidade jurídica própria de direito internacional, criada para regular o comércio internacional. Assim, a adesão da recém criada República de Benguela à OMC deveria ser subordinada ao atendimento dos seguintes requisitos: ser membro da ONU, adequar a legislação interna aos acordos existentes no âmbito da OMC, fazer concessões nas tarifas aduaneiras e ser aceita por todos os países membros da OMC.

150. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) O GATT foi promulgado em 1970 com a finalidade de expandir o comércio internacional e reduzir os direitos alfandegários, por intermédio de contingenciamentos, acordos preferenciais e barreiras pecuniárias.

151. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) A cláusula de habilitação, um dos princípios do GATT, estabelece que todo e qualquer favorecimento alfandegário oferecido a uma nação deve ser extensível às demais.

152. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) A OMC, fórum permanente de negociação para a solução de controvérsias quanto às práticas desleais e de combate a medidas arbitrárias de comércio exterior, foi criado pelo Acordo de Tóquio, de 1985, e está vinculado ao Fundo Monetário Internacional.

153. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) O Conselho Geral é o órgão da OMC incumbido da resolução de disputas e mecanismos de revisão de política comercial. Dotado de função análoga à judiciária, esse conselho vale-se, via de regra, de mecanismos de composição extrajudicial, como a arbitragem.

154. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) O sistema de solução de controvérsias da OMC conta com apenas três fases: formulação de consultas pelos Estados envolvidos, constituição de grupo especial e prolação de decisão.

155. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) A regulamentação do comércio internacional, no plano multilateral, evoluiu na forma do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade)* e foi consolidada pela posterior criação da Organização Mundial do Comércio (OMC).

156. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2008) Assim como as sentenças de tribunais internacionais, as decisões do Órgão de Apelação são obrigatórias, independentemente de sua adoção por quaisquer outros órgãos no âmbito da OMC.

157. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2008) É vedado às empresas, de grande ou pequeno porte, fazer parte, como membros, da OMC.

158. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2008) O Órgão de Apelação é composto por sete pessoas, as quais não devem ter vínculo com nenhum governo.

159. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2008) O Órgão de Apelação tem proibido a presença de *amicus curiae* em casos sob sua apreciação.

160. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2008) A acessão ao Acordo Constitutivo da OMC depende da aceitação por, no mínimo, três quintos dos seus membros.

161. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2008) Ações retaliatórias dos países-membros em resposta a barreiras comerciais consideradas injustas são permitidas pela OMC desde que por ela sancionadas.

162. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2008) A exemplo da OMC, as normas e os acordos no âmbito do GATT aplicam-se ao comércio de mercadorias, de serviços e de direitos de propriedade intelectual referentes ao intercâmbio externo, sendo, pois, subscritos por todos os países.

163. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2008) As atribuições do órgão de solução de controvérsias, no âmbito da OMC, incluem a criação de painéis, a adoção do relatório do painel, o acompanhamento da implementação das recomendações sugeridas pelo relatório do painel, bem como a autorização da imposição de sanções aos Estados que não se adequarem ao relatório.

164. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2008) A adoção de incentivos fiscais que beneficiem unicamente empresas que utilizem um percentual mínimo de componentes domésticos como insumos representa um exemplo típico de restrição comercial tratada no âmbito do Acordo sobre Medidas de Investimentos Relacionadas ao Comércio (TRIMS).

165. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2008) Desde que não se configurem como restrições ao comércio agrícola, políticas de proteção ambiental, como aquelas destinadas a proteger a vida humana contra doenças provocadas por animais e plantas e a preservar a fauna e a flora, são contempladas pelo Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias.

166. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2008) As regras de origem podem representar uma forma implícita de proteção aos insumos importados por determinadas empresas, concorrendo, assim, para insulá-las das conseqüências decorrentes da adesão a uma área de livre comércio.

167. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Um dos princípios do GATT é a cláusula de nação mais favorecida, que afirma que, no comércio mundial, não deve haver discriminação. O tratamento especial dispensado a um país deve ser concedido também a todos os outros.

168. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Sob muitos pontos de vista, a Reunião Ministerial de Doha, Catar, representou uma vitória dos países em desenvolvimento, com o estabelecimento de uma nova rodada de negociação e a flexibilização da defesa das patentes. No entanto, não se conseguiu a formação de uma agenda para a eliminação dos subsídios agrícolas nos países desenvolvidos.

169. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) Os dispositivos do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) relativos à agricultura incluem produtos de pesca e florestais.

170. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) O GATT estimula o uso de barreiras tarifárias em detrimento a outras formas de proteção.

171. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) O GATT permite o uso de restrições quantitativas, mas impede o uso de tarifas.

172. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) A OMC não permite o tratamento especial dado por um país-membro de área de integração regional a outro país da mesma área.

173. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) As disposições compreendidas no GATT que limitam a ação de seus Estados-Membros excetuam países em desenvolvimento com dificuldades no balanço de pagamentos.

174. (CESPE / Procurador Federal - AGU / 2010) O Órgão de Apelação da OMC é composto de juízes eleitos por tempo determinado.

175. (CESPE / Advogado - OAB / 2009.2) A facilitação de empréstimo monetário internacional é tarefa que incumbe à OMC.

176. (CESPE / Advogado - OAB / 2009.2) Constitui objetivo da Organização Mundial do Comércio solucionar controvérsias sobre tarifas do comércio internacional.

177. (CESPE / Advogado - OAB / 2009.2) A OMC fornece recursos monetários para incentivar o desenvolvimento econômico.

178. (CESPE / Advogado - OAB / 2009.2) É função típica da Organização Mundial do Comércio permitir a criação de zonas francas de comércio.

179. (CESPE / Juiz do Trabalho – TRT1R/2010) A utilização de moeda comum possibilita a litigância em bloco no sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio.

180. (CESPE / Pesquisador - INMETRO/2009) A Organização Internacional do Comércio, concebida durante a Conferência de Bretton Woods, cuja carta constitutiva não foi ratificada pelos Estados Unidos da América (EUA), acabou não sendo criada, tomando seu lugar o GATT.

181. (CESPE / Pesquisador - INMETRO/2009) O GATT/1947, embora não fosse um órgão internacional, atuou no sentido de estabelecer regras fundamentais para as trocas comerciais e promover a progressiva liberalização destas, mediante sucessivas rodadas de negociações multilaterais.

182. (CESPE / Pesquisador - INMETRO/2009) A criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), ao término da Rodada Uruguai, ocorreu devido à obsolescência das normas e dos instrumentos do GATT em face da nova realidade e da dinâmica do comércio internacional.

183. (CESPE / Pesquisador - INMETRO/2009) A OMC foi criada com as seguintes finalidades: gerir e supervisionar a implementação dos acordos emanados da Rodada Uruguai, prover um foro para as negociações comerciais e para a solução de controvérsias comerciais entre os Estados-membros e acompanhar as políticas comerciais destes com o propósito de assegurar a observância das regras e dos compromissos definidos multilateralmente.

184. (CESPE / Pesquisador - INMETRO/2009) Os acordos da Rodada Uruguai passaram a ser revisados após a criação da OMC, diante da necessidade de ajustá-los aos objetivos e aos princípios desse organismo, o que justificou o lançamento de uma nova rodada de negociações iniciada em 2001, ainda em curso.

185. (CESPE / Pesquisador - INMETRO/2009) Os acordos da Rodada Uruguai foram integralmente incorporados à OMC nos termos em que foram concluídos.

186. (CESPE / Auditor Fiscal da Receita Estadual – ES / 2008) Uma das funções da OMC é cooperar, no que couber, com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e com os órgãos a eles afiliados, visando alcançar maior coerência na formulação das políticas econômicas em escala mundial.

187. (CESPE / Auditor Fiscal da Receita Estadual – ES / 2008) A estrutura da OMC prevê um Conselho do Grupo Comum, que se reúne para desempenhar as funções do Órgão de Solução de Controvérsias estabelecido no entendimento sobre solução de controvérsias.

188. (CESPE / Auditor Fiscal da Receita Estadual – ES / 2008) A OMC tem personalidade legal e recebe de seus membros a capacidade legal necessária para exercer suas funções. Entretanto, não pode concluir acordo de sede.

189. (CESPE / Auditor Fiscal da Receita Estadual – ES / 2008) Pelo princípio da transparência, qualquer vantagem, favor, imunidade ou privilégio concedido por uma parte contratante em relação a um produto originário de ou destinado a qualquer outro país será imediata e incondicionalmente estendido ao produtor similar, originário do território de cada uma das outras partes contratantes ou ao mesmo destinado.

190. (CESPE / Auditor Fiscal da Receita Estadual – ES / 2008) O princípio da proibição das restrições quantitativas tem como objetivo evitar as restrições não-alfandegárias ao comércio, uma vez que tais restrições são menos perceptíveis e mais difíceis de controlar.

191. (CESPE / Auditor Fiscal da Receita Estadual – ES / 2008) O princípio da reciprocidade consagra a necessidade de tratamento igual entre produtos importados e produtos nacionais similares, no que tange a tributos ou a outros encargos.

192. (CESPE / Analista em C & T – MCT / 2008) No âmbito da Organização Mundial Comércio (OMC), é permitido à Conferência Ministerial decidir a derrogação de uma obrigação de um membro em virtude do acordo constitutivo da OMC.

193. (CESPE / Analista em C & T – INPI/2006) Fundamentado no princípio da nação mais favorecida (*most-favoured-nation*), a Organização Mundial do Comércio exclui a possibilidade de tratamento tarifário diferenciado para os países membros.

194. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) O sistema de solução de controvérsias da OMC conta com apenas três fases: formulação de consultas pelos Estados envolvidos, constituição de grupo especial e prolação de decisão.

195. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) A OMC, fórum permanente de negociação para a solução de controvérsias quanto às práticas desleais e de combate a medidas arbitrárias de comércio exterior, foi criado pelo Acordo de Tóquio, de 1985, e está vinculado ao Fundo Monetário Internacional.

196. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) A cláusula de habilitação, um dos princípios do GATT, estabelece que todo e qualquer favorecimento alfandegário oferecido a uma nação deve ser extensível às demais.

197. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) O GATT foi promulgado em 1970 com a finalidade de expandir o comércio internacional e reduzir os direitos alfandegários, por intermédio de

contingenciamentos, acordos preferenciais e barreiras pecuniárias.

198. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2009) Os acordos da OMC versam, principalmente, sobre comércio de bens e de serviços e aspectos de direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio, ficando todos os países-membros sujeitos às disposições e aos compromissos neles estabelecidos.

199. (CESPE / Banco do Brasil - Escriturário / 2009) A OMC, que dispõe de até US$ 150 bilhões para fazer empréstimos aos países importadores de produtos agrícolas e industriais, é um órgão financeiro vinculado à ONU.

200. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2003) Sucessora do GATT, a OMC é uma das mais conhecidas instâncias multilaterais dos dias atuais, tendo, entre outras, a missão de elaborar as normas reguladoras do comércio mundial, zelar pela sua observância e julgar os contenciosos entre os atores do mercado mundial

201. (CESPE / Banco do Brasil - Escriturário / 2004) A Organização Mundial do Comércio (OMC) é uma agência vinculada à ONU, com personalidade jurídica própria de direito internacional, criada para regular o comércio internacional. Assim, a adesão de um novo Estado à OMC deveria ser subordinada ao atendimento dos seguintes requisitos: ser membro da ONU, adequar a legislação interna aos acordos existentes no âmbito da OMC, fazer concessões nas tarifas aduaneiras e ser aceita por todos os países membros da OMC.

202. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2009) A OMC supervisiona a implementação e o cumprimento de regras para o comércio entre os países-membros a partir de acordos negociados entre eles.

203. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) Propriedade intelectual e serviços, áreas de interesse primordial dos países desenvolvidos, não receberam regulamentação multilateral no âmbito da OMC, devido à forte oposição da maioria dos países em desenvolvimento a essa medida.

204. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) As uniões aduaneiras ou áreas de livre comércio, por permitirem que concessões ou

vantagens sejam estendidas apenas aos membros dessas áreas regionais, conflitam com a regra de tratamento de nação mais favorecida e, por isso, não encontram amparo no arcabouço jurídico do GATT/OMC.

205. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) Os pilares fundamentais do sistema multilateral de comércio GATT/OMC incluem a cláusula de nação mais favorecida (NMF), o princípio de tratamento nacional, a defesa dos consumidores e a primazia à proteção do meio ambiente.

206. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2004) Em que pese a agressiva retórica protecionista expressa por quase todos os países, as duas últimas décadas do século passado assistem à plena abertura dos mercados. Era a economia deixando de ser internacional para se tornar efetivamente mundial, o que exigiu o fim de instâncias reguladoras do comércio, como foi o caso do GATT.

3.3 – Organização Internacional do Trabalho (OIT)

207. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) A OIT foi criada na Conferência de Filadélfia, de 1944.

208. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) O Conselho de Administração, órgão deliberativo máximo da OIT, tem uma estrutura tripartite, com delegações formadas por representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregadores dos Estados-membros.

209. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) As recomendações são normas da OIT destinadas a constituir regras gerais aos Estados deliberantes que as incluem em sua ordem jurídica interna.

210. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) A Declaração de Filadélfia, de 1944, enunciou o princípio segundo o qual o trabalho é uma mercadoria.

211. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) São normas da OIT: convenções, recomendações e resoluções.

212. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) Ao Comitê de Liberdade Sindical da OIT cabe analisar as queixas quanto à aplicação da Convenção 87, acerca da liberdade sindical e da proteção do direito à sindicalização, e à Convenção 98, acerca do direito de sindicalização e de negociação coletiva.

213. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) De acordo com a Convenção 138 da OIT, a idade mínima para admissão ao emprego ou trabalho não pode ser inferior àquela em que cessar a obrigatoriedade escolar, não podendo, em todo caso, ser inferior a quinze anos, salvo casos particulares.

214. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) Entre as piores formas de trabalho infantil previstas na Convenção 182 da OIT, não se inclui a utilização de criança para fins de produção de material pornográfico.

215. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) Considera-se criança, para os efeitos da Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os direitos da criança, todo ser humano com menos de dezesseis anos.

216. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) A Declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho consagra a possibilidade do trabalho obrigatório.

217. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) As piores formas de trabalho infantil não são reconhecidas pelo direito internacional.

218. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT16R / 2003) A OIT é um órgão supremo, que elabora a regulamentação internacional do trabalho e é composto de quatro órgãos: 1) Conferência Internacional do Trabalho- CIT, 2) Conselho de Administração- CA, 3) Repartição Internacional do Trabalho RIT ou Bureau Internacional do Trabalho- BIT e 4) Conselho de Segurança e Prevenção do Trabalho- CSPT.

219. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT16R / 2003) Os membros da OIT reúnem-se três vezes por ano no intuito de adotar e resolver as questões atinentes às convenções, recomendações e resoluções internacionais.

220. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT16R / 2003) Dentre as principais Convenções Internacionais ratificadas pelo Brasil, destaca-se: idade mínima dos menores nos trabalhos industriais, férias anuais remuneradas, proteção à maternidade, política de emprego, licença remunerada para estudos e proteção do salário.

221. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT16R / 2003) No âmbito das normas exaradas pela OIT, possui a recomendação maior hierarquia e eficácia jurídica que a convenção.

222. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A convenção n.o 158 da OIT sobre o término das relações de trabalho por iniciativa do empregador encontra-se em vigor no Brasil e estabelece a proibição de o empregador dispensar o empregado sem motivação válida.

223. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Tanto as convenções quanto as recomendações exaradas no âmbito da OIT, para que produzam efeitos jurídicos, necessitam de ratificação pelos Estados-membros.

224. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Na Conferência Internacional do Trabalho, órgão supremo da OIT, os Estados-membros são representados por representantes do governo, dos empregados e dos patrões.

225. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Constitui objeto do direito internacional do trabalho a solução dos conflitos de leis do trabalho no espaço.

226. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A finalidade suprema da OIT e, conseqüentemente, do próprio direito internacional do trabalho, consiste em promover a universalização dos princípios da justiça social, uniformizando, tanto quanto possível, as correspondentes normas jurídicas.

227. (CESPE/ Juiz do Trabalho – TRT1R/2010) A OIT não possui personalidade jurídica, pois é filiada à Organização das Nações Unidas e por ela representada.

3.4 – Organização Mundial da Saúde (OMS)

228. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) A OMS é uma organização não-governamental de marcante presença internacional.

229. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) A OMS é um organismo internacional especializado da Organização das Nações Unidas (ONU).

230. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) A OMS possui acordo de sede com a República Federativa do Brasil, o que proporciona a seus agentes em serviço no país as garantias da imunidade de jurisdição local.

231. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) A OMS está sediada em Roma, na Itália, mas possui agências espalhadas em diversos continentes.

232. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) A OMS não possui representação na Suiça pelo fato de esse país não fazer parte da ONU.

233. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) O representante brasileiro junto à OMS, uma vez indicado pelo presidente de República, tem seu nome confirmado pelo Senado Federal.

234. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) O Brasil não reconhece formalmente a OMS, fazendo-o apenas em relação à ONU, da qual a OMS é organismo especializado.

235. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) O representante da OMS junto ao governo brasileiro possui *status* diplomático e goza de prerrogativas pessoais imunitárias.

236. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) A OMS, por exercer funcionalidade extraterritorial, goza de imunidades de jurisdição e de execução perante a justiça brasileira, pelo que se desobriga de atentar para a legislação trabalhista no Estado acreditado.

237. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) A OMS possui personalidade jurídica-internacional perante o direito internacional público.

3.5 – União Europeia (UE)

238. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2004) Para que a recém criada República de Benguela pudesse firmar qualquer tratado específico com algum Estado-membro da União Européia (UE), que é uma pessoa jurídica de direito público internacional, esse tratado deveria estar em harmonia com o direito comunitário da UE, visto que a ordem jurídica comunitária integra o direito interno de cada estado-membro da UE, não podendo este invocar a legislação nacional para impedir a aplicação do direito comunitário.

239. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) A Comunidade Econômica Européia assegura a livre circulação de mercadorias, serviços e capitais, mas não a de pessoas.

240. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) São órgãos da União Européia o Parlamento Europeu, o Conselho da Europa, a Comissão, o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas.

241. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) Os tratados, na União Européia, somente podem ser emendados por decisão unânime dos Estados-membros.

242. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) O princípio da livre circulação de trabalhadores baseia-se na vedação a discriminações aos profissionais oriundos dos Estados que integram os países comunitários, bem como na preferência, no acesso ao emprego, de trabalhadores da área comunitária em relação a terceiros Estados.

243. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2008) A União Européia constitui uma união aduaneira porque, nela, os países-membros, além de não imporem restrições comerciais entre si, partilham uma moeda comum e adotam políticas fiscais e monetárias unificadas.

244. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Dentro da estrutura da União Européia, a Comissão Européia é o órgão executivo responsável pelo cumprimento dos tratados. No MERCOSUL, essa função está a cargo do Conselho do Mercado Comum (CMC).

245. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O Tratado de Maastricht trouxe a perspectiva de união política, monetária e econômica para o mercado europeu.

246. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A União Européia iniciou seu processo de formação de bloco econômico em 1957, com a assinatura do Tratado de Roma, entre França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, que criou a Comunidade Econômica Européia.

247. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) O objetivo primordial do Sistema Europeu de Bancos Centrais, nos termos do Tratado de Maastrich, é a manutenção da estabilidade de preços na União Européia.

248. (CESPE / Advogado - BRB/2009) A UE é considerada a mais avançada experiência de bloco econômico na atualidade, resultante de um esforço que atravessou décadas, iniciado nos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial.

249. (CESPE / Juiz do Trabalho – TRT1R / 2010) A participação na zona do euro conforma obrigação comunitária irrenunciável, à exceção dos recém-admitidos países do leste europeu, que deverão passar por período de convergência macroeconômica.

250. (CESPE / Juiz do Trabalho – TRT1R / 2010) As iniciativas políticas unilaterais dos países comunitários da zona euro são limitadas.

251. (CESPE / Juiz do Trabalho – TRT1R / 2010) A zona euro inclui todos os seis países fundadores das comunidades europeias, embrião da atual União Europeia, e outros países posteriormente aderentes, como Irlanda e Grã-Bretanha.

252. (CESPE / Juiz do Trabalho – TRT1R / 2010) A Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia de 2000 é apenas documento retórico, sem qualquer tutela nos tratados comunitários, especialmente no Tratado de Lisboa.

253. (CESPE / Juiz do Trabalho – TRT1R / 2010) Na União Europeia, o Tratado de Lisboa incorporou formalmente a cláusula da solidariedade, definindo como ela se expressa na vida comunitária.

254. (CESPE / Juiz do Trabalho – TRT1R / 2010) A adesão ao euro não implica renúncia a bancos centrais nacionais nem a possibilidade da prática de política monetária e de utilização do direito tributário como ferramenta de política econômica.

255. (CESPE / Advogado – BRB / 2009) O êxito da UE deve-se ao consenso obtido pelos integrantes do bloco em agir de modo uniforme e unânime em áreas vitais como política externa, legislação sobre imigrações e fixação de tributos diversos.

3.6 - Mercosul

256. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2008) Segundo a doutrina da integração regional, que se desenvolve com a disseminação e o aprofundamento dos blocos econômicos, o MERCOSUL recebe a classificação de união aduaneira imperfeita. Tal classificação justifica-se porque há um regime de exceções tributárias decorrente das assimetrias internas que impede a aplicação de um único imposto aduaneiro, comum a todos os países-membros do bloco regional.

257. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2008) Não existe, no MERCOSUL, livre circulação de trabalhadores, com direito de estabelecimento, como ocorre na União Européia.

258. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2003) Diversamente da Organização Mundial do Comércio (OMC), o MERCOSUL não é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito internacional e não tem competência para celebrar tratados internacionais.

259. (CESPE / Advogado - CEF / 2010) Tal qual a União Europeia, o MERCOSUL conta com um parlamento capaz de adotar normas com eficácia direta e imediata sobre seus Estados-membros.

260. (CESPE / Advogado - CEF / 2010) Por fazer parte do MERCOSUL, o Brasil não pode instaurar um contencioso comercial contra outro parceiro do bloco na Organização Mundial do Comércio (OMC).

261. (CESPE / Advogado - CEF / 2010) Todas as decisões do Conselho do Mercado Comum, órgão decisório máximo do MERCOSUL, podem ser tomadas por maioria, e ainda assim vinculam todos os Estados-membros.

262. (CESPE / Advogado - CEF / 2010) As decisões do Conselho do Mercado Comum vinculam imediatamente todos os membros, sem que, para isso, precisem ser introduzidas nos ordenamentos jurídicos internos.

263. (CESPE / Advogado - CEF / 2010) O Protocolo de Olivos instituiu o duplo grau de jurisdição para solução de controvérsias no MERCOSUL, ao prever o direito de recurso a um tribunal permanente de revisão para os contenciosos do bloco.

264. (CESPE / Advogado - OAB / 2008.1) O MERCOSUL possui personalidade jurídica de direito internacional.

265. (CESPE / Advogado - OAB / 2008.1) É vedado ao MERCOSUL celebrar acordos de sede.

266. (CESPE / Advogado - OAB / 2008.1) Os idiomas oficiais do MERCOSUL são o espanhol e o português, com prevalência do espanhol em caso de dúvida sobre a aplicação ou interpretação dos tratados constitutivos.

267. (CESPE / Advogado - OAB / 2008.1) O MERCOSUL ainda não possui um tratado sobre defesa da concorrência, não obstante os esforços brasileiros para a criação de um instrumento sobre tal matéria.

268. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) No âmbito das normas que orientam o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), embora não haja, expressamente, a previsão de uma tarifa externa comum, adotou-se a regra da coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais.

269. (CESPE / Procurador Federal - AGU / 2010) O Protocolo de Olivos dispõe sobre a solução de controvérsias no âmbito do MERCOSUL.

270. (CESPE / Procurador Federal - AGU / 2002) O MERCOSUL, com personalidade jurídica de direito internacional, tem como órgão superior o Conselho do Mercado Comum, que se manifesta mediante decisões tomadas por consenso e com a presença de, pelo menos, dois terços dos Estados-partes.

271. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) O MERCOSUL é um processo de integração econômica constituído por Argentina, Brasil, Uruguai e Chile.

272. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) Uma área de integração econômica que permita eliminar as restrições sobre os movimentos internacionais de produtos entre os países-membros bem como a livre circulação de fatores de produção é denominada zona de livre comércio.

273. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) Os países do MERCOSUL adotaram a tarifa externa comum, que se aplica às importações provenientes de países não-membros, sem exceção.

274. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) Nos exercícios de integração entre os países da América Latina e do Caribe, há blocos econômicos marcadamente diferentes: o Mercado Comum Centro-Americano conta com uma infra-estrutura administrativa, enquanto o MERCOSUL e o Grupo Andino optaram por instituições intergovernamentais, sem caráter supranacional.

275. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) A assinatura do Tratado de Assunção, que criou o MERCOSUL, foi de fato a culminância do processo de integração iniciado em julho

de 1986, entre Brasil, Argentina e Uruguai, mantendo-se os propósitos, o processo de liberalização de barreiras comerciais, a sinalização aos demais países da região e o gradualismo na abordagem dos diversos temas.

276. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) No processo de definição da tarifa externa comum do MERCOSUL, foram admitidos três tipos de exceções — os bens de capital, os produtos de informática e de telecomunicações e os produtos considerados sensíveis — e foi adotado tratamento diferenciado para os setores automobilístico e açucareiro. Para os demais produtos, que compõem a maior parte da pauta comercial, foi aplicada a alíquota comum.

277. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) O órgão máximo do MERCOSUL é o Conselho do Mercado Comum e só ele possui competência para assinar acordos com outros países ou grupos de integração regional.

278. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) A repartição da receita proveniente da tarifa externa comum entre os países-membros do MERCOSUL e as questões relacionadas com as regras de origem são problemas cuja solução depende de alterações nas legislações nacionais, da criação de instituições específicas e da consolidação de uma união aduaneira plena.

279. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O chamado Consenso de Washington dominou as políticas econômicas dos países do MERCOSUL nos últimos anos, mas não evitou a crise brasileira nem a argentina. Os países do MERCOSUL ainda são dependentes dos aportes de capital financeiro internacional, o que fragiliza as posições políticas do MERCOSUL frente à ALCA.

280. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Na zona livre de comércio, os países associados eliminam as barreiras incidentes sobre os produtos comercializados entre eles. Na união aduaneira, além da eliminação das barreiras comerciais entre os países, os países-membros adotam uma política comercial uniforme em relação aos países externos à união. O Tratado de Assunção, para o MERCOSUL, estabelece mecanismos para a associação de uma zona de livre comércio no cone sul.

281. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O Tratado de Assunção, de 1991, lançou as bases do MERCOSUL e teve como principal ponto, além da formação da estrutura institucional, a criação da Tarifa Externa Comum (TEC), que gerou um regime tarifário para o comércio extrarregional.

282. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O MERCOSUL é um importante bloco econômico para seus partícipes, principalmente para manter a independência dos países diante da política internacional e para fortalecê-los nas negociações externas. No entanto, esse bloco econômico sofre de assimetria nas estratégias nacionais e de dependência de capital financeiro internacional.

283. (CESPE / Advogado - Petrobrás / 2003) De acordo com o Protocolo de Brasília para Solução de Controvérsias no MERCOSUL, os laudos do Tribunal Arbitral são inapeláveis, obrigatórios para os Estados partes na controvérsia a partir do recebimento da respectiva notificação e terão relativamente a eles força de coisa julgada.

284. (CESPE / Advogado - Petrobrás / 2003) As controvérsias que surgirem entre os Estados-partes, quanto à aplicação das decisões do Conselho do Mercado Comum, não estarão submetidas aos procedimentos de solução previstos no Protocolo de Brasília, já que tal função pertence ao Grupo Mercado Comum.

285. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2009) O MERCOSUL garante, de forma semelhante à União Europeia, uma união econômica, monetária e política entre países.

286. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2009) A adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados é um dos objetivos da criação do MERCOSUL.

287. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2007) A CF prevê expressamente normas de integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

288. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2007) O Tratado de Assunção, o Protocolo de Brasília sobre Solução de Controvérsias e o Protocolo de Ouro Preto são normas de direito do MERCOSUL.

289. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) O MERCOSUL foi constituído mediante a celebração do Tratado de Assunção, firmado entre Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile.

290. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) A jurisdição internacional do MERCOSUL abrange as relações jurídicas entre os falidos e seus credores, e demais procedimentos análogos.

291. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) As normas emanadas de tratados, acordos ou protocolos do MERCOSUL têm caráter obrigatório e devem, quando necessário, ser incorporadas aos ordenamentos jurídicos nacionais mediante os procedimentos previstos pela legislação de cada país.

292. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) A admissibilidade das medidas cautelares no MERCOSUL será regulada pelas leis e julgada pelos juízes ou pelos tribunais do Estado requerido.

293. (CESPE / Juiz Federal - TRF1R / 2009) O atual estágio de integração do MERCOSUL é de mercado comum.

294. (CESPE / Juiz Federal - TRF1R / 2009) O Tratado de Assunção, celebrado em 1991, conferiu personalidade jurídica internacional ao MERCOSUL.

295. (CESPE / Juiz Federal - TRF1R / 2009) As decisões dos órgãos do MERCOSUL são tomadas por maioria, o que caracteriza a natureza flexível e gradual do processo.

296. (CESPE / Juiz Federal - TRF1R / 2009) O Conselho do Mercado Comum é o órgão superior do MERCOSUL, que tem por incumbência a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção.

297. (CESPE / Juiz Federal - TRF1R / 2009) Em caso de controvérsias no âmbito do MERCOSUL, deve ser aplicado o Protocolo de Brasília.

298. (CESPE / Juiz Federal - TRF1R / 2009) O Conselho do Mercado Comum é o órgão executivo do MERCOSUL.

299. (CESPE / Juiz Federal - TRF1R / 2009) O Conselho do Mercado Comum é integrado por ministros das relações exteriores, ministros da economia e ministros da justiça dos Estados-partes.

300. (CESPE / Juiz Federal - TRF1R / 2009) O Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do MERCOSUL são órgãos de natureza intergovernamental.

301. (CESPE / Juiz Federal - TRF1R / 2009) A Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL mudou de denominação para Parlamento do MERCOSUL, mas manteve o número de competências.

302. (CESPE / Juiz Federal - TRF1R / 2009) É competência do Grupo Mercado Comum editar o Boletim Oficial do MERCOSUL.

303. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) Quando controvérsia sobre a aplicação de decisão do Conselho do Mercado Comum envolver mais de cinco Estados-partes, o TAPR será integrado por três árbitros.

304. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) Cada Estado-parte do MERCOSUL designará um árbitro titular e seu suplente para integrar o TAPR, por dois anos, renováveis por, no máximo, dois períodos consecutivos.

305. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) A cidade de Buenos Aires é a sede oficial do TAPR do MERCOSUL.

306. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) Os árbitros dos tribunais arbitrais *ad hoc* e os do TAPR serão nomeados entre pessoas com notável saber jurídico ou econômico, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade.

307. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) Salvo disposição em contrário, os laudos dos tribunais arbitrais *ad hoc* devem ser

cumpridos no prazo de um ano, a contar da notificação da parte obrigada.

308. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2007) No âmbito do MERCOSUL, em matéria de impostos, taxas e outros gravames internos, os produtos originários do território de um Estado-parte gozarão, nos outros Estados-partes, do mesmo tratamento que se aplique ao produto nacional.

309. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) O MERCOSUL, criado pelo Protocolo de Recife como ente dotado de personalidade jurídica de direito público, apresenta estrutura orgânica intergovernamental, sendo suas decisões tomadas por votação, respeitando-se a maioria dos votos.

310. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) Ao Conselho do Mercado Comum, órgão superior do MERCOSUL, cabem a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção, devendo esse conselho reunir-se, pelo menos, uma vez por bimestre, com a participação dos presidentes dos Estados-partes.

311. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) Constituem órgãos do MERCOSUL, de capacidade decisória e natureza intergovernamental, o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do MERCOSUL, bem como o Tribunal Permanente de Revisão e o Parlamento do MERCOSUL.

312. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) São funções e atribuições do Grupo Mercado Comum a propositura de projetos de decisões ao Conselho do Mercado Comum e o exercício da titularidade da personalidade jurídica do MERCOSUL.

313. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) Quaisquer controvérsias entre os Estados-partes a respeito da interpretação, da aplicação ou do descumprimento das disposições contidas no Tratado de Assunção e dos acordos celebrados no âmbito desse tratado devem ser submetidas exclusivamente aos procedimentos de solução estabelecidos no Protocolo de Ouro Preto.

314. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) Os institutos vinculados à criação ou à implementação do MERCOSUL, incluem o Tratado de Assunção, o Tratado de Ouro Preto, o Tratado de Olivos, o Tratado de Las Leñas, e o Tratado de Buenos Aires.

315. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2008) No marco institucional do MERCOSUL, definido pelo Tratado de Assunção e pelo Protocolo de Ouro Preto, as negociações entre governos, sem mediação de órgãos supranacionais, resultam em decisões consensuais, visto que nesse acordo não se faz uso de votações.

316. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) As fontes jurídicas do MERCOSUL são o Tratado de Assunção, seus protocolos e instrumentos adicionais e complementares; os acordos celebrados no âmbito do Tratado de Assunção e seus protocolos; as decisões do Conselho do Mercado Comum; as resoluções do Grupo Mercado Comum e as diretrizes da Comissão de Comércio do MERCOSUL.

317. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O processo arbitral *ad hoc* constitui o último meio de solução de controvérsias no âmbito do MERCOSUL, tendo acesso a tal processo arbitral tanto os Estados-partes quanto os indivíduos.

318. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) As normas emanadas dos órgãos do MERCOSUL têm efeito de aplicação direta, não sendo necessária a sua incorporação formal no ordenamento jurídico dos Estados-membros.

319. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O MERCOSUL é uma organização internacional com personalidade jurídica de direito internacional.

320. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O MERCOSUL foi instituído por meio do Tratado de Assunção, de 1991, que revogou o Tratado de Montevidéu, de 1980, que havia criado a Associação Latino-Americana de Integração.

321. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) A promoção do acesso a medicamentos é princípio do protocolo constitutivo do parlamento do MERCOSUL.

322. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) O princípio do trato especial e diferenciado a países de economias menores está veiculado no protocolo constitutivo do parlamento do Mercosul.

323. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) O Protocolo de Montevidéu de 2005 prevê expressamente a promoção da diversidade linguística como meta a ser buscada pelo Mercosul.

324. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) O repúdio ao terrorismo compõe o rol de finalidades institucionais do MERCOSUL.

325. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) A cooperação dos povos para o progresso da humanidade é meta do MERCOSUL.

326. (CESPE / Analista em C & T – MCT / 2008) O protocolo de Olivos para a solução de controvérsias no MERCOSUL dispõe que podem ser estabelecidos mecanismos relativos à solicitação de opiniões consultivas ao Tribunal Permanente de Revisão.

327. (CESPE / Juiz do Trabalho – TRT1R / 2010) Cabe ao Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL, sediado em Assunção, Paraguai, julgar conflitos trabalhistas transfronteiriços.

328. (CESPE / Juiz do Trabalho – TRT1R / 2010) No MERCOSUL, a livre circulação de pessoas sofre restrições apenas em relação a países que não são membros plenos.

329. (CESPE / Juiz do Trabalho – TRT1R / 2010) O MERCOSUL, ao contrário da União Europeia, não possui personalidade jurídica de direito internacional.

330. (CESPE / Pesquisador - INMETRO / 2009) O MERCOSUL está integrado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, como Estados-parte; pela Venezuela, como Estado-parte em processo de adesão; por Chile, Bolívia, Peru, Colômbia e Equador, como Estados associados.

331. (CESPE / Pesquisador - INMETRO / 2009) O MERCOSUL foi criado pelo Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento

firmado originalmente por Brasil e Argentina em 1988 e expandido, com a incorporação do Uruguai e do Paraguai, mediante o Tratado de Assunção de março de 1991.

332. (CESPE / Pesquisador - INMETRO / 2009) O MERCOSUL objetiva, formalmente, a constituição da união econômica implicando a livre circulação, em seu âmbito, de bens, serviços, capitais e mão de obra, a adoção de uma moeda comum e a criação de instituições supranacionais para gerir política e economicamente o processo de integração.

333. (CESPE / Pesquisador - INMETRO / 2009) O processo de integração econômica sob a égide do MERCOSUL remonta à superação do contencioso Itaipu-Corpus entre Brasil e Argentina e aos instrumentos firmados por ambos os países.

334. (CESPE / Pesquisador - INMETRO / 2009) O Conselho Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do MERCOSUL são instâncias intergovernamentais que adotam o consenso como critério decisório.

335. (CESPE / Pesquisador - INMETRO / 2009) O Protocolo de Ouro Preto estabeleceu, entre outros pontos, os critérios e os procedimentos para a resolução de controvérsias comerciais entre os Estados-parte, a estrutura institucional definitiva do bloco e os requisitos para a adesão de novos membros.

336. (CESPE / Pesquisador - INMETRO / 2009) No presente, o MERCOSUL conforma uma união aduaneira, envolvendo um regime de livre comércio que alcança parcela substancial do comércio entre os Estados-parte e a aplicação da Tarifa Externa Comum (TEC).

337. (CESPE / Pesquisador - INMETRO / 2009) O Tratado de Assunção dispôs os objetivos formais do MERCOSUL, sua estrutura institucional provisória e o mecanismo para a instauração, em quatro anos, de uma área de livre comércio entre os Estados-parte.

338. (CESPE / Pesquisador – INPI / 2006) O MERCOSUL constitui uma união econômica, pois, além de adotar uma tarifa externa

comum, permite a livre circulação de bens e serviços, no comércio intrarregional.

339. (CESPE / Analista de C & T– INPI / 2006) O MERCOSUL, como bloco econômico regional, constitui uma união aduaneira, que privilegia a política de tarifas comuns, porém, onde questões mais complexas de integração foram deixadas de fora das negociações.

340. (CESPE / IRBr Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia / 2005) O Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), criado em 1994, favoreceu as trocas comerciais entre os países envolvidos e se consolidou como o primeiro passo para a mundialização da ação de empresas nacionais desses países.

341. (CESPE / IRBr Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia / 2009) O MERCOSUL diferencia-se da UNASUL, como iniciativa de integração, porque seu objetivo último é a constituição de um mercado comum entre seus membros, por compreender uma rede de acordos comerciais de alcance extrarregional, e também por sua agenda no campo não econômico, que inclui as áreas de educação, cultura, justiça, meio ambiente e previdência social, razões pelas quais a consolidação e o aprofundamento do bloco constituem objetivo prioritário da política regional brasileira.

342. (CESPE / Técnico Jurídico – EMBRAPA / 2005) O surgimento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) decorre, entre outras motivações, de um passo pioneiro, qual seja, a aproximação entre Argentina e Brasil, nos anos 1980, conduzida pelos presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney.

343. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2003) No Cone Sul, o processo de integração que levaria ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) teve sua origem na aproximação argentino-brasileira, em meados da década de 80 do século XX, conduzida pelos presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney. Naquela conjuntura de crise econômica, ambos os Estados viviam os primeiros passos da experiência de recomposição da democracia após cerca de duas décadas de regime autoritário, sob o comando de militares.

344. (CESPE / IRBr Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia / 2010) Entre as características da política externa brasileira contemporânea, inclui-se a maior integração sul-americana, com a extensão de programas como o Fundo para a Convergência

Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) para os demais países sul-americanos.

3.7 – *North American Free Trade Agreement* (NAFTA)

345. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) O Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) prevê a fixação de tarifa única sobre exportação de bens entre os países signatários, bem como a criação de limitações quantitativas à importação.

346. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2008) No que diz respeito ao comércio de produtos agrícolas, as regras tarifárias previstas no âmbito do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) aplicam-se igualmente aos países signatários desse acordo.

347. (CESPE / Pesquisador – INPI / 2006) O *North American Free Trade Agreement* (NAFTA), além de estabelecer uma zona de livre comércio e promover a competição dentro dessa área, impõe uma política comercial externa comum para os países membros.

348. (CESPE / Analista de C & T– INPI / 2006) A exemplo da União Européia, o NAFTA (*North American Free Trade Agreement*), cujos países-membros são Canadá, Estados Unidos da América e México, visa à unificação total das economias dos países que dele fazem parte.

349. (CESPE / Auditor – TCU / 2006) O Tratado Norte-Americano de Livre Comércio — *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) —, que envolve Canadá, Estados Unidos da América e México, eliminou as barreiras tarifárias entre os países-membros, permitindo, porém, que esses três países sigam distintas políticas comerciais em face dos países não-membros.

350. (CESPE / Juiz do Trabalho – TRT1R / 2010) No NAFTA, a livre circulação de pessoas não é admitida apenas em relação ao México, ocorrendo plenamente entre os Estados Unidos da América e o Canadá.

3.8 – Outras organizações

351. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A denominada nova ordem monetária internacional foi instituída na Conferência Monetária e Financeira Internacional, realizada em julho de 1944, em Bretton- Woods, estado de New Hampshire, EUA, na qual foram adotados os acordos que criaram o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

352. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O FMI, principal órgão regulador do Sistema Monetário Internacional, tem, entre outros, o objetivo de abreviar o prazo e reduzir o grau de desequilíbrio nas balanças internacionais de pagamentos dos seus membros.

353. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O Conselho dos Governadores do FMI é formado pelos representantes dos Estados-membros, e suas deliberações são tomadas por maioria de votos, tendo cada membro direito a um voto.

354. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Diferentemente do FMI, que é órgão de cooperação, o Banco Mundial constitui órgão de desenvolvimento, proporcionando assistência financeira e técnica para estimular países rumo ao desenvolvimento econômico.

355. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Nada obsta a que um Estado seja membro do Banco Mundial sem que o seja do FMI.

356. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O processo de negociação da ALCA e a nova rodada de negociação da OMC, lançada em novembro de 2001, em Doha, Catar, não seguem o princípio do *single undertaking*, que impede a implementação dos tópicos acordados entre as partes antes que toda a negociação seja concluída, o que demonstra a força dos países hegemônicos nessas negociações.

357. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A aprovação, pelo Congresso dos EUA, da autoridade para

promoção comercial, antes conhecida como *fast track*, é essencial para os acordos comerciais internacionais que envolvem os EUA na OMC ou na ALCA, dadas as dificuldades de aprovação de uma negociação com a participação daquele Congresso.

358. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A questão dos investimentos estrangeiros é um ponto de possíveis conflitos na formação da ALCA. Os EUA desejam que o acordo da ALCA estabeleça a obrigação de conceder aos investidores de um país-membro da área "tratamento nacional" ou "tratamento de nação mais favorecida", o que for mais vantajoso para o investidor. Dessa forma, os governos dos países integrantes da ALCA ficariam impedidos, por tratado internacional, de definir políticas que favoreçam as empresas de capital nacional *vis-à-vis* as empresas de outros países da ALCA.

359. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) No processo de formação da ALCA, existe um conflito entre os países partícipes no que se refere à data-limite para a sua criação. O Brasil deseja que essa data seja 2005, mas, diante das crises financeiras nos países sul-americanos, especialmente na Argentina e no próprio Brasil, não conseguiu reverter, junto aos outros parceiros do MERCOSUL e ao governo norte-americano, a proposta chilena, feita no sentido de estabelecer 2003 como data-limite.

360. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O Fórum Econômico da Ásia e do Pacífico (APEC), oficializado em 1993, é um poderoso grupo de países, pois representa grande parte do comércio mundial.

361. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A Comunidade Andina, ou Pacto Andino, foi criada em 1969 no intuito de fazer restrições ao capital estrangeiro. No entanto, em função do processo de globalização financeira e de integração regional, hoje está centrada na formação de um mercado comum.

362. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) No âmbito da ALCA, foi criado, na Reunião Ministerial de São José (1998), o Grupo Consultivo sobre Economias Menores (GCEM), que se preocupa com os interesses das economias pequenas. O Brasil e o MERCOSUL têm apoiado concessões especiais a essas economias menores, independentemente da observância do princípio da reciprocidade.

363. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O Fundo Monetário Internacional (FMI) foi criado em 1944, durante a Conferência de Bretton Woods, para promover o investimento e o desenvolvimento dos Estados, mas sofre críticas nos dias de hoje por exigir políticas restritivas e ortodoxas dos países.

364. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) tem uma política internacional mais voltada aos países em desenvolvimento, o que se explica pelo fato de esse organismo multilateral não apresentar, no seu sistema interno, diferenças entre os países nas votações nem nas doações ao órgão.

365. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) O Bank for International Settlements (BIS) é organização internacional que tem por finalidade fiscalizar os bancos centrais associados e facilitar as operações internacionais, na busca da estabilidade monetária e financeira das economias.

366. (CESPE / Pesquisador - INMETRO / 2009) O Brasil participa do Conselho de Defesa Sul-Americano, no qual estão representados os países membros da UNASUL.

367. (CESPE / Pesquisador - INMETRO / 2009) Criada em 1948, a OEA é o organismo político multilateral mais antigo em atividade do continente americano.

368. (CESPE / Pesquisador – INPI / 2006) A Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA) prevê, inicialmente, a eliminação imediata de todas as tarifas e barreiras comerciais e, por essa razão, tem encontrado resistências substanciais nas populações dos países-membros.

369. (CESPE / Pesquisador – INPI / 2006) O objetivo da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) é acelerar o crescimento econômico, o progresso social e o desenvolvimento cultural dos países-membros.

370. (CESPE / Analista de C & T– INPI / 2006) O Fundo Monetário Internacional tem por objetivo principal ajudar os países-membros na correção de desequilíbrios estruturais de longo

prazo, nas suas economias, em especial no que diz respeito à conta-corrente e às reservas de recursos externos.

371. (CESPE / IRBr Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia / 2005) Alguns dos reflexos da criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foram o aumento de trocas entre corporações e o crescente processo de transnacionalização de empresas nacionais, fatos que levaram ao crescimento da participação do Brasil no comércio latino-americano.

Gabarito

123	**E**	**186**	**C**	**249**	**E**	**312**	**E**
124	C	187	E	250	C	313	E
125	**E**	**188**	**E**	**251**	**E**	**314**	**E**
126	E	189	E	252	E	315	C
127	**C**	**190**	**C**	**253**	**C**	**316**	**C**
128	E	191	C	254	E	317	E
129	**E**	**192**	**C**	**255**	**E**	**318**	**E**
130	E	193	E	256	C	319	C
131	**C**	**194**	**E**	**257**	**C**	**320**	**E**
132	E	195	E	258	E	321	E
133	**C**	**196**	**E**	**259**	**E**	**322**	**C**
134	E	197	E	260	E	323	E
135	**E**	**198**	**C**	**261**	**E**	**324**	**E**
136	E	199	E	262	E	325	E
137	**E**	**200**	**C**	**263**	**C**	**326**	**C**
138	C	201	E	264	C	327	E
139	**E**	**202**	**C**	**265**	**E**	**328**	**E**
140	E	203	E	266	E	329	E
141	**E**	**204**	**E**	**267**	**E**	**330**	**C**
142	E	205	E	268	E	331	E
143	**C**	**206**	**E**	**269**	**C**	**332**	**E**
144	E	207	E	270	E	333	C

145	**E**	**208**	**E**	**271**	**E**	**334**	**C**
146	E	209	E	272	E	335	C
147	**E**	**210**	**E**	**273**	**E**	**336**	**C**
148	C	211	C	274	E	337	C
149	**E**	**212**	**C**	**275**	**E**	**338**	**E**
150	E	213	C	276	C	339	C
151	**E**	**214**	**E**	**277**	**C**	**340**	**C**
152	E	215	E	278	C	341	C
153	**C**	**216**	**E**	**279**	**C**	**342**	**C**
154	E	217	E	280	E	343	C
155	**C**	**218**	**E**	**281**	**E**	**344**	**E**
156	E	219	E	282	C	345	E
157	**C**	**220**	**C**	**283**	**C**	**346**	**E**
158	C	221	E	284	E	347	E
159	**E**	**222**	**E**	**285**	**E**	**348**	**E**
160	E	223	E	286	C	349	C
161	**C**	**224**	**C**	**287**	**C**	**350**	**E**
162	E	225	E	288	E	351	C
163	**C**	**226**	**C**	**289**	**E**	**352**	**C**
164	C	227	E	290	E	353	E
165	**E**	**228**	**E**	**291**	**C**	**354**	**C**
166	C	229	C	292	E	355	E
167	**C**	**230**	**C**	**293**	**E**	**356**	**E**
168	E	231	E	294	E	357	C
169	**E**	**232**	**E**	**295**	**E**	**358**	**C**
170	E	233	C	296	C	359	E
171	**E**	**234**	**E**	**297**	**E**	**360**	**C**
172	E	235	C	298	E	361	E
173	**C**	**236**	**E**	**299**	**E**	**362**	**E**
174	E	237	C	300	C	363	C
175	**E**	**238**	**C**	**301**	**E**	**364**	**E**
176	C	239	E	302	E	365	E
177	**E**	**240**	**C**	**303**	**E**	**366**	**C**

178	E	241	C	304	C	367	C
179	**E**	**242**	**C**	**305**	**E**	**368**	**E**
180	C	243	E	306	E	369	C
181	**C**	**244**	**E**	**307**	**E**	**370**	**E**
182	E	245	E	308	C	371	E
183	**C**	**246**	**C**	**309**	**E**		
184	E	247	C	310	E		
185	**C**	**248**	**C**	**311**	**C**		

Comentários

123. Errado. Apesar de sua relevância, o Conselho de Segurança da ONU é apenas um órgão de uma Organização Internacional, estando sujeito tanto às limitações impostas na Carta da ONU, quanto ao *jus cogens*. Eventual abuso ocorrido no exercício de sua competência poderá ser sindicado tanto pela Corte Internacional de Justiça quanto por outro tribunal internacional que possua competência para analisar a temática em questão. Exemplificativamente, o Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia exarou julgamento no qual analisou a licitude da Resolução da ONU que constituiu o próprio Tribunal (caso *Tadic*).

124. Correto. A admissão como Membro da ONU é regulada pelo artigo 4º da Carta das Nações Unidas, que estatui a necessidade de aprovação do ingresso pela Assembléia Geral mediante recomendação do Conselho de Segurança.

125. Errado. A Carta das Nações Unidas de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados afirma, em seu artigo primeiro, que todos os Estados possuem o direito inalienável de escolher o seu sistema econômico, ou seja, seus objetivos não se limitam apenas aos Estados que adotam o sistema econômico da economia de mercado.

126. Errado. O art. 33 da Carta da ONU afirma que as partes em uma controvérsia devem tentar resolvê-la, antes de tudo, através de meios pacíficos, tais como negociação, inquérito, mediação, arbitragem, recurso judicial, etc. Além disso, o artigo 2º impõe aos

Estados-membros a obrigação de solucionar suas controvérsias internacionais através de meios pacíficos.

127. Correto. Conforme se infere a partir da leitura do art. 42 da Carta da ONU, o Conselho de Segurança poderá – caso considere que as medidas que não envolvam o uso da força sejam inadequadas – levar a efeito a ação coercitiva que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais.

128. Errado. Inexiste necessidade de comprovação de um limite mínimo de território ou população para o ingresso de um país na ONU, lembrando que os requisitos para a admissão de um novo membro encontram-se no art. 4º da Carta das Nações Unidas, que exige, resumidamente, a aceitação das obrigações contidas na Carta, a recomendação pelo Conselho de Segurança, a aprovação pela Assembleia Geral e que, por fim, o Estado em questão seja “amante da paz”.

129. Errado. Não há previsão neste sentido na Carta da ONU. A personalidade jurídica da referida organização internacional foi reconhecida pela Corte Internacional de Justiça em 1949, no parecer consultivo relativo ao caso Bernardotte (Reparações à ONU).

130. Errado. Apenas Estados podem ser admitidos como membros da ONU, nos termos do capítulo segundo da Carta.

131. Correto. A questão está correta, conforme os ditames do art. 23.1 da Carta da ONU. Os membros permanentes são a República da China, a França, a Federação Russa, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e os Estados Unidos da América. É importante lembrar que o CSONU contava originalmente com 11 membros, tendo sido ampliado para 15 em 1965.

132. Errado. As ações a respeito de ameaças à paz e à segurança internacionais são de competência do Conselho de Segurança da ONU, conforme se aduz do artigo 39 da Carta das Nações Unidas.

133. Correto. A questão está de acordo com os ditames do art. 35.2 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, que afirma que as condições pelas quais a Corte estará aberta a outros Estados serão determinadas pelo Conselho de Segurança, ressalvadas as

disposições especiais dos tratados vigentes, e que em nenhum caso tais condições colocarão as partes em posição de desigualdade perante a Corte.

134. Errado. O Conselho de Segurança da ONU é composto de quinze membros, mas apenas cinco deles são permanentes. São eles: Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, China e França. Os demais são eleitos por mandatos de dois anos, sendo sua divisão a seguinte: cinco da África e Ásia, dois da Europa Central, um da Europa Oriental e dois da América Latina.

135. Errado. Os membros não permanentes são eleitos para mandato de dois anos pela Assembleia Geral.

136. Errado. A Carta das Nações Unidas permite a adesão à Organização de qualquer Estado "amante da paz". Assim, há uma condição de natureza política, qual seja, o repúdio à guerra como forma de solução de conflitos.

137. Errado. Com efeito, a Carta da ONU atribui a cada Estado-membro um voto, mas permite que cada Estado tenha até cinco representantes na Assembleia Geral.

138. Correto. O secretário-geral da ONU é nomeado pela Assembleia Geral, mediante recomendação do Conselho de Segurança, sendo o chefe administrativo da Organização. Além de atuar em todas as reuniões da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança, do Conselho Econômico e Social e do Conselho de Tutela, tem o dever de apresentar, anualmente, relatório à Assembleia Geral acerca da condução dos trabalhos desenvolvidos pela ONU.

139. Errado. O Direito Internacional Público é caracterizado como direito de coordenação. Em assim sendo, as normas são criadas pela vontade conjunta dos seus sujeitos, inexistindo um órgão legislativo que produza normas obrigatórias a todos os membros da comunidade internacional.

140. Errado. Apesar de ter entre seus objetivos a busca da paz e da segurança internacionais, a ONU não conseguiu impedir a multiplicação de conflitos locais e regionais em diversos continentes, tais como os conflitos da Bósnia, Ruanda ou Iraque, por exemplo.

141. Errado. A ONU conta com a ampla participação de seus países-membros, representados especialmente na Assembléia Geral da organização.

142. Errado. O Brasil não se desligou da ONU, embora apóie, como outros países, a ampliação do Conselho de Segurança, o que conferiria maior representatividade ao referido órgão das Nações Unidas.

143. Correto. Em razão do poder de veto conferido aos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, a atuação da organização em assuntos de interesse direto das grandes potências fica restrita. Assim, a atuação da ONU tende a ser mais produtiva em temas de maior consenso, como cultura, alimentação, saúde, etc.

144. Correto. A Corte Internacional de Justiça emitiu, em 1996, parecer consultivo acerca da licitude da ameaça ou uso de armas nucleares, decidindo, *inter alia*, que não há nem no direito costumeiro nem no direito internacional convencional qualquer autorização específica da ameaça ou uso de armas nucleares, mas que também inexiste proibição completa e universal ao seu uso, sendo ilícita, entretanto, a ameaça ou uso da força por meio de armas nucleares que seja contrária ao art. 2º§4º da Carta da ONU e que não satisfizer os requisitos do art. 51 da Carta. A Corte decidiu também que uma ameaça ou uso de armas nucleares deve se conformar com os princípios e regras de direito internacional.

145. Errado. Há previsão, no sistema de solução de controvérsias da OMC, de recurso da decisão do painel arbitral ao órgão de apelação, composto por 7 membros com mandatos de 4 anos.

146. Errado. A grande diferença entre o novo sistema de solução de controvérsias, previsto no Anexo 2 do acordo de Marraqueche, e o sistema antigo que vigorava no âmbito do GATT é justamente a nova regra do chamado “consenso negativo”, ou seja, enquanto antes era necessário que a decisão do painel fosse aprovada por todos os membros do GATT, inclusive pelo Estado que fora condenado, hoje, para a decisão não ser adotada, todos os membros devem **discordar** da decisão.

147. Errado. As decisões do Órgão de Solução de Controvérsias, apesar de serem dotadas de cunho jurídico, são implementadas através de mecanismos políticos. Com efeito, a sistemática adotada permite a concessão de prazo para cumprimento da decisão, bem como o oferecimento, por parte do Estado derrotado, de soluções alternativas e de medidas compensatórias.

148. Correto. Cuba ingressou na OMC em 20/04/1995 e a China teve seu ingresso em 11/12/2001. Como membros, submetem-se ao sistema de solução de controvérsias.

149. Errado. A OMC é uma organização internacional independente da ONU. Historicamente, houve a tentativa de criação, pela ONU, de uma OIC (Organização Internacional do Comércio), a qual não foi bem sucedida. A OMC, contudo, partiu da iniciativa dos próprios Estados, sendo desde o início desvinculada da ONU.

150. Errado. O GATT (General Agreement on Tariffs and Trade) foi estabelecido em 1947, tendo por objetivo a expansão do comércio mundial, com a harmonização das políticas aduaneiras dos signatários e a eliminação de barreiras.

151. Errado. A cláusula de habilitação, pensada na Rodada de Tóquio, é justamente uma exceção à cláusula de nação mais favorecida (que impede a concessão de tratamento desigual entre nações integrantes do GATT), permitindo que os países em desenvolvimento façam parte dos acordos de preferência.

152. Errado. A OMC foi criada pelo Acordo de Marraqueche, que entrou em vigor em 1995, não estando vinculada à ONU nem ao FMI.

153. Correto. O Conselho Geral, composto por representantes dos Estados, tem por função a apreciação dos relatórios do Órgão de Solução de Controvérsias. Em sua atuação, tem por costume buscar o cumprimento espontâneo das decisões do OSC, concedendo prazos e permitindo que a parte condenada ofereça soluções alternativas.

154. Errado. Após o procedimento substantivo de solução de controvérsias da OMC há também a fase executória, chamada de Implementação da Decisão.

155. Correto. O GATT, criado em 1947, foi o primeiro acordo multilateral expressivo com objetivo de liberalizar o comércio mundial. Após várias rodadas de negociação, foi incorporado quando da criação da Organização Mundial do Comércio, em 1995.

156. Errado. Há necessidade de adoção da decisão pelo Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, prevalecendo a regra do consenso negativo, segundo a qual apenas diante do consenso dos estados uma decisão pode deixar de ser adotada.

157. Correto. A OMC é uma organização internacional. Como tal, é composta unicamente de sujeitos de direito internacional, categoria da qual não fazem parte as empresas. Com efeito, o artigo 12 do Tratado de Marraqueche refere expressamente que apenas Estados podem integrar a OMC.

158. Correto. O Órgão de Apelação é composto por sete pessoas sem vínculo com nenhum governo, escolhidos pelo Órgão de Solução de Controvérsias para servir em um mandato de 4 anos.

159. Errado. Há possibilidade de manifestação de *amicus curiae* tanto na fase de Painel quanto na fase recursal, mas neste último caso só se admite a presença daqueles previamente habilitados na fase de Painel.

160. Errado. Segundo o artigo 12 do Tratado de Marraqueche, a acessão ao Acordo Constitutivo deve ser precedida de aprovação pela Conferência Ministerial, por maioria de, no mínimo, dois terços.

161. Correto. Frente a um ato ilegal, o Estado ofendido pode solicitar à OMC que aprove medidas retaliatórias.

162. Errado. O GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*) trata apenas do comércio de bens. O comércio de serviços é regulado pelo GATS (*General Agreement on Trade in Services*), enquanto que direitos de propriedade intelectual são abordados pelo TRIPS (*Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*). Os três documentos fazem parte do Anexo I ao Tratado de Marraqueche, que criou a OMC.

163. Correto. Todas as funções citadas encontram-se regulamentadas pelo Anexo II ao Tratado de Marraqueche. Cumpre observar, ainda, que a atuação do órgão de solução de controvérsias é pautada pela busca do cumprimento espontâneo das decisões e pelo fomento do comércio internacional.

164. Correto. O TRIMS (*Trade-Related Investment Measures*), estabelecido no âmbito do GATT, prevê a impossibilidade de concessão de incentivos fiscais que, para seu gozo, exijam o uso de percentuais de comércio domésticos ou limitem o uso de insumos importados. Ainda, é proibida a instituição de incentivos fiscais que restrinjam, para seu gozo, a importação de produtos, o acesso a moeda estrangeira ou a exportação de produtos.

165. Errado. O acordo sobre aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias não abrange medidas de proteção ambiental, mas apenas medidas sanitárias e fitossanitárias estritamente necessárias para a proteção da vida e saúde humana, animal e vegetal.

166. Correto. Regras de origem são, segundo o acordo específico da OMC, aquelas normas aplicadas para determinar o país de origem de um determinado bem. Como determinado pelo acordo, as regras de origem não devem representar obstáculos desnecessários ao comércio, nem ser utilizadas para desvirtuar políticas de liberação comercial.

167. Correto. A questão está correta, mas vale lembrar que o princípio da nação mais favorecida admite 3 exceções: os processos de integração regional, a cláusula de habilitação e as renúncias.

168. Errado. A rodada de Doha tem por pauta a redução de barreiras comerciais relacionadas à indústria e à agricultura. Iniciada em 2001, a Rodada de Doha prolongou-se até 2008, quando foi constatada a impossibilidade de se obter um acordo sobre subsídios agrícolas. Até o presente momento, pende o referido impasse, razão pela qual não se pode afirmar que a rodada Doha foi um sucesso ou representou a vitória de qualquer das facções de países.

169. Errado. Os dispositivos do GATT relativos à agricultura abarcam os produtos relacionados no seu anexo 1, o qual exclui expressamente pescados e seus derivados.

170. Errado. O GATT busca a eliminação de barreiras tarifárias e a não-discriminação entre Estados, com o escopo último de fomentar o comércio mundial.

171. Errado. No que diz com áreas de integração regional (Mercosul, Nafta, etc.), a OMC admite a concessão de tratamento especial, desde que isso implique aumento e fomento do comércio.

172. Errado. A chamada cláusula da nação mais favorecida, que determina que um país deve estender a todos os Estados membros da OMC a regra tarifária aplicada à nação mais favorecida, comporta algumas exceções, entre elas os processos de integração regional, desde que abarquem substancialmente todo o comércio.

173. Correto. Os princípios da não discriminação e do desarmamento alfandegário, que orientam do GATT desde sua instituição em 1947, limitam a ação dos Estados-membros. Entretanto, o próprio GATT prevê exceções a essas limitações, notadamente permitindo o tratamento diferenciado entre países participantes de blocos de integração regional e entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, sem contrapartida destes para aqueles. Esta última exceção, referida pela assertiva, também é conhecida pelas expressões "igualdade ponderada" ou "desigualdade compensadora".

174. Errado. Os juízes do órgão de apelação têm mandato de quatro anos, mas são indicados pelo Órgão de Solução de Controvérsias, e não eleitos.

175. Errado. A OMC trata do comércio internacional, não cuidando de questões acerca de empréstimos internacionais, tarefa afeta a outras instituições, como o FMI.

176. Correto. Dentre os aspectos do comércio internacional abordados pela OMC, está a questão da eliminação de barreiras tarifárias ao comércio.

177. Errado. A OMC não se confunde com instituições internacionais voltadas à concessão de empréstimos monetários, tendo por escopo a liberalização do comércio mundial.

178. Errado. A OMC não se imiscui na criação de zonas francas de comércio. Com efeito, é princípio basilar da Organização a não-discriminação entre estados, a qual é suavizada na hipótese de estabelecimento de zonas de integração regional, desde que comprovado que estas fomentam o comércio como um todo.

179. Errado. O Anexo 2 do Tratado de Marraqueche permite que mais de um membro submeta uma questão ao Órgão de Solução de Controvérsias, sem estabelecer exigência de que possuam uma moeda comum.

180. Correto. Após a Segunda Guerra Mundial, foi negociada a criação de uma Organização Internacional do Comércio, que estaria ligada à ONU. O projeto regulamentava não apenas o comércio, mas também outros elementos, como emprego e investimentos. Nada obstante, o Congresso dos Estados Unidos da América não confirmou o tratado, o que levou a seu esvaziamento, considerando que os EUA eram, à época, a principal potência econômica. Ao final, o tratado constitutivo da OIC nunca entrou em vigor, fazendo crescer em importância o GATT, pensado para ser um mero tratado provisório.

181. Correto. Essencialmente, o GATT/47 era apenas um tratado que regulamentava, de forma provisória, o comércio internacional até que entrasse em vigor o tratado constitutivo da Organização Internacional do Comércio. Como esta acabou não sendo criada, o GATT passou a agir como uma organização de fato, organizando rodadas de negociação multilateral por quase meio século, até a constituição da OMC, em 1995.

182. Errado. Não é correto afirmar que a obsolescência do GATT determinou a criação da OMC, até mesmo porque aquele tratado restou absorvido pelo tratado constitutivo da Organização Mundial do Comércio, estando atualmente em seu anexo 1A. Na verdade, a OMC surgiu em decorrência da necessidade de ampliação das matérias regulamentadas pelo GATT, frente à nova ordem econômica mundial, abrangendo, além do comércio de bens, o comércio de serviços e aspectos da propriedade intelectual relacionadas ao comércio, bem como os diversos tratados constantes do anexo 4.

183. Correto. A leitura da ata final da Rodada do Uruguai dá conta de que a OMC foi criada ao final da Rodada, com o intuito de facilitar sua efetividade. Igualmente, o tratado constitutivo da OMC estabelece como objetivos desta ser um foro para a discussão de matérias relacionadas com o comércio, bem como monitorar as políticas comerciais de seus membros.

184. Errado. A OMC, quando de sua instituição, absorveu todos os documentos negociados no âmbito do GATT, inclusive aqueles advindos da Rodada Uruguai, da forma como foram concluídos.

185. Correto. A OMC incorporou todos os tratados e acordos negociados no âmbito do GATT, inclusive aqueles encerrados na Rodada Uruguai.

186. Correto. O artigo III do Tratado de Marraqueche, que criou a OMC, refere que a fim de alcançar maior coerência na formulação de políticas econômicas globais, a OMC deverá cooperar, de forma apropriada, com o FMI, com o BIRD e com suas agências afiliadas.

187. Errado. Compete ao Conselho Geral a aprovação dos relatórios do Órgão de Solução de Controvérsias.

188. Errado. A OMC possui, de fato, personalidade jurídica internacional, a qual abrange, dentre outros aspectos, o poder de celebrar tratados, inclusive acordos de sede (item 5 do artigo VIII do tratado constitutivo da OMC).

189. Errado. O princípio descrito pela assertiva chama-se princípio da Nação mais favorecida, e decorre dos princípios da reciprocidade e da não-discriminação.

190. Correto. Trata-se de princípio já estipulado pelo GATT de 1947 que veda o estabelecimento de restrições quantitativas, seja através de cotas, licenças de importação ou exportação ou qualquer outro tipo de medida.

191. Correto. A OMC tem por princípio norteador o da não-discriminação, que se manifesta na cláusula da nação mais

favorecida, a qual assegura que o tratamento dado por um Estado a outro seja estendido a todos os demais, em igualdade de condições. Do princípio da não-discriminação decorrem ainda os princípios do tratamento nacional e da reciprocidade. O primeiro determina que deve ser dado idêntico tratamento a produtos nacionais e importados, ao passo que o segundo afirma que os Estados ofertarão o mesmo tratamento recebido dos demais Estados.

192. Correto. Conforme disposto no art. 9º, §3º do acordo constitutivo da OMC, em circunstâncias excepcionais a Conferência Ministerial poderá decidir a derrogação de uma obrigação de um membro em virtude deste acordo desde que tal decisão seja tomada por ¾ dos membros.

193. Errado. A Cláusula da nação mais favorecida admite 3 exceções: os processos de integração regional que abarquem substancialmente todo o comércio, a cláusula de habilitação (tratamento preferencial para países em desenvolvimento) e as renúncias.

194. Errado. Após a decisão final dos Paineis, as partes podem ainda recorrer ao Órgão de Apelação.

195. Errado. A OMC foi criada em 1994, pelo Tratado de Marraqueche, sendo plenamente autônoma, ou seja, não está vinculada a qualquer outro organismo internacional, existindo, unicamente, previsão em seu acordo constitutivo de possibilidade de cooperação com o FMI e com o BIRD, naquilo que envolver o alcance dos objetivos da OMC.

196. Errado. A cláusula de habilitação (Rodada de Tóquio/1979) representa exceção à cláusula da nação mais favorecida, permitindo que países em desenvolvimento celebrem acordos entre si ou com países desenvolvidos (sem reciprocidade), que lhes assegurem tratamento mais vantajoso, com a finalidade de facilitar a eliminação de entraves ao comércio dos países menos desenvolvidos. .

197. Errado. O GATT original foi promulgado em 1947, sendo, posteriormente, suplantado pelo GATT de 1994, o qual integra a Organização Mundial do Comércio. Quanto às finalidades originais do GATT, a assertiva está correta.

198. Correto. Com efeito, o ato constitutivo da OMC determina que os tratados multilaterais (anexos 1, 2 e 3 ao Tratado) são obrigatórios para todos os Estados-membros. Sobre os anexos, observa-se que o anexo 1 é dividido em três partes, dispondo sobre o comércio de bens (1-A, GATT), serviços (1-B, GATS) e aspectos da propriedade intelectual relacionados ao comércio (1-C, TRIPS).

199. Errado. A OMC tem por função precípua regulamentar o comércio internacional, buscando sua máxima liberalização, não constituindo instituição financeira. Ademais, a OMC não é vinculada à ONU, sendo plenamente autônoma, nos termos do Tratado de Marraqueche, que a constituiu.

200. Correto. A Organização Mundial do Comércio, constituída em 1994, ao término da Rodada do Uruguai, tem por escopo atuar na liberalização do comércio internacional, servindo como fórum comum aos países membros para discussão do tema, além de possuir um eficaz mecanismo de solução de controvérsias e monitorar o cumprimento de suas normas.

201. Errado. A OMC é uma organização internacional independente, sem vinculação à ONU ou a qualquer outro órgão internacional. Dessa forma, para a adesão de um Estado à OMC não é relevante ser membro da ONU. Além disso, nos termos do art. 12 do Tratado de Marraqueche, a adesão é aberta a qualquer Estado com autonomia plena na conduta de suas relações comerciais externas, estando esta submetida à aprovação de pelo menos dois terços dos membros da OMC.

202. Correto. A OMC foi instituída para prover aos Estados-Membros um foro permanente de negociação de regras comuns sobre comércio exterior, supervisionando a implementação e cumprimento das normas acordadas. Nesse âmbito, importante destacar que a OMC conta com um órgão de resolução de controvérsias que tem, com ótimo grau de eficácia, solucionado os mais diversos conflitos entre os Estados-Membros, promovendo, assim, a maior liberalização do comércio mundial.

203. Errado. São três as áreas abrangidas pelos acordos multilaterais que integram o Tratado de Marraqueche (que institui a OMC):

comércio (GATT), serviços (GATS) e aspectos da propriedade intelectual relacionadas ao comércio internacional (TRIPS).

204. Errado. De fato, uniões aduaneiras e áreas de livre comércio conflitam com a regra da nação mais favorecida. Entretanto, elas são admitidas no âmbito da OMC, desde que promovam maior liberalização do comércio.

205. Errado. Defesa dos consumidores e proteção do meio ambiente são temas meramente laterais. O núcleo do GATT envolve, essencialmente, a cláusula de nação mais favorecida e o tratamento nacional, assegurando a eliminação de barreiras não-alfandegárias ao comércio internacional.

206. Errado. Ao contrário do que leva a entender a questão, instâncias reguladoras do comércio, como o GATT/OMC e blocos de integração regional militam em favor da abertura dos mercados. Ainda hoje o protecionismo é visível em áreas sensíveis, como a agricultura, sendo objeto de rodadas de negociação no âmbito da OMC, as quais buscam justamente a abertura dos mercados nessas áreas.

207. Errado. A OIT teve sua criação na Primeira Conferência de Paz do pós-Primeira Guerra, em 1919, através do Tratado de Versalhes.

208. Errado. O Conselho de Administração é órgão que realiza as funções executivo-administrativas da OIT. O órgão deliberativo máximo da OIT é a Conferência Internacional do Trabalho, assembleia geral de todos os Estados-membros da organização e órgão supremo desta.

209. Errado. As recomendações, no âmbito da OIT, são dirigidas aos Estados, os quais têm apenas a obrigação de submetê-las à autoridade competente para o fim de decidir sobre a conveniência de transformá-la em lei ou adotar quaisquer providências em relação à matéria. Logo, a inclusão da recomendação na ordem jurídica interna é mera faculdade do Estado-membro da OIT.

210. Errado. A Declaração da Filadélfia, ao elencar seus princípios fundamentais, afirma que o trabalho não é uma mercadoria.

211. Correto. Convenções, recomendações e resoluções são os três instrumentos dos quais lança mão a Conferência Internacional do Trabalho (CIT). As duas primeiras são aprovadas por dois terços dos votos dos delegados presentes à Conferência, ao passo que a última é aprovada por maioria simples.

212. Correto. Trata-se de comitê instituído em 1951, composto de nove membros, que tem por competência analisar preliminarmente as reclamações e queixas relacionadas a direitos sindicais, para posteriormente transmiti-las, se for o caso, à Comissão de Investigação.

213. Correto. Trata-se de disposição literal da Convenção 138 da OIT, a qual excepciona dessa regra os Estados-membros cuja economia e condições de ensino não estejam suficientemente desenvolvidas, permitindo que estes fixem, ainda que inicialmente, o limite mínimo em 14 anos.

214. Errado. A utilização de criança para fins de produção de material pornográfico é qualificada no âmbito da expressão "piores formas de trabalho infantil", a qual abarca, ainda, todas as formas de escravidão, as atividades ilícitas e trabalhos que possam prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.

215. Errado. A Convenção da ONU sobre os direitos da criança estabelece que criança é todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, salvo casos em que a maioridade seja alcançada antes.

216. Errado. A Declaração da OIT sobre princípios e direitos fundamentais no trabalho põe como princípio a ser alcançado por todos os Estados, dentre outros, a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório.

217. Errado. No âmbito do Direito Internacional Público, as piores formas de trabalho infantil e seu combate estão regulamentadas pela Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho.

218. Errado. O Tratado de Versalhes, que criou a OIT, determinou que esta seria constituída de três órgãos: 1) Conselho de Administração, 2) Conferência Internacional do Trabalho e 3) Repartição Internacional do trabalho.

219. Errado. A Conferência Internacional do Trabalho, composta pelos delegados dos Estados-Membros da OIT, se reúne anualmente.

220. Correto. O enunciado cita as Convenções da OIT mais relevantes assinadas e ratificadas pelo Brasil. Cumpre ressaltar que das convenções mais ratificadas pelos Estados-membros, o Brasil apenas deixou de ratificar a número 87, relativa à liberdade sindical.

221. Errado. Materialmente, convenção e recomendação são idênticas, ambas exigindo aprovação por dois terços dos delegados presentes à CIT (Conferência Internacional do Trabalho). No que toca aos efeitos, contudo, as convenções são verdadeiros tratados internacionais, devendo ser ratificados pelos Estados, ao passo que as recomendações são meramente submetidas à autoridade competente para legislar sobre o tema em cada Estado-membro, o qual poderá ou não transformá-la em lei ou adotar outras providências que entenda cabíveis.

222. Errado. O Brasil ratificou a Convenção 158 da OIT, sobre término da relação de trabalho por iniciativa do empregador, publicando-a através do Decreto 1.855/96. Nada obstante, o Brasil ofereceu denúncia a essa Convenção, publicando-a através do Decreto 2.100/96.

223. Errado. As convenções efetivamente constituem-se em tratados internacionais, devendo ser ratificadas pelos Estados-membros. Já as recomendações são meramente submetidas à autoridade competente em cada país, para que esta delibere acerca de sua transformação em lei ou adote outras medidas que entender cabíveis.

224. Correto. A CIT é composta por quatro delegados de cada Estado-membro, sendo dois representantes do governo, um dos trabalhadores e um dos empregadores.

225. Errado. A solução de conflitos de leis no espaço, qualquer se seja o âmbito da legislação, é tema afeto ao Direito Internacional Privado.

226. Correto. O preâmbulo da Constituição da OIT refere que paz universal e duradoura somente pode ser obtida através da justiça social. Para tanto, a OIT devota suas atividades a uniformizar as normas relativas ao Direito do Trabalho.

227. Errado. A OIT possui personalidade jurídica própria, sendo organização que inclusive precede à ONU, tendo sido criada em 1919. A vinculação da OIT à ONU ocorreu mediante acordo entre ambas estabelecido em 1946, no qual a ONU reconhece a OIT como organismo especializado para empreender as ações referentes ao cumprimento dos propósitos estabelecidos em seu instrumento constitutivo, sem, contudo, retirar-lhe sua personalidade jurídica internacional independente da ONU.

228. Errado. A OMS não é uma ONG, e sim uma agência especializada em saúde ligada à ONU.

229. Correto. A OMS é a autoridade de direção e coordenação na área de saúde no âmbito do sistema das Nações Unidas. É responsável por prover liderança em matéria de saúde global e pela definição da agenda de pesquisa em saúde, estabelecendo normas e padrões, articulando as opções políticas baseadas em evidências, fornecendo apoio técnico aos países e acompanhamento e avaliando as tendências de saúde.

230. Correto. Através do acordo de sede pactuado entre o país e a organização, estabelecem-se os privilégios que terão seus agentes em território nacional, tais como a imunidade de jurisdição local, isenções fiscais, etc.

231. Errado. A OMS está sediada em Genebra, na Suíça.

232. Errado. A OMS não só possui representação na Suíça como lá está sediada, em Genebra. Além disso, a Suíça é membro da ONU desde 2002.

233. Correto. A indicação feita pelo presidente da República sujeita-se à aprovação do Senado Federal, nos termos do art. 52, IV da Constituição Federal.

234. Errado. O Brasil reconhece formalmente a OMS como Organismo Internacional, e não apenas como ente especializado da ONU.

235. Correto. O representante da OMS junto ao governo brasileiro fará jus ao *status* de representante diplomático e, por conseguinte, lhe serão atribuídos os privilégios e prerrogativas relativos a esta função, tais como imunidade de jurisdição, isenções fiscais, inviolabilidade pessoal, etc.

236. Errado. Nenhuma entidade ou mesmo Estado estrangeiro pode se desobrigar de atentar para a legislação trabalhista brasileira. A CF/88 determina, em seu art. 114, I, que compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, **abrangidos os entes de direito público externo** e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Além disso, o STF já decidiu, em mais de uma oportunidade, que inexiste imunidade de jurisdição para dívidas trabalhistas.

237. Correto. As agências especializadas da ONU, tal como a OMS, são organizações internacionais distintas, dotadas cada uma delas de personalidade jurídica perante o direito internacional público.

238. Correto. O art. 47 do Tratado da União Europeia conferiu personalidade jurídica à organização e, além disso, a Declaração nº17 sobre as Disposições dos Tratados reafirma o primado do direito comunitário, estatuindo que, em conformidade com a jurisprudência constante do Tribunal de Justiça da União Européia, os Tratados e o direito adotado pela União com base nos Tratados primam sobre o direito dos Estados-membros, nas condições estabelecidas pela jurisprudência.

239. Errado. Segundo o art. 26 do Tratado da União Européia, a organização adota as medidas destinadas a estabelecer o mercado interno ou a assegurar o seu funcionamento, sendo que este mercado interno compreende um espaço sem fronteiras internas no qual a livre circulação das mercadorias, das pessoas, dos serviços e dos capitais é assegurada de acordo com as disposições dos Tratados.

240. Correto. O Parlamento Europeu é órgão representativo dos povos europeus, na proporção de seu peso demográfico, exercendo poderes de decisão e controle atribuídos pelo Tratado de Roma. O

Conselho é encarregado do tratamento de questões relativas ao interesse geral e à cooperação política, sendo integrado por um representante de cada país e contando com poder decisório. A Comissão tem a missão de ser gestora e motor das Comunidades, sendo integrada por nacionais dos Estados-membros nomeados de comum acordo pelos governos. O Tribunal de Justiça garante a uniformidade jurídica da interpretação da ordem comunitária, sendo composto por 27 juízes. O Tribunal de Contas é formado por um membro de cada país da União Europeia, e sua função consiste em verificar a legalidade e regularidade das receitas e despesas da organização, assim como a sua adequada gestão financeira.

241. Correto. De acordo com o art. 49 do Tratado da União Europeia, o Conselho Europeu delibera por unanimidade sobre a emenda de tratados.

242. Correto. De acordo com o art. 45.2 do Tratado da União Européia, a livre circulação dos trabalhadores implica a abolição de toda e qualquer discriminação em razão da nacionalidade, entre os trabalhadores dos Estados-membros, no que diz respeito ao emprego, à remuneração e demais condições de trabalho.

243. Errado. A união aduaneira pressupõe apenas, além do livre comércio entre os Estados-membros, a existência de uma tarifa externa comum. Já o mercado comum, fase posterior à união aduaneira, requer também a livre circulação dos fatores de produção. A União Europeia, portanto, já ultrapassou o estágio de mercado comum em razão do profundo grau de integração da organização, que conta também com uma moeda unificada e políticas fiscais comuns.

244. Errado. No âmbito da União Européia, a Comissão é o órgão de caráter executivo responsável pelo cumprimento dos tratados, mas no Mercosul esta função é atribuída ao Grupo Mercado Comum, nos termos dos arts. 10 e 14.1 do Protocolo de Ouro Preto, e não ao Conselho.

245. Errado. Não há perspectiva de união política no âmbito da União Europeia, estando a integração focada principalmente em aspectos econômicos.

246. Correto. O surgimento da Comunidade Econômica Europeia se deu no contexto do pós-segunda Guerra, em uma tentativa de reconstrução da Europa através da superação da rivalidade histórica entre França e Alemanha. A esta iniciativa somaram-se também Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, que assinaram, em 1967, o tratado que instituiu a CEE, dando início ao mais bem-sucedido processo de integração da atualidade.

247. Correto. De acordo com o art. 127 do Tratado da União Européia, o objetivo primordial do Sistema Europeu de Bancos Centrais é a manutenção da estabilidade dos preços. As atribuições fundamentais cometidas ao SEBC são a definição e execução da política monetária da União, a detenção e gestão das reservas cambiais oficiais dos Estados-membros, a promoção do bom funcionamento dos sistemas de pagamentos, entre outras.

248. Correto. Iniciado pouco após o final da Segunda Guerra Mundial, com a instituição da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço – CECA, da Comunidade Econômica Europeia – CEE, e da Agência Europeia de Energia Atômica – EURATOM, o processo de integração que resultou na União Europeia mostrou-se o mais bem sucedido da atualidade, sendo base para o progresso e desenvolvimento de seus Estados-Membros. Como características distintivas do bloco, podem ser citadas a existência de uma moeda única, o Euro, e a delegação dos Estados-Membros à comunidade de competências envolvendo certas áreas econômicas sensíveis.

249. Errado. Atualmente, todos os Estados-membros são obrigados a adotar o euro como sua única moeda corrente, assim que atingirem um critério de convergência macroeconômica. Nada obstante, três países estão isentos dessa obrigação. Dinamarca e Reino Unido obtiveram exceções quando da assinatura original do tratado de Maastricht, ao passo que a Suécia se vale de uma lacuna legal para sustentar a não-obrigatoriedade de adesão ao Euro.

250. Correto. No sistema comunitário europeu, certas competências são outorgadas pelos Estados à União Europeia. Nessas áreas, a soberania estatal para definir políticas somente pode ser exercida em conjunto com todos os outros Estados, através dos órgãos comunitários. Logo, a possibilidade de atuação unilateral resta limitada em certos campos específicos.

251. Errado. A Zona do Euro abrange a quase totalidade dos membros da União Europeia, sendo obrigação de todo o recém-ingresso adotar o euro como moeda corrente única, após período de transição, no qual certos critérios devem ser alcançados. Nada obstante, o Reino Unido e a Dinamarca estão, pelo Tratado de Maastricht, desobrigados a adotar o Euro, ao passo que a Suécia se vale de uma lacuna legal para também deixar de adotá-lo.

252. Errado. Com o Tratado de Lisboa, o artigo 6º do Tratado da União Europeia passa a referir que a União expressamente reconhece os princípios e liberdades enunciados na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia de 2000.

253. Correto. Através do Tratado de Lisboa, foi inserido o artigo 1-A ao Tratado da União Europeia, o qual afirma que, dentre outros, a solidariedade é aspecto que caracteriza a sociedade composta pelos Estados-Membros. Além disso, o artigo segundo, alterado pelo Tratado de Lisboa, passa a afirmar que a União combate a exclusão social e promove a solidariedade entre as gerações e entre os Estados-Membros.

254. Errado. Apesar da manutenção dos bancos centrais nacionais, o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aduz, em seu artigo 127, que compete ao Sistema Europeu de Bancos Centrais a definição e execução da política monetária da União. Assim, ao aderir à União, os Estados ficam limitados nessa competência.

255. Errado. O sucesso da União Europeia depende, dentre outros aspectos, da integração e uniformização das legislações nacionais. Entretanto, a fixação de tributos e a legislação sobre imigrações não são áreas regulamentadas pela União, sendo mantidas as competências nacionais.

256. Correto. A etapa inicial do processo de integração é a zona de livre comércio, na qual são eliminadas todas as barreiras ao comércio entre os membros do grupo. A etapa posterior é a da união aduaneira, na qual, além do livre comércio, há a aplicação de uma tarifa externa comum em relação ao comércio com terceiros países. É neste estágio que se encontra o Mercosul, justificando-se a imperfeição da união aduaneira em virtude das exceções tributárias decorrentes das assimetrias internas do bloco. A última etapa de um processo de integração, almejada pelo Mercosul e já alcançada pela União Européia, é o mercado comum que, além da tarifa externa comum e do livre comércio de

bens, exige ainda a livre circulação de fatores de produção, como capital e trabalho, para a sua configuração.

257. Correto. Apesar do art. 1º do Tratado de Assunção afirmar que o Mercosul implica a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, ainda não se consolidou a livre circulação de trabalhadores no âmbito mercosulenho.

258. Errado. O Protocolo de Ouro Preto prevê expressamente, em seu art. 34, que o MERCOSUL terá personalidade jurídica de Direito Internacional

259. Errado. As normas emanadas do Parlamento do Mercosul deverão ser internalizadas pelos Estados-Parte, uma vez que o bloco possui caráter intergovernamental, e não supranacional. As competências do Parlamento do Mercosul limitam-se a: emitir pareceres sobre projetos de norma, apresentar anteprojetos que busquem a harmonização das legislações nacionais, promover audiências públicas, receber petições de particulares, aprovar seu orçamento e elaborar relatórios sobre a situação dos Direitos Humanos no bloco.

260. Errado. Conforme o disposto no art. 2 do Protocolo de Olivos, as controvérsias compreendidas no seu âmbito de aplicação e que possam também ser submetidas ao sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio ou de outros esquemas preferenciais de comércio de que sejam parte individualmente os Estados-partes do Mercosul poderão submeter-se a um ou outro foro, à escolha da parte demandante. Entretanto, uma vez iniciado um procedimento de solução de controvérsias, nenhuma das partes poderá recorrer a mecanismos de solução de controvérsias estabelecidos nos outros foros com relação a um mesmo objeto

261. Errado. O art. 37 do Protocolo de Ouro Preto estatui que as decisões dos órgãos decisórios serão tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados-partes.

262. Errado. Apesar de o art. 9º do Protocolo de Ouro Preto estabelecer a obrigatoriedade das decisões do Conselho Mercado Comum, o Mercosul é uma organização internacional de caráter intergovernamental – e não supranacional –, e, dessa forma, suas

decisões devem ser devidamente introduzidas nos ordenamentos jurídicos de seus membros.

263. Correto. Conforme os ditames do art. 17 do Protocolo de Olivos, dos laudos exarados pelo Tribunal *Ad Hoc* cabe recurso ao Tribunal Permanente de Revisão. É importante lembrar que as partes têm 15 dias para interpor recurso, e que este deve limitar-se às questões de Direito e às interpretações desenvolvidas no laudo do Tribunal *Ad Hoc*.

264. Correto. O Protocolo de Ouro Preto prevê expressamente, em seu art. 34, que o MERCOSUL terá personalidade jurídica de Direito Internacional.

265. Errado. O art. 36 do Protocolo de Ouro Preto prevê expressamente a possibilidade do Mercosul celebrar acordos de sede.

266. Errado. O art. 46 do Protocolo de Ouro Preto afirma que o Português e o Espanhol são os idiomas oficiais do Mercosul, e que a versão oficial dos documentos será a do idioma do país que sediar a reunião.

267. Errado. O Protocolo de Defesa da Concorrência do Mercosul foi adotado pela Decisão CMC nº 18/96.

268. Errado. Há uma Tarifa Externa Comum (TEC) no âmbito do MERCOSUL, a qual foi criada em 1994, por meio da Decisão 22/94 do Conselho Mercado Comum.

269. Correto. Vale lembrar que o Protocolo de Olivos estabeleceu a criação do Tribunal Permanente de Revisão, com sede em Assunção, Paraguai.

270. Errado. O art. 37 do Protocolo de Ouro Preto estatui que as decisões dos órgãos decisórios serão tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados-partes.

271. Errado. O Chile conta apenas com o *status* de país associado ao bloco, não sendo membro pleno do MERCOSUL. Além disso, falta

a menção ao Paraguai, que é membro originário do bloco, e à Venezuela, que se encontra em processo de adesão.

272. Errado. A zona de livre comércio, etapa inicial de um processo de integração, é aquela na qual são eliminadas todas as barreiras ao comércio entre os membros do bloco. A esta etapa segue-se a união aduaneira, na qual há também a aplicação de uma tarifa externa comum aos terceiros Estados, que não fazem parte do bloco. Finalmente, na fase final de um processo de integração, o mercado comum, acrescenta-se a livre circulação de fatores de produção.

273. Errado. A tarifa externa comum comporta exceções, razão pela qual se diz que o Mercosul é uma união aduaneira incompleta.

274. Errado. O Grupo Andino possui instituições de caráter supranacional, como o Conselho Presidencial Andino, o Parlamento Andino e o Conselho Andino de Ministros, por exemplo.

275. Errado. O processo de integração iniciado em julho de 1986 refere-se à a Ata para a Integração Argentino-Brasileira, firmada em Buenos Aires, responsável por criar o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), que visava à formação de um espaço econômico comum por meio da abertura seletiva dos mercados brasileiro e argentino, estimulando a complementação de setores específicos da economia dos dois países. O Uruguai, portanto, inicialmente não fazia parte deste processo.

276. Correto. O texto da assertiva traz precisamente os tipos de exceções admitidas pela tarifa externa comum no âmbito do Mercosul.

277. Correto. Conforme os ditames do art. 3º do Protocolo de Ouro Preto, o Conselho do Mercado Comum é o órgão superior do Mercosul ao qual incumbe a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção e para lograr a constituição final do mercado comum. Na qualidade de órgão superior, é o CMC quem exerce a personalidade jurídica do Mercosul, sendo, assim, responsável pela assinatura de tratados.

278. Correto. Apesar de o Mercosul ainda ser uma união aduaneira imperfeita, necessitando também de adaptações nas legislações locais, é importante notar o progresso trazido por recentes medidas adotadas no bloco. Com vistas a promover a aplicação do Regime de Origem Mercosul, tanto para as autoridades competentes quanto para os operadores comerciais, o Conselho Mercado Comum emitiu a Decisão Nº 01/09, através da qual foram unificadas todas as normas referidas ao Regime de Origem Mercosul.

279. Correto. O termo "consenso de Washington" foi cunhado por John Williamson, em 1990, significando originalmente o mínimo denominador comum de recomendações sobre políticas econômicas que estavam sendo cogitadas pelas instituições financeiras de Washington D.C. e que deveriam ser aplicadas nos países da América Latina. Posteriormente, o termo passou a identificar-se com a aplicação da chamada cartilha neoliberal, que não conseguiu evitar as sérias crises ocorridas no âmbito latino-americano na década passada. Apesar do aprofundamento e da intensificação dos processos de integração no continente, seus países ainda dependem, essencialmente, das exportações aos países de outros continentes.

280. Errado. O Tratado de Assunção determina, em seu art. 1º, que os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum (e não uma zona de livre comércio), que implica a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum e relação a terceiros Estados, etc.

281. Errado. O Tratado de Assunção trouxe apenas a estrutura institucional transitória do Mercosul, que foi devidamente arquitetada no Protocolo de Ouro Preto. Além disso, o Tratado de Assunção efetivamente previu a criação de uma Tarifa Externa Comum, tanto em seu art. 1º como no art. 5º, mas a TEC só foi criada em 1994, por meio da Decisão 22/94 do Conselho Mercado Comum.

282. Correto. O Mercosul é composto por países com realidades bastante distintas, cujas assimetrias são evidentes, como Brasil e Uruguai. Os países do bloco dependem, ainda, do capital financeiro internacional para movimentar suas economias, o que dificulta o processo de integração almejado pelo bloco.

283. Correto. O art. 21.1 do Protocolo de Brasília determina que os laudos do Tribunal Arbitral são inapeláveis, obrigatórios para os Estados partes na controvérsia a partir do recebimento da respectiva notificação e terão relativamente a eles força de coisa julgada. Vale lembrar que esta estrutura foi alterada pelo Protocolo de Olivos, que entrou em vigor em 2004 (posteriormente, pois, ao concurso em tela), o qual estabeleceu a criação do Tribunal Permanente de Revisão, competente para conhecer de recursos dos laudos arbitrais emitidos pelo Tribunal Arbitral.

284. Errado. Ao definir o seu âmbito de aplicação, o Protocolo de Brasília dispõe, em seu art. 1º, que as controvérsias que surgirem entre os Estados-partes sobre a interpretação, a aplicação ou o não cumprimento das disposições contidas no Tratado de Assunção, dos acordos celebrados no âmbito do mesmo, bem como das decisões do Conselho do Mercado Comum e das Resoluções do Grupo Mercado Comum, serão submetidas aos procedimentos de solução estabelecidos no Protocolo.

285. Errado. O Mercosul encontra-se ainda em fase de união aduaneira imperfeita, e não de mercado comum, no qual há, além do livre comércio de bens e de uma tarifa externa comum, a livre circulação de bens e pessoas. Além disso, o Mercosul possui caráter intergovernamental, conforme previsto no art. 2º do Protocolo de Ouro Preto, e não supranacional, como a União Européia, ou seja, inexiste união monetária e política entre os países membros do Mercosul.

286. Correto. O Tratado de Assunção afirma, em seu artigo 1º, que o Mercosul implica o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum e relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais.

287. Correto. De acordo com o art. 4º, parágrafo único da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

288. Errado. O Protocolo de Brasília sobre a Solução de Controvérsias foi revogado pelas disposições do Protocolo de Olivos de 2002, que entrou em vigor em 2004.

289. Errado. O Tratado de Assunção foi celebrado somente entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, em 1991. O Chile tornou-se Estado associado ao Mercosul em 1996.

290. Errado. O art. 2º do Protocolo de Buenos Aires sobre Jurisdição Internacional em Matéria Contratual expressamente exclui de seu âmbito de aplicação as relações jurídicas entre os falidos e seus credores e demais procedimentos análogos, em especial as concordatas. Também são excluídos do âmbito de aplicação do Protocolo de Buenos Aires: a) matéria tratada em acordos no âmbito do direito de família e das sucessões; b) contratos de seguridade social; c) contratos administrativos; d) contratos de trabalho; e) contratos de venda ao consumidor; f) contratos de transportes; g) os contratos de seguro e; h) direitos reais.

291. Correto. De acordo com o Artigo 38 do Protocolo de Ouro Preto, os Estados Partes comprometem-se a adotar todas as medidas necessárias para assegurar, em seus respectivos territórios, o cumprimento das normas emanadas dos órgãos do Mercosul com poder decisório. Além disso, o Artigo 40 do Protocolo de Ouro Preto regulamenta o procedimento a ser adotado para garantir a vigência simultânea nos Estados Partes das normas emanadas pelo Mercosul.

292. Errado. Conforme o disposto no art. 5º do Protocolo de Medidas Cautelares do Mercosul, a admissibilidade das medidas cautelares será regulada pelas leis e julgada pelos juízes ou pelos tribunais do Estado requerente.

293. Errado. O Mercosul encontra-se ainda em estágio de união aduaneira imperfeita, pois, embora já tenha adotado a Tarifa Externa Comum, esta ainda comporta exceções em virtude das assimetrias dos membros do bloco. Para caracterizar um Mercado Comum, é necessário que o bloco implemente ainda a livre circulação dos fatores de produção.

294. Errado. A personalidade jurídica de direito internacional do Mercosul só foi conferida pelo Protocolo de Ouro Preto, em seu art. 34.

295. Errado. O art. 37 do Protocolo de Ouro Preto estatui que as decisões dos órgãos decisórios serão tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados-partes.

296. Correto. De acordo com o art. 3º do Protocolo de Ouro Preto, O Conselho do Mercado Comum é o órgão superior do Mercosul ao qual incumbe a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção e para lograr a constituição final do mercado comum.

297. Errado. O Protocolo de Olivos, assinado em 2002 e vigente a partir de 2004, passou a regulamentar a solução de controvérsias no âmbito do Mercosul (antes regidas pelo Protocolo de Brasília), conforme dispõe seu art. 1º.

298. Errado. De acordo com o art. 10 do Protocolo de Ouro Preto, O Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do Mercosul, sendo integrado por quatro membros titulares e quatro membros alternos por país, designados pelos respectivos Governos, dentre os quais devem constar necessariamente representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Ministérios da Economia (ou equivalentes) e dos Bancos Centrais. O Grupo Mercado Comum será coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores. Já o Conselho do Mercado Comum é o órgão superior do Mercosul ao qual incumbe a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção e para lograr a constituição final do mercado comum.

299. Errado. Nos ditames do art. 4º do Protocolo de Ouro Preto, o Conselho do Mercado Comum será integrado pelos Ministros das Relações Exteriores e pelos Ministros da Economia, ou seus equivalentes, dos Estados-partes.

300. Correto. O art. 2º do Protocolo de Ouro Preto estabelece que são órgãos com capacidade decisória, de natureza intergovernamental, o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do Mercosul.

301. Errado. O Parlamento do Mercosul foi constituído no dia 06 de Dezembro de 2006, em substituição à Comissão Parlamentar Conjunta, sendo o órgão representativo dos interesses dos cidadãos dos Estados partes. As competências do Parlasul são, entretanto, consideravelmente maiores do que aquelas anteriormente atribuídas à Comissão Parlamentar Conjunta, estando listadas no art. 4º de seu protocolo constitutivo.

302. Errado. É da Secretaria do Mercosul a competência de editar o Boletim Oficial do Mercosul, nos termos do art. 32 do Protocolo de Ouro Preto.

303. Errado. De acordo com o art. 20.2 do Protocolo de Olivos, quando a controvérsia envolver mais de dois Estados Partes, o Tribunal Permanente de Revisão estará integrado pelos cinco (5) árbitros.

304. Correto. Conforme disposto no art. 18 do Protocolo de Olivos, o Tribunal Permanente de Revisão será integrado por cinco (5) árbitros, e cada Estado-parte do Mercosul designará um (1) árbitro e seu suplente por um período de dois (2) anos, renovável por no máximo dois períodos consecutivos. O quinto árbitro, que será designado por um período de três (3) anos não renovável, salvo acordo em contrário, será escolhido, por unanimidade dos Estados-partes, e terá a nacionalidade de algum dos Estados-partes do Mercosul.

305. Errado. O Tribunal Permanente de Revisão está sediado, nos termos do art. 38 do Protocolo de Olivos, em Assunção, no Paraguai. Não obstante, por razões fundamentadas, o Tribunal poderá se reunir, excepcionalmente, em outras cidades do Mercosul, e os Tribunais Arbitrais *Ad Hoc* poderão se reunir em qualquer cidade dos Estados Partes do Mercosul.

306. Errado. Conforme o disposto no art. 35.1 do Protocolo de Olivos, os árbitros dos Tribunais Arbitrais *Ad Hoc* e os do Tribunal Permanente de Revisão deverão ser juristas de reconhecida competência nas matérias que possam ser objeto das controvérsias e ter conhecimento do conjunto normativo do Mercosul, não havendo limitação de idade.

307. Errado. De acordo com o art. 29. 1 do Protocolo de Olivos os laudos do Tribunal *Ad Hoc* ou os do Tribunal Permanente de Revisão, conforme o caso, deverão ser cumpridos no prazo que os

respectivos Tribunais estabelecerem. Se não for estabelecido um prazo, os laudos deverão ser cumpridos no prazo de trinta (30) dias seguintes à data de sua notificação.

308. Correto. Conforme dispõe o art. 7º do Protocolo de Assunção, em matéria de impostos, taxas e outros gravames internos, os produtos originários do território de um Estado-parte gozarão, nos outros Estados-partes, do mesmo tratamento que se aplique ao produto nacional.

309. Errado. O Mercosul foi criado em 1991 pelo Tratado de Assunção, e sua personalidade jurídica de direito internacional foi prevista no Protocolo de Ouro Preto de 1994. Por possuir caráter intergovernamental, as decisões são tomadas por unanimidade.

310. Errado. O Conselho do Mercado Comum é efetivamente o órgão superior do Mercosul, ao qual incumbe a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção, mas, conforme dispõe o art. 6º do Protocolo de Ouro Preto, ele se reunirá quantas vezes estime oportuno, devendo fazê-lo pelo menos uma vez por semestre com a participação dos Presidentes dos Estados-partes.

311. Correto. De acordo com o art. 2º do Protocolo de Ouro Preto, são órgãos com capacidade decisória, de natureza intergovernamental, o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do Mercosul. Além disso, o Parlamento do Mercosul, que substituiu a Comissão Parlamentar Conjunta, e o Tribunal permanente de Revisão, instituído pelo Protocolo de Olivos, também contam com capacidade decisória.

312. Errado. Ao Grupo Mercado Comum cabe a propositura de projetos de decisões ao Conselho do Mercado Comum, mas a titularidade da personalidade jurídica do Mercosul é exercida, nos termos do art. 8, inc. III do Protocolo de Ouro Preto, pelo Conselho do Mercado Comum.

313. Errado. O Protocolo de Ouro Preto dispõe, em seu art. 43, que as controvérsias que surgirem entre os Estados-partes sobre a interpretação, a aplicação ou o não cumprimento das disposições contidas no Tratado de Assunção, dos acordos celebrados no

âmbito do mesmo, bem como das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum e das Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul, serão submetidas aos procedimentos de solução estabelecidos no Protocolo de Brasília, de 17 de dezembro de 1991. Entretanto, o Protocolo de Olivos de 2002 estabeleceu para si esta competência, afirmando ainda, em seu art. 1.2, que as controvérsias compreendidas no âmbito de aplicação do Protocolo que possam também ser submetidas ao sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio ou de outros esquemas preferenciais de comércio de que sejam parte individualmente os Estados-partes do Mercosul poderão submeter-se a um ou outro foro, à escolha da parte demandante.

314. Errado. O Tratado de Buenos Aires foi assinado por Brasil e Argentina em 1990, buscando a de integração econômica entre os dois países. No ano seguinte assinou-se o Tratado de Assunção que, complementando o Tratado de Buenos Aires, formalizou a criação do Mercosul, que contava então com a presença de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O Protocolo de Ouro Preto de 1994 conferiu estrutura institucional e personalidade jurídica ao bloco, e o Protocolo de Olivos de 2002 regulamentou o sistema de solução de controvérsias do Mercosul. Já o Protocolo de Las Leñas de 1992 é apenas relativo à Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa.

315. Correto. Conforme o disposto no art. 37 do Protocolo de Ouro Preto, as decisões dos órgãos do Mercosul serão tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados-partes.

316. Correto. As fontes jurídicas do Mercosul são precisamente aquelas listadas pela assertiva, conforme o art. 41 do Protocolo de Ouro Preto.

317. Errado. As decisões emanadas dos Tribunais Arbitrais *Ad Hoc* são passíveis de recurso para o Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul, nos termos do Protocolo de Olivos, e o sistema de solução de controvérsias do Mercosul é acessível tanto aos Estados como aos particulares, em razão da sanção ou aplicação, por qualquer dos Estados-partes, de medidas legais ou administrativas de efeito restritivo, discriminatórias ou de concorrência desleal, em violação do Tratado de Assunção, do Protocolo de Ouro Preto, dos protocolos e acordos celebrados no marco do Tratado de Assunção, das Decisões do Conselho do

Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum e das Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul.

318. Errado. As normas emanadas dos órgãos com capacidade decisória do Mercosul devem ser internalizadas nos Estados-partes, não possuindo aplicabilidade direta. Para assegurar a vigência simultânea nos Estados-partes das normas emanadas dos órgãos do Mercosul, segue-se o procedimento previsto no art. 40 do Protocolo de Ouro Preto.

319. Correto. O Mercosul possui, nos termos do art. 34 do Protocolo de Ouro Preto, personalidade jurídica de direito internacional.

320. Errado. O Tratado de Assunção, que instituiu o Mercosul, foi feito no marco da ALADI, não revogando, portanto, o Tratado de Montevidéu. Vale lembrar que o Tratado de Assunção afirma, em seu art. 20, que está aberto à adesão, mediante negociação, dos demais membros da ALADI.

321. Errado. Os princípios presentes no protocolo constitutivo do Parlamento do Mercosul são os seguintes: o pluralismo e a tolerância como garantias da diversidade de expressões políticas, sociais e culturais dos povos da região; a transparência da informação e das decisões para criar confiança e facilitar a participação dos cidadãos; a cooperação com os demais órgãos do Mercosul e com os âmbitos regionais de representação cidadã; o respeito aos direitos humanos em todas as suas expressões; o repúdio a todas as formas de discriminação, especialmente as relativas a gênero, cor, etnia, religião, nacionalidade, idade e condição socioeconômica; a promoção do patrimônio cultural, institucional e de cooperação latino-americana nos processos de integração; a promoção do desenvolvimento sustentável no Mercosul e o trato especial e diferenciado para os países de economias menores e para as regiões com menor grau de desenvolvimento; a eqüidade e a justiça nos assuntos regionais e internacionais, e a solução pacífica das controvérsias.

322. Correto. Conforme disposto no art. 3 do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, a promoção do desenvolvimento sustentável no Mercosul e o trato especial e diferenciado para os países de economias menores e para as regiões com menor grau de desenvolvimento constitui um de seus princípios.

323. Errado. O Protocolo de Montevidéu de 2005 aborda a temática de comércio e serviços no âmbito do Mercosul, não prevendo, portanto, a promoção da diversidade lingüística.

324. Errado. Inexiste menção, nos tratados constitutivos do Mercosul, ao repúdio ao terrorismo como finalidade institucional do bloco.

325. Errado. Inexiste menção, nos tratados constitutivos do Mercosul, à cooperação dos povos para o progresso da humanidade como meta do bloco.

326. Correto. De acordo com o art. 3º do Protocolo de Olivos, o Conselho do Mercado Comum poderá estabelecer mecanismos relativos à solicitação de opiniões consultivas ao Tribunal Permanente de Revisão definindo seu alcance e seus procedimentos.

327. Errado. Ao TPR cabe a resolução das controvérsias que surjam entre os Estados-partes sobre a interpretação, a aplicação ou o não cumprimento do Tratado de Assunção, do Protocolo de Ouro Preto, dos protocolos e acordos celebrados no marco do Tratado de Assunção, das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum e das Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul. No âmbito trabalhista, o Mercosul estabeleceu, através da Resolução N° 54/03 do Grupo Mercado Comum (GMC), o Tribunal Administrativo-Trabalhista, cuja atribuição consiste em julgar as reclamações administrativo-trabalhista dos funcionários da Secretaria do Mercosul e das pessoas contratadas para a execução de determinadas tarefas ou serviços na Secretaria ou junto aos demais órgãos da estrutura institucional do bloco.

328. Errado. A livre circulação não foi implementada de modo completo no Mercosul, visto que a passagem de um país para outro ainda exige trâmites aduaneiros, embora mais simplificados. É importante salientar que o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados-partes do Mercosul, Bolívia e Chile, assinado em 2002, determinou que esse território constitui uma Área de Livre Residência com direito ao trabalho para todos seus cidadãos, sem exigência de outro requisito além da própria nacionalidade.

329. Errado. O artigo 34 do Protocolo de Ouro Preto de 1995 confere personalidade jurídica de Direito Internacional, cuja titularidade é exercida pelo Conselho do Mercado Comum.

330. Correto. A assertiva identifica os membros e associados do Mercosul. Deve ser observado, apenas, que a Venezuela está em avançado processo de adesão, já tendo sido esta aprovada pelos Parlamentos do Brasil, Uruguai e Argentina, pendendo de aprovação apenas do parlamento paraguaio.

331. Errado. O Acordo de Integração Brasil Argentina, de 1988, pode ser considerado como o embrião do Mercosul, mas a criação do bloco só se deu com o Tratado de Assunção, de 1991, no qual participaram Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

332. Errado. O Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, nos termos do Tratado de Assunção, implica a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, o estabelecimento de uma tarifa externa comum, a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais e o compromisso dos Estados-partes de harmonizar suas legislações a fim de fortalecer o processo de integração. Não se fala de adoção de moeda comum ou da criação de instituições supranacionais.

333. Correto. O contencioso Itaipu-Corpus teve início com a decisão brasileira de construir a Hidrelétrica de Itaipu, apesar dos projetos argentinos relativos ao aproveitamento das águas. A tensão e a crise decorrentes desta situação duraram mais de uma década, até que, em 1979, assinou-se o Acordo Tripartite Itaipu-Corpus, que solucionou o problema e permitiu que Brasil e Argentina superassem suas diferenças rumo à integração.

334. Correto. De acordo com o art. 2ª do Protocolo de Ouro Preto, são órgãos com capacidade decisória, de natureza intergovernamental, o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do Mercosul. O art. 37 do referido diploma afirma que as decisões dos órgãos do Mercosul serão tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados-partes.

335. Correto. A estrutura institucional do bloco veio prevista no capítulo I do Protocolo de Ouro Preto, enquanto os procedimentos para a solução de controvérsias encontram-se no cap. VI. Quanto

à adesão, há expressa remissão, no art. 50, ao procedimento trazido pelo Tratado de Assunção. Sugerimos, assim, a leitura dos referidos capítulos pelo candidato.

336. Correto. O Mercosul configura, no presente momento, uma união aduaneira, etapa de integração na qual se eliminam as barreiras ao comércio entre os membros do grupo e, além disso, há a aplicação de uma tarifa externa comum ao comércio com terceiros países. No momento, a TEC ainda comporta uma série de exceções.

337. Correto. O Tratado de Assunção, instrumento fundacional do Mercosul, regulamentou os princípios e propósitos do bloco, sua estrutura orgânica provisória e previu, igualmente, regras para a implementação futura de uma área de livre comércio entre seus membros.

338. Errado. O Mercosul encontra-se no estágio de união aduaneira, contando com livre comércio e uma tarifa externa comum. A livre circulação de bens e serviços é característica da etapa de integração chamada de mercado comum, ainda não atingida pelo Mercosul.

339. Correto. O Mercosul encontra-se na fase de união aduaneira em curso, pois a sua tarifa externa comum ainda comporta uma série de exceções em respeito às características de cada membro e das assimetrias entre eles.

340. Correto. O Mercosul, ao eliminar as barreiras ao comércio entre seus membros, favoreceu as trocas comerciais entre eles. A posterior criação de uma tarifa externa comum aplicável aos terceiros Estados ajudou neste processo, que almeja a constituição de um mercado comum, com a livre circulação de bens, serviços e capitais.

341. Correto. A União Sul-Americana de Nações (UNASUL) teve origem em 2004, com a criação da Comunidade Sul-americana de Nações, na III Reunião de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul, realizada em Cuzco, Peru, e em 2007, durante a I Cúpula Energética Sul-americana (Isla Margarita, Venezuela), decidiu-se adotar o nome União de Nações Sul-Americanas. O art. 2º do tratado constitutivo da UNASUL afirma que a organização tem como objetivo construir, de maneira participativa e

consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infra-estrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados. Já o Mercosul, criado pelo Tratado de Assunção (1991), objetiva, segundo o Ministério de Relações Exteriores, a integração dos Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes. O Protocolo de Ouro Preto, de 1994, determinou a estrutura institucional do MERCOSUL e lhe conferiu personalidade jurídica internacional. Finalmente, cumpre salientar que o bloco é marcado pelo chamado regionalismo aberto, pois visa não só ao aumento do comércio intrabloco, mas também o estímulo às trocas com terceiros países.

342. Correto. O diálogo estabelecido pelos governos Sarney e Alfonsín materializou-se, em 1985, na assinatura da Declaração do Iguaçu, na qual se firmam as bases para o processo de integração que conduzirá ao Mercosul. A Declaração do Iguaçu expressa, entre outras coisas, a firme vontade política de Brasil e Argentina de acelerar o processo de integração bilateral, em harmonia com os esforços de cooperação e desenvolvimento regional, e a firme convicção de que esta tarefa deve ser aprofundada pelos Governos com a indispensável participação de todos os setores de suas comunidades nacionais, aos quais convocaram a unir-se a este esforço, já que lhes cabe também explorar novos caminhos na busca de espaço econômico regional latino- americano.

343. Correto. Após a redemocratização, Brasil e Argentina iniciaram uma aproximação mais intensa com vistas a estabelecer um processo de integração entre os dois países. A atuação dos presidentes Alfonsín e Sarney foi importante neste sentido, com a assinatura, por exemplo, da Declaração do Iguaçu, na qual os governos manifestam a sua vontade de estabelecer uma maior aproximação.

344. Errado. O FOCEM destina-se ao financiamento de projetos em benefício das economias menores do MERCOSUL, buscando

contribuir para a redução das assimetrias dentro do bloco, não tendo sido estendido para os demais países sul-americanos.

345. Errado. O Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) não prevê uma tarifa externa comum, sendo classificado como um acordo de livre comércio, e não uma união aduaneira.

346. Errado. O Acordo de Livre Comércio da América do Norte não previu regras de caráter unificado para o setor agrícola, sendo tais disposições tratadas em dois acordos bilaterais distintos entre os Estados Unidos e o Canadá e entre o México e os Estados Unidos.

347. Errado. O NAFTA não prevê a criação de uma tarifa externa comum oponível aos terceiros Estados.

348. Errado. O Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (*North American Free Trade Agreement*) ou NAFTA tem como países membros os Estados Unidos da América, México e Canadá, mas não visa à unificação total das economias de seus membros, e sim a constituição de uma zona de livre comércio entre eles.

349. Correto. O NAFTA criou uma zona de livre comércio entre os três países, mas não previu a criação de uma tarifa externa comum em relação a terceiros Estados, o que possibilita que seus membros sigam políticas comerciais distintas em relação aos não-membros.

350. Errado. No âmbito do NAFTA, não ocorre a livre circulação de pessoas entre nenhum de seus países-membros.

351. Correto. Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial foram concebidos em julho de 1944 , quando representantes de 45 países reunidos na cidade de Bretton Woods, New Hampshire, no nordeste dos Estados Unidos, chegaram a acordo sobre um quadro para a cooperação econômica internacional a ser estabelecida após a Segunda Guerra Mundial, buscando para evitar a repetição da desastrosa política econômica que contribuiu para a Grande Depressão dos anos 30. Surgem, assim, o FMI, que adquiriu existência formal em dezembro de 1945, quando seus primeiros 29 Países-membros assinaram o seu acordo constitutivo, e o Banco Mundial, formado pelo Banco

Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento e pela Agência Internacional de Desenvolvimento.

352. Correto. Os objetivos do FMI encontram-se dispostos no art. 1º de seu acordo constitutivo, e incluem: a) promover cooperação monetária internacional através de uma instituição permanente que forneça os mecanismos de consulta e colaboração em problemas monetários internacionais; b) facilitar a expansão e o crescimento equilibrado do comércio internacional, e contribuir assim para a promoção e manutenção de elevados níveis de emprego e da renda real e para o desenvolvimento dos recursos produtivos de todos os membros como objetivos primordiais da política econômica; c) promover a estabilidade cambial, manter sistemas de troca de ordenado entre os membros e evitar desvalorizações cambiais competitivas; d) auxiliar na criação de um sistema multilateral de pagamentos em relação às transações correntes entre os membros e na eliminação de restrições cambiais que dificultam o crescimento do comércio mundial; e) dar confiança aos membros, tornando os recursos gerais do Fundo temporariamente à sua disposição sob garantias adequadas, proporcionando-lhes oportunidade de corrigir desajustes em sua balança de pagamentos sem recorrer a medidas destrutivas da prosperidade nacional ou internacional; f) em conformidade com o acima, encurtar a duração e diminuir o grau de desequilíbrio na balança de pagamentos internacionais dos membros.

353. Errado. O sistema de votação do FMI é baseado na contribuição de cada país para o Fundo, em um sistema de quotas que é revisto de forma geral de 5 em 5 anos, ou seja, o voto de cada membro possui um peso diferente.

354. Correto. O Banco Mundial, formado pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento e pela Agência Internacional de Desenvolvimento, tem como missão combater a pobreza com paixão e profissionalismo para obter resultados duradouros e ajudar as pessoas a ajudarem a si mesmas e ao seu ambiente, fornecendo recursos, partilhando conhecimentos, construindo capacitação e estabelecendo de parcerias nos setores público e privado.

355. Errado. Segundo o acordo constitutivo do BIRD, para se tornar membro do Banco Mundial o país candidato deve antes ser membro do FMI.

356. Errado. As negociações da rodada de Doha seguem o princípio do *single undartaking*, o qual determina que cada item da negociação é parte de um todo indivisível, não podendo ser destacado e acordado individualmente.

357. Correto. A autoridade para promoção comercial delega ao executivo americano a competência para negociar acordos internacionais relacionados ao comércio, os quais apenas após a conclusão são remetidos ao Congresso, que somente pode aprovar ou rejeitar o tratado, sem oferecer qualquer tipo de emenda. A importância dessa cláusula decorre da competência constitucional exclusiva do congresso americano para decidir acerca da política comercial dos Estados Unidos com nações estrangeiras. Em junho de 2007, sob a administração Bush, essa prerrogativa expirou, o que, desde então, tem dificultado a negociação de acordos internacionais relacionados ao comércio pelos Estados Unidos da América.

358. Correto. O desejo dos EUA é precisamente que o acordo da Alca determine a obrigação de conceder aos investidores de um país-membro da área "tratamento nacional" ou "tratamento de nação mais favorecida", o que for mais conveniente para o investidor, significando que os governos dos países integrantes da Alca ficariam impedidos, pelos termos do acordo internacional, de estabelecer políticas que beneficiem empresas de capital nacional em relação a empresas de outros países da Alca, mesmo que seja somente para compensá-las por desvantagens de caráter estrutural ou sistêmico.

359. Errado. O Brasil não concordou, à época da proposta, com a data de 2005 para a implementação da ALCA, opondo-se ao projeto.

360. Correto. A APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation* ou Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico) é um dos principais blocos econômicos da atualidade, respondendo por cerca de 40% do comércio e metade do PIB mundial. O bloco formalizou-se em 1993, na Conferencia de Seattle, tendo por objetivo a redução de taxas alfandegárias entre seus membros com a finalidade de promover o livre comércio entre eles. Atualmente a APEC é formada pelas seguintes economias: Austrália, Brunei, Canadá, Chile, China, Hong Kong, Indonésia, Japão, Coréia do Sul, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua-Nova Guiné, Peru, Filipinas, Rússia, Cingapura, Taiwan, Tailândia, Estados Unidos

da América e Vietnam. Cumpre observar, por oportuno, que a APEC é uma associação de "economias", e não propriamente de Estados.

361. Errado. A Comunidade Andina de Nações (CAN) surgiu em 1969, com a assinatura do Acordo de Cartagena, tendo como países membros Bolívia, Colômbia, Equador, Peru. Conforme o art. 1º do Acordo de Cartagena, a CAN objetiva buscar o desenvolvimento equilibrado e harmônico dos países membros através da integração e cooperação econômica e social, com vistas à formação gradual de um mercado comum. São também objetivos deste acordo a diminuição da vulnerabilidade externa e a melhoria da posição dos países-membros no contexto econômico internacional.

362. Errado. A Reunião Ministerial de São José (1998) efetivamente resultou na criação do Grupo Consultivo sobre Economias Menores (GCEM), mas a posição do Brasil em relação ao tema baseia-se na observância do princípio da reciprocidade.

363. Correto. O FMI surgiu através do Acordo de Bretton Woods, em 1944, e busca a correção dos desequilíbrios no balanço de pagamentos dos países-membros que possam afetar a estabilidade do sistema econômico internacional. Em regra, a ação do FMI incide em medidas econômicas ortodoxas de equalização fiscal e cortes de gastos públicos, razão pela qual o órgão vem sendo criticado na atualidade.

364. Errado. No âmbito do BIRD, o processo de tomada de decisão vincula-se às partes de capital (subscrições) de cada país membro, sendo estas baseadas no poder econômico relativo de cada país, ou seja, existem diferenças entre os países tanto nas votações como nas doações ao órgão.

365. Errado. O BIS, criado em 1930, é a mais antiga organização financeira internacional, e tem por propósito promover a cooperação financeira e monetária internacional, servindo como banco para os bancos centrais dos Estados-Membros. Entretanto, não possui poderes de fiscalização sobre os bancos centrais associados.

366. Correto. O Brasil teve papel ativo na criação do Conselho de Defesa Sul- Americano que, criado em 2008 no âmbito da

UNASUL, possui como objetivos gerais consolidar a América do Sul como uma zona de paz, base para a estabilidade democrática e o desenvolvimento integral de nossos povos, e como contribuição para a paz mundial; construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa, que leve em conta as características sub-regionais e nacionais e que contribua para o fortalecimento da unidade da América Latina e o Caribe; e gerar consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria de defesa.

367. Correto. A Organização dos Estados Americanos, fundada em 30/04/1948, é um organismo regional dentro das Nações Unidas, tendo por escopo alcançar a paz e a justiça, promover a solidariedade, reforçar a colaboração e defender a soberania, o território e a independência de seus membros. É composta por trinta e cinco países independentes (apesar da suspensão de Honduras, em 2009) e está sediada em Washington DC, nos Estados Unidos da América

368. Errado. Criada em 1994, na Cúpula das Américas, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), prevê que serão eliminadas progressivamente as barreiras ao comércio e ao investimento na área do tratado, ou seja, esta eliminação não se dará de forma imediata. Observa-se que mesmo com a eliminação progressiva das barreiras, a implementação do acordo encontrou resistência em diversos países, inclusive no Brasil.

369. Correto. A Associação de Nações do Sudeste Asiático (ANSA/ASEAN) consiste em uma organização de caráter regional entre os estados do sudeste asiático, formada em 1967 e que, de maneira geral, objetiva acelerar o crescimento econômico, fomentar a paz e a estabilidade regionais, além do progresso social e cultural de seus povos. Atualmente fazem parte da ASEAN os seguintes países: Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Singapura, Tailândia, e Vietnam.

370. Errado. O objetivo principal do FMI é, nos termos de seu estatuto, promover a cooperação monetária internacional, oferecendo colaboração e consultoria relacionadas com problemas monetários internacionais; facilitar a expansão e crescimento do comércio internacional; promover estabilidade cambial, evitando depreciações cambiais com fins competitivos; ajudar a estabelecer um sistema multilateral de pagamentos; assegurar aos membros a disponibilidade temporária dos recursos do Fundo para corrigir desequilíbrios da balança comercial e, finalmente; reduzir a

duração e diminuir o grau de desequilíbrio na balança internacional de pagamentos de seus membros. A correção de desequilíbrios estruturais econômicos de longo prazo não é, especificamente, um objetivo do FMI, representando, eventualmente, um requisito para que os Estados-Membros possam aceder aos recursos do Fundo.

371. Errado. O empenho para reunir as economias dos países americanos em uma única área de livre comércio teve início com a Cúpula das Américas, em dezembro de 1994 em Miami, Estados Unidos, quando os presidentes das 34 democracias da região resolveram instituir a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), na qual seriam eliminadas progressivamente as barreiras ao comércio e ao investimento. Entretanto, as negociações para a implementação da ALCA, que deveriam ser concluídas em 2005, não tiveram êxito, pois países como Brasil, Argentina, Uruguai e Venezuela se opuseram ao projeto. No caso brasileiro, privilegiaram-se iniciativas regionais, como o Mercosul, assim como o comércio com outros parceiros sul-americanos.

Capítulo 4 – Fontes de Direito Internacional Público

372. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2006) Embora possua relevantes qualidades de flexibilidade e uma grande proximidade com os fenômenos e fatos que regula, o costume internacional apresenta grandes dificuldades quanto à sua prova, o que lhe diminui o valor na hierarquia das fontes do direito internacional, mantendo, com isso, a supremacia dos tratados e convenções.

373. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2006) Para que um comportamento comissivo ou omissivo seja considerado como um costume internacional, é necessária a presença de um elemento material, qual seja: uma prática reiterada de comportamentos que, de início, pode ser um simples uso.

374. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2006) Para se constatar a existência de um costume, é necessário verificar a presença de um elemento subjetivo, qual seja: a certeza de que tais comportamentos são obrigatórios por expressarem valores exigíveis e essenciais.

375. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2009) Não existe hierarquia entre os princípios gerais do direito e os costumes internacionais.

376. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2009) O elemento objetivo que caracteriza o costume internacional é a prática reiterada, não havendo necessidade de que o respeito a ela seja uma prática necessária (*opinio juris necessitatis*).

377. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - Senado Federal / 2002) O art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Haia enumera o rol taxativo e hierarquicamente organizado das fontes do direito internacional público.

378. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - Senado Federal / 2002) De acordo com a jurisprudência da Corte Internacional de Justiça de Haia, o costume internacional de âmbito regional e local não pode ser considerado como fonte de direito das gentes.

379. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - Senado Federal / 2002) De acordo com a maioria dos internacionalistas, a

expressão "princípios gerais de direito", constante da alínea "c" do art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, refere-se apenas aos princípios gerais do direito internacional.

380. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - Senado Federal / 2002) As decisões judiciais proferidas por tribunais nacionais podem ser consideradas como fonte do direito internacional público.

381. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - Senado Federal / 2002) No contexto do item 2 do art. 38 do Estatuto da Corte de Justiça de Haia (TRANSCREVER), é correto considerar o termo eqüidade como sinônimo de direito natural.

382. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2007) Os costumes internacionais e os princípios gerais do direito reconhecidos pelas nações civilizadas não são considerados como fontes extraconvencionais de expressão do direito internacional.

383. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Nada obsta a que o elemento material do costume seja constituído de uma omissão frente a determinado contexto.

384. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O elemento subjetivo (a *opinio juris*) é absolutamente necessário para dar ensejo à norma costumeira.

385. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Devido à inferioridade hierárquica das normas costumeiras em relação às normas convencionais, não pode o costume revogar norma expressa em tratado internacional.

386. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Em litígio internacional, a parte que invoca regra costumeira tem o ônus de provar a sua existência.

387. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Assim como ocorre em relação aos tratados internacionais, há métodos precisos de interpretação das normas costumeiras.

388. (CESPE / Procurador Federal - AGU / 2010) Em 2008, a Comissão de Direito Internacional da ONU finalizou seu projeto de artigos sobre reservas a tratados.

389. (CESPE / Procurador Federal - AGU / 2010) O princípio do objetor persistente refere-se à não vinculação de um Estado para com determinado costume internacional.

390. (CESPE / Procurador Federal - AGU / 2010) Costumes podem revogar tratados e tratados podem revogar costumes.

391. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) Atos unilaterais são aplicados pela Corte Internacional de Justiça como fontes do direito internacional, conforme disposto em seu estatuto.

392. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) Atos unilaterais criam apenas obrigações morais para os Estados.

393. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) Atos unilaterais são conhecidos também como *estoppel*.

394. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) A Comissão de Direito Internacional da ONU se dedicou a estudar os atos unilaterais.

395. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) O Estado brasileiro mantém-se em oposição persistente ao costume que prescreve a existência de atos unilaterais como fonte de direito.

396. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 1997) As decisões de organizações internacionais e os atos unilaterais dos Estados não constituem normas jurídicas internacionais.

397. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 1997) A doutrina é forma de expressão do direito internacional.

398. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 1997) A Corte Internacional de Justiça proferirá decisão com base na eqüidade somente se, para tanto, for autorizada pelas partes.

399. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 1997) Os tratados internacionais são hierarquicamente superiores aos costumes intencionais, que, por sua vez, gozam de superioridade em relação aos princípios gerais do direito.

400. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 1997) O art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça relaciona exaustivamente as formas de expressão do direito internacional, impedindo o surgimento, no ordenamento jurídico internacional, de novas formas de expressão jurídica.

401. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) O *gentlemen's agreement* é uma forma de tratado internacional firmado entre estadistas, fundado sobre a honra e condicionado, no tempo, à permanência de seus atores no poder.

402. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) O costume, fonte do direito internacional público, extingue-se pelo desuso, pela adoção de um novo costume ou por sua substituição por tratado internacional.

403. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) Os atos unilaterais dos Estados, como as leis e os decretos em que se determinam, observados os limites próprios, a extensão do mar territorial, da sua zona econômica exclusiva ou o regime de portos, são considerados fontes do direito internacional público, sobre as quais dispõe expressamente o Estatuto da Corte Internacional de Justiça.

404. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) As decisões das organizações internacionais contemporâneas, proferidas na forma de resoluções, recomendações, declarações e diretrizes, apenas obrigam os seus membros quando adotadas por votação unânime em plenário, em qualquer hipótese.

405. (CESPE / Diplomata- IRBr 4ª fase / 2006- Adaptada) O *pacta sunt servanda* e uma regra moral e não consuetudinária.

406. (CESPE / Analista em C & T – MCT / 2008) As normas costumeiras de direito internacional são consideradas normas *jus cogens*.

Gabarito – Capítulo 4

372	**E**	**381**	**C**	**390**	**C**	**399**	**E**
373	C	382	E	391	E	400	E
374	**C**	**383**	**C**	**392**	**E**	**401**	**E**
375	C	384	C	393	E	402	C
376	**E**	**385**	**E**	**394**	**C**	**403**	**E**
377	E	386	C	395	E	404	E
378	**E**	**387**	**E**	**396**	**E**	**405**	**E**
379	E	388	E	397	E	406	E
380	**C**	**389**	**C**	**398**	**C**		

Comentários – Capítulo 4

372. Errado. Não há hierarquia entre as fontes de Direito Internacional Público. Assim, ainda que o costume não seja positivado de forma objetiva, possui o mesmo status das demais fontes.

373. Correto. A prática reiterada da conduta é o elemento objetivo essencial à caracterização do costume internacional.

374. Correto. O elemento subjetivo caracterizador do costume internacional é representado pela convicção dos estados de que a conduta em questão é devida e exigível.

375. Correto. Não há hierarquia entre as fontes formais de Direito Internacional Público previstas no art. 38 do Estatuto da CIJ.

376. Errado. O elemento descrito é, em verdade, o elemento subjetivo. O elemento objetivo é a reiteração da conduta reputada como costume.

377. Errado. O artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça traz um rol não taxativo das fontes de Direito Internacional Público, além de inexistir qualquer espécie de hierarquia entre elas.

378. Errado. A Corte Internacional de Justiça já decidiu que o costume local pode ser considerado como fonte de direito internacional, tal como ocorreu no caso Haya de La Torre, no qual a CIJ reconheceu a existência de um costume regional no caso relativo ao asilo diplomático na América do Sul.

379. Errado. A menção a "princípios gerais de direito" no rol do art. 38 é interpretada pela Corte Internacional de Justiça como os princípios gerais constantes dos principais ordenamentos jurídicos, não se limitando à ordem internacional.

380. Correto. As decisões judiciais dos Estados constituem fontes de direito internacional, nos ditames do art. 38, "d" do Estatuto da Corte Internacional de Justiça.

381. Correto. Esta questão é bastante particular, pois a banca do CESPE considera a equidade como sinônimo de direito natural. O conceito de equidade é bastante controvertido na doutrina, mas ela pode ser conceituada como um método suplementar que visa ao preenchimento de lacunas no direito positivo, pautando-se por parâmetros de ética e justiça.

382. Errado. Tratados, acordos e convenções internacionais são fontes convencionais de DIP, ao passo em que costumes e princípios são fontes extraconvencionais, é dizer, são fontes não positivadas.

383. Correto. O costume, fonte de direito internacional, tem como elemento objetivo uma prática, que pode ser representada tanto por uma ação quanto por uma omissão.

384. Correto. O costume internacional é composto de dois elementos: o subjetivo (*opinio iuris* acerca da exigibilidade da prática) e o objetivo (a prática reiterada de uma ação ou omissão).

385. Errado. Não há hierarquia entre as fontes de Direito Internacional Público, razão pela qual é admitido inclusive que o costume venha a revogar uma norma constante em tratado.

386. Correto. Exatamente pelo fato de o costume internacional não ser uma fonte positivada, as Cortes têm entendido que cabe à parte que o invoca comprovar sua existência.

387. Errado. No que diz com tratados internacionais, a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados de 1969 dispõe acerca de critérios interpretativos. Não existe, contudo, norma positivada similar para a interpretação do costume internacional.

388. Errado. Reservas a tratados é um tópico disposto, atualmente, nas Convenções de Viena de 1969 e 1986. Além disso, a Comissão de Direito Internacional da ONU está elaborando projetos sobre vários temas, inclusive reservas a tratados, sem, contudo, ter finalizado o referido projeto até o momento.

389. Correto. Entende-se que se um Estado, desde a concepção do costume, a ele se opõe de forma veemente, mesmo com a consolidação da norma costumeira, a este Estado opositor ela não será aplicável.

390. Correto. Não há hierarquia entre as fontes de Direito Internacional Público, razão pela qual uma espécie pode revogar outra, indistintamente.

391. Errado. Apesar de os atos unilaterais dos Estados serem aplicados pela Corte Internacional de Justiça como fontes do Direito Internacional, tal como ocorreu nos casos “Estatuto Jurídico da Groenlândia Oriental” (Dinamarca versus Noruega, 1933- Corte Permanente de Justiça Internacional) e “Testes Nucleares Franceses” (França versus Austrália e Nova Zelândia, 1974), eles não constam no rol do artigo 38 do Estatuto da CIJ.

392. Errado. Conforme já decidido pela Corte Internacional de Justiça (e por sua antecessora, a Corte Permanente de Justiça Internacional) nos casos “Estatuto Jurídico da Groenlândia Oriental” (Dinamarca versus Noruega, 1933- Corte Permanente de Justiça Internacional) e “Testes Nucleares Franceses” (França versus Austrália e Nova Zelândia, 1974), os atos unilaterais

emanados dos Estados tem o condão de criar obrigações jurídicas para as partes, e não simplesmente morais.

393. Errado. O *estoppel* é um princípio geral do direito internacional que é fundado na boa-fé e na consistência das relações internacionais, vedando o comportamento contraditório. O *estoppel* e significa que, uma vez que uma parte se compromete, de boa-fé, a assumir determinado comportamento ou a aceitar certa situação jurídica, ela não pode atuar de forma contraditória em relação a estes comportamentos ou atos, pois as demais partes basearam sua própria conduta nesse compromisso.

394. Correto. A Comissão de Direito Internacional da ONU dedicou-se ao estudo dos atos unilaterais dos Estados a partir de sua 48ª sessão, em 1996, tendo continuado o estudo do tema nos anos seguintes.

395. Errado. O Estado brasileiro não se opõe ao reconhecimento da existência de atos unilaterais como fonte de direito. Para ser um objetor persistente, um Estado deve provar que sempre se opôs à aplicação de determinado costume.

396. Errado. As decisões de organizações internacionais, tais como as resoluções do Conselho de Segurança da ONU, são consideradas normas jurídicas internacionais, assim como os atos unilaterais de Estados, como foi reconhecido pela Corte Permanente de Justiça (caso "Estatuto Jurídico da Groenlândia Oriental" - Dinamarca versus Noruega, 1933) e pela Corte Internacional de Justiça (caso "Testes Nucleares Franceses" - França versus Austrália e Nova Zelândia, 1974).

397. Errado. O artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça refere que são fontes do Direito Internacional Público os tratados, o costume e os princípios gerais de Direito. A doutrina, bem como a jurisprudência, são qualificadas pelo Estatuto da CIJ como meios auxiliares para determinação das regras de direito.

398. Correto. Ainda que em Direito Internacional Público seja admissível o *non liquet*, a Corte Internacional de Justiça pode decidir com base exclusivamente da equidade, sendo, entretanto, necessário autorização prévia das partes.

399. Errado. Em Direito Internacional Público não há hierarquia entre as fontes de direito.

400. Errado. A doutrina afirma que o rol o artigo 38 não é exaustivo, admitindo-se, portanto, o surgimento de novas formas de expressão jurídica no ordenamento internacional.

401. Errado. O acordo de cavalheiros, ou *gentlemen' s agreement*, não é qualificado como uma forma de tratado, cuidando-se de meros entendimentos entre representantes de sujeitos de DIP.

402. Correto. A doutrina afirma que o costume se extingue quando tem a sua prática abandonada (dessuetude), quando surge um novo costume que o substitui ou com a sua revogação por um tratado que codifica a matéria de forma diversa.

403. Errado. Apesar de constituírem fontes do direito internacional, os atos unilaterais dos Estados não constam no rol do art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, que somente menciona os tratados, o costume, os princípios gerais de direito, a jurisprudência e a doutrina e a equidade.

404. Errado. As organizações internacionais podem prever, em seus estatutos, que a tomada de decisões se dê por maioria ou por um quorum específico, não sendo necessária a unanimidade para que a decisão seja obrigatória.

405. Errado. O *Pacta Sunt Servanda* não apenas é um dos princípios basilares do direito internacional como também se encontra positivado na Convenção de Viena de 1969 sobre o Direito dos Tratados que, em seu art. 26 estatui que todo tratado em vigor obriga as partes e deve ser cumprido por elas de boa-fé.

406. Errado. Normas de *Jus Cogens*, nos termos da Convenção de Viena de 1969, são normas imperativas, aceitas e reconhecidas por toda a comunidade internacional como inderrogáveis. Há bastante dissenso na doutrina especializada acerca do conteúdo preciso do jus cogens, sendo usualmente aceitas como imperativas a proibição à pirataria, ao genocídio e à escravidão. Logo, nem toda norma costumeira identifica-se com o *Jus Cogens*.

Capítulo 5 – Direito dos Tratados

5.1 – Generalidades

407. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) O Brasil ratificou a Convenção de Viena de forma isenta de reservas, pois o tratado dos tratados não contempla salvaguardas.

408. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) Embora o tratado dos tratados contemple a apresentação de salvaguardas, o Brasil o ratificou sem qualquer reserva.

409. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) A convenção de Viena sobre tratados foi ratificada pelo Brasil com salvaguarda referente ao descumprimento de tratados mediante a alegação de razões de direito interno.

410. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (l969) enumera as normas imperativas de direito internacional (*jus cogens*), entre as quais, a proibição da escravidão.

411. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) É nulo todo tratado que regulamente o tráfico de escravos entre dois ou mais Estados.

412. (CESPE / Advogado - CEF / 2010) Para que tenham validade no âmbito do direito internacional, os tratados internacionais devem ser sempre aprovados pela Organização das Nações Unidas (ONU).

413. (CESPE / Advogado - CEF / 2010) Apesar de não ter ratificado a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados de 1969, o Brasil observa seu conteúdo como costume internacional e, portanto, como fonte de direito internacional público.

414. (CESPE / Advogado - Petrobrás / 2003) Um tratado internacional é um acordo de vontades mediante o qual os atos relacionados à conclusão, à capacidade das partes e ao objeto se relacionam a mais de um ordenamento jurídico.

415. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2009) Os tratados internacionais constituem importante fonte escrita do Direito Internacional, a qual vale para toda a comunidade internacional, tenha havido ou não a participação de todos os países nesses tratados.

416. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Segundo Celso D. de Albuquerque Mello, "o ato jurídico pode ser definido como a manifestação de vontade de um ou mais sujeitos do direito internacional destinada a criar direitos e obrigações no direito internacional público." Diante dessa definição, é correto afirmar, segundo a concepção do citado autor, que todo ato jurídico internacional é uma fonte primária de direito internacional público.

417. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) De acordo com o art. 2.o da Convenção de Viena acerca do direito dos tratados, entende-se por tratado um acordo internacional concluído por escrito entre Estados e outros sujeitos de direito internacional ou entre os próprios sujeitos de direito internacional e regido pelo direito internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja a sua denominação específica.

418. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Qualquer operação externa de natureza financeira de interesse dos governos federal, estadual, distrital, municipal ou de territórios, inclusive de entes da administração indireta ou descentralizada, sujeitar-se-á à autorização senatorial, objetivando o levantamento ou o suprimento de numerário no exterior, junto a instituições estrangeiras, públicas ou privadas, ou internacionais.

419. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2004) O tratado entre o Brasil e a recém criada República de Benguela, envolvendo exportação de produtos agrícolas e medicamentos, e ajuda financeira, após devidamente assinado pelas partes, é um tratado bilateral e de natureza contratual, que deverá ser interpretado de boa-fé, segundo o sentido comum atribuível aos termos no contexto e à luz de seu objeto e finalidade. Deverá ser declarado nulo se, no momento de sua conclusão, conflitar com alguma norma imperativa de direito internacional geral.

420. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2007) Existem tratados que, por sua natureza, são imunes à denúncia unilateral, como é o caso dos tratados de vigência dinâmica.

421. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT16R / 2003) O Tratado Internacional é um acordo formal celebrado por Estados Soberanos, pelas organizações internacionais, pela empresas privadas, pelos beligerantes, pela Santa Sé, além de outros entes internacionais.

422. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT16R / 2003) O Tratado Internacional, no seu processo de conclusão, atravessa apenas pelas seguintes fases: negociação, assinatura, retificação, promulgação e publicação.

423. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT16R / 2003) Compete privativamente ao Senado Federal celebrar tratados, convenções e atos internacionais.

424. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) A convenção internacional de integração regulando matéria tributária gera para os impostos de competência da União efeitos imediatos, por aplicação dos princípios do efeito direto e da aplicabilidade imediata.

425. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) Caso o Congresso Nacional venha a homologar, mediante decreto, tratado internacional que preveja concessão de tratamento tributário a produtos de certos Estados idêntico ao tratamento tributário dispensado a produtos brasileiros, este gerará efeitos para a União, os estados e os municípios, inclusive no que diz respeito à matéria reservada à lei complementar.

426. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2006) Os efeitos do tratado celebrado entre dois Estados fronteiriços, que modifica o curso da linha limítrofe que os separa, não repercutem sobre os demais Estados, por tratar-se de uma nova situação jurídica de interesse apenas desses dois Estados fronteiriços.

427. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2006) Antes do início da negociação de qualquer tratado bilateral, o ministro das Relações Exteriores do Brasil deve apresentar carta de plenos poderes,

perante o governo co-pactuante, para habilitá-lo a participar dessa fase e, posteriormente, a assinar o tratado em caráter definitivo.

428. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) Tratados são normas internacionais superiores a acordos e protocolos.

429. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) Tratados e convenções internacionais pertencem à mesma tipologia de atos internacionais, sejam eles de natureza multilateral, sejam de natureza bilateral.

430. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) Tratados são sempre bilaterais, enquanto as convenções se caracterizam pela multilateralidade.

431. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) Concordatas são atos internacionais gerais e de caráter inespecífico.

432. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) Tratados, convenções, acordos e protocolos são expressões dotadas de conteúdo jurídico não-diferenciado.

433. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Considerando que o consentimento mútuo constitui condição de validade dos tratados internacionais, terá plena validade o tratado que, no momento de sua conclusão, conflite com norma imperativa de direito internacional geral, de conformidade com o que estabelece a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados.

434. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados prescreve que qualquer novo governo pode contestar a competência para concluir tratados.

435. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) A competência para concluir tratados somente pode ser contestada em tratados multilaterais.

436. (CESPE / Advogado - OAB / 2009.1) Ainda que a existência de relações diplomáticas ou consulares seja indispensável à aplicação de um tratado, o rompimento dessas relações, em um mesmo tratado, não afetará as relações jurídicas estabelecidas entre as partes.

437. (CESPE / Advogado - OAB / 2009.1) Uma parte não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado.

438. (CESPE / Fiscal da Receita Estadual - AC / 2006) Sempre que seus interesses internos forem afetados pelas decisões e medidas compactuadas pelos signatários dos tratados internacionais, os terceiros podem recorrer à Corte Internacional de Justiça. Esse recurso, no entanto, só poderá ser impetrado na fase de negociação do tratado — disso decorre sempre a necessidade de sua total publicidade e transparência, bem como a supremacia do princípio de igualdade formal dos Estados no Ordenamento Internacional.

439. (CESPE / Fiscal da Receita Estadual - AC / 2006) Quando há a pretensão de que um Estado soberano resulte obrigado por um acordo internacional de que não é parte, está pressuposto o seu consentimento; o que poderá ocorrer de forma tácita, desde que não haja manifestação contrária ao que foi estipulado pela convenção, na *vacatio legis* que antecede ao processo referendatório a que são submetidos os tratados nas respectivas casas legislativas de seus signatários.

440. (CESPE / Fiscal da Receita Estadual - AC / 2006) Quando há a pretensão de que um Estado soberano resulte obrigado por um acordo internacional de que não é parte, este deverá manifestar-se expressamente, por escrito, aceitando tal obrigação.

441. (CESPE / Fiscal da Receita Estadual - AC / 2006) O tratado internacional, embora estribado em termos puramente formais, pode prescindir da escritura, já que lhe basta a consubstanciação de uma declaração unilateral de vontade de seus plenipotenciários legítimos, como ocorre com os costumes internacionais.

442. (CESPE / Fiscal da Receita Estadual - AC / 2006) O tratado internacional só pode prescindir de sua forma escrita quando

sustentado formalmente pelo texto convencional produzido pelas instâncias últimas do Conselho de Segurança e do Colegiado Recursal do Tribunal Penal Internacional.

443. (CESPE / Fiscal da Receita Estadual - AC / 2006) O tratado, um acordo formal que se manifesta em um determinado momento histórico, exprime com precisão e contornos bem definidos o seu teor, não podendo prescindir da forma escrita.

444. (CESPE / Fiscal da Receita Estadual - AC / 2006) Tanto os tratados quanto os costumes internacionais possuem uma dupla dimensão que os qualifica e os determina: ambos compartilham aspectos orais e textuais, embora os tratados sejam predominantemente textuais, mas sem prescindir dos elementos orais que lhes dão suporte, e os costumes sejam eminentemente orais.

5.2 – Produção e negociação dos Tratados

445. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) De acordo com renomados internacionalistas, o Poder Legislativo não tem a faculdade de formular emendas aos tratados internacionais submetidos à sua apreciação, cabendo-lhe tão-somente aprová-los ou rejeitá-los no todo. Por outro lado, havendo a possibilidade de apresentar-se reservas no tratado internacional sob apreciação, o Poder Legislativo poderá fazê-lo, cabendo ao Poder Executivo julgar da conveniência e oportunidade de ratificar o tratado com as ditas reservas congressuais.

446. (CESPE / Juiz Federal - TRF1R / 2009) Considere que os Estados A, B e C tenham assinado um tratado sobre cooperação em matéria científica. No tratado constava cláusula segundo a qual o instrumento somente entraria em vigor quando todos os Estados signatários o ratificassem. Os Estados A e B ratificaram-no, mas o Estado C, não. Nessa situação, os Estados A e B podem cobrar do Estado C que não frustre o objeto e a finalidade do tratado.

447. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) Os tratados firmados pela República Federativa do Brasil são negociados e firmados exclusivamente pelo Poder Executivo.

448. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) Apenas o presidente da República ou seus representantes formais podem negociar e firmar compromissos internacionais.

449. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) A fase de negociação dos tratados se dá pela atuação concomitante dos Poderes Executivo e Legislativo.

450. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) A primeira fase de concretização do tratado é de competência exclusiva do presidente da República e de seus representantes plenipotenciários.

451. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) A mera firma do tratado não determina sua imediata eficácia e vigência.

452. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Não é juridicamente possível a exclusão, do âmbito de aplicação territorial de tratado internacional, de parte do território de um ou de ambos os Estados pactuantes.

453. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) Chefes de missões diplomáticas podem adotar textos, assinar e ratificar quaisquer tratados entre o Estado acreditante e o Estado acreditado sem a necessidade de apresentação de plenos poderes.

454. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) Chefes de missões diplomáticas podem adotar o texto de um tratado entre o Estado acreditante e o Estado acreditado sem a necessidade de apresentação de plenos poderes.

455. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 1997) Tratados internacionais prescindem da forma escrita segundo a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados.

456. (CESPE / Advogado - OAB / 2009.1) Apenas o chefe de Estado pode celebrar tratado internacional.

457. (CESPE / Fiscal da Receita Estadual - AC / 2006) Com a assinatura encerra-se a fase negocial dos tratados e inicia-se o processo *ad referendum*, no qual as decisões tomadas e os compromissos assumidos pelos signatários são submetidos à apreciação da Corte Arbitral.

458. (CESPE / Fiscal da Receita Estadual - AC / 2006) Assinado o tratado, inicia-se a fase de implementação das medidas propostas, sob o controle e a fiscalização da Corte Arbitral.

459. (CESPE / Fiscal da Receita Estadual - AC / 2006) A partir da assinatura, o tratado, já perfeito e em plena vigência, é ratificado e confirmado pela Corte Arbitral, sediada em Haia, e submetido à aprovação do Congresso Nacional.

460. (CESPE / Analista em C & T – MCT / 2008) Segundo a CF, cabe ao Poder Judiciário negociar a elaboração de tratados internacionais sobre cooperação judiciária.

5.3 – Expressão do consentimento

461. (CESPE / Advogado - CEF / 2010) No direito internacional público, a coação de um Estado pela ameaça ou emprego da força pode dar causa à nulidade absoluta de um tratado internacional.

462. (CESPE / Advogado - CEF / 2010) Quando assinado pelo presidente da República, o tratado internacional cria obrigações jurídicas para o Brasil a partir do momento da assinatura, sendo dispensada, apenas neste caso, a ratificação.

463. (CESPE / Agente de Inteligência - ABIN / 2008) A celebração dos tratados internacionais e a incorporação deles à ordem jurídica interna decorrem, no sistema adotado pelo Brasil, de ato subjetivamente complexo, resultante da conjugação de duas vontades homogêneas: a do Congresso Nacional, que resolve, definitivamente, mediante decreto legislativo, questões sobre tratados, acordos ou atos internacionais, e a do presidente da República, que, além de poder celebrar esses atos de direito internacional, tem a competência para promulgá-los mediante decreto.

464. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 4 - SENADO / 2002) Na elaboração de leis e de tratados internacionais, a Constituição da República exige a participação tanto do poder executivo como do legislativo, mas, enquanto os projetos de lei são inicialmente aprovados pelo Congresso Nacional e somente então enviados à sanção do presidente da República, os projetos de decreto legislativo que aprovam tratado internacional somente podem conter textos previamente aprovados pelo Presidente da República, o que torna dispensável a sanção presidencial ao ato do Congresso Nacional que aprova convenção internacional e faz que os tratados internacionais adquiram vigência em todo o território brasileiro a partir da data da publicação do decreto legislativo que os aprova.

465. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Acordos internacionais de índole interpretativa, não precisam ser necessariamente submetidos à aprovação do Congresso Nacional, posto que se trata de acordo executivo.

466. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) De acordo com a Constituição de 1988, é de competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente a respeito de tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. A finalidade desse dispositivo constitucional é limitar a deliberação do Congresso Nacional apenas aos tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao Estado brasileiro, como, por exemplo, os acordos que digam respeito ao endividamento externo. Portanto, qualquer outra obrigação não-onerosa assumida pelo Poder Executivo, em tratado internacional, não necessita de aprovação do Congresso Nacional.

467. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Para a maioria dos internacionalistas pátrios, certos acordos internacionais podem ser concluídos pelo Poder Executivo, sem a necessidade de aprovação congressual.

468. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2004) Tratados internacionais relativos a direitos humanos podem conter autorização expressa para formulação de quaisquer reservas que o Estado-parte considere apropriadas, desde que tais reservas não sejam incompatíveis com o objeto e o fim do tratado, não estando sujeitas à aceitação ulterior dos demais Estados contratantes.

469. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2004) A denúncia de um tratado internacional a respeito de direitos humanos pelo chefe do Poder Executivo está condicionada apenas à prévia aprovação do ato pelo Poder Legislativo.

470. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) O consentimento pela via do tratado pode se dar pela forma escrita ou pela não-escrita.

471. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) Os tratados firmados pela República Federativa do Brasil devem ser aprovados no Congresso Nacional por decreto legislativo para fins de incorporação.

472. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2006) No Brasil, um tratado internacional em matéria tributária tem, em regra, o tratamento dedicado ao conceito de legislação tributária, à qual compõe. Assim, se o Estado brasileiro aprova um tratado internacional em matéria tributária, as disposições desse tratado têm o condão de revogar ou de modificar a legislação tributária interna. Todavia, se o tratado for aprovado, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, passa a equivaler a emenda constitucional.

473. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2006) Para que uma convenção sobre direitos humanos seja equivalente às emendas constitucionais, é necessário que seja aprovada, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

474. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) Os tratados firmados pela República Federativa do Brasil podem ser incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro por medida provisória.

475. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) Os tratados firmados pela República Federativa do Brasil devem sempre passar pela aprovação do Congresso Nacional, em contraste com acordos que não gerem ônus ao país.

476. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) Os tratados firmados pela República Federativa do Brasil dispensam a chancela da Câmara dos Deputados, desde que aprovados pelo Senado Federal.

477. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) Os tratados firmados pela República Federativa do Brasil dependerão da exclusiva vontade do presidente da República para serem incorporados, quando envolverem compromissos gravosos à nação.

478. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) A ratificação, a cargo do Poder Legislativo, é a segunda fase de concretização do tratado.

479. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) A promulgação do tratado ocorre em seção conjunta do Congresso Nacional.

480. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2008) Compete ao Congresso Nacional promover a ratificação dos tratados internacionais.

481. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2008) O instrumento pelo qual o Congresso Nacional demonstra o seu assentimento para com o tratado é o decreto legislativo.

482. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Tendo em vista que o poder competente para realizar a ratificação é definido livremente pelo direito interno de cada Estado, no Brasil a ratificação é de competência do Congresso Nacional, que a realiza por meio de decreto legislativo.

483. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O exame da vigente Constituição da República permite constatar que a execução dos tratados internacionais e a sua incorporação à ordem jurídica interna decorrem, no sistema adotado pelo Brasil, de um ato subjetivamente complexo, resultante da conjugação de duas vontades homogêneas: a do Congresso Nacional, que resolve, definitivamente, mediante resoluções aprovadas pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, sobre tratados, acordos ou atos internacionais, e a do presidente

da República, que, além de poder celebrar esses atos de direito internacional, também dispõe de competência para promulgá-los por meio de lei delegada ou medida provisória.

484. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) Em casos excepcionais, o presidente do Congresso Nacional pode negociar, em nome da República, tratado internacional, desde que o faça *ad referendum* do Poder Legislativo.

485. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 1997) A ratificação pelo Congresso Nacional é elemento essencial à conclusão de tratados internacionais no Brasil.

486. (CESPE / Advogado - OAB / 2009.1) Reserva constitui uma declaração bilateral feita pelos Estados ao assinarem um tratado.

487. (CESPE/Diplomata - IRBr 3ª fase 2010- Adaptada) Para que o Brasil se vincule a determinado tratado, é necessária a aprovação preliminar do Congresso Nacional nas hipóteses constitucionalmente previstas.

5.4 – Entrada em vigor

488. (CESPE / Advogado - CEF / 2010) A entrada em vigor de um tratado internacional com mais de duas partes apenas se dá a partir do momento em que todas as partes tenham concluído o processo de ratificação, não surtindo efeito para nenhuma delas antes que todas tenham concluído esse processo.

489. (CESPE / Analista Administrativo - Especialidade Direito - ANS / 2005) No Brasil, os acordos, tratados e convenções internacionais dos quais o país é signatário somente ganham eficácia jurídica após a aprovação, por parte do Congresso Nacional, do texto assinado pelo Poder Executivo.

490. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2004) O tratado concernente à exportação de produtos agrícolas, firmado entre o Brasil e estado estrangeiro, devidamente assinado pelo presidente da República, somente produzirá eficácia no Brasil quando ocorrer a sua incorporação à ordem jurídica interna; essa incorporação é ato subjetivamente complexo, devendo resultar da conjugação de

duas vontades homogêneas: a do Poder Legislativo, mediante a edição de decreto legislativo pelo Congresso Nacional, e a do Poder Executivo, por meio de decreto editado pelo presidente da República.

491. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2007) A eficácia interna do tratado internacional depende do decreto de execução do presidente da República.

492. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) A obrigação de registro e publicidade de tratados está contida em uma norma *jus cogens*.

493. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) É competência da Assembleia-Geral das Nações Unidas publicar os tratados concluídos por qualquer membro da organização.

494. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) Os tratados devem ser registrados perante as Nações Unidas desde antes da ratificação.

495. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) Os tratados devem ser registrados e publicados em todas as línguas oficiais das Nações Unidas.

496. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2006) No Brasil, a vigência interna de um tratado não coincide, necessariamente, com a sua entrada em vigor no plano do direito internacional.

497. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2006) Durante uma negociação multilateral, se determinado Estado aceitar, expressamente e por escrito, o encargo de depositário, mas acabar por não ratificar o tratado em questão, mesmo assim, esse Estado permanecerá vinculado à obrigação contraída, na condição de terceiro.

498. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Em regra, os tratados internacionais começam a vigorar no ordenamento jurídico interno brasileiro com o início da vigência dos decretos que os promulgarem.

499. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) Para que um tratado internacional seja incorporado ao ordenamento

jurídico brasileiro, é necessária a aprovação pelo Congresso Nacional de lei específica de incorporação.

500. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) A aprovação de tratado pelo Poder Legislativo não vincula a vontade final do Poder Executivo no plano internacional, cabendo tão-só ao presidente da República a ratificação de tratado internacional.

501. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 1997) O ordenamento jurídico brasileiro prevê que tratados internacionais passam a vigorar no plano interno com o início da vigência do decreto que o promulgar.

502. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 1997) Tratados internacionais entram em vigor. internacionalmente, na data neles prevista e, caso sejam silentes a esse respeito, tão logo as partes manifestem o seu consentimento em obrigar-se por eles.

503. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 1997) O tratado internacional torna-se obrigatório, internacionalmente, com a troca dos instrumentos de ratificação.

504. (CESPE / Advogado - OAB / 2008.3) Uma vez ratificados pelo Congresso Nacional, os tratados passam, de imediato, a compor o direito brasileiro.

505. (CESPE / Advogado - OAB / 2008.3) Aprovados por decreto legislativo no Congresso Nacional, os tratados podem ser promulgados pelo presidente da República.

506. (CESPE / Advogado - OAB / 2008.3) Uma vez firmados, os tratados relativos ao MERCOSUL, ainda que criem compromissos gravosos à União, são automaticamente incorporados visto que são aprovados por parlamento comunitário.

507. (CESPE / Advogado - OAB / 2008.3) Após firmados, os tratados passam a gerar obrigações imediatas, não podendo os Estados se eximir de suas responsabilidades por razões de direito interno.

508. (CESPE / Promotor de Justiça Substituto – ES / 2010) No ordenamento jurídico interno brasileiro, tratado internacional acerca de matéria tributária celebrado entre a República Federativa do Brasil e outro Estado da sociedade internacional passa a vigorar na data da rubrica do texto negociado pelos plenipotenciários.

509. (CESPE / Promotor de Justiça Substituto – ES / 2010) O Decreto de promulgação determina o marco inicial da vigência no plano interno de acordos internacionais firmados pelo Brasil

510. (CESPE/Procurador do Município – Natal/RN/2008) O Brasil celebrou convenção internacional alterando a alíquota dos impostos de importação e exportação de determinados produtos negociados entre os países signatários. Nessa situação, a alteração da legislação tributária interna dependerá da edição de lei ratificando os termos da convenção.

511. (CESPE / Advogado - OAB-ES / 2004) As normas constantes de tratados internacionais de proteção de direitos humanos possuem aplicabilidade imediata no ordenamento jurídico brasileiro, assim que ratificadas pelo governo brasileiro, dispensando-se a edição de decreto de execução.

5.5 – Tratado em vigor

512. (CESPE / Advogado Júnior - CEF / 2006) No sistema jurídico brasileiro, os tratados ou convenções internacionais estão hierarquicamente subordinados à autoridade normativa da Constituição da República, sendo possível ao Poder Judiciário realizar controle de constitucionalidade desses atos, após sua incorporação ao ordenamento jurídico.

513. (CESPE / Analista do Seguro Social - INSS / 2008) É possível que tratado internacional incorporado ao ordenamento brasileiro conceda isenção de imposto sobre circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS) sobre veículos importados.

514. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 4 - SENADO / 2002) Embora os tratados internacionais sejam celebrados em nome da República Federativa do Brasil e não em nome da União,

convenções internacionais que tratam de matéria eleitoral que a Constituição da República reserva a lei complementar não têm validade no plano interno.

515. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Na hipótese de existência de acordo prévio entre os Estados A e B prevendo a cláusula de nação mais favorecida, acordo posterior entre os Estados B e C instituindo tratamento mais privilegiado ao Estado C que aquele constante no Tratado entre A e B terá efeitos jurídicos frente ao Estado A.

Para as próximas 5 questões, utilize o texto abaixo:

Considere as seguintes situações hipotéticas.

I Vigorava no ordenamento jurídico brasileiro a lei A, até que o tratado internacional B, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo e ratificado pelo Poder Executivo, veio a disciplinar, de modo diverso, a mesma matéria prevista na lei A.

II Vigorava no ordenamento jurídico brasileiro o tratado internacional C, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo e ratificado pelo Poder Executivo, até que a lei D veio a disciplinar, de modo diverso, a mesma matéria prevista no tratado internacional C.

III Vigorava no ordenamento jurídico brasileiro a lei E, até que o tratado internacional F, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo e ratificado pelo Poder Executivo, veio a disciplinar, em cláusula específica, a matéria disciplinada pela lei E.

Admitindo a argumentação no sentido de que, na ordem constitucional de 1988, foi estabelecido um sistema misto, diferenciando-se os tratados internacionais tradicionais dos tratados internacionais de direitos humanos e com base nos diversos posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais acerca da incorporação, da hierarquia e do impacto dos tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro, julgue os itens que se seguem.

516. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Na situação I, considerando que o tratado internacional B fosse um tratado internacional de direitos humanos, poder-se-ia dispensar o decreto do presidente da República para a sua execução e o seu cumprimento no âmbito interno, bem como a legislação ordinária interna respectiva, por força de sua aplicabilidade direta e imediata, prevista na Constituição vigente.

517. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Na situação I, considerando que o tratado internacional B fosse um tratado internacional de direitos humanos, este prevaleceria sobre o disposto na lei A, posto que os tratados internacionais dessa espécie possuem *status* de norma constitucional por força do disposto no texto constitucional.

518. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Na situação II, considerando que o tratado C fosse um tratado internacional tradicional, é correto afirmar, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), que ele prevaleceria sobre a lei D, sob o fundamento de que a lei posterior revoga a lei anterior que a contrarie.

519. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Na situação III, considerando que o tratado internacional F fosse um tratado internacional de direitos humanos, é correto afirmar, com base na jurisprudência do STF, que a lei E prevaleceria sobre o tratado internacional F, sob o argumento de que a lei geral não pode derrogar a lei especial.

520. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Na situação III, considerando que o tratado internacional F fosse um tratado internacional de direitos humanos e que contivesse uma cláusula contrária ao disposto na Constituição, é correto afirmar que, diante de um caso concreto, seria aplicável a norma que mais favorecesse a vítima.

521. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2004) No sistema jurídico brasileiro vigente, um tratado internacional ao ser regularmente incorporado ao direito interno, situar-se-á nos mesmos planos de validade, de eficácia e de autoridade em que se posicionam as leis ordinárias, estando hierarquicamente subordinado à autoridade normativa da Constituição da República e sendo sujeito tanto ao controle de constitucionalidade difuso quanto ao concentrado.

522. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2001) A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas sobrepõe-se às leis ordinárias brasileiras.

523. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2004) De acordo com o texto da proposta de Emenda Constitucional n.º 29/2000 (Reforma do Poder Judiciário), aprovada em 1.o turno de votação no Senado Federal, os tratados e convenções internacionais referentes a direitos humanos aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

524. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos são equivalentes a lei complementar, quando aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

525. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) O tratado incorporado ao sistema tributário nacional por decreto legislativo tem prevalência sobre a lei ordinária.

526. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) Segundo a Carta da ONU, os tratados não registrados não podem ser invocados perante órgãos das Nações Unidas.

527. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) Tratados e convenções guardam estrita relação de paridade normativa com as leis delegadas editadas pelo Poder Executivo.

528. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) Há sempre a primazia dos tratados internacionais de comércio exterior sobre as normas internas aduaneiras.

529. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) Para decidir conflito entre tratado e norma de direito interno, além do critério da *lex posterior derogat priori*, o STF aplica, ainda, um outro, qual seja, o da *lex posterior generalis non derogat legi priori speciali*.

530. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) A OMC, organização que trata das regras sobre o comércio entre as nações, apresenta um sistema de solução de controvérsias criado para solucionar os conflitos gerados pela aplicação dos acordos a respeito do comércio internacional entre os seus membros. Recentemente, o debate sobre a aplicação dos tratados comerciais tem sido iluminado pelo princípio *in dubio mitius* ou *in dubio pro mitius*, cujo uso resulta em uma interpretação literal restritiva dos tratados.

531. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2005) Os tratados internacionais sobre direitos humanos podem constituir-se em parâmetro constitucional de validade de normas legais, mas devem ser submetidos a idêntico processo legislativo de votação e aprovação das emendas constitucionais.

532. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2008) A CF estabelece expressamente que, após devidamente incorporados ao direito interno, os tratados possuem estatura supralegal, estando submetidos apenas à autoridade da CF.

533. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2008) Um tratado anterior pode prevalecer sobre uma lei ordinária posterior em razão de ser mais especial que ela.

534. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2008) Independentemente das matérias por eles versadas, os tratados internacionais são incorporados ao direito interno brasileiro mediante o mesmo processo legislativo utilizado para a aprovação das leis ordinárias.

535. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) No Brasil, segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os tratados internacionais e as leis internas infraconstitucionais estão no mesmo nível hierárquico.

536. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) No sistema jurídico brasileiro, os tratados ou convenções internacionais estão hierarquicamente subordinados à autoridade normativa da Constituição da República; em conseqüência, os tratados internacionais que, incorporados ao sistema de direito positivo interno, transgredirem, formal ou materialmente, o texto da Carta Política, devem ser destituídos de valor jurídico.

537. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O Poder Judiciário brasileiro — fundado na supremacia da Constituição da República — dispõe de competência para efetuar o exame de constitucionalidade dos tratados ou convenções internacionais já incorporados ao sistema de direito positivo interno; todavia, essa competência restringe-se ao âmbito do controle difuso, não sendo cabível em sede de fiscalização abstrata de constitucionalidade.

538. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Os tratados ou convenções internacionais, uma vez regularmente incorporados ao direito interno, situam-se, no sistema jurídico brasileiro, nos mesmos planos de validade, de eficácia e de autoridade em que se posicionam as leis ordinárias, não podendo, em conseqüência, versar sobre matéria posta sob reserva constitucional de lei complementar.

539. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) No sistema jurídico brasileiro vigente, a eventual precedência dos tratados ou convenções internacionais sobre as regras infraconstitucionais de direito interno somente se justifica quando a situação de antinomia com o ordenamento doméstico impuser, para a solução do conflito, a aplicação do critério cronológico ou, quando cabível, do critério da especialidade.

540. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) No Brasil, o tratado internacional devidamente incorporado tem estatura de lei ordinária. É o que dispõe a jurisprudência do STF, já que a Constituição da República não trata do tema da hierarquia dos tratados no sistema jurídico brasileiro.

541. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) Tratado internacional pode ser declarado inconstitucional, no todo ou em parte, pelo STF, ainda que tal decisão implique a responsabilidade internacional do Estado brasileiro pelo descumprimento do tratado.

542. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2003) Está consolidado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) o entendimento de que, no ordenamento jurídico brasileiro, as convenções internacionais ocupam o mesmo patamar hierárquico

das leis ordinárias, com exceção dos tratados que definem direitos humanos, aos quais se reconhece estatura constitucional.

543. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2003) Considerando que a constituição da República X define que os tratados internacionais têm primazia sobre as leis internas, é correto afirmar que o referido Estado adota a teoria dualista das relações entre direito internacional e direito interno, pois sua constituição confere tratamento diferenciado a esses dois elementos.

544. (CESPE / Juiz Substituto - TJSE / 2007) As normas de tratado internacional incorporado ao ordenamento brasileiro podem ser objeto dos controles de constitucionalidade difuso e concentrado.

545. (CESPE / Fiscal da Receita Estadual - AC / 2006) O comprometimento se perfaz e o tratado tem condições de vigência imediata a partir de sua assinatura.

546. (CESPE / Procurador do Município - Vitória/ES / 2008) O Supremo Tribunal Federal (STF) não pode realizar controle de constitucionalidade de tratados internacionais porque tais tratados têm o mesmo *status* hierárquico das normas constitucionais.

547. (CESPE / Procurador do Estado – AL / 2008) Sabendo que o § 2.o do art. 5.o da CF dispõe que os direitos e garantias nela expressos não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte, então, é correto afirmar que, na análise desse dispositivo constitucional, tanto a doutrina quanto o STF sempre foram unânimes ao afirmar que os tratados internacionais ratificados pelo Brasil referentes aos direitos fundamentais possuem status de norma constitucional.

548. (CESPE / Procurador do Estado – AL / 2008) A EC n.o 45/2004 inseriu na CF um dispositivo definindo que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados no Congresso Nacional com *quorum* e procedimento idênticos aos de aprovação de lei complementar serão equivalentes às emendas constitucionais.

549. (CESPE / Procurador do Estado – AL / 2008) Ao analisar a constitucionalidade da legislação brasileira acerca da prisão do depositário que não adimpliu obrigação contratual, o STF, recentemente, concluiu no sentido da derrogação das normas estritamente legais definidoras da custódia do depositário infiel, prevalecendo, dessa forma, a tese do status de supralegalidade do Pacto de San José da Costa Rica.

550. (CESPE / Procurador do Estado – AL / 2008) Caso o Brasil celebre um tratado internacional limitando substancialmente o direito à propriedade, após serem cumpridas todas as formalidades para sua ratificação e integração ao ordenamento pátrio, o Congresso Nacional poderá adotar o procedimento especial para fazer com que esse tratado seja recebido com status de emenda constitucional.

551. (CESPE / Advogado - OAB-ES / 2004) As normas de proteção de direitos humanos constantes dos tratados internacionais devidamente ratificados pelo Estado brasileiro possuem hierarquia constitucional.

552. (CESPE / Advogado - OAB-ES / 2004) Havendo conflito entre uma norma constitucional e uma norma de proteção dos direitos humanos enunciada em tratado internacional devidamente ratificado pelo Estado brasileiro, deverá prevalecer a norma mais favorável à suposta vítima, segundo jurisprudência majoritária do STF.

553. (CESPE / Advogado - OAB-ES / 2004) Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro por meio de processo legislativo semelhante ao da lei ordinária federal, pois não se admite tratado internacional com força de emenda constitucional.

554. (CESPE / Advogado - OAB-ES / 2004) A parte final do parágrafo 2.o do art. 5.o da Constituição Federal, segundo a qual os direitos e garantias expressos não excluem outros decorrentes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte, não se aplica aos tratados internacionais sobre direitos e garantias fundamentais que ingressaram no ordenamento jurídico brasileiro após a promulgação do texto constitucional vigente.

555. (CESPE / Procurador Autárquico – DETRAN/PA / 2006) Se um tratado internacional sobre direitos humanos for aprovado, em cada casa do Congresso, em dois turnos e por três quintos dos votos dos respectivos membros, será equivalente às leis complementares.

556. (CESPE / Advogado – OAB / 2006.2) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

557. (CESPE / Fiscal da Receita Estadual - AC / 2006) A idoneidade dos tratados de Direito Internacional para produzir efeitos sobre os indivíduos e sobre as pessoas jurídicas de direito privado não é menor que a das leis internas.

558. (CESPE / Fiscal da Receita Estadual - AC / 2006) A colisão de preceitos normativos internos e externos provocará a necessidade de recorrer a uma instância arbitral superior à cúpula do Poder Judiciário, que terá a decisão final e irrecorrível sobre qual dos ordenamentos — o interno ou o externo — prevalecerá no caso em questão.

559. (CESPE / Fiscal da Receita Estadual - AC / 2006) A colisão de preceitos normativos intra e extra-estatais não poderá subsistir, pois isso invalidaria o tratado em si e causaria uma ruptura interna na estrutura do ordenamento jurídico estatal. Havendo tal colisão, caberá ao STF derrogar o tratado com efeito *ex tunc*.

560. (CESPE / Fiscal da Receita Estadual - AC / 2006) O tratados internacionais são dotados de efeito *ius derrogandi* da norma internacional sobre a norma constitucional aplicável, caso em que, pelo princípio, acolhido pelo ordenamento jurídico pátrio, da prevalência absoluta da dignidade da pessoa humana e da autonomia e auto- determinação dos povos, a supremacia da Constituição Federal deve ceder aos ditames da Paz de Westfália.

561. (CESPE / Fiscal da Receita Estadual - AC / 2006) Em caso de colisão, surge efeito suspensivo das normas que regulam as situações jurídicas objetivas reguladas pelos tratados e convenções. Esse efeito busca equalizar as determinantes

internas, de cunho constitucional, com as determinantes convencionais negociadas pelos signatários.

562. (CESPE / Fiscal da Receita Estadual - AC / 2006) O tratado, ao integrar as ordens jurídicas interiores às partes e a ordem internacional — o que ocorre, idealmente, quando sua entrada em vigor dá-se em ambas as instâncias —, tem a estatura hierárquica de uma lei nacional, ou mais que isso; portanto, instaura-se, assim, uma brecha no sistema monista que estrutura o ordenamento jurídico interno do Estado-signatário, que passa, dentro dos limites *ratione materiae* do tratado em questão, a submeter-se ao modelo do pluralismo jurídico.

563. (CESPE / Consultor do Executivo – SEFAZ/ES / 2010) Caso o Congresso Nacional aprove, em cada uma de suas casas, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, um tratado internacional acerca dos direitos humanos, tal tratado será equivalente a uma lei complementar.

5.6 – Extinção dos tratados

564. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Se, durante a vigência de um determinado tratado, verificar-se a transformação de circunstâncias fundamentais que justifiquem o consentimento de um dos Estados-partes em sua adesão, este, considerando-se prejudicado pelo advento imprevisto de ditas circunstâncias, poderá invocar, unilateralmente, a cláusula *rebus sic stantibus* como causa para suspender temporariamente a execução do avençado.

565. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Encontra apoio doutrinário a afirmação segundo a qual o presidente da República pode denunciar, por ato próprio, um tratado internacional para cuja ratificação necessitou da aprovação do Congresso Nacional.

566. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT16R / 2003) São formas de extinção do Tratado Internacional: Execução integral do tratado, Condição Resolutória, Caducidade, Guerra, Denúncia Unilateral, dentre outras.

567. (CESPE / Juiz Federal - TRF1R / 2009) Um Estado pretende ratificar um tratado, mas, para fazê-lo, almeja adaptar alguns de seus dispositivos à interpretação que seus tribunais internos dão a determinado direito contido no tratado. Nessa situação, o instrumento mais adequado a ser utilizado por esse Estado é a denúncia.

568. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) O Estado-membro da República do Brasil poderá denunciar tratado que conceda tratamento tributário diferenciado a produtos oriundos de determinados países sempre que houver diminuição de sua receita pela incidência do ajuste, com base na distribuição de competência tributária estabelecida na CF.

569. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) A denúncia de tratado firmado por iniciativa do Poder Executivo deve ser ratificada pelo Congresso Nacional.

570. (CESPE/DIPLOMATA- IRBr 3ª fase 2010- Adaptada) Para que o Brasil se desvincule de tratado, é necessária, por igual, a aprovação congressional prévia.

Gabarito

407	**E**	**448**	**C**	**489**	**C**	**530**	**C**
408	E	449	E	490	C	531	C
409	**E**	**450**	**C**	**491**	**C**	**532**	**E**
410	E	451	C	492	E	533	C
411	**C**	**452**	**E**	**493**	**E**	**534**	**E**
412	E	453	E	494	E	535	C
413	**E**	**454**	**C**	**495**	**E**	**536**	**C**
414	E	455	E	496	C	537	E
415	**E**	**456**	**E**	**497**	**C**	**538**	**C**
416	E	457	E	498	C	539	E
417	**E**	**458**	**E**	**499**	**E**	**540**	**C**
418	C	459	E	500	C	541	C
419	**C**	**460**	**E**	**501**	**C**	**542**	**E**
420	E	461	C	502	C	543	E
421	**E**	**462**	**E**	**503**	**C**	**544**	**C**
422	E	463	C	504	E	545	E
423	**E**	**464**	**E**	**505**	**C**	**546**	**E**
424	E	465	C	506	E	547	E

425	**E**	**466**	**E**	**507**	**E**	**548**	**E**
426	E	467	C	508	E	549	C
427	**E**	**468**	**C**	**509**	**C**	**550**	**E**
428	E	469	E	510	E	551	E
429	**C**	**470**	**E**	**511**	**E**	**552**	**C**
430	E	471	C	512	C	553	E
431	**E**	**472**	**E**	**513**	**C**	**554**	**E**
432	C	473	C	514	C	555	E
433	**E**	**474**	**E**	**515**	**E**	**556**	**C**
434	E	475	C	516	E	557	C
435	**E**	**476**	**E**	**517**	**C**	**558**	**E**
436	E	477	E	518	E	559	E
437	**C**	**478**	**E**	**519**	**C**	**560**	**E**
438	E	479	E	520	C	561	E
439	**E**	**480**	**E**	**521**	**C**	**562**	**E**
440	C	481	C	522	E	563	E
441	**E**	**482**	**E**	**523**	**C**	**564**	**E**
442	E	483	E	524	E	565	C
443	**C**	**484**	**E**	**525**	**C**	**566**	**C**
444	E	485	E	526	C	567	E
445	**C**	**486**	**E**	**527**	**E**	**568**	**E**
446	C	487	C	528	E	569	E
447	**C**	**488**	**E**	**529**	**C**	**570**	**E**

Comentários

407. Errado. O Brasil apenas em 2009 ratificou a Convenção de Viena de 1969 sobre Direito dos Tratados, fazendo duas reservas pontuais. Especificamente, o Brasil não se vinculou à aplicação provisória dos tratados (art. 25) e à submissão automática à Corte Internacional de Justiça para dirimir controvérsias (art. 66). Além disso, cumpre observar que a Convenção de Viena de 1969 permite a apresentação de reservas ao seu texto.

408. Errado. O Brasil ratificou a Convenção de Viena de 1969 sobre Direito dos Tratados apresentando reserva aos artigos 25 e 66, os quais dispõem, respectivamente, sobre aplicação provisória dos tratados e sobre a competência da Corte Internacional de Justiça para dirimir controvérsias.

409. Errado. O Brasil, ao ratificar a Convenção de Viena de 1969, não fez reserva ao artigo 27, o qual determina que um Estado não

pode valer-se de seu Direito interno como justificativa para o não cumprimento das obrigações exaradas de um tratado internacional.

410. Errado. A Convenção de Viena de 1969 não relaciona quais são as normas imperativas de Direito Internacional Público (*jus cogens*). De fato, a Convenção menciona o *jus cogens* em apenas dois momentos, a saber, para afirmar que é nulo um tratado que viole o *jus cogens*, e para esclarecer que a superveniência de nova norma imperativa torna nulo e extingue quaisquer tratados que com ela conflitem.

411. Correto. Considerando que a proibição à escravidão é norma que atualmente integra o *jus cogens*, qualquer tratado que a permita é nulo, por força da aplicação do artigo 53 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados (1969).

412. Errado. Os tratados são pactos firmados entre as partes contratantes, não se submetendo à aprovação por qualquer entidade externa. Unicamente, há previsão na Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados (1969) de que, após a entrada em vigor, todos os tratados deverão ser remetidos ao secretariado da ONU para fins de registro, classificação e publicação, não competindo à ONU, entretanto, manifestar-se quanto ao mérito do acordo.

413. Errado. De fato, a Convenção de Viena de 1969 sobre Direito dos Tratados atualmente faz parte do costume internacional, sendo aplicável inclusive a Estados que não a tenham ratificado. Nada obstante, o Brasil a ratificou em 2009, o que torna equivocado o início da assertiva.

414. Errado. A questão descreve o que, em Direito Internacional Privado, é conhecido como elemento de estraneidade, e que atrai a incidência das normas daquele ramo do Direito. Nada obstante, não há relação entre esses atos, notadamente privados, e o Direito Internacional Público.

415. Errado. Os tratados representam fonte convencional de Direito Internacional Público, sendo aplicáveis unicamente às partes que o ratificaram.

416. Errado. O referido autor entende que tratados, costumes e princípios são as fontes primárias de Direito Internacional Públicos. Entretanto, ao discorrer sobre a terminologia empregada, Celso D. de Albuquerque Mello relembra que tratados são, sempre, atos jurídicos internacionais, mas que nem todo ato jurídico internacional é um tratado, exemplificando aqueles que não acarretam efeitos jurídicos obrigatórios. Assim, nem todo ato jurídico internacional representará fonte primária de direito internacional público.

417. Errado. Apesar de o conceito posto pela questão estar tecnicamente correto, a Convenção de Viena de 1969 é aplicável unicamente aos Estados, razão pela qual, ao conceituar "tratado", não menciona outros sujeitos de Direito Internacional.

418. Correto. Cuida-se de disposição expressa constante no artigo 52, inciso V, da Constituição Federal.

419. Correto. Considerando hipoteticamente que a República de Benguela, assim como o Brasil, é signatária da Convenção de Viena de 1969 sobre o Direito dos Tratados, os países devem obedecer aos ditames de tal convenção, que declara, em seu art. 53, ser nulo um tratado que, no momento de sua conclusão, conflite com uma norma imperativa de Direito Internacional geral. Para os fins da presente Convenção, uma norma imperativa de Direito Internacional geral é uma norma aceita e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados como um todo, como norma da qual nenhuma derrogação é permitida e que só pode ser modificada por norma ulterior de Direito Internacional geral da mesma natureza.

420. Errado. São os tratados de vigência estática que, por sua própria natureza, são imunes à denúncia. Os tratados de vigência estática possuem caráter objetivo e definitivo como, por exemplo, os tratados de fronteira e cessão territorial. Já os tratados de vigência dinâmica vinculam as partes por prazo certo ou indefinido, tais como os acordos comerciais.

421. Errado. Tratados internacionais somente podem ser celebrados entre sujeitos de Direito Internacional Público. Dos citados, não são sujeitos de DIP as empresas privadas.

422. Errado. Os tratados não passam por uma fase de **retificação**, e sim de **ratificação**, que é a confirmação feita pelo Chefe de Estado junto ao depositário após a aprovação do texto do tratado pelo Poder Legislativo.

423. Errado. Segundo o art. 84, VIII, da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República celebrar tratados, acordos e convenções internacionais, sujeitos à confirmação pelo Congresso Nacional.

424. Errado. Efeito direto e aplicação imediata são atributos de certas normas exaradas no âmbito de organismos de Direito Comunitário, como a União Europeia. O sistema jurídico brasileiro, por sua vez, desconhece a figura do Direito Comunitário, inexistindo qualquer previsão constitucional acerca do tema.

425. Errado. Na medida em que no Brasil tratados possuem, como regra, força de lei ordinária, é corrente o entendimento jurisprudencial segundo o qual as matérias reservadas à Lei Complementar não podem ser objeto de tratados internacionais.

426. Errado. Os tratados que estabelecem fronteiras são, por excelência, exemplo de espécie de tratados que geram efeitos para toda a Comunidade Internacional.

427. Errado. Segundo a doutrina majoritária, chefes de estado e ministros das relações exteriores são dispensados da apresentação da carta de plenos poderes.

428. Errado. Segundo a Convenção de Viena de 1969 sobre Direito dos Tratados, é indiferente a denominação dada. Acordo, convenção, tratado e protocolo são sinônimos. A força normativa e os efeitos decorrerão unicamente das previsões específicas de cada pacto e do Direito Constitucional de cada Estado, no que diz com os efeitos do tratado no ordenamento jurídico interno.

429. Correto. É indiferente a denominação dada ao tratado ou convenção. Ambos possuem a mesma regulamentação jurídica dada pela Convenção de Viena de 1969. Da mesma forma, a referida convenção não faz distinção entre pactos bilaterais e multilaterais.

430. Errado. Tratado e convenção são sinônimos, podendo ser, em qualquer hipótese, bi ou multilaterais.

431. Errado. Concordatas são, especificamente, tratados internacionais entre um Estado e a Santa Sé, tendo por objeto a organização e divulgação da fé católica naquele Estado.

432. Correto. Segundo a Convenção de Viena de 1969, não há diferença ontológica entre tratado, acordo, protocolo ou convenção internacional.

433. Errado. O artigo 53 da Convenção de Viena de 1969 expressamente declara nulos os tratados que, quando da conclusão, conflitem com uma norma imperativa de Direito Internacional Público (*jus cogens*).

434. Errado. A Convenção referida, no artigo 46, veda que um Estado invoque a violação de direito interno sobre competência para concluir tratados para fundamentar arguição de nulidade, salvo se essa violação for manifesta e afetar norma interna de importância fundamental.

435. Errado. A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados não faz distinção entre tratados bilaterais e multilaterais, quanto à possibilidade de contestação da competência para sua conclusão.

436. Errado. Em verdade, a regra é que o rompimento de relações diplomáticas ou consulares não afeta as relações jurídicas decorrentes dos tratados, exceto quando essas relações forem essenciais ao tratado.

437. Correto. O texto da questão reproduz o artigo 27 da Convenção de Viena de 1969 sobre Direito dos Tratados. Essa regra, contudo, é excepcionada no que diz com a competência para a própria celebração de tratados que seja prevista em norma fundamental interna, hipótese na qual, se a violação for manifesta, um Estado poderá invocar esse seu direito interno para se eximir da obrigação internacional decorrente do tratado.

438. Errado. Por conta da supremacia do princípio da igualdade formal dos Estados, um Estado que veja seus assuntos internos invadidos por atos e tratados de outros Estados poderá, a qualquer tempo, ajuizar demanda junto à Corte Internacional de Justiça para que tal violação seja cessada.

439. Errado. A soberania nacional, pilar do Direito Internacional Público, dita que um Estado somente poderá contrair obrigações por sua expressa manifestação, não podendo ser presumida sua concordância com um tratado do qual não é parte.

440. Correto. O princípio da igualdade entre Estados e da inexistência de subordinação de um a outro impede que um Estado se obrigue de outra forma que não por seu expresso consentimento.

441. Errado. Nos termos do artigo 2 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados a forma escrita integra o próprio conceito de tratado internacional, não se admitindo outra forma.

442. Errado. A Convenção de Viena de 1969 sobre direito dos tratados não excepciona qualquer forma de celebração de tratados internacionais em que seja dispensada a forma escrita.

443. Correto. Ao conceituar a expressão “tratado internacional”, a Convenção de Viena de 1969 refere textualmente que a forma indispensável é a escrita, não se admitindo qualquer outra, inclusive por conta da especial tramitação dos textos até sua entrada em vigor.

444. Errado. Inicialmente, tratados não possuem propriamente aspectos orais, salvo, eventualmente, a fase de negociação, a qual, contudo, não integra o tratado *per se*. Já quanto aos costumes, estes não advêm de qualquer aspecto oral, mas sim das práticas reiteradas pelos Estados e por eles tidas como obrigatórias.

445. Correto. A questão formulada resume com perfeição a posição majoritária da doutrina internacional.

446. Correto. O artigo 18 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados prevê que, ao assinar um tratado e mesmo antes da

ratificação, o Estado possui a obrigação de se abster de condutas que frustrem o objeto do tratado.

447. Correto. Segundo o artigo 84, VIII, da Constituição Federal, é competência privativa do Presidente da República a celebração de acordos internacionais, cabendo, no mais das vezes, ao Ministério das Relações Exteriores a negociação prévia.

448. Correto. É competência privativa do Presidente da República a celebração de tratados internacionais e, por decorrência lógica, a negociação somente pode ser admitida por agente que esteja a seu serviço.

449. Errado. Compete unicamente ao Poder Executivo a negociação e assinatura de tratados internacionais. Ao Poder Legislativo compete unicamente referendar o texto negociado pelo Executivo, manifestando-se, ainda, acerca das reservas ao tratado, se admissíveis.

450. Correto. Trata-se da fase de negociação dos acordos internacionais, de competência do Presidente da República ou outros agentes plenipotenciários, como, por exemplo, o Ministro das Relações Exteriores.

451. Correto. Um tratado, para alcançar vigência e eficácia, depende da assinatura, a cargo do Poder Executivo, do referendo dado pelo Poder Legislativo e, finalmente, da ratificação feita pelo Poder Executivo junto ao depositante. Eventualmente, é possível que o próprio tratado ainda determine outras condições para a entrada em vigor, como, por exemplo, o decurso de um prazo mínimo após a ratificação ou a ratificação de um número mínimo de partes.

452. Errado. Ante a inexistência de cláusula específica, um tratado é aplicado a todo o território das partes. Todavia, nada impede que os Estados convencionem de forma diferente.

453. Errado. O Chefe da Missão Diplomática é considerado, sem apresentação de carta de plenos poderes, competente para a adoção de um tratado internacional entre os Estados acreditante e acreditado. A ratificação, por sua vez, somente pode ser feita pelo Chefe do Estado ou pelo Ministro das Relações Exteriores, salvo apresentação de carta de plenos poderes.

454. Correto. A Convenção de Viena de 1969 sobre Direito dos Tratados dispõe que, mesmo sem apresentação de carta de plenos poderes, o Chefe da Missão Diplomática é competente para adotar o texto do tratado entre os Estados acreditante e acreditado.

455. Errado. Tratados internacionais possuem, necessariamente, a forma escrita, segundo a Convenção citada.

456. Errado. Considera-se o Chefe de Estado o representante natural do Estado e, assim, presumidamente competente para a celebração de quaisquer acordos internacionais. Nada obstante, é possível, segundo a Convenção de Viena de 1969, a delegação desses poderes para outros agentes a seu mando, existindo, ainda, outros atores naturalmente competentes para a celebração de tratados, como, por exemplo, o Ministro das Relações Exteriores.

457. Errado. Após a assinatura, o texto do tratado é submetido aos parlamentos nacionais para confirmação. Aprovado o texto negociado, compete ao Executivo ratificá-lo junto ao Estado ou órgão depositário.

458. Errado. Após a assinatura do tratado, inicia-se a fase de **ratificação**, que envolve a confirmação do texto pelo Poder Legislativo nacional, e a subseqüente ratificação do tratado junto ao Estado ou organismo depositário.

459. Errado. As Cortes Internacionais não possuem qualquer papel no âmbito da celebração de tratados internacionais. Imediatamente após a assinatura, o texto é submetido ao Congresso Nacional para aprovação.

460. Errado. O artigo 84 da Constituição Federal outorga ao Presidente da República a representação da República Federativa do Brasil no plano internacional. Assim, independentemente do objeto, os tratados internacionais são negociados pelo Chefe do Poder Executivo ou por quem este indicar.

461. Correto. A coação do Estado pela ameaça ou emprego da força está prevista como causa de **nulidade absoluta** de contratos no artigo 52 da Convenção de Viena de 1969.

462. Errado. A assinatura é meramente o primeiro passo para a vigência e eficácia de um tratado, dependendo, ainda, de referendo do Poder Legislativo e posterior ratificação pelo Poder Executivo.

463. Correto. A questão trata das competências previstas no art. 49, I, e 84, VIII, da Constituição Federal, respectivamente.

464. Errado. No Brasil, um tratado apenas entra em vigor quando da sua publicação no Diário Oficial, a qual se dá mediante Decreto do Presidente da República. Observa-se que, conforme doutrina dominante, o referido decreto não possui conteúdo decisório político, sendo meramente o veículo da publicação pelo Executivo da aprovação parlamentar.

465. Correto. Desde que não acarretem **encargos ou compromissos gravosos** ao patrimônio nacional, os acordos interpretativos podem ser celebrados unicamente pelo Poder Executivo, representando uma faceta da diplomacia.

466. Errado. A assertiva traz a lume discussão histórica acerca da existência de tratados internacionais passíveis de conclusão e entrada em vigor na ordem jurídica nacional sem o referendo do Poder Legislativo. Tal prática ganhou vulto quando da Constituição de 1946, mas, segundo a doutrina especializada, encontra-se hoje superada, sendo pacífico o entendimento de que qualquer tratado, ainda que não traga expressamente encargos ao patrimônio nacional, deve ser submetido a referendo do Congresso Nacional. Excepcionam-se dessa regra os acordos executivos, que são tratados que têm por objeto a interpretação de pacto internacional já vigente, que decorrem de forma lógica de um tratado vigente ou que têm por objetivo meramente estabelecer as bases de uma situação já existente para posterior negociação, justificando-se essas exceções pelo fato de representarem ou subproduto de tratado já submetido ao Congresso ou mera faceta regular da diplomacia.

467. Correto. Três são os tipos de acordos internacionais que entendem os internacionalistas serem passíveis de conclusão pelo Executivo, independentemente do Legislativo: a) acordos interpretativos; b) acordos que decorrem lógica e necessariamente de outro acordo já vigente; e c) acordos que têm por objetivo

meramente manter as coisas no estado em que se encontram ou estabelecer bases simples para negociações futuras.

468. Correto. Trata-se de previsão expressa da Convenção de Viena de 1969 sobre Direito dos Tratados.

469. Errado. A denúncia é ato unilateral que gera a extinção do tratado frente ao Estado denunciante. A competência para exercer o direito de denúncia não é condicionada a aprovação prévia de outro Poder.

470. Errado. O tratado é fonte escrita de Direito Internacional Público, não sendo admitida sua forma verbal.

471. Correto. Tratados internacionais, como regra, são negociados e assinados pelo Poder Executivo, mas dependem de posterior aprovação pelo Poder Legislativo para incorporação ao ordenamento jurídico interno.

472. Errado. A previsão de integração do texto de tratados internacionais ao bloco de constitucionalidade é prevista na Constituição Federal especificamente para **tratados relativos a direitos humanos**, conforme se aduz do texto do parágrafo terceiro do art. 5°.

473. Correto. A Emenda Constitucional 45 inseriu a possibilidade de tratados internacionais sobre direitos humanos, ao serem aprovados em dois turnos em cada Casa do Congresso Nacional, por três quintos dos votos dos respectivos membros, revestirem-se de *status* constitucional equivalente às Emendas Constitucionais.

474. Errado. A incorporação ao ordenamento jurídico de tratados assinados pela República Federativa do Brasil depende de **referendo** dado pelo Congresso Nacional.

475. Correto. O texto do inciso primeiro do artigo 49 da Constituição permite a interpretação segundo a qual tratados que não gerem encargos nem compromissos ao patrimônio nacional possam ser celebrados exclusivamente pelo Poder Executivo. Cumpre observar, entretanto, que a interpretação da doutrina majoritária e a prática corrente determinam que os chamados "acordos

executivos" são restritos àqueles pactos que sejam subproduto lógico de um tratado já vigente (interpretação, por exemplo) e àqueles que representem faceta da diplomacia ordinária, sendo todos os demais submetidos ao Poder Legislativo.

476. Errado. O referendo de tratados internacionais firmados pelo Executivo é dado por **cada uma das Casas do Congresso Nacional**, não sendo dispensável a chancela de qualquer delas.

477. Errado. O artigo 49, I, da Constituição Federal, especificamente atribui ao Congresso Nacional competência exclusiva para decidir definitivamente acerca de tratados internacionais, excetuando apenas aqueles que não gerem encargos ou compromissos à República Federativa do Brasil.

478. Errado. Os internacionalistas divergem acerca do número de fases para a celebração de tratados internacionais. Nada obstante, a ratificação dos tratados, isto é, a comunicação ao Estado depositante da confirmação pelo Poder Legislativo do texto negociado pelo Executivo, é **competência exclusiva** do Poder Executivo.

479. Errado. A promulgação do tratado é veiculada por Decreto do Poder Executivo, o qual tem, além dessa função, as de publicar oficialmente o texto e de conferir executividade ao ato internacional, que passa então a vincular o Estado no plano do direito interno. Merece ser destacado, ainda, que a análise do texto assinado é realizada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, separadamente.

480. Errado. A ratificação dos tratados é ato de competência exclusiva do Poder Executivo.

481. Correto. Através do Decreto Legislativo o Poder Legislativo decide definitivamente acerca de tratados internacionais. Após votação em ambas as casas, o Decreto Legislativo é promulgado pelo Presidente do Senado Federal.

482. Errado. No Brasil, a competência para ratificar tratados internacionais é do Presidente da República, por força do artigo 84, VIII, da Constituição Federal.

483. Errado. O processo de execução e incorporação dos tratados internacionais é, com efeito, um ato complexo. Após negociação e assinatura do tratado pelo Poder Executivo, este remete ao Congresso Nacional o texto para confirmação, a qual se dá por Decreto Legislativo. Promulgado este, o tratado é publicado mediante Decreto pelo Poder Executivo e, no plano internacional, pelo Presidente da República ratificado.

484. Errado. A Constituição Federal atribui **privativamente ao Presidente da República** a competência para celebrar tratados internacionais, cabendo ao Poder Legislativo unicamente o refendo do texto negociado.

485. Errado. Ao Congresso Nacional incumbe a **confirmação** ou **referendo** ao texto assinado pelo Poder Executivo, o qual, após o ato do Poder Legislativo ratifica o tratado junto ao Estado depositante.

486. Errado. Reservas são declarações **unilaterais** limitando texto do tratado para o Estado que as faz. Segundo a Convenção de Viena de 1969, constituem uma faculdade dos Estados, exceto se de outra forma dispuser o tratado negociado, não podendo, em qualquer caso, frustrar o objeto do tratado internacional.

487. Correto. Conforme estatui a Constituição em seu art. 49, inc. I, é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

488. Errado. Geralmente, a entrada em vigor de tratados multilaterais se dá de forma escalonada, ou seja, a partir da ratificação de cada Estado o tratado passa a valer para este Estado. É possível e usual, ainda, a fixação um número mínimo de ratificações ou de um marco temporal para a entrada em vigor do tratado multilateral. Em qualquer hipótese, não há vinculação estrita à ratificação de todas as partes para a entrada em vigor de um tratado multilateral.

489. Correto. Após a negociação e assinatura de um tratado internacional, competência do Poder Executivo, cabe ao Poder Legislativo referendá-lo, através de Decreto Legislativo. Observa-se, unicamente, que após a promulgação do Decreto Legislativo,

compete ainda ao Presidente da República, mediante Decreto, publicar e promulgar o tratado internacional, momento a partir do qual terá este vigência e eficácia no plano interno. Quanto aos efeitos no plano internacional, estes dependem ainda da ratificação do tratado, ato de competência do Poder Executivo.

490. Correto. No Brasil, o tratado internacional é incorporado à ordem jurídica interna mediante Decreto Legislativo, seguido de Decreto do Poder Executivo, que tem as funções de promulgação, publicação e outorga de força executiva.

491. Correto. O Decreto do Executivo, editado após o referendo do Poder Legislativo, mediante Decreto Legislativo, publica, promulga e concede força executiva ao tratado internacional no plano interno.

492. Errado. A obrigação de registro e publicidade dos tratados está contida na Convenção de Viena de 1969 sobre Direito dos Tratados, em seu artigo 80, não representando norma imperativa de Direito Internacional Público.

493. Errado. Segundo o artigo 80 da Convenção de Viena de 1969, cabe ao secretariado da ONU apenas o **registro, catalogação e publicação** dos tratados.

494. Errado. O registro e publicação junto ao secretariado da ONU somente se dá após a entrada em vigor dos tratados, o que ocorre, logicamente, após sua ratificação.

495. Errado. Não existe exigência, na Convenção de Viena de 1969, acerca das línguas nas quais os tratados devem ser registrados. A ONU tem por hábito solicitar que, por cortesia, os Estados submetam uma cópia autêntica dos tratados em inglês ou francês, mas não se trata de obrigação que condicione o registro.

496. Correto. A vigência de um tratado no **plano interno** se dá através da publicação mediante **Decreto do Executivo**. A vigência no **plano internacional**, por sua vez, se dá mediante a **ratificação** do tratado junto ao depositário, podendo, ainda, ser condicionada a algum outro fator, tal como número mínimo de adesões ou transcurso de determinado tempo.

497. Correto. Dado que a função de depositário não é estritamente vinculada à participação do Estado no tratado em questão, sendo possível inclusive que organizações internacionais cumpram tal função, a falta de ratificação do tratado não interfere a obrigação assumida como depositário.

498. Correto. A vigência no plano interno de um tratado internacional está ligada essencialmente a sua **promulgação e publicação no Diário Oficial**, o que ocorre mediante Decreto do Poder Executivo.

499. Errado. A incorporação de tratados ao ordenamento jurídico brasileiro se dá mediante Decreto Legislativo e posterior publicação e promulgação mediante Decreto do Poder Executivo.

500. Correto. No plano internacional, a vinculação do Estado às obrigações contidas no tratado assinado se dá mediante a ratificação, ato privativo do Poder Executivo, que pode, eventualmente, deixar de ratificar o texto já aprovado pelo Poder Legislativo.

501. Correto. A vigência dos tratados internacionais no **plano interno** depende de sua promulgação e publicação, as quais ocorrem através de Decreto do Poder Executivo, posteriormente à confirmação do Poder Legislativo mediante Decreto Legislativo.

502. Correto. Como regra, os tratados passam a viger internacionalmente quando de sua ratificação pelos Estados signatários e em relação a estes (de forma escalonada), sendo admitido que o texto do tratado condicione a vigência a outros fatores, tais como uma certa data ou um certo número mínimo de ratificações.

503. Correto. A ratificação é, por excelência, o ato através do qual o tratado passa a viger internacionalmente.

504. Errado. Inicialmente, o Congresso **não ratifica** o tratado negociado e assinado pelo Executivo, mas **sim o confirma ou referenda**. Além disso, após a confirmação, que se dá via Decreto Legislativo, o tratado deve ser promulgado e publicado mediante Decreto do Executivo.

505. Correto. Após a confirmação concedida pelo Poder Legislativo, o Poder Executivo poderá, no plano interno, promulgar e publicar o tratado e, no plano externo, ratificá-lo.

506. Errado. O Mercosul é estruturado de forma que os tratados elaborados em seu âmbito são tomados por consenso, devendo, ainda, serem internalizadas no âmbito de cada Estado-Membro.

507. Errado. A assinatura do tratado não gera obrigações imediatas (salvo a de o Estado não atuar de forma a frustrar seu objeto), devendo, ainda, ser confirmado pelo Poder Legislativo e, posteriormente, ratificado pelo Poder Executivo. No plano internacional, apenas a partir da ratificação o tratado vincula plenamente o Estado ratificante.

508. Errado. Tratados passam a vigorar, no plano interno, a partir da promulgação e publicação do texto aprovado pelo Congresso Nacional, o que ocorre mediante Decreto. Já no plano internacional, tratados passam a vigorar a partir da ratificação do Estado, podendo, ainda, ser condicionada a algum outro aspecto, como um número mínimo de ratificações ou algum marco temporal, conforme estabelecido no próprio texto do tratado.

509. Correto. Após a aprovação dada pelo Legislativo, via Decreto Legislativo, ao texto negociado pelo Poder Executivo, é necessária a promulgação e publicação do tratado, para que passe a ter vigência no plano interno. Essa promulgação e publicação se dá mediante Decreto do Poder Executivo, sendo relevante ressaltar que esse Decreto difere daqueles emitidos para a fiel execução das leis, representando, em verdade, mero meio de publicação.

510. Errado. A internalização de acordo internacional não ocorre por meio de lei, mas sim por sua confirmação pelo Congresso Nacional através de Decreto Legislativo, seguida de publicação e promulgação por meio de Decreto do Executivo.

511. Errado. O Decreto de Execução, expedido pelo Presidente da República, após a aprovação do texto pelo Poder Legislativo, tem a função de promulgar e publicar o tratado, marcando o início de sua vigência no plano interno. Sem esse Decreto, não se pode considerar publicado o tratado, o que afasta qualquer possibilidade de aplicação, já que a publicação é elemento essencial de qualquer norma jurídica.

512. Correto. À exceção dos tratados de direitos humanos aprovados por maioria qualificada de três quintos em dois turnos pelo Congresso Nacional, os quais possuem *status* de Emenda Constitucional, os tratados são, no Brasil, equivalentes à **legislação ordinária**, estando subordinados à Constituição Federal. Admite-se, ainda, a sindicância da compatibilidade do ato que internaliza os tratados com a Constituição Federal pelo Poder Judiciário, em controle de constitucionalidade difuso ou concentrado.

513. Correto. Apesar de se tratar de material polêmica, o STF, por meio do julgamento do RE 226.096-0/RS, fixou entendimento segundo o qual a União, ao celebrar tratados, representa não o ente de direito interno "União", em oposição a Distrito Federal, Estados e Municípios, atuando sim como a República Federativa do Brasil. Sob esse prisma, a concessão de isenção de tributos estaduais ou municipais por meio de tratado internacional é possível, não constituindo isenção heterônoma, esta vedada pelo inciso III do art. 151 da Constituição Federal.

514. Correto. O Supremo Tribunal Federal, por meio do julgamento da ADI 1480 MC/DF, pacificou entendimento segundo o qual, nas hipóteses em que a Constituição Federal exija lei complementar para regulamentar certa matéria, esta não poderá ser substituída por qualquer outra forma normativa, inclusive tratados internacionais.

515. Errado. Trata-se de assertiva que, apesar de estar aparentemente correta, possui um equívoco fundamental. A cláusula de nação mais favorecida é aquela que dispõe que, na hipótese de no futuro um Estado conceder tratamento mais favorecido a terceiro qualquer, o co-pactuante terá direito imediato a idêntico tratamento. Nada obstante, o tratado com o terceiro (B e C) não gera efeitos jurídicos frente ao Estado não signatário (A), mas atua como mera **condição fática** que faz operar a cláusula da nação mais favorecida. Assim, o tratado entre B e C não tem sua eficácia jurídica estendida ao Estado A.

516. Errado. A Emenda Constitucional 45 modificou o texto da Constituição Federal, afirmando que os tratados sobre direitos humanos que se submeterem à aprovação por maioria qualificada de 3/5, em dois turnos em cada Casa, terão *status* de emenda constitucional. Todavia, a única alteração no procedimento é a

maioria necessária e a aprovação em dois turnos, não sendo dispensável a promulgação e publicação do tratado através de **Decreto do Executivo**.

517. Correto. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais, prevalecendo sobre as leis ordinárias. Ademais, o STF recentemente consolidou o entendimento de que os tratados internacionais sobre direitos humanos anteriores à Emenda Constitucional 45, apesar de não estarem no mesmo plano das emendas constitucionais, se sobrepõem à legislação ordinária.

518. Errado. Como regra, os tratados internacionais possuem status de lei ordinária. Assim, lei posterior regulamentando matéria que seja objeto de tratado internacional se sobrepõe a este.

519. Correto. Considerando que o tratado internacional F é norma geral em relação à lei E, esta prevalece sobre o tratado, dada a incidência do princípio que aduz que lei geral, ainda que posterior, não tem o condão de revogar lei especial que lhe seja contrária.

520. Correto. Considerando que o direito internacional humanitário tem como um de seus princípios norteadores a **proibição ao retrocesso**, na hipótese de normas divergentes, aplicar-se-ia a que tivesse maior carga de proteção aos direitos humanos.

521. Correto. Tratados internacionais, como regra, possuem ***status* de Lei Ordinária**, estando sujeitos a todas as limitações a esta inerentes. Assim, sujeitam-se ao controle de constitucionalidade difuso e concentrado, além de não poderem dispor sobre certas matérias reservadas à Lei Complementar.

522. Errado. A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, apesar de sua importância no âmbito das relações internacionais, é um mero tratado internacional e, como tal, possui força de Lei Ordinária.

523. Correto. Trata-se de questão que aborda a Proposta de Emenda Constitucional que deu origem à Emenda Constitucional 45, a

qual, dentre outras modificações, concedeu força de Emenda à Constituição a tratados internacionais sobre direitos humanos aprovados em dois turnos com maioria qualificada de 3/5 pelo Congresso Nacional.

524. Errado. Segundo disposição constitucional expressa, tratados internacionais de direitos humanos aprovados segundo o rito disposto na questão possuem *status* de Emenda Constitucional.

525. Correto. O artigo 98 do Código Tributário Nacional dispõe que tratados internacionais não apenas têm o condão de revogar a legislação tributária interna, mas devem ser **respeitados pela que lhes sobrevier**.

526. Correto. A Carta da ONU, no segundo parágrafo do artigo 102, dispõe que partes em tratados não registrados no secretariado não poderão invocá-los perante qualquer órgão da ONU.

527. Errado. Tratados e convenções internacionais, como regra, são dotadas de força normativa **equivalente à Lei Ordinária**. A emenda constitucional 25/2004, entretanto, alterou o texto constitucional acrescentando o § 3º do art. 5º, e estatuindo que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

528. Errado. A previsão de primazia sobre a legislação ordinária diz respeito com tratados internacionais de direito tributário, nos termos do artigo 98 do Código Tributário Nacional.

529. Correto. Partindo do pressuposto que tratados internacionais são equivalentes a leis ordinárias, a questão trata de dois critérios de conflito de leis: lei posterior derroga lei anterior e lei especial não derroga lei geral, ainda que posterior.

530. Correto. O princípio *in dubio pro mitius*, citado recentemente pelo Corpo de Apelação da OMC em decisão do caso *Hormones*, prevê que, em homenagem à soberania estatal, no caso de termos dúbios, deve ser adotada a interpretação que traz menos obrigações aos Estados.

531. Correto. A Emenda Constitucional 45 permitiu que tratados internacionais sobre direitos humanos tivessem *status* constitucional, desde que aprovados sob o mesmo rito previsto para as Emendas Constitucionais.

532. Errado. Quanto à posição hierárquica dos tratados internacionais o Brasil não adota a teoria moderna da supralegalidade das normas internacionais, mantendo-se a posição que os põe em **paridade** com a legislação ordinária.

533. Correto. Dado que tratados e leis ordinárias possuem idêntica hierarquia, a regra de conflito normativo segundo a qual lei geral posterior não derroga lei especial anterior é plenamente aplicável.

534. Errado. Tratados internacionais que versem sobre direitos humanos podem ser aprovados por processo legislativo idêntico àquele previsto para Emendas Constitucionais, hipótese na qual serão dotados de força constitucional, nos termos do parágrafo terceiro do artigo quinto da Constituição Federal.

535. Correto. A jurisprudência clássica do Supremo Tribunal Federal coloca no mesmo plano hierárquico leis ordinárias e tratados internacionais.

536. Correto. Estando no mesmo plano hierárquico das leis ordinárias, os tratados internacionais são sujeitos ao controle de constitucionalidade. Na hipótese de conflito entre a Constituição Federal e um tratado internacional, cede este último.

537. Errado. Tratados internacionais encontram-se no mesmo patamar das leis ordinárias, razão pela qual são sujeitos a ambas as formas de controle de constitucionalidade.

538. Correto. Dada a posição majoritária do Supremo Tribunal Federal segundo a qual tratados internacionais no Brasil são equivalentes à Lei Ordinária, tem-se a decorrência lógica de não poderem versar sobre matérias reservadas à Lei Complementar.

539. Errado. Há hipóteses nas quais mesmo desafiando os critérios cronológico e da especialidade a norma internacional terá precedência. Exemplo disso são os tratados internacionais sobre

direito tributário, os quais, segundo o art. 98 do Código Tributário Nacional, serão respeitados inclusive pela legislação interna superveniente.

540. Correto. Ao tratar do processo legislativo, a Constituição Federal não menciona tratados internacionais, razão pela qual coube à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal fixar o *status* jurídico das normas internacionais.

541. Correto. A análise das normas internacionais demanda compreensão distinta dos planos interno e internacional. Assim, é possível que, no plano interno, o STF julgue inconstitucional o ato que internalizou determinado tratado. Na medida em que o Supremo Tribunal Federal não possui competência para decidir, no plano internacional, acerca da validade de tratados, a declaração de inconstitucionalidade **vinculará apenas o Estado brasileiro**, que efetivamente desrespeitará o compromisso assumido, o que poderá gerar sua **responsabilização no plano internacional**.

542. Errado. À época da formulação da questão (2003), não existia a previsão do § 3º do art. 5º da Constituição Federal, que outorga de *status* constitucional aos tratados internacionais que forem aprovados por rito idêntico àquele previsto para as Emendas Constitucionais. De toda sorte, mesmo sob o atual texto constitucional não estaria correta a questão, já que o *status* constitucional não é outorgado a todo e qualquer tratado de direitos humanos, mas somente àqueles que forem submetidos a processo especial de aprovação, similar ao previsto para emendas constitucionais, nos termos do §3º do art. 5º da Constituição Federal.

543. Errado. Monismo e dualismo são concepções, em Direito Internacional, que dizem com a existência de uma única ordem jurídica ou de duas ordens jurídicas distintas (interna e internacional). A questão acerca de qual tipo normativo (tratados ou leis internas infraconstitucionais) detém primazia é alheia à adoção das teorias do monismo e do dualismo.

544. Correto. O ordenamento jurídico brasileiro insere a Constituição Federal em plano hierarquicamente superior a todas as demais normas, inclusive tratados internacionais, razão pela qual estes podem ser submetidos internamente aos controles de constitucionalidade difuso e concentrado. Importante destacar

que o objeto do controle de constitucionalidade, nessas hipóteses, será o ato que internalizou o tratado internacional, já que a jurisdição do Supremo Tribunal Federal não alcança propriamente os atos internacionais.

545. Errado. A assinatura do tratado representa meramente o **final da fase de negociação**. Para sua entrada em vigor, ainda é necessário a submissão do texto aos parlamentos nacionais e a ratificação, esta dada pelo chefe de Estado. Apenas com a **ratificação** o tratado tem condições para viger no âmbito internacional, obrigando assim as partes.

546. Errado. Como regra, tratados internacionais possuem *status* hierárquico de **leis ordinárias**. Excepcionalmente, tratados de direitos humanos que tenham sido aprovados por maioria qualificada (3/5) e em dois turnos pelo Congresso Nacional terão *status* de Emendas à Constituição. Ainda assim, em qualquer caso ao STF é dado realizar o controle de constitucionalidade do ato que internaliza o tratado ao ordenamento jurídico brasileiro

547. Errado. Com efeito, a doutrina nunca foi pacífica acerca do tema. Já o Supremo, em sua linha tradicional, entendia que os tratados internacionais possuíam *status* de lei ordinária, qualquer que fosse seu objeto. Apenas recentemente, no julgamento do RE 466.343-SP, foi levantada a questão acerca da possibilidade de outorga de *status* de supralegalidade aos tratados de direitos humanos anteriores à Emenda Constitucional 45. Em todo caso, a assertiva do enunciado está errada, frente à inexistência de unanimidade no cenário jurídico nacional acerca do tema.

548. Errado. O parágrafo 3º do artigo 5º concede *status* de emenda constitucional aos tratados aprovados no Congresso Nacional com *quorum* e procedimento idênticos aos de aprovação de emendas constitucionais.

549. Correto. Trata-se da conclusão a que chegou o STF quando do julgamento do RE 466.343-SP. Assim tratados internacionais de direitos humanos têm o condão de derrogar as normas estritamente legais.

550. Errado. A previsão de concessão de *status* de emendas constitucionais a tratados internacionais é restrita a tratados sobre **direitos humanos**.

551. Errado. À época da formulação do enunciado, tratados internacionais, independentemente do objeto, possuíam status de lei ordinária. Com a Emenda Constitucional 45/2004, os tratados internacionais sobre direitos humanos que sejam aprovados no Congresso Nacional através de procedimento similar ao previsto para emendas constitucionais passam a gozar de *status* de emenda constitucional. Finalmente, no julgamento do RE 466.343-SP o Supremo Tribunal Federal consolidou entendimento de que mesmo os tratados sobre direitos humanos aprovados anteriormente à EC 45/04 têm o condão de derrogar normas estritamente legais, sendo, pois, dotados de caráter de supralegalidade.

552. Correto. Tratados internacionais sobre direitos humanos, segundo recente posicionamento do Supremo, possuem hierarquia superior à lei ordinária (supralegalidade). Nada obstante, é princípio de direito humanitário a proibição ao retrocesso e a aplicação da norma mais benéfica. Assim, se a legislação nacional protege de forma mais intensa determinado direito humano, deverá prevalecer sobre um tratado internacional que regule a mesma matéria

553. Errado. Desde a Emenda Constitucional 45/2004, tratados internacionais sobre direitos humanos podem ser confirmados no Congresso Nacional por procedimento similar ao de aprovação das emendas constitucionais, o que lhes assegura força de emenda constitucional. Cumpre observar que essa aprovação diferenciada é uma faculdade outorgada ao Congresso, que pode, querendo, submeter o tratado internacional sobre direitos humanos ao procedimento regular de aprovação, similar ao de aprovação de leis ordinárias.

554. Errado. A parte final do 2.o do art. 5.o aplica-se a todos os tratados internacionais sobre direitos e garantias em que a República do Brasil seja parte, sem exceção.

555. Errado. De acordo com o art. 5º § 3º da Constituição Federal, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

556. Correto. De acordo com o disposto no art. 5º §3º da CF, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

557. Correto. No Brasil, tratados internacionais possuem o mesmo *status* hierárquico das leis ordinárias. Excepcionalmente, tratados internacionais de direitos humanos podem gozar de *status* de Emendas à Constituição, se aprovados pelo rito previsto no §3º do art. 5º da Constituição Federal.

558. Errado. Na colisão de normas de direito internacional com normas de direito interno, caberá ao Judiciário, analisando o caso concreto e utilizando-se dos critérios postos pelo ordenamento jurídico. Além disso, é dado ao Supremo Tribunal Federal, por meio do controle concentrado de constitucionalidade, julgar a compatibilidade do ato de internalização do tratado internacional com a Constituição Federal. Em qualquer hipótese não há previsão de um órgão externo e superior ao Poder Judiciário para enfrentar questões dessa natureza.

559. Errado. Na hipótese de colisão entre tratados de direito internacional e o direito interno, compete ao Poder Judiciário determinar, de forma abstrata ou para o caso concreto, qual deve subsistir. Entretanto, não é necessária a afirmação de que o direito interno sempre prevalecerá sobre o direito internacional, devendo esse ponto ser avaliado caso a caso, conforme os critérios de hermenêutica admitidos pelo ordenamento jurídico.

560. Errado. O ordenamento jurídico pátrio não reconhece a supremacia do direito internacional sobre o direito interno. Com efeito, a regra geral determina que tratados internacionais possuem hierarquia de lei ordinária, sendo essa regra excepcionada para os tratados sobre direitos humanos, que podem ter hierarquia de Emenda à Constituição, caso sejam aprovados pelo rito posto no §3º do art. 5º da Constituição Federal.

561. Errado. Em caso de colisão de norma internacional com norma interna, torna-se necessário analisar, segundo preceitos de hermenêutica jurídica, qual dos textos permanece em vigor e qual é derrogado. Esse controle sói ser feito pelo Poder Judiciário, em controle difuso ou concentrado de constitucionalidade.

562. Errado. A outorga de hierarquia idêntica à da lei nacional (ou superior, em alguns casos) aos tratados internacionais não implica ruptura do sistema monista, acaso adotado pelo Estado signatário. Cumpre observar que a escola monista defende a existência de **uma única ordem jurídica**, dando prevalência ora ao direito interno, ora ao direito internacional. Em qualquer hipótese, é admitida a colisão entre normas internas e internacionais, razão pela qual a especificação clara do status da norma internacional é essencial para a própria compreensão do ordenamento jurídico. Logo, a previsão de relação hierárquica ou paritária entre normas internas e internacionais não ofende a teoria monista e, ao contrário, é essencial a sua própria concepção.

563. Errado. O texto do parágrafo terceiro do artigo quinto da Constituição Federal aduz que tratados internacionais dispondo sobre direitos humanos que sejam aprovados da forma referida pela assertiva possuem hierarquia normativa equivalente a das Emendas à Constituição.

564. Errado. Segundo entendimento doutrinário, a incidência da cláusula *rebus sic stantibus* não justifica um rompimento unilateral dos tratados, apenas **permitindo um novo acordo entre as partes** ou, frustrado este, uma decisão arbitral ou judicial.

565. Correto. A aprovação de um tratado depende da vontade de dois Poderes (Legislativo e Executivo). Por conta disso, a retirada de um deles basta para a denúncia do tratado. Nesse sentido, um tratado internacional apenas subsiste com a concordância contínua de ambos os Poderes responsáveis por sua aprovação.

566. Correto. Todas as formas citadas são modalidades de extinção de tratados.

567. Errado. A reserva é instrumento jurídico previsto para que um Estado exclua ou modifique unilateralmente o efeito de certas disposições de tratados internacionais. Como regra, as reservas são permitidas, desde que não frustrem o objeto do tratado e desde que o tratado não disponha de forma contrária (vedando ou restringindo reservas a certos dispositivos).

568. Errado. Somente a República Federativa do Brasil possui personalidade jurídica de Direito Internacional Público, sendo representada internacionalmente pela União. Por este motivo, apenas ela tem competência para celebrar e denunciar tratados internacionais.

569. Errado. A denúncia de tratados internacionais pode ser efetuada de forma autônoma por qualquer dos Poderes responsáveis por sua aprovação, ou seja, Executivo e Legislativo.

570. Errado. Embora sejam necessárias as duas manifestações de vontade – congressual e governamental- para que o Estado se vincule a um tratado, é necessária **apenas uma** destas vontades para que o Estado se desvincule do tratado. Assim, caso o governo queira denunciar um tratado, não necessitará de prévia aprovação congressual.

Capítulo 6 – Direito Internacional Humanitário

571. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2004) A Corte Interamericana de Direitos Humanos não tem, na prática, requerido da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, quando solicita medidas provisórias, prova substancial de que os fatos narrados são verídicos, pois procede antes com base na presunção razoável de que os fatos alegados correspondem à verdade e de que tais medidas de proteção são necessárias.

572. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2004) As medidas provisórias ordenadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos têm como objeto apenas a proteção do direito à vida e à integridade pessoal — física, mental e moral — das supostas vítimas.

573. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2004) As medidas provisórias exaradas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos revestem-se de caráter verdadeiramente tutelar, mais que cautelar, pois que passam a salvaguardar, mais que a eficácia da prestação jurisdicional, os próprios direitos fundamentais da pessoa humana.

574. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2004) A obrigação geral de garantia do gozo e exercício livre e pleno dos direitos previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos é uma obrigação de natureza *erga omnes*. Assim, no caso de crimes cometidos dentro de penitenciárias, o Estado não pode eximir-se de sua responsabilidade internacional pela violação dos direitos à vida e à integridade pessoal devido ao fato de que os atos de violência que geraram ditas violações foram perpetrados por algumas das pessoas detidas em detrimento de outros detentos.

575. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2004) O Estado não pode eximir-se de sua responsabilidade internacional pela violação de obrigações específicas relacionadas com a proteção do direito à vida e à integridade pessoal por motivos de ordem interna, como a forma federativa do Estado e a conseqüente divisão de competências materiais e legislativas próprias à União e aos Estados-Membros.

576. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2004) As obrigações internacionais de proteção dos direitos humanos vinculam apenas o governo federal.

577. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2006) As Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha — bem como do Crescente Vermelho — são pessoas jurídicas de direito privado, constituídas segundo as leis dos países em que estão sediadas.

578. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2006) A atuação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha foi decisiva na elaboração do denominado Direito de Genebra.

579. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2006) O Direito de Haia constitui um corpo de normas jurídicas escritas, elaboradas a partir de duas conferências internacionais de paz realizadas em Haia, durante as quais foram elaboradas convenções multilaterais que regulam o direito de ir à guerra, o direito de prevenção e as normas sobre a condução das hostilidades.

580. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2006) Como marco histórico das primeiras normas direcionadas à proteção da pessoa humana é correto citar a influência do livro de Henri Dunant sobre a Batalha de Solferino, que motivou os Estados à elaboração — mediante convenções internacionais multilaterais — de um conjunto de normas que passou a ser denominado direito humanitário internacional.

581. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2006) O movimento conhecido como Cruz Vermelha é inseparável do desenvolvimento do direito humanitário internacional. Esse movimento compreende, na verdade, três tipos de instituições: as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e a Federação Internacional do Crescente Vermelho.

582. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) No âmbito do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos tem por funções principais promover o respeito e a defesa dos direitos humanos e supervisionar sua observância no território de todos os Estados-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), sejam eles partes ou não na Convenção Interamericana de

Direitos Humanos, além de servir como órgão consultivo da OEA nessa matéria.

583. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) No âmbito do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos atua, no que se refere ao procedimento de recebimento e trâmite de denúncias individuais de violações de direitos humanos, como instância preliminar e facultativa de acesso à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

584. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) No âmbito do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos admite petições que contenham denúncias ou queixas de violação da Convenção Interamericana de Direitos Humanos por um Estado, ainda que formuladas por um indivíduo, sem a necessidade de este constituir um advogado.

585. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) No âmbito do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos estabelece como requisito de admissibilidade de uma denúncia o prévio esgotamento dos recursos da jurisdição interna do Estado denunciado, ainda que haja demora na apreciação dos mencionados recursos.

586. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) No âmbito do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos não permite a solução consensual, uma vez admitida a denúncia.

587. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) No âmbito do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos admite como partes, no procedimento perante ela realizado, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, os Estados que declarem reconhecer como obrigatória a sua jurisdição e a vítima ou seu representante legal.

588. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) No âmbito do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos tem

competência para atribuir responsabilidade do Estado em relação à violação de outros tratados específicos de direitos humanos.

589. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) No âmbito do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos pode determinar medidas provisórias, ou medidas urgentes, por meio de seu presidente, quando a Corte não estiver reunida, mesmo antes de o caso ter chegado ao seu conhecimento, mas somente se tal caso estiver sob exame da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e se esta tiver solicitado as mencionadas medidas.

590. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) No âmbito do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos paralisa o procedimento, quanto ao mérito, uma vez apresentadas exceções preliminares por parte do Estado demandado.

591. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) No âmbito do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos conta, segundo sua jurisprudência sobre reparações de danos causados a vítimas de violações de direitos humanos, com a possibilidade de desenvolver mecanismos para restabelecer o status quo ante que venha a substituir a mera indenização pecuniária.

592. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2004) Qualquer pessoa pode apresentar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) petições que contenham denúncias ou queixas de violações aos direitos consagrados na Convenção Americana sobre Direitos Humanos por um Estado-parte, desde que, esgotados os recursos de direito interno, o pleito obtenha o endosso do Estado do qual o indivíduo seja nacional.

593. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2004) A comprovação da condição de vítima é requisito de admissibilidade do caso perante a CIDH e a cláusula que prevê o direito de petição individual é facultativa, ao passo que a cláusula de petições interestatais é obrigatória.

594. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2004) Admitida a demanda perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos,

as supostas vítimas, seus familiares ou seus representantes devidamente acreditados poderão apresentar suas solicitações, argumentos e provas de forma autônoma, durante todo o processo, em relação àquelas solicitações, argumentos e provas apresentados pela CIDH. .

595. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2004) A competência da CIDH alcança, por um lado, todos os Estados-partes da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação aos direitos e garantias nesta consagrados e, por outro lado, alcança todos os Estados-membros da Organização dos Estados Americanos, em relação aos direitos consagrados na Declaração Americana de 1948.

596. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2004) A parte da sentença proferida pela CIDH que determinar indenização compensatória poderá ser executada no país respectivo pelo processo interno vigente para a execução de sentenças contra o Estado.

597. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2007) A República Federativa do Brasil, que reconhece a jurisdição obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em nenhum momento foi ré por violações geradoras de responsabilidade internacional.

598. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2007) O Pacto Internacional de Direitos Sociais, Econômicos e Culturais não prevê o direito de petição da vítima de violação dos direitos nele protegidos ao comitê criado pelo próprio pacto.

599. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2007) De acordo com a jurisprudência do STF, desde 1988 os tratados sobre direitos humanos podem ser incorporados ao ordenamento jurídico nacional com força de emenda constitucional.

600. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2007) Compõem o Sistema Interamericano de Direitos Humanos a Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

601. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2007) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos tem por função principal a observância e defesa dos direitos humanos e, no exercício de seu mandato, tem a atribuição de formular recomendações aos governos dos Estados-membros.

602. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2007) Nos Estados federais, o governo central é o responsável pelas violações aos direitos humanos praticadas por agentes das suas unidades federadas.

603. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2007) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o STJ, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a justiça federal.

604. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2007) Aplica-se aos direitos sociais, econômicos e culturais o princípio da proibição do retrocesso.

605. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2010) A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, apesar de ter natureza de resolução, não apresenta instrumentos ou órgãos próprios destinados a tornar compulsória sua aplicação.

606. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2010) Entre os diversos órgãos especializados que tratam da proteção dos direitos humanos, inclui-se a Corte Internacional de Justiça, órgão das Nações Unidas cuja competência alcança não só os Estados, mas também quaisquer pessoas físicas e jurídicas, as quais podem encaminhar suas demandas diretamente à Corte.

607. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2010) Os direitos humanos são indivisíveis, como expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual englobou os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

608. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2010) Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não governamental

legalmente reconhecida em um ou mais Estados-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) podem apresentar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos petições que contenham denúncias ou queixas de violação à Convenção Americana de Direitos Humanos por um Estado-parte.

609. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2010) Embora sem competência contenciosa, de caráter jurisdicional, a Corte Interamericana de Direitos Humanos tem competência consultiva, relativa à interpretação das disposições da Convenção Americana e das disposições de tratados concernentes à proteção dos direitos humanos.

610. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2010) Os documentos das Nações Unidas que tratam dos direitos políticos das mulheres determinam que elas devem ter, em condições de igualdade, o mesmo direito que os homens de ocupar e exercer todos os postos e todas as funções públicas, admitidas as restrições que a cultura e a legislação nacionais imponham.

611. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2010) No direito à liberdade de expressão, um dos direitos previstos na Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1990, inclui-se a liberdade de procurar, receber e divulgar, independentemente de fronteiras, informações e ideias de todo tipo, de forma oral, escrita ou impressa, por meio das artes ou por qualquer outro meio escolhido pela criança.

612. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2010) Consideram-se vítimas de abuso de poder as pessoas que, individual ou coletivamente, tenham sofrido prejuízos, nomeadamente atentado à integridade física ou mental, sofrimento de ordem moral, perda material ou grave atentado aos seus direitos fundamentais, como consequência de atos ou de omissões que, embora não constituam ainda violação da legislação penal nacional, representam violações das normas internacionalmente reconhecidas em matéria de direitos humanos.

613. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2010) De acordo com o direito internacional, uma pessoa que tenha sofrido atentado aos seus direitos fundamentais somente pode ser considerada vítima da criminalidade se o autor da violação tiver sido preso, processado, declarado culpado ou, pelo menos, identificado.

614. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2010) Segundo determinação das Nações Unidas acerca do uso da força, os governos devem garantir que a utilização arbitrária ou abusiva da força ou de armas de fogo pelos policiais seja punida como infração penal, nos termos da legislação nacional.

615. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) Buscando concretizar os preceitos previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos, a Emenda Constitucional 45/2004 introduziu na CF uma nova modalidade de recurso inominado, de modo a conferir eficácia ao duplo grau de jurisdição.

Para as próximas 5 questões utilize o texto abaixo:

A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, em função das atribuições que lhe conferem o artigo 63.2 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e o artigo 25 de seu Regulamento, RESOLVE:

1 Requerer ao Estado que:

a) adote todas as medidas que sejam necessárias para proteger eficazmente a vida e a integridade pessoal de todas as pessoas recluídas na penitenciária, assim como as de todas as pessoas que ingressem na mesma, entre elas os visitantes;

b) adeqüe as condições da mencionada penitenciária às normas internacionais de proteção dos direitos humanos aplicáveis à matéria;

c) remeta à Corte uma lista atualizada de todas as pessoas que se encontram recluídas na penitenciária, de maneira que se identifiquem as que sejam colocadas em liberdade e as que ingressam no referido centro penal, e indique o número e nome dos reclusos que se encontram cumprindo condenação e dos detentos sem sentença condenatória e que, ademais, informe se os reclusos condenados e os não condenados se encontram localizados em diferentes seções;

d) investigue os acontecimentos que motivam a adoção das medidas provisórias com o fim de identificar os responsáveis e impor-lhes as sanções correspondentes, incluindo a investigação dos acontecimentos graves ocorridos na Penitenciária Urso Branco depois de a Corte ter emitido as Resoluções de 18 de junho e 29 de agosto de 2002;

e) submeta à Corte um relatório, no máximo em 3 de maio de 2004, sobre:

i o cumprimento e a implementação das medidas indicadas nos anteriores incisos deste ponto resolutivo;

ii os acontecimentos e problemas expostos no escrito da Comissão de 20 de abril de 2004 e seus anexos, em particular sobre a grave situação de amotinamento que atualmente prevalece na mencionada penitenciária, as medidas adotadas para solucionar tal situação, e se algumas das supostas "170 pessoas em situação de reféns em mencionada penitenciária" não são reclusos; e

iii as medidas adotadas para solucionar a atual situação de amotinamento dos reclusos.

2 Reiterar ao Estado e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos a solicitação de tomar as providências necessárias para coordenar e supervisionar o cumprimento das medidas provisórias ordenadas pela Corte, em conformidade com o disposto no ponto resolutivo terceiro da Resolução de 29 de agosto de 2002. Ademais, o Estado e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos deverão informar sobre o resultado da implementação de tais providências.

3 Solicitar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e aos peticionários das medidas que apresentem suas observações ao relatório estatal solicitado no prazo de 10 dias contados a partir de seu recebimento.

4 Convocar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, os peticionários das medidas e o Estado a uma audiência pública que se realizará na sede da Corte em 28 de junho de 2004, a partir das 15 h 30 min, para conhecer seus argumentos sobre o cumprimento das medidas provisórias ordenadas no presente caso.

Considerando o texto acima transcrito, referente aos pontos resolutivos (PRs) ditados pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, que acolheu o pedido de novas medidas provisórias a respeito da República Federativa do Brasil, no caso da penitenciária Urso Branco, julgue os itens a seguir.

616. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2004) Quanto ao PR 1, o Estado brasileiro estaria correto se solicitasse a suspensão do cumprimento dessas medidas provisórias, sob o argumento de que, devido à sua forma federativa, tais providências seriam

competência de um de seus estados-membros, razão pela qual não estaria internacionalmente obrigado a lhes dar cumprimento.

617. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2004) O PR 3 representa mais um recente avanço em direção à cristalização da capacidade processual dos indivíduos e do direito de petição individual no âmbito do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, pois os beneficiários das medidas provisórias podem apresentar diretamente à Corte suas observações ao informe do Estado, mesmo que o caso ainda não tenha o mérito conhecido pelo mencionado tribunal.

618. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2004) Em relação ao PR 4, o Estado brasileiro não estaria internacionalmente obrigado a comparecer à audiência pública convocada pela Corte Interamericana, pois é um Estado soberano e independente, razão por que não subordinado à jurisdição deste ou de qualquer outro órgão internacional.

619. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2004) A Resolução da Corte Interamericana em exame depende da prévia homologação do STF para ter eficácia na ordem jurídica interna brasileira.

620. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2004) As medidas provisórias ditadas pela Corte Interamericana, no caso em tela, beneficiam os reclusos da penitenciária Urso Branco e os não-reclusos que se encontrem na situação de reféns, independentemente do vínculo de nacionalidade brasileira, uma vez que o vínculo exigido é o da relação entre os reclamantes e o perigo de dano irreparável ou de grave violação aos direitos à vida e à integridade física que denunciam.

621. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2006) A parte da sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos que determinar indenização compensatória poderá ser executada no país respectivo, pelo processo interno vigente para a execução de sentenças contra o Estado, sem excluir a obrigação de promover a responsabilização interna dos agentes causadores da violação dos direitos e liberdades protegidos pela Convenção.

622. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2006) Um Estado-parte na Convenção Americana sobre Direitos Humanos assume a obrigação geral de respeitar os direitos e liberdades nela

reconhecidos e de garantir seu livre e pleno exercício apenas aos seus nacionais sujeitos à sua jurisdição.

623. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2006) Um Estado-parte na Convenção Americana sobre Direitos Humanos pode ser responsabilizado internacionalmente pelo descumprimento de obrigações específicas relacionadas com cada um dos direitos e liberdades nela previstos, ainda que esse Estado invoque dispositivo de lei interna ou norma constitucional para tentar justificar o inadimplemento do tratado, pois, ao ratificar a Convenção, assumiu a obrigação de adotar as medidas legislativas ou de outra natureza que fossem necessárias para tornar efetivos tais direitos e liberdades.

624. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2006) Um Estado-parte na Convenção Americana sobre Direitos Humanos pode ser responsabilizado internacionalmente quando o Poder Judiciário nacional não assegura a aplicação de um recurso simples e efetivo ou incorre em um retardo injustificado em casos de violação de direitos fundamentais reconhecidos pela sua Constituição, por lei ou pela própria Convenção.

625. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2006) As obrigações decorrentes da ratificação da Convenção Americana de Direitos Humanos são de *jus cogens*, razão pela qual um Estado-parte somente estará obrigado a cumpri-las se houver reciprocidade em relação aos demais Estados pactuantes.

626. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2005) Compete ao procurador-geral da República, à vítima, ou aos seus familiares suscitar, perante o STJ, em qualquer fase do inquérito ou processo, IDC para a justiça federal, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte.

627. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2005) Um caso de grave violação dos direitos humanos previstos em tratados internacionais em que o Brasil seja parte, embora ocorrido no âmbito de um estado-membro da federação, é capaz de ensejar no cenário internacional a responsabilidade do Estado brasileiro, de modo que o deslocamento de competência para a órbita federal, em casos como esse, dá a oportunidade, no plano interno, para o órgão da Justiça da União examinar e decidir a questão, antes de arcar com o pesado ônus dessa violação.

628. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, estabelece os direitos humanos a serem obrigatoriamente cumpridos pelos Estados.

629. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, versa sobre os denominados direitos humanos de primeira geração — direitos civis e políticos —, de segunda geração — direitos econômicos, sociais e culturais — e de terceira geração — direito à paz, ao meio ambiente etc.

630. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A Convenção Européia de Direitos do Homem, de 1950, criou dois órgãos destinados à garantia de sua execução, quais sejam, a Comissão Européia de Direitos do Homem e a Corte Européia dos Direitos do Homem, com sede em Estrasburgo.

631. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A Convenção Americana de Direitos Humanos, de 1969, instituiu, como órgãos competentes para conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados pactuantes, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, aquela sediada em Washington, e esta em San José, na Costa Rica.

632. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A Corte Interamericana de Direitos Humanos é acessível a pessoas e a instituições privadas.

633. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) Atualmente, a garantia da eficácia dos direitos humanos compete principalmente à Corte Europeia dos Direitos Humanos, com sede em Estrasburgo, na França, e à Corte Interamericana de Direitos Humanos, sediada em São José da Costa Rica.

634. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) A Corte Interamericana de Direitos Humanos profere sentenças recorríveis pelos interessados, as quais declaram eventual violação de direito

protegido por tratado, não lhe competindo, no caso concreto, determinar pagamento de indenização à parte lesada.

635. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) O Direito Internacional Humanitário, campo das ciências jurídicas com o objetivo de prestar assistência às vítimas de guerra, surgiu, efetivamente, com a primeira convenção de Genebra, em 1864.

636. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) O direito de Haia, assim chamado por ter seus fundamentos nas quatro convenções internacionais ocorridas nessa cidade, destina-se à proteção das vítimas de conflitos armados — feridos, enfermos, prisioneiros de guerra, náufragos, população civil e militares que estejam fora de combate.

637. (CESPE / Promotor de Justiça Substituto – RO / 2010) Os direitos humanos de segunda geração ainda não foram incorporados à legislação nacional, permanecendo, pois, como normas programáticas do direito internacional humanitário.

638. (CESPE / Advogado - OAB / 2009.3) Os tratados internacionais sobre direitos humanos firmados pela República Federativa do Brasil serão equivalentes às emendas constitucionais, se forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

639. (CESPE / Promotor de Justiça Substituto – RO / 2010) Devido a comando expresso da CF, o Brasil rege-se, em suas relações internacionais, entre outros, pelo princípio da prevalência dos direitos humanos.

640. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) Atos de escravidão, em determinadas circunstâncias, podem constituir crimes contra a humanidade.

641. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT16R / 2003) Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

642. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) O Decreto-lei n.º 911/1969, que permite a prisão civil do devedor-fiduciante, foi revogado pelo Pacto de San José da Costa Rica.

643. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) O tráfico de pessoas como modalidade de crime organizado internacional limita-se à exploração de mão de obra escrava.

Analise as quatro próximas questões à luz das regras mínimas propostas pelas Nações Unidas para a proteção de jovens privados de liberdade.

644. (CESPE / Advogado - FUNDAC / 2008) Os jovens privados de liberdade que, durante a detenção, realizarem estudos, receberão os respectivos diplomas e certificados com o registro das qualificações obtidas nos cursos bem como do período em que ficaram detidos.

645. (CESPE / Advogado - FUNDAC / 2008) As regras mínimas prevêem a recomendação para que o jovem privado de liberdade trabalhe, mas não de forma remunerada.

646. (CESPE / Advogado - FUNDAC / 2008) Os servidores dos centros onde haja jovens privados de liberdade são proibidos de portar e de usar armas.

647. (CESPE / Advogado - FUNDAC / 2008) Cartas encaminhadas pelos jovens privados de liberdade às autoridades judiciais deverão ser encaminhadas ao diretor do estabelecimento para análise do conteúdo.

648. (CESPE / Promotor de Justiça Substituto – RO / 2008) A DUDH surgiu para atender ao clamor de toda a humanidade e buscou realçar alguns princípios básicos fundamentais para a compreensão da dignidade humana, entre eles, a liberdade e a igualdade.

649. (CESPE / Promotor de Justiça Substituto – RO / 2008) A DUDH protege o genoma humano como unidade fundamental de todos os membros da espécie humana e também reconhece como inerentes sua dignidade e sua diversidade. Em um sentido

simbólico, a DUDH reconhece o genoma como a herança da humanidade.

650. (CESPE / Promotor de Justiça Substituto – RO / 2008) A DUDH afirma que o desrespeito aos direitos humanos é causa da barbárie.

651. (CESPE / Promotor de Justiça Substituto – RO / 2008) A DUDH assegura o direito de resistência.

652. (CESPE / Promotor de Justiça Substituto – RO / 2008) A DUDH correlaciona o estabelecimento de uma compreensão comum dos direitos humanos com o seu pleno cumprimento.

PARA AS PRÓXIMAS CINCO QUESTÕES, UTILIZE O TEXTO ABAIXO:

Um delegado de polícia resolveu colocar na mesma cela de uma delegacia de polícia duas menores de idade infratoras junto com um suspeito de estupro qualificado por morte, todos ainda não-condenados.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta à luz das regras da ONU para o tratamento de pessoas presas, estabelecidas no 1.o Congresso das Nações Unidas Sobre Prevenção do Crime e Tratamento de Delinqüentes, realizado em Genebra, em 1955.

653. (CESPE / Promotor de Justiça Substituto – RO / 2008) As regras da ONU não precisam ser aplicadas no caso em tela, pois a delegacia de polícia não equivale ao conceito de estabelecimento prisional previsto nas regras mínimas para o tratamento de pessoas presas.

654. (CESPE / Promotor de Justiça Substituto – RO / 2008) No caso em apreço, não há violação a nenhuma das regras previstas para o tratamento de pessoas presas, tendo em vista que, para menores, não se aplica o referido estatuto da ONU e, sim, o ECA brasileiro.

655. (CESPE / Promotor de Justiça Substituto – RO / 2008) Há clara violação das regras mínimas da ONU devido à inobservância das categorias das pessoas presas, na situação em epígrafe.

656. (CESPE / Promotor de Justiça Substituto – RO / 2008) Não haverá violação das regras da ONU se forem fornecidos água e artigos de higiene necessários à saúde e à limpeza.

657. (CESPE / Promotor de Justiça Substituto – RO / 2008) Como as pessoas colocadas na mesma cela ainda não foram condenadas, as referidas regras não se aplicam.

658. (CESPE / Agente Penitenciário Federal - MJ / 2005) A Declaração Universal dos Direitos Humanos parte do pressuposto de que todos os seres humanos, sem exceção, nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

659. (CESPE / Agente Penitenciário Federal - MJ / 2005) Quando se trata de liberdade, em suas mais diversas manifestações, os preâmbulos da Constituição Federal e da Declaração Universal dos Direitos Humanos se contradizem, já que em apenas um — a Constituição brasileira — diz-se claramente ser a liberdade a base dos direitos sociais e individuais.

660. (CESPE / Agente Penitenciário Federal - MJ / 2005) A afirmação de que os homens têm direito à liberdade de viver “a salvo do temor e da necessidade”, contida na Declaração Universal dos Direitos Humanos, sugere que o respeito à dignidade humana pressupõe, entre outras condições, o atendimento às demandas materiais básicas e às relativas a proteção e segurança.

661. (CESPE / Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia - IRBr / 2009) Ao ratificar a Convenção Interamericana de Combate ao Terrorismo firmada no âmbito da Organização dos Estados Americanos, o Brasil, de maneira pragmática, optou por concentrar regionalmente seus esforços de cooperação na luta contra o terrorismo, por não se considerar alvo ou palco privilegiado do terrorismo internacional.

662. (CESPE / Advogado - OAB-ES / 2004) Para a apresentação à Comissão Interamericana de Direitos Humanos de petição individual contendo denúncias ou queixas de violação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos por um Estado-parte, devem-se cumprir pressupostos processuais e de

admissibilidade. Considerando esses pressupostos, a parte peticionária deve constituir advogado.

663. (CESPE / Procurador de Justiça Substituto – RO / 2008) Considerada documento basilar para a proteção internacional dos direitos humanos, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, é ato de organização internacional, de modo que prescinde de incorporação ao direito interno, como se exige para tratados ordinários de direitos humanos.

664. (CESPE / Procurador de Justiça Substituto – RO / 2008) Apesar de ser membro pleno da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o Brasil não ocupa a mesma posição no Tribunal Penal Internacional, devido à impossibilidade, determinada por cláusula pétrea da CF, de extraditar nacionais.

665. (CESPE / Procurador de Justiça Substituto – RO / 2008) Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de setembro de 1989, a Convenção sobre os Direitos da Criança trata de matéria contemplada, em linhas gerais, em artigo da CF, o qual é considerado síntese do tratado da Organização das Nações Unidas.

Gabarito

571	**C**	**595**	**C**	**619**	**E**	**643**	**E**
572	E	596	C	620	C	644	E
573	**C**	**597**	**C**	**621**	**C**	**645**	**E**
574	C	598	E	622	E	646	C
575	**C**	**599**	**E**	**623**	**C**	**647**	**E**
576	E	600	E	624	C	648	C
577	**C**	**601**	**C**	**625**	**E**	**649**	**E**
578	C	602	C	626	E	650	C
579	**C**	**603**	**C**	**627**	**C**	**651**	**C**
580	C	604	C	628	E	652	C
581	**E**	**605**	**C**	**629**	**C**	**653**	**E**
582	C	606	E	630	C	654	E
583	**E**	**607**	**C**	**631**	**C**	**655**	**C**
584	C	608	C	632	E	656	E
585	**E**	**609**	**E**	**633**	**E**	**657**	**E**

586	E	610	E	634	E	658	C
587	**C**	**611**	**C**	**635**	**C**	**659**	**E**
588	C	612	C	636	E	660	C
589	**C**	**613**	**E**	**637**	**E**	**661**	**E**
590	E	614	C	638	C	662	E
591	**C**	**615**	**E**	**639**	**C**	**663**	**C**
592	E	616	E	640	C	664	E
593	**E**	**617**	**C**	**641**	**E**	**665**	**C**
594	C	618	E	642	E		

Comentários

571. Correto. A competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos para lançar mão de medidas provisórias está estabelecida no parágrafo segundo do artigo 63 do Pacto de San José da Costa Rica, sempre em casos de extrema gravidade e urgência, para evitar danos irreparáveis às pessoas. Quando da análise do cabimento dessas medidas, verifica-se que a Corte tem aceitado a narrativa dos fatos elaborada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos como verídica, considerando desnecessário, por se tratar de casos urgentes, fazer maiores investigações acerca da situação fática.

572. Errado. O Pacto de San José da Costa Rica, ao outorgar competência à CIDH para tomar medidas provisórias, prevê que estas terão por escopo **evitar a ocorrência de danos irreparáveis às pessoas**, não limitando tais danos ao risco de morte e à integridade pessoal das vítimas.

573. Correto. Considerando que as medidas provisórias expedidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos tem por escopo evitar danos irreparáveis às pessoas, tem-se que **sua consubstancialização protege de forma imediata os direitos humanos**, não se limitando a assegurar que a sentença posteriormente prolatada seja eficaz. Sob esse prisma, as medidas provisórias efetivamente são dotadas de caráter tutelar.

574. Correto. A questão elabora uma precisa conceituação do tipo de obrigação veiculada pela Convenção Americana de Direitos Humanos. Exemplo prático das consequências dessas obrigações é a condenação do Brasil no caso da **Prisão Urso Branco**, em Rondônia, na qual, em 2002, ocorreram mortes violentas perpetradas pelos próprios detentos. Nesse processo, o Brasil foi

instado, mediante medida provisória, a tomar as providências necessárias a evitar que mais mortes ocorressem.

575. Correto. No plano internacional, **questões de legislação e organização interna são irrelevantes para justificar o descumprimento de obrigações assumidas**. Assim, a República Federativa do Brasil, representada pela União, é responsável por atos de qualquer Poder (Legislativo, Executivo, Judiciário), de qualquer esfera da Federação.

576. Errado. As obrigações internacionais, sejam elas de direitos humanos ou não, vinculam a República Federativa do Brasil como um todo, não se limitando ao âmbito da União, a qual meramente representa a República no plano internacional.

577. Correto. A Sociedade da Cruz Vermelha é uma organização humanitária de expressão internacional, também conhecida como Crescente Vermelho nos países de bases islâmicas. Sua natureza jurídica é de **pessoa jurídica de direito privado**, constituída conforme a legislação da cada Estado no qual se sedie.

578. Correto. O Direito de Genebra é composto pelas quatro convenções de Genebra, que dispõem sobre o direito humanitário na guerra. Em sua elaboração, a Cruz Vermelha assumiu papel essencial, defendendo patamares mínimos de proteção tanto a combatentes quanto a não-combatentes.

579. Correto. O **Direito de Haia** é composto por treze convenções que regulamentam a **guerra** e a **neutralidade**.

580. Correto. O suíço Henri Dunant, com a obra *Uma lembrança de Solferino*, a qual preconiza a proteção do ser humano mesmo na guerra, influenciou a Convenção de Genebra de 1864. Dunant é, também, o fundador do Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

581. Errado. Não há separação entre a Cruz Vermelha e o Crescente Vermelho. Assim, o movimento Cruz Vermelha é composto pelas 186 Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, pela Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e, finalmente, pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

582. Correto. Trata-se das competências previstas pela Carta da OEA, em seu artigo 106.

583. Errado. O acesso do indivíduo à Corte Interamericana de Direitos Humanos se dá **exclusivamente** através da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

584. Correto. A Comissão admite denúncias por qualquer pessoa, grupo de pessoas ou ONG, as quais devem ser feitas **por escrito**, admitido peticionamento por fax e correio eletrônico (hipótese na qual os originais deverão ser posteriormente remetidos), sendo **dispensável a presença de advogado**.

585. Errado. Como regra, o acesso ao Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos só é possível com o **esgotamento dos recursos internos**. Nada obstante, o artigo 46, numeral "2", dispensa esse requisito quando o Estado infrator não respeite o devido processo legal, quando a parte **não tenha tido oportunidade de manejar os recursos internos** ou quando exista **retardamento injustificado** da decisão final.

586. Errado. Uma das competências da Comissão, ao receber uma denúncia, é colocar-se à disposição para **lograr uma solução amistosa** entre as partes.

587. Correto. São partes legítimas junto à CIDH a Comissão, os Estados que declarem reconhecer como obrigatória sua jurisdição (apesar de, até o momento, nenhum Estado já ter se utilizado dessa prerrogativa) e a vítima ou seu representante legal. Cumpre observar, unicamente, que a vítima ou seu representante somente possui acesso à Corte por intermédio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a qual realiza prévio exame de admissibilidade.

588. Correto. A CIDH possui competência para a análise da juridicidade da atuação do Estado, sob o prisma de **qualquer tratado específico de Direitos Humanos** que o Estado tenha ratificado.

589. Correto. A Corte Interamericana de Direitos Humanos pode lançar mão de medidas provisórias, com caráter cautelar e tutelar, a fim de evitar danos irreparáveis às pessoas. Referidas medidas, dada

a urgência, podem ser expedidas **mesmo quando a Corte não estiver reunida**, por seu presidente, desde que solicitada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

590. Errado. De acordo com o art. 37.1 do Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, a apresentação de exceções preliminares não exercerá efeito suspensivo sobre o procedimento em relação ao mérito, aos prazos e aos respectivos termos.

591. Correto. A Corte Interamericana já decidiu, em inúmeras ocasiões, pela utilização de mecanismos de reparação que extrapolem a mera indenização pecuniária. Um bom exemplo é trazido no Caso 19, *Comerciantes v. Colômbia*, no qual, após declarar a responsabilidade da Colômbia, a Corte determinou também que o país procedesse à investigação dos crimes em questão e ao julgamento dos responsáveis, à procura dos restos mortais das vítimas, à construção de um monumento em homenagem às vítimas, à realização de um ato público no qual o Estado deveria reconhecer sua responsabilidade internacional em relação aos crimes cometidos, à concessão gratuita de um tratamento médico e psicológico aos familiares das vítimas e ao pagamento de indenizações pecuniárias por danos materiais e morais. Medidas semelhantes já foram concedidas em outros casos, como *Ximenes Lopes v. Brasil* e *Loyaza Tamayo v. Peru*, por exemplo.

592. Errado. Inexiste necessidade de endosso pelo Estado do qual o indivíduo é nacional, pois isto seria incompatível com a busca pela responsabilização do próprio Estado violador. Assim, de acordo com o art. 23 do Regulamento da CIDH, qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não-governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados membros da Organização pode apresentar à Comissão petições em seu próprio nome ou no de terceiras pessoas, sobre supostas violações dos direitos humanos reconhecidos, conforme o caso, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, na Convenção Americana sobre Direitos Humanos "Pacto de San José da Costa Rica", no Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais "Protocolo de San Salvador", no Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos Referente à Abolição da Pena de Morte, na Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, na Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, e na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, em

conformidade com as respectivas disposições e com as do Estatuto da Comissão e do presente Regulamento. O peticionário poderá designar, na própria petição ou em outro instrumento por escrito, um advogado ou outra pessoa para representá-lo perante a Comissão.

593. Errado. Nos termos do art. 44 da Convenção Americana, qualquer pessoa, grupo de pessoas ou entidade não governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-membros da OEA pode apresentar à Comissão petições que contenham denúncias ou queixas de violação da Convenção Americana por um Estado-parte. A Comissão também pode aceitar petições interestatais contendo violações a direitos humanos, mas este procedimento é de adoção facultativa, segundo o art. 45 da Convenção.

594. Correto. De acordo com o art. 23. 1 do Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, depois de admitida a demanda, as supostas vítimas, seus familiares ou seus representantes devidamente acreditados **poderão apresentar suas petições, argumentos e provas de forma autônoma** durante todo o processo.

595. Correto. Conforme disposto no art. 62.3 da Convenção Americana de direitos do Homem, a Corte tem competência para conhecer de qualquer caso relativo à interpretação e aplicação das disposições desta Convenção que lhe seja submetido, desde que os Estados Partes no caso tenham reconhecido ou reconheçam a referida competência, seja por declaração especial, como prevêem os incisos anteriores, seja por convenção especial.

596. Correto. De acordo com o art. 68. 2 da Convenção Americana de Direitos Humanos, a parte da sentença que determinar indenização compensatória **poderá ser executada no país respectivo pelo processo interno vigente para a execução de sentenças contra o Estado**.

597. Errado. Por diversas vezes o Brasil foi réu junto à CIDH, sendo, inclusive, condenado em alguns casos, como, por exemplo, os casos Damião Ximenez e Urso Branco.

598. Correto. Em Primeiro lugar, o texto do Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais não cria um Comitê próprio,

tarefa a ser cumprida posteriormente pelo Conselho Econômico e Social da ONU através da Resolução 1985/17. Finalmente, o direito de petição das vítimas é trazido no Protocolo Facultativo ao Pacto que, em seu art. 1º, determina: os Estados Partes no Pacto que se tornem partes no presente Protocolo reconhecem que o Comitê tem competência para receber e examinar comunicações provenientes de particulares sujeitos à sua jurisdição que aleguem ser vítimas de uma violação, por esses Estados Partes, de qualquer dos direitos enunciados no Pacto. O Comitê não recebe nenhuma comunicação respeitante a um Estado-parte no Pacto que não seja parte no presente Protocolo.

599. Errado. O Supremo Tribunal Federal entende majoritariamente que tratados internacionais possuem, no plano interno, *status* de lei ordinária. **Apenas com a Emenda Constitucional 45/2005** sobreveio a possibilidade de, em relação aos tratados internacionais de direitos humanos, o Congresso, aprovando-os através de rito similar ao previsto para as Emendas Constitucionais, assegurar *status* constitucional e esses tratados.

600. Errado. O Sistema Interamericano de Direitos Humanos é composto, nos termos do art. 33 da Convenção Americana, pela Corte Interamericana e pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

601. Correto. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é o **órgão responsável pela observância e defesa destes direitos no âmbito interamericano** e, conforme o art. 18 de seu estatuto, uma de suas funções é justamente formular recomendações aos governos dos Estados no sentido de que adotem medidas progressivas em prol dos direitos humanos, no âmbito de sua legislação, de seus preceitos constitucionais e de seus compromissos internacionais, bem como disposições apropriadas para promover o respeito a esses direitos.

602. Correto. O Estado responde, no plano internacional, pelas violações aos direitos humanos cometidas por suas unidades federadas. A Convenção Americana de Direitos do Homem afirma, por exemplo, que quando se tratar de um Estado-parte constituído como Estado federal, o governo nacional do aludido Estado-parte cumprirá todas as disposições da presente Convenção, relacionadas com as matérias sobre as quais exerce competência legislativa e judicial. Além disso, dispõe a Convenção que, no tocante às disposições relativas às matérias que correspondem à competência das entidades componentes da

federação, o governo nacional deve tomar imediatamente as medidas pertinentes, em conformidade com sua constituição e suas leis, a fim de que as autoridades competentes das referidas entidades possam adotar as disposições cabíveis para o cumprimento desta Convenção.

603. Correto. De acordo com o disposto no art. 109,§ 5º da CF, nas hipóteses de **grave violação de direitos humanos**, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, **perante o Superior Tribunal de Justiça**, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

604. Correto. Conforme consta no art. 5º §2º do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, **não se admitirá qualquer restrição ou suspensão dos direitos humanos fundamentais reconhecidos ou vigentes em qualquer país em virtude de leis, convenções, regulamentos ou costumes**, sob o pretexto de que o presente Pacto não os reconheça ou os reconheça em menor grau. Além disso, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU estatui, em seu Comentário Geral nº 3, o princípio da aplicação progressiva dos direitos econômicos, sociais e culturais, ou seja, o **princípio da proibição do retrocesso social**.

605. Correto. A Declaração Universal dos Direitos Humanos não possui, apesar de sua importância, força cogente para os Estados, **carecendo de obrigatoriedade** ou de mecanismos para a sua efetiva implementação.

606. Errado. **Apenas os Estados** possuem capacidade postulatória perante a CIJ, sendo dado, ainda, à Assembleia-Geral da ONU e a outras entidades por ela autorizada a possibilidade de requere emissão, pela Corte, de parecer consultivo. Os indivíduos não possuem acesso à CIJ.

607. Correto. A Declaração Universal dos Direitos Humanos reconheceu o **caráter universal e indivisível** destes direitos, englobando em seu texto os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

608. Correto. Conforme o disposto no art. 23 do Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não-governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados membros da Organização pode apresentar à Comissão petições em seu próprio nome ou no de terceiras pessoas, sobre supostas violações dos direitos humanos reconhecidos, conforme o caso, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, na Convenção Americana sobre Direitos Humanos "Pacto de San José da Costa Rica", no Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais "Protocolo de San Salvador", no Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos Referente à Abolição da Pena de Morte, na Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, na Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, e na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, em conformidade com as respectivas disposições e com as do Estatuto da Comissão e do presente Regulamento. O peticionário poderá designar, na própria petição ou em outro instrumento por escrito, um advogado ou outra pessoa para representá-lo perante a Comissão.

609. Errado. A Corte Interamericana de Direitos Humanos possui tanto competência contenciosa quanto consultiva, nos termos da Convenção Americana de Direitos Humanos.

610. Errado. De acordo com o artigo 7º da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, os Estados-partes tomarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na vida política e pública do país e, em particular, garantirão, em igualdade de condições com os homens, o direito a: (a) votar em todas as eleições e referendos públicos e ser elegível para todos os órgãos cujos membros sejam objeto de eleições públicas; b) participar na formulação de políticas governamentais e na execução destas, e ocupar cargos públicos e exercer todas as funções públicas em todos os planos governamentais; e c) participar em organizações e associações não-governamentais que se ocupem da vida pública e política do país. Não se admite, portanto, que a cultura ou a legislação nacionais possam restringir o acesso das mulheres a todos os postos e funções públicas.

611. Correto. Conforme o disposto no art. 13.1 da Convenção sobre os Direitos da Criança, a criança terá direito à liberdade de

expressão. Esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e divulgar informações e idéias de todo tipo, independentemente de fronteiras, de forma oral, escrita ou impressa, por meio das artes ou por qualquer outro meio escolhido pela criança.

612. Correto. De acordo com o disposto no art. 1º do anexo da Declaração dos Princípios Fundamentais de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder, entendem-se por "vítimas" as pessoas que, individual ou coletivamente, tenham sofrido um prejuízo, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou mental, um sofrimento de ordem moral, uma perda material, ou um grave atentado aos seus direitos fundamentais, como conseqüência de atos ou de omissões violadores das leis penais em vigor num Estado-membro, incluindo as que proíbem o abuso de poder

613. Errado. Conforme o art. 2º do anexo da Declaração dos Princípios Fundamentais de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder, Uma pessoa pode ser considerada como "vítima", no quadro da presente Declaração, **quer o autor seja ou não identificado, preso, processado ou declarado culpado, e quaisquer que sejam os laços de parentesco deste com a vítima**. O termo "vítima" inclui também, conforme o caso, a família próxima ou as pessoas a cargo da vítima direta e as pessoas que tenham sofrido um prejuízo ao intervirem para prestar assistência às vítimas em situação de carência ou para impedir a vitimização.

614. Correto. De acordo com a Resolução nº 34/269 da ONU (Código de Conduta para Policiais), os Governos devem garantir que a utilização arbitrária ou abusiva da força ou de armas de fogo pelos policiais seja punida como infração penal, nos termos da legislação nacional.

615. Errado. A EC/45 não trouxe previsão de tal procedimento.

616. Errado. Conforme estatui o art. 28 da Convenção Americana de Direitos do Homem, quando se tratar de um Estado-parte constituído como Estado federal, o governo nacional do aludido Estado-parte cumprirá todas as disposições da presente Convenção, relacionadas com as matérias sobre as quais exerce competência legislativa e judicial. Além disso, no tocante às disposições relativas às matérias que correspondem à competência das entidades componentes da federação, o governo

nacional deve tomar imediatamente as medidas pertinentes, em conformidade com sua constituição e suas leis, a fim de que as autoridades competentes das referidas entidades possam adotar as disposições cabíveis para o cumprimento desta Convenção.

617. Correto. De acordo com o art. 25. 6 do Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, os beneficiários de medidas provisórias ou medidas urgentes do Presidente poderão apresentar diretamente à Corte suas observações ao relatório do Estado. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos deverá apresentar observações ao relatório do Estado e às observações dos beneficiários das medidas ou seus representantes.

618. Errado. Os Estados se submetem, no plano internacional, à jurisdição dos tribunais aos quais tenham manifestado aceitação, como é o caso do Brasil, que reconhece a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

619. Errado. Inexiste necessidade de homologação pelo STF, visto que o Brasil reconheceu a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Além disso, o art. 68 da Convenção Americana de Direitos do Homem afirma que os Estados Partes na Convenção comprometem-se a cumprir a decisão da Corte em todo caso em que forem partes, e que a parte da sentença que determinar indenização compensatória poderá ser executada no país respectivo pelo processo interno vigente para a execução de sentenças contra o Estado.

620. Correto. De acordo com o art. 25. 1 do Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em qualquer fase do processo, sempre que se tratar de casos de extrema gravidade e urgência e quando for necessário para evitar prejuízos irreparáveis às pessoas, a Corte, *ex officio* ou a pedido de qualquer das partes, poderá ordenar as medidas provisórias que considerar pertinentes, nos termos do artigo 63.2 da Convenção. Assim, não se exige, no caso, o vínculo da nacionalidade brasileira para os efeitos da resolução.

621. Correto. Conforme se depreende da leitura do art. 68. 2 da Convenção Americana de Direitos Humanos, a parte da sentença que determinar indenização compensatória poderá ser executada no país respectivo pelo processo interno vigente para a execução de sentenças contra o Estado.

622. Errado. De acordo com o disposto no art. 1º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, os Estados Partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, **sem discriminação** alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.

623. Correto. Conforme o determinado pelo art. 2º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, se o exercício dos direitos e liberdades mencionados no artigo 1º ainda não estiver garantido por disposições legislativas ou de outra natureza, os Estados Partes comprometem-se a adotar, de acordo com as suas normas constitucionais e com as disposições da Convenção, as medidas legislativas ou de outra natureza que forem necessárias para tornar efetivos tais direitos e liberdades.

624. Correto. De acordo com o art. 25.1 da Convenção Americana de Direitos Humanos, toda pessoa tem direito a um recurso simples e rápido ou a qualquer outro recurso efetivo, perante os juízes ou tribunais competentes, que a proteja contra atos que violem seus direitos fundamentais reconhecidos pela constituição, pela lei ou pela Convenção, mesmo quando tal violação seja cometida por pessoas que estejam atuando no exercício de suas funções oficiais.

625. Errado. A assertiva possui dois equívocos. Inicialmente, a doutrina não é pacífica ao elencar quais normas de direito internacional teriam atingido o status de *jus cogens*, ou seja, de normas imperativas, existindo consenso apenas com relação aos crimes de pirataria, genocídio e escravidão, embora a doutrina mais moderna defenda a inclusão dos direitos humanos neste rol. Assim, é no mínimo temerário afirmar que direitos humanos integram o *jus cogens*. Além desse ponto, a assertiva também erra ao conceituar *jus cogens,* já que as normas assim qualificadas são de observância obrigatória e independem de reciprocidade. Destaca-se, por fim, que as obrigações presentes na Convenção Americana de Direitos Humanos independem de reciprocidade, *jus cogens* ou não.

626. Errado. Esta competência é **somente** do Procurador-Geral da República, conforme aduz do art. 109,§ 5º da CF.

627. Correto. Nestes casos, aplica-se o disposto no 109,§ 5º da CF, que dispõe que, nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

628. Errado. Apesar da importância simbólica e histórica da Declaração Universal dos Direitos Humanos, este documento é despido de força obrigatória para os seus signatários, sendo, portanto, um instrumento de *soft law*.

629. Correto. A Declaração Universal dos Direitos do Homem prima pelo reconhecimento das diversas gerações (ou dimensões) de direitos em seu texto.

630. Correto. Conforme a disposição do art. 19 da Convenção Européia de Direitos do Homem, a fim de assegurar o respeito dos compromissos que resultam para as Altas Partes Contratantes da Convenção, criam-se uma Comissão Europeia de Direitos do Homem e um Tribunal Europeu de Direitos do Homem.

631. Correto. A Convenção Americana de Direitos Humanos estatuiu, em seu art. 33, que são competentes para conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados Partes nesta Convenção a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

632. Errado. Segundo o art. 61 da Convenção Americana de Direitos do Homem, **somente os Estados Partes e a Comissão têm direito de submeter caso à decisão da Corte**.

633. Errado. A assertiva está incompleta, pois esquece de mencionar também a Corte Africana de Direitos Humanos e dos Povos.

634. Errado. A Corte Interamericana de Direitos Humanos possui competência para determinar o pagamento de indenizações, conforme se depreende da leitura do art. 63 da Convenção Americana de Direitos Humanos, que dispõe que, quando decidir que houve violação de um direito ou liberdade protegidos nesta Convenção, a Corte **determinará que se assegure ao prejudicado o gozo do seu direito ou liberdade violados**. Determinará também, se isso for procedente, que sejam **reparadas as conseqüências** da medida ou situação que haja configurado a violação desses direitos, bem como o pagamento de **indenização justa** à parte lesada.

635. Correto. A Convenção de Genebra de 1864 é considerada o marco inicial do Direito Humanitário, abordando em seus 10 artigos a proteção devida aos médicos e outros envolvidos nos trabalhos de socorro, estabelecendo a obrigatoriedade do tratamento de feridos e enfermos pelos beligerantes e trazendo a imunidade dos hospitais e veículos de transporte hospitalar contra qualquer ataque.

636. Errado. O chamado Direito de Haia é relativo à guerra e à neutralidade, sendo composto de 13 convenções. As quatro convenções enumeradas na assertiva dizem respeito ao chamado Direito de Genebra, que consolida em 1949 o imperativo humanitário na ordem internacional.

637. Errado. Diversos direitos humanos de segunda geração - que determinam prestações positivas do Estado buscando a igualdade – estão dispostos no Capítulo II da Constituição brasileira, que afirma, em seu art. 6º, serem direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição. Os direitos dos trabalhadores, que também integram o rol de direitos de segunda geração, ocupam os artigos seguintes do referido capítulo, e ainda podem ser localizados outros direitos de segunda geração na Constituição, tais como aqueles presentes em seu Título VIII - Da Ordem Social (artigos 193 e seguintes).

638. Correto. Conforme o disposto no art. 5º, §3º da Constituição, acrescentado pela EC 45/2004, Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

639. Correto. A Constituição da República Federativa do Brasil consigna, em seu artigo 4º,inc. II, que o país reger-se-á, em suas relações internacionais, pelo princípio da prevalência dos direitos humanos.

640. Correto. Segundo o Estatuto de Roma, entende-se por crime contra a Humanidade, entre outros, a escravidão, **quando cometida no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque**. Ainda segundo o Estatuto de Roma, por "escravidão" entende-se o exercício, relativamente a uma pessoa, de um poder ou de um conjunto de poderes que traduzam um direito de propriedade sobre uma pessoa, incluindo o exercício desse poder no âmbito do tráfico de pessoas, em particular mulheres e crianças.

641. Errado. De acordo com o disposto na Constituição Federal em seu art. 5º§ 2º, os direitos e garantias expressos na Constituição **não** excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

642. Errado. De acordo com a doutrina e com a jurisprudência, o Decreto-lei n.º 911/1969 não foi revogado pelo Pacto de San José da Costa Rica, mas sim sofreu **efeito paralisante** do tratado de direitos humanos em relação à legislação infraconstitucional que disciplina determinada matéria.

643. Errado. De acordo com o art. 3º, "a" do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças, a expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos.

644. Errado. De acordo com as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados da Liberdade, os diplomas ou certificados de educação concedidos aos jovens durante a detenção **não devem indicar que o jovem esteve detido**.

645. Errado. Conforme previsto nas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados da Liberdade, sempre que possível, deve dar-se aos adolescentes a oportunidade de realizarem trabalho remunerado, se possível na comunidade local, como complemento da formação profissional que lhes é ministrada com o fim de lhes proporcionar a possibilidade de encontrarem um trabalho conveniente quando regressam às suas comunidades.

646. Correto. Segundo as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados da Liberdade, o porte e uso de armas pelo pessoal deve ser proibido em qualquer estabelecimento onde estejam detidos adolescentes.

647. Errado. Conforme dispõem as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados da Liberdade, todos os adolescentes devem ter o direito de comunicar por escrito ou por telefone, pelo menos duas vezes por semana, com a pessoa da sua escolha, a menos que estejam legalmente proibidos de o fazer, e devem, se necessário, ser auxiliados a fim de gozarem efetivamente este direito, e todos os adolescentes devem ter direito a receber correspondência.

648. Correto. A Declaração Universal dos Direitos do Homem surgiu no contexto do pós-Segunda Guerra, como resultado do clamor da humanidade pela defesa dos direitos humanos, que foram materializados na declaração. O texto, ao consagrar o caráter universal e indivisível dos direitos humanos, reconheceu a necessidade de se proteger a dignidade da pessoa humana e os valores da igualdade e da liberdade, entre outros.

649. Errado. A DUDH não protege o genoma humano, uma vez que a Declaração data de 1948, época na qual a ciência ainda não havia avançado o suficiente para contemplar tal desenvolvimento.

650. Correto. Em seu preâmbulo, a DUDH considera que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade, e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum.

651. Correto. Em seu preâmbulo, a DUDH considera essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra tirania e a opressão.

652. Correto. A Declaração Universal dos Diretos Humanos foi proclamada como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

653. Errado. As regras da ONU sobre o tratamento de pessoas presas são aplicáveis a qualquer local no qual pessoas fiquem detidas.

654. Errado. As regras mínimas para o tratamento de prisioneiros, aprovada no âmbito da ONU em 1955, são regras mínimas aplicáveis a todo tipo de prisioneiro, sendo vedada qualquer discriminação. No caso concreto, o ECA é aplicável sempre que contiver norma mais favorável e, caso deixe de regulamentar alguma situação ou a regulamente de forma menos protetiva, aplica-se a norma internacional.

655. Correto. Segundo as regras mínimas da ONU **as diferentes categorias de presos deverão ser mantidas em estabelecimentos prisionais separados** ou em diferentes zonas de um mesmo estabelecimento prisional, levando-se em consideração seu sexo e idade, seus antecedentes, as razões da detenção e o tratamento que lhes deve ser aplicado, existindo, inclusive, previsão de que **presos jovens devem ser separados de presos adultos e presos do sexo feminino dos presos do sexo masculino**.

656. Errado. As regras mínimas da ONU sobre tratamento de pessoas presas são mais abrangentes que questões relacionadas a saúde, higiene e alimentação, abarcando desde separação de presos por categoria até sanções e punições admissíveis

657. Errado. As regras mínimas da ONU sobre o tratamento de pessoas presas são aplicáveis a **qualquer tipo de detento**, inclusive ao preso provisoriamente.

658. Correto. Conforme o disposto no art. I da Declaração Universal dos Direitos Humanos, todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

659. Errado. Os preâmbulos de ambos os documentos reconhecem a importância do valor liberdade para os direitos sociais e individuais.

660. Correto. O preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos considera que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum.

661. Errado. A importância da Convenção Interamericana de Combate ao Terrorismo reside na cooperação regional estabelecida por ela, justamente por reconhecer que o terrorismo constitui uma grave ameaça para os valores democráticos e para a paz e a segurança internacionais, sendo causa de profunda preocupação para todos os Estados membros da OEA. Assim, a ratificação da referida convenção não elide de forma alguma as medidas a serem adotadas em âmbito internacional pelo Brasil, que enfrenta o problema do terrorismo em especial na área de fronteira entre o país e a Argentina e Paraguai.

662. Errado. Qualquer um, **sem necessidade de estar representado por advogado**, pode dirigir-se à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e efetuar denúncias, queixas ou reclamações acerca de supostas violações aos direitos humanos.

663. Correto. A Declaração Universal dos Direitos do Homem não é um tratado, e sim um **ato de organização internacional** da qual o Brasil faz parte e, portanto, obriga-se a cumprir suas determinações.

664. Errado. O Brasil manifestou sua adesão ao Tribunal Penal Internacional, materializada no parágrafo 4º do artigo 5º da Constituição. Este Tribunal possui atuação complementar às jurisdições nacionais, agindo somente quando estas não possam ou não queiram fazê-lo. Ademais, a proibição de extradição de nacionais não é cláusula pétrea, e excepciona-se o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

665. Correto. O artigo 227 da Constituição contempla, em linhas gerais, a matéria tratada na Convenção sobre os Diretos da Criança, determinando ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Capítulo 7 – Direito Internacional do Meio Ambiente

666. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2004) Entre os danos ambientais transfronteiriços, apenas aqueles causados por atividades de risco proibidas pelo direito internacional geram para as vítimas direito de reparação dos prejuízos.

667. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2004) O regime jurídico preponderante no sistema internacional de responsabilidade por danos ambientais, previsto nas principais convenções internacionais relativas ao tema, é o da responsabilidade objetiva.

668. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2004) Atualmente, entende-se o dano ambiental transfronteiriço como sendo aquele que tem sua origem no território de um Estado e que projeta seus efeitos negativos no território de um Estado vizinho, sem alcançar, contudo, as áreas de domínio comum internacional.

669. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2004) O ataque lançado intencionalmente, que sabidamente causará prejuízos extensos, duradouros e graves ao meio ambiente e que se revele claramente excessivo em relação à vantagem militar global concreta e direta que se previa, é considerado crime de guerra segundo o Estatuto de Roma.

670. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - Senado Federal / 2002) O direito à vida, como direito fundamental do ser humano, está diretamente relacionado com o direito a um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado.

671. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - Senado Federal / 2002) A Convenção de Estocolmo de 1972 pode ser considerada como marco fundamental para o desenvolvimento do direito ambiental internacional.

672. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - Senado Federal / 2002) Em geral, em matéria de poluição ambiental, estabelece-se a responsabilidade objetiva do Estado.

673. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - Senado Federal / 2002) No plano internacional, é impossível a aplicabilidade do princípio do poluidor-pagador.

674. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - Senado Federal / 2002) O direito de vizinhança fundamenta algumas das obrigações estatais em matéria de danos causados a Estados fronteiriços.

675. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, foi adotada a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, constituída de 27 princípios, todos de natureza obrigatória.

676. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima, de 1992, da qual o Brasil é parte, tem por objetivo, em termos gerais, estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera.

677. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima, de 1992, criou, como seu órgão supremo, a Conferência das Partes, sendo que, na Terceira Conferência, realizada em Kyoto, no Japão, foi aprovado o Protocolo de Kyoto, que estabelece a meta média de 6% da redução da emissão de gases de efeito estufa pelos países industrializados, a ser cumprida no período entre 2008 e 2012.

678. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A Convenção sobre Diversidade Biológica, de 1992, da qual o Brasil é parte, estabeleceu a obrigatoriedade de se desenvolverem listas nacionais de espécies ameaçadas e de se estabelecerem áreas de importância biológica.

679. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Dado o grande número de normas internacionais relacionadas à proteção do meio ambiente, bem assim as suas especificidades, o direito internacional ambiental, ou direito internacional do meio ambiente já não é tratado no contexto do direito internacional público, sendo entendido como um ramo independente do direito.

680. (CESPE / Procurador do Estado - PI / 2008) A CF, ao tratar dos princípios que pautam as relações internacionais, afirma, taxativamente, que a não informação de eventos significativamente danosos ao meio ambiente por parte dos Estados merece ser considerada crime internacional a ser julgado pelo Tribunal Penal Internacional.

681. (CESPE / IRBr Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia / 2008) As convenções internacionais produzidas por conferências da ONU a respeito de novos regimes para o melhoramento do clima estão sendo facilmente ratificadas pelos Estados nacionais.

682. (CESPE / Procurador do Estado - PI / 2008) A Declaração do Rio de Janeiro (1992) dispôs que, no nível nacional, é direito de todo indivíduo ter acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações sobre materiais e atividades perigosas em sua comunidade.

683. (CESPE / Técnico Científico - Banco da Amazônia / 2007) A conferência mundial sobre meio ambiente que o Brasil sediou em 1992, conhecida como Eco-92 ou Rio-92, foi considerada acontecimento histórico tanto pela quantidade de cientistas e de governantes que acolheu quanto pela explicitação de um problema que ganharia crescente dimensão, o do aquecimento global.

684. (CESPE / Técnico Científico - Banco da Amazônia / 2007) Um exemplo de atitude objetiva e concreta assumida pela comunidade internacional, com a finalidade de se reduzir o lançamento de agentes de poluição atmosférica, é o Protocolo de Kyoto, amplamente negociado e assinado pelo conjunto dos países industrializados.

685. (CESPE / Advogado – DOCAS/PA / 2006) Há consenso entre especialistas e governantes acerca da dimensão positiva do protocolo de Kyoto, razão pela qual o documento foi aceito e ratificado pelo conjunto de países que participam da Organização das Nações Unidas.

686. (CESPE / Advogado – DOCAS/PA / 2006) Embora produzam pouca poluição, em face da sofisticação tecnológica de seus equipamentos industriais, os Estados Unidos da América (EUA) aceitaram as imposições do protocolo de Kyoto, possivelmente para obter apoio da opinião pública internacional.

687. (CESPE / IRBr Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia / 2009) O Brasil endossa, desde o Protocolo de Quioto, o princípio de responsabilidade comum entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento no combate ao aquecimento global, razão pela qual defende o estabelecimento de metas universais de redução de emissões de CO_2 e de outros gases causadores do efeito estufa, como base de um regime internacional para o tema.

688. (CESPE / IRBr Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia / 2009) Com base no princípio de responsabilidade comum mas diferenciada, o Brasil propugna aliar medidas de redução do desmatamento aos compromissos de redução da emissão de gases poluentes e causadores do efeito estufa e, ao mesmo tempo, defende que os países desenvolvidos também assumam compromissos nesse mesmo sentido e que sejam condizentes com seus respectivos níveis de emissão.

689. (CESPE / Advogado – CESAN-ES / 2005) A entrada em vigor do Protocolo de Kyoto prova que, a despeito das dificuldades consideradas intransponíveis há alguns anos, venceu a consciência de que a proteção ambiental deve ser tarefa coletiva, razão pela qual o acordo foi referendado pelo conjunto de países que integram a Organização das Nações Unidas.

690. (CESPE / Procurador Autárquico – EGPA / 2005) Como acontece com qualquer tratado internacional importante, o Protocolo de Kyoto somente entrou em vigor a partir do momento em que todos os países integrantes da ONU o ratificaram.

691. (CESPE / Advogado – BRB / 2010) Apesar das frustrações de muitos e da timidez apontada por diversos observadores, a COP15 foi o primeiro grande fórum mundial a conseguir aprovar um documento que estabelece metas para a redução das emissões de gases que ampliam o efeito estufa.

692. (CESPE / Advogado – BRB / 2010) Ao extinguir o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas e deixar de organizar

a COP15, ao contrário do ocorrido em Estocolmo, no Rio de Janeiro e em Kyoto, a Organização das Nações Unidas explicitou a perda de sua importância relativa no cenário mundial do pós-Guerra Fria.

693. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2003) Dois dos mais importantes resultados da Rio-92 foram a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, adotada em nível de chefes de Estado e de Governo, e a inovação conceitual presente na noção de desenvolvimento sustentável, embasado nos princípios do desenvolvimento como direito e da necessária vinculação da proteção ambiental ao direito ao desenvolvimento.

694. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2006) Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, ganhou relevo a tese que atribuía a existência dos problemas ambientais do planeta à explosão demográfica dos países pobres.

695. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2006) O documento "Nosso Futuro Comum", produzido pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento e publicado em 1987, procurou isolar o tratamento da temática ambiental das questões demográficas e sociais.

696. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2006) A Agenda 21 - programa de ações de curto, médio e longo prazos aprovado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992 - prevê, além da adequação ambiental dos novos investimentos produtivos, a recuperação de áreas degradadas pelo uso predatório dos recursos naturais.

Gabarito

666	**E**	**674**	**C**	**682**	**C**	**690**	**E**
667	C	675	E	683	C	691	E
668	**E**	**676**	**C**	**684**	**E**	**692**	**E**
669	C	677	C	685	E	693	C
670	**C**	**678**	**E**	**686**	**E**	**694**	**C**
671	C	679	E	687	E	695	E

672	**C**	**680**	**E**	**688**	**C**	**696**	**C**
673	E	681	E	689	E		

Comentários

666. Errado. **Não se exige**, para a configuração da responsabilidade do Estado poluidor, **que a atividade seja ilícita**, pois se trata aqui de **modalidade excepcional de responsabilidade objetiva**. Já em 1941 a sentença do caso Trail Smelter, relativo a danos ambientais transfronteiriços causados por uma fundição situada no Canadá e que atingiram os Estados Unidos, determinou que nenhum Estado tem o direito de usar ou permitir o uso de seu território de maneira tal que as emanações de gases ocasionem danos dentro do território de outro Estado ou sobre propriedades ou pessoas que aí se encontrem, quando se trata de conseqüências graves e o dano seja determinado mediante prova certa e conclusiva. Além disso, o princípio 21 da Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente de 1972, também conhecida como declaração de Estocolmo, determina que, conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os princípios de direito internacional, os Estados têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos em aplicação de sua própria política ambiental e a obrigação de assegurar-se de que as atividades que se levem a cabo, dentro de sua jurisdição, ou sob seu controle, não prejudiquem o meio ambiente de outros Estados ou de zonas situadas fora de toda jurisdição nacional.

667. Correto. A responsabilidade por danos ambientais é uma das poucas exceções nas quais impera o regime objetivo, no qual se exigem como requisitos que a atividade seja considerada de risco e que a responsabilidade seja prevista em convenção.

668. Errado. A definição de dano ambiental transfronteiriço engloba não somente um dano originado no território de um Estado e cujos efeitos se projetam para um Estado vizinho, e sim abarca todo dano ambiental que ultrapassa as fronteiras do Estado poluidor, podendo atingir também áreas de domínio comum internacional.

669. Correto. De acordo com o art. 8º, §2º, inc.IV do Estatuto de Roma, constitui crime de guerra o ato de lançar intencionalmente um ataque, sabendo que o mesmo causará perdas acidentais de

vidas humanas ou ferimentos na população civil, danos em bens de caráter civil ou prejuízos extensos, duradouros e graves no meio ambiente que se revelem claramente excessivos em relação à vantagem militar global concreta e direta que se previa.

670. Correto. A própria Constituição brasileira afirma, em seu art. 225, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Disposição semelhante já era trazida no princípio 1º da Declaração de Estocolmo de 1972, que estatui que homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras.

671. Correto. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo, em 1972, foi o primeiro grande evento a abordar a questão da responsabilidade internacional dos Estados por danos ambientais, resultando na adoção de três documentos principais: a Declaração de Princípios de Estocolmo, que contém 26 princípios inspiradores para o direito internacional do meio ambiente; o Plano de Ação para o Meio Ambiente, com 109 recomendações; e, finalmente, a resolução responsável pela instituição do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

672. Correto. A responsabilização do Estado em matéria de poluição ambiental é feita de forma objetiva, ou seja, independentemente do cometimento de ilícito, bastando que seja verificado o dano. Vale lembrar que a responsabilidade objetiva é de caráter excepcional no direito internacional, necessitando, para a sua configuração, de previsão em convenção ou tratado e que a atividade seja de risco. Além da área de meio ambiente, reconhece-se a responsabilidade objetiva do Estado, no âmbito do direito internacional, em relação a atividades nucleares e a objetos espaciais.

673. Errado. O princípio do poluidor-pagador é plenamente aplicável no âmbito internacional, **tendo previsão na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente de 1992**, que determina em seu princípio 16 que as autoridades nacionais devem procurar promover a internacionalização dos custos ambientais e o uso de

instrumentos econômicos, tendo em vista a abordagem segundo a qual o poluidor deve, em princípio, arcar com o custo da poluição, com a devida atenção ao interesse público e sem provocar distorções no comércio e nos investimentos internacionais.

674. Correto. A influência do direito de vizinhança é marcante no direito ambiental, especialmente na matéria de danos transfronteiriços, pois busca não só assegurar a coexistência pacífica como evitar o abuso de direito por parte dos Estados vizinhos. Esta influência já está clara no laudo arbitral relativo ao caso *Trail Smelter* (danos ambientais transfronteiriços causados por uma fundição no Canadá e que atingiram os Estados Unidos), no qual o tribunal afirma que nenhum Estado tem o direito de utilizar seu território de tal maneira que as emanações de gases ocasionem danos dentro do território de outro Estado.

675. Errado. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, no Rio de Janeiro, efetivamente culminou na adoção da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, constituída de 27 princípios e também conhecida como **Agenda 21**. Este documento, entretanto, **não possui caráter obrigatório**, e sim meramente propositivo, visando nortear as políticas de Estado em quatro áreas principais: aspectos sociais e econômicos do meio ambiente, conservação e exploração dos recursos naturais visando ao desenvolvimento, participação de grupos importantes da sociedade e maneiras de implementação.

676. Correto. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima de 1992, ratificada pelo Brasil, estabelece em seu art. 2º, que o seu objetivo final da é o de alcançar a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera num nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático. O referido artigo não estabelece prazo específico para tal objetivo, afirmando que tal nível deverá ser alcançado num prazo suficiente que permita aos ecossistemas adaptarem-se naturalmente à mudança do clima, que assegure que a produção de alimentos não seja ameaçada e que permita ao desenvolvimento econômico prosseguir de maneira sustentável.

677. Correto. O art. 7º da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima estabelece a criação da Conferência das Partes que, como órgão supremo da Convenção, é incumbida de manter regularmente sob exame a implementação desta Convenção e de quaisquer de seus instrumentos jurídicos que a Conferência das

Partes possa vir a adotar, além de tomar, conforme seu mandato, as decisões necessárias para promover a efetiva implementação da Convenção. Em relação ao Protocolo de Quioto, a aprovação de seu texto se deu em 1997, tendo o instrumento entrado em vigor em 2005, e o documento regula, em seu art. 3º e em seus anexos, as metas de redução de emissões de gases do efeito estufa, a serem cumpridas entre 2008 e 2012.

678. Errado. A Convenção sobre Diversidade Biológica de 1992 foi um marco na proteção internacional do meio ambiente, elaborando o conceito de desenvolvimento sustentável, mas não tem, em seu bojo, obrigações relativas a listas nacionais de espécies ameaçadas ou à constituição de áreas de importância biológica.

679. Errado. Apesar de sua grande importância e destaque, o desenvolvimento do direito internacional ambiental ainda é bastante recente, sendo que as grandes convenções a respeito do tema só começaram a ser produzidas nos anos 70. Desta forma, o direito internacional do meio ambiente é estudado em campo próprio, mas como articulador dos demais campos do direito, não possuindo, ainda, autonomia ou independência.

680. Errado. O artigo 4º da Constituição, que dispõe sobre os princípios que regem a atuação da República em suas relações internacionais, não faz qualquer referência ao meio ambiente ou ao Tribunal Penal Internacional. O Tribunal Penal Internacional é mencionado penas no §4º do artigo 5º, o qual aduz que o Brasil se submete à jurisdição de TPI a cuja criação tenha manifestado adesão. Observe-se que mesmo nesse ponto não é feita referência aos crimes que devam ser da competência do TPI, deixando-se essa matéria para regulamentação pelo próprio Direito Internacional Público.

681. Errado. As convenções internacionais sobre meio ambiente não contam com a pacífica aprovação e ratificação da comunidade internacional, pois diversos países não concordam com as metas de redução de poluição trazidas por estes instrumentos

682. Correto. Conforme dispõe o princípio 10 da Declaração do Rio de 1992, o melhor modo de tratar as questões ambientais é com a **participação de todos os cidadãos interessados**, em vários níveis. No plano nacional, toda pessoa deverá ter acesso adequado à informação sobre o ambiente de que dispõem as autoridades públicas, incluída a informação sobre os materiais e

as atividades que oferecem perigo a suas comunidades, assim como a oportunidade de participar dos processos de adoção de decisões. Os Estados deverão facilitar e fomentar a sensibilização e a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. Deverá ser proporcionado acesso efetivo aos procedimentos judiciais e administrativos, entre os quais o ressarcimento de danos e recursos pertinentes.

683. Correto. A Rio-92 reuniu 178 representantes de Estados e diversas Organizações Não-Governamentais em torno da causa da proteção do meio-ambiente e do desenvolvimento, sendo considerada um evento histórico pela sua dimensão e alcance. Nesta oportunidade, adotaram-se importantes documentos, como a Agenda 21, a Declaração de Princípios sobre as Florestas e a Declaração de Princípios sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criando-se também a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

684. Errado. O Protocolo de Quioto conta com a notória oposição dos Estados Unidos da América, que se negaram a ratificar o referido documento sob o governo Bush, afirmando que as metas trazidas pelo protocolo prejudicariam a economia do país.

685. Errado. Apesar de sua vigência, o Protocolo ainda é alvo de controvérsias, e importantes países, como os Estados Unidos da América, negaram-se a ratificar o referido instrumento.

686. Errado. Os Estados Unidos são, atualmente, o segundo maior emissor de CO_2 do mundo, atrás apenas da China. Além disso, os EUA se negaram a ratificar o Protocolo de Quioto - apesar dos protestos da opinião pública internacional - pois o tratado foi considerado prejudicial à economia americana, além de não contar com metas de redução obrigatórias para os países em desenvolvimento.

687. Errado. O Brasil endossa, **desde a Rio-92**, o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, expresso no princípio 7º da Declaração do Rio: os Estados deverão cooperar com o espírito de solidariedade mundial para conservar, proteger e restabelecer a saúde e a integridade do ecossistema da Terra. Tendo em vista que tenham contribuí do notadamente para a degradação do ambiente mundial, os Estados têm responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que lhes cabe na

busca internacional do desenvolvimento sustentável, em vista das pressões que suas sociedades exercem sobre o meio ambiente mundial e das tecnologias e dos recursos financeiros de que dispõem. Inspirado neste princípio (presente também no art. 10º do Protocolo de Kyoto), o Protocolo de Kyoto, ratificado pelo Brasil, trouxe metas diferenciadas para cada grupo de países, e não uma meta universal.

688. Correto. Com base no princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada, plasmado na Declaração do Rio de 1992 e no Protocolo de Kyoto, o Brasil se comprometeu com a defesa do meio ambiente, adotando medidas nacionais como o Plano de Combate ao Desmatamento, de 2004, e o Fundo de Investimentos em Participações do Brasil, de 2008, voltado para os projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Além disso, **o país defende a assunção de metas de redução pelos países desenvolvidos**, sem as quais não se poderá combater eficazmente o aquecimento global.

689. Errado. O Protocolo de Kyoto não foi referendado pelo conjunto de países que integram a ONU, pois conta com a oposição de um de seus mais importantes membros, os **Estados Unidos da América**, que se negaram a ratificar o instrumento, criticando a ausência de metas obrigatórias para os países em desenvolvimento e temendo o comprometimento de sua economia.

690. Errado. Os tratados internacionais prevêem em seu texto o número necessário de assinaturas e as condições para a sua entrada em vigor. Tal previsão foi trazida pelo Protocolo de Kyoto em seu art. 25, determinando sua entrada em vigor no nonagésimo dia após a data em que pelo menos 55 Partes da Convenção, englobando as Partes incluídas no Anexo I que contabilizaram no total pelo menos 55 por cento das emissões totais de dióxido de carbono em 1990 das Partes incluídas no Anexo I, tenham depositado seus instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, condição satisfeita com a ratificação da Rússia ao Protocolo, em 2004.

691. Errado. O Protocolo de Kyoto de 1997, que entrou em vigor em 2005, já estabelecia metas de redução das emissões de gases que ampliam o efeito estufa.

692. Errado. O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas **não foi extinto** e a ONU foi responsável pela organização da COP15.

693. Correto. A Declaração de Princípios sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento consagra a **proteção dos interesses das gerações presentes e futuras**, determina os pressupostos essenciais para uma política ambiental global, afirma a importância da luta contra a pobreza, menciona a questão da necessidade de políticas demográficas e reconhece a responsabilidade dos países desenvolvidos como principais causadores de danos já ocorridos ao meio ambiente. A Rio-92 também resultou na criação, em 1992, da **Comissão da ONU para o Desenvolvimento Sustentável**.

694. Correto. A Conferência de Estocolmo resultou de uma série de catástrofes ambientais que, a partir da década de 60, alertaram o mundo para a necessidade de discutir o problema. Enquanto muitos países desenvolvidos atribuíam a existência de problemas ambientais à explosão demográfica dos países pobres, estes relembravam que a maior parte da poluição era oriunda dos países ricos. **A Conferência de Estocolmo resultou na adoção de uma Declaração de Princípios, de um Plano de Ação para o Meio-Ambiente e também na instituição Do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente**.

695. Errado. O documento "Nosso Futuro Comum" afirma justamente a necessidade de se tratar a temática ambiental e as questões demográficas e sociais de forma conjunta, integrada, e não isoladamente.

696. Correto. A Agenda 21, adotada na Rio-92, é um documento que aborda essencialmente os seguintes campos: aspectos sociais e econômicos do meio ambiente, a conservação e exploração dos recursos naturais, participação dos grupos sociais e maneiras e implementar suas medidas, prevendo, também, a recuperação das áreas degradadas.

Capítulo 8 – Direito da Guerra e Solução de Controvérsias

697. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2009) No Direito Internacional, há muito tempo, existem as cortes que atuam para a solução de conflitos entre os Estados, como é o caso da Corte Internacional de Justiça. Entretanto, há fato inédito, no Direito Internacional, quanto à criminalização supranacional de determinadas condutas, com a criação do TPI, tribunal *ad hoc* destinado à punição de pessoas que pratiquem, em período de paz ou de guerra, qualquer crime contra indivíduos.

698. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Considere a seguinte situação: "Em 1991, os presidentes do México, da Colômbia e da Venezuela resolveram oferecer seus bons ofícios conjuntos aos governos de Cuba e dos Estados Unidos da América, para viabilizar-lhes o diálogo. Entretanto, a oferta foi recusada". Nessa situação, o oferecimento caracterizou uma intromissão indevida nas relações bilaterais daqueles Estados e a recusa representou um ato inamistoso para com os Estados que ofertaram seus bons ofícios.

699. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Pela via do inquérito, instaura-se uma instância prévia para a posterior solução do conflito. Trata-se da investigação preliminar, por uma comissão conjunta, da materialidade dos fatos controvertidos. Posteriormente, parte-se para uma das esferas — diplomática, política ou judiciária — de solução de controvérsias.

700. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) As sentenças arbitrais são definitivas e imodificáveis.

701. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Para o direito internacional contemporâneo, o uso de meios coercitivos para a solução de controvérsias apenas se legitima com a aprovação e determinação das organizações internacionais.

702. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) O Estado Alfa declarou, formalmente, guerra ao Estado Beta, mas não praticou hostilidades contra ele. Ainda assim, é correto afirmar que a situação caracteriza estado de guerra.

703. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Após um armistício, as hostilidades entre os Estados M e N cessaram. Porém as relações pacíficas entre eles não foram restabelecidas. Nesse contexto, é correto afirmar que os Estados M e N ainda estão em estado de guerra.

704. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Dois Estados praticaram hostilidades entre si. Essa situação, mesmo ante as hostilidades referidas, pode não ser qualificada como estado de guerra.

705. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Os Estados W e Z estão em estado de guerra. Nessa situação, um nacional do Estado W somente poderá atravessar determinada região do território do Estado Z, se este lhe conceder uma licença.

706. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) O Estado T não está envolvido nas hostilidades entre o Estado R e o Estado S. Contudo, o Estado T manifestou-se favoravelmente ao Estado S, que sofreu a agressão do Estado R, implementando, inclusive, atos discriminatórios, não beligerantes, contra o Estado agressor. Nesse contexto, o Estado T mantém sua condição de Estado neutro.

707. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Ao aprovar e ratificar o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT), o Estado brasileiro comprometeu-se a não realizar nenhuma explosão experimental de armas nucleares ou qualquer outra explosão nuclear e a proibir e impedir qualquer explosão nuclear em qualquer lugar sob sua jurisdição ou controle. No entanto, o CTBT não impede o Estado brasileiro de participar de testes e explosões experimentais de outros artefatos nucleares que venham a ser realizados em território de Estado não-integrante da CTBT.

708. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Ao aderir ao Tratado sobre Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), importante instrumento elaborado no sistema da Guerra Fria, visando ao processo de desarmamento nuclear, o Estado brasileiro superou as resistências anteriormente sustentadas pela diplomacia brasileira, no sentido de que se tratava de um pacto discriminatório entre potências nucleares e Estados que reclamavam um compromisso mais concreto de destruição de armamentos nucleares.

709. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Com o Tratado de Tlatelolco, o Estado brasileiro passou a integrar uma zona desnuclearizada com a peculiaridade de ser uma região habitada.

710. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) O Estado brasileiro está obrigado internacionalmente a eliminar de seus arsenais armas de destruição em massa que contenham agentes químicos.

711. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) O banimento das armas bacteriológicas (biológicas) ou à base de toxinas não inibe o desenvolvimento científico e tecnológico dos Estados-partes ou a cooperação internacional para fins de defesa contra agressões de Estados que não sejam membros da Convenção sobre Proibição de Armas Bacteriológicas (Biológicas) ou à base de Toxinas.

712. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2004) Caso houvesse conflito entre a recém criada República de Benguela e o país predecessor, em decorrência de problemas sucessórios envolvendo, por exemplo, tratados, bens, arquivos e dívidas, tais litígios seriam passíveis de julgamento pela Corte Internacional de Justiça, situada em Haia na Holanda. Essa Corte é composta de quinze juízes, eleitos pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, para mandatos de nove anos.

713. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2007) A prescrição nos crimes previstos no Estatuto de Roma, de competência do Tribunal Penal Internacional, se opera nos mesmos prazos da legislação do Estado-parte do qual o réu é súdito.

714. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2007) No Brasil, o reconhecimento da condição de refugiado dá-se por decisão da representação do Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados ou por decisão judicial.

715. (CESPE / Juiz Federal - TRF1R / 2009) O parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça solicitado pela Assembleia-Geral será obrigatório para todos os membros da ONU.

716. (CESPE / Juiz Federal - TRF1R / 2009) Somente o Conselho de Segurança das Nações Unidas tem competência para solicitar à CIJ parecer consultivo envolvendo conflitos internacionais.

717. (CESPE / Juiz Federal - TRF1R / 2009) Após a solicitação à CIJ, pela Assembleia-Geral da ONU, de parecer consultivo acerca do uso de armas químicas em conflitos internacionais, qualquer membro da ONU poderá requerer parecer consultivo sobre a mesma temática.

718. (CESPE / Juiz Federal - TRF1R / 2009) Estados podem ser admitidos a comparecer em procedimento consultivo perante a Corte e apresentar exposições escritas e orais.

719. (CESPE / Juiz Federal - TRF1R / 2009) O procedimento para apreciação de pareceres consultivos difere caso seja solicitado pela Assembleia-Geral ou pelo Conselho de Segurança.

720. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) O direito de visita de navios de guerra em alto-mar pode ser exercido quando, nos termos da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, haja motivo razoável para suspeitar que um navio em alto-mar não tenha nacionalidade.

721. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) É prevista a existência de juízes *ad hoc* no TPI.

722. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) Não está prevista a revisão de sentença proferida pelo TPI.

723. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) A pena de prisão, por um número determinado de anos, é de até trinta anos.

724. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) Nos casos de acusação pelo crime de agressão, o acusado deverá estar ausente do julgamento.

725. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) Qualquer Estado reconhecido pela comunidade internacional pode apresentar denúncia ao procurador do TPI.

726. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) O fato de um Estado oferecer ajuda a outros dois Estados para resolver certa controvérsia, sem, contudo, interferir nas negociações, configura o meio de solução de controvérsias denominado bons ofícios

727. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2007) A mediação é meio diplomático de resolução de conflitos internacionais e a arbitragem, meio jurídico de solução de tais conflitos.

728. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2007) Tanto a Assembléia Geral quanto o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) são instâncias políticas de solução de conflitos internacionais.

729. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) Menores de dezoito anos podem ser processados no TPI.

730. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) O TPI é regido pelo princípio da complementaridade.

731. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) O TPI pode ter jurisdição sobre crimes ocorridos em qualquer território.

732. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) No TPI, podem ser processados crimes ocorridos antes da entrada em vigor do estatuto desse tribunal.

733. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) Toda *notitia criminis* deve ser admitida e julgada pelo TPI.

734. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) O Brasil repudia o uso da força e prestigia a solução pacífica de conflitos, considerando, também, o emprego da mediação e da arbitragem.

735. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Toda contradição ou oposição de teses jurídicas ou de interesses entre dois Estados constitui conflito ou litígio internacional.

736. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Apesar das críticas advindas de vários Estados da sociedade internacional, a Carta da ONU não proíbe o uso da força por Estado como medida extrema destinada a solucionar litígio internacional.

737. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Não existem tratados bilaterais, mas apenas multilaterais, dispondo sobre a solução pacífica dos conflitos internacionais.

738. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A liberdade de escolha dos meios de solução pacífica dos conflitos internacionais é admitida pela Carta da ONU.

739. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Grupos de Estados podem, eventualmente, ser protagonistas de um conflito internacional.

740. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A negociação direta — ou entendimento direto em sua forma simples — responde pela solução da grande maioria dos conflitos entre Estados e caracteriza-se pela negociação entre os contendores, sem a interferência de terceiros.

741. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O entendimento direto entre os contendores, facilitado pela ação amistosa de um terceiro sujeito de direito internacional, consiste no que se denomina "bons ofícios".

742. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Na mediação, as partes em conflito se comprometem a acatar a solução arbitrada pelo mediador, sem o que essa via de solução pacífica não será exitosa.

743. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A conciliação caracteriza-se pelo fato de o conflito ser submetido à apreciação de uma comissão de conciliação, integrada por representantes dos Estados em conflito e por elementos neutros, cujos relatório e conclusões ou recomendações obrigam as partes.

744. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O inquérito destina-se tão-somente a estabelecer a materialidade dos fatos, nada propondo ou recomendando.

745. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Tanto os acórdãos da Corte Internacional de Justiça quanto as sentenças arbitrais são definitivos e obrigatórios.

746. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A jurisdição internacional, quer judiciária, quer não judiciária, só é exercida para equacionar conflitos entre Estados quando estes se comprometem previamente em acatar a decisão a ser proferida.

747. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Diferentemente dos acórdãos dos tribunais internacionais, as sentenças arbitrais poderão ser impugnadas sob a alegação de serem errôneas ou contrárias à eqüidade.

748. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Tanto as sentenças arbitrais quanto os acórdãos dos tribunais internacionais têm força executória.

749. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O primeiro órgão de jurisdição internacional permanente a ser instituído foi a Corte Permanente de Justiça Internacional, substituída posteriormente pela Corte Internacional de Justiça, com sede em Haia.

750. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Para efeito de aplicação das leis da guerra, reveste-se de importância a distinção entre guerra internacional e guerra nacional — ou civil.

751. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O denominado direito da guerra é constituído de tratados internacionais e normas costumeiras, sendo estas mais abundantes que aqueles.

752. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A espionagem é considerada um meio de guerra ilícito e como tal

previsto nos regulamentos anexos às Convenções de Haia de 1899 e 1907 sobre leis e costumes da guerra terrestre.

753. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Nada obsta, juridicamente, a que o Estado neutro forneça armas e munições a um dos beligerantes.

754. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O direito que tem o Estado neutro de fazer respeitar a sua neutralidade pode ser exercido até com emprego da força.

755. (CESPE / Procurador Federal - AGU / 2007) Em outubro de 1998, o general Augusto Pinochet, ex-presidente do Chile, foi preso em Londres por autoridades britânicas após a decisão de um magistrado espanhol. Em outubro do mesmo ano, uma corte inglesa decidiu sobre a prisão de Pinochet analisando a questão da imunidade de chefe de Estado, os crimes de tortura e genocídio por ele perpetrados quando presidente do Chile e os tratados internacionais dos quais a Inglaterra é signatária. Ainda de acordo com a doutrina e a legislação pertinente, e com base no texto acima, em tese, teria sido possível a prisão de Pinochet no Brasil, em decorrência de o país aceitar, atendidos determinados requisitos, o princípio da justiça universal, expressão do princípio da extraterritorialidade na persecução penal.

756. (CESPE / Procurador Federal - AGU / 2010) A anexação, por meio da utilização da força, é uma forma de aquisição de território proibida pelo direito internacional.

757. (CESPE / Procurador Federal - AGU / 2010) O deslocamento de tropas e o anúncio da futura invasão de um Estado por outro já constituem, por si, violação à Carta da ONU.

758. (CESPE / Procurador Federal - AGU / 2010) O embargo econômico imposto pelo Conselho de Segurança como penalização ao Estado que pratica atos de ameaça a outro Estado classifica-se como uma contramedida.

759. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) A primeira arbitragem moderna no direito internacional foi instalada na I Conferência de Paz da Haia para resolver controvérsias entre Reino Unido e França.

760. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) Assim como os meios judiciários, a arbitragem possui o caráter de permanência.

761. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) O tribunal de reclamações entre Irã e Estados Unidos da América é de natureza arbitral.

762. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) Arbitragens mistas são aquelas em que mais de dois Estados figuram na causa.

763. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) Decisões arbitrais são meramente recomendatórias.

764. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 1997) A sentença arbitral é juridicamente obrigatória, incorrendo em ato lícito internacional o Estado-parte que não a cumprir.

765. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 1997) A sentença arbitral tem força executória.

766. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 1997) É possível a impugnação a sentença arbitral, fundada em erro ou ofensa à equidade.

767. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 1997) É cabível o pedido de interpretação de sentença arbitral, em caso de ambigüidade, omissão ou contradição.

768. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 1997) A sentença arbitral só possui efeito relativo, vinculando apenas as partes litigantes.

769. (CESPE / Advogado - OAB / 2008.1) O Tribunal Penal Internacional prevê a possibilidade de aplicação da pena de morte, ao passo que a Constituição brasileira proíbe tal aplicação.

770. (CESPE / Advogado - OAB / 2008.1) O § 4.º do art. 5.º da Constituição Federal prevê a submissão do Brasil à jurisdição de tribunais penais internacionais e tribunais de direitos humanos.

771. (CESPE / Advogado - OAB / 2008.1) O Estatuto de Roma não permite reservas nem a retirada dos Estados-membros do tratado.

772. (CESPE / Advogado - OAB / 2008.1) O Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional, estabelece uma diferença entre entrega e extradição, operando a primeira entre um Estado e o mencionado tribunal e a segunda, entre Estados.

773. (CESPE / Advogado - OAB / 2008.2) Não se inclui entre as quatro Convenções de Genebra de 1949 sobre Direito Internacional Humanitário a convenção relativa à proteção das pessoas civis em tempo de guerra.

774. (CESPE / Advogado - OAB / 2008.2) A melhoria da sorte dos feridos e enfermos dos exércitos em campanha constitui uma das quatro Convenções de Genebra sobre Direito Internacional Humanitário.

775. (CESPE / Advogado - OAB / 2008.2) O tratamento dos prisioneiros de guerra, considerado tema essencial do Direito Internacional Humanitário, é disciplinado por uma das quatro Convenções de Genebra de 1949.

776. (CESPE / Advogado - OAB / 2008.2) Conforme texto das Convenções de Genebra de 1949, os bens culturais em caso de conflito armado devem ser protegidos dos malefícios decorrentes da guerra.

777. (CESPE / Advogado - CEF / 2010) A Corte Internacional de Justiça de Haia, como verdadeira corte mundial, é dotada de jurisdição obrigatória, de modo que todos os membros da ONU, se acionados em um caso concreto por outro membro, não se podem furtar ao julgamento daquela entidade.

778. (CESPE / Advogado - CEF / 2010) Devido ao princípio constitucional de não intervenção, o Brasil não reconhece a

jurisdição do Tribunal Penal Internacional, que prevê a entrega de nacionais para julgamento perante essa corte.

779. (CESPE / Advogado - CEF / 2010) O Órgão de Apelação da OMC foi estabelecido na década passada pelo Acordo de Marraqueche, que criou aquela organização. O sistema de solução de controvérsias do antigo GATT possuía apenas uma etapa de painéis, de cujas decisões não cabia recurso.

780. (CESPE / Advogado - CEF / 2010) Como órgão de instância regional, o Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL está subordinado ao Órgão de Apelação da OMC, como pôde ser verificado na disputa "Argentina – Medidas antidumping às importações de frangos do Brasil".

781. (CESPE / Advogado - CEF / 2010) Indivíduos e empresas podem acionar diretamente os tribunais arbitrais *ad hoc* do MERCOSUL, mas não o seu Tribunal Permanente de Revisão.

782. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) A ação ajuizada por um Estado contra outro junto à CIJ somente pode ser conhecida se ambos os Estados tiverem aceito a cláusula facultativa de jurisdição obrigatória.

783. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) Caso nenhum juiz da CIJ seja nacional dos dois Estados em litígio, esses Estados poderão indicar juízes *ad hoc* previamente aprovados pelo Conselho de Segurança.

784. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) Julgada a causa, a sentença da Corte Internacional de Justiça é obrigatória para as partes em litígio.

785. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) A CIJ não possui competência, segundo seu Estatuto, para julgar ações envolvendo a restituição de obras de arte em posse de um Estado, mas pertencentes a outro.

786. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) Quando as negociações diretas mostram-se ineficazes, é utilizado mecanismo denominado bons ofícios, que recorre à participação de um terceiro Estado,

que tem como função aproximar os litigantes. A característica principal do mecanismo consiste em que o Estado harmonizador não tome parte nas negociações entre os contendores nem na solução da controvérsia, pois seu papel consiste apenas em colocá-los em contato, a fim de que sejam retomadas as negociações interrompidas.

787. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2003) Mesmo após a celebração de tratado de paz, tratados de cooperação entre ex-combatentes são considerados extintos pelo advento de guerra, não se cogitando sua repristinação.

788. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2003) Considere a seguinte situação hipotética. Brasil e Uruguai, após várias tentativas de negociação direta, não chegaram a um consenso acerca da aplicação das regras do Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL) à importação de pneumáticos remodelados. De um lado, o Brasil defendia que as portarias ministeriais que proibiam a importação desses pneumáticos não contrariavam nenhuma regra de DIP. De outro, o Uruguai sustentava que a proibição da importação desse tipo de bem violava regras do MERCOSUL. Para dirimir essa controvérsia, foi constituído um tribunal arbitral que decidiu pela procedência da argumentação uruguaia e determinou que o Brasil retirasse de sua legislação interna restrições à importação de pneumáticos remodelados. Nessa situação, é correto afirmar que, se o Brasil viesse a editar uma lei proibindo a importação de pneumáticos remodelados, esse ato caracterizaria descumprimento da referida decisão arbitral e, portanto, configuraria ilícito internacional que acarretaria para a República Federativa do Brasil o dever de indenizar o Estado uruguaio por eventuais danos advindos da proibição de importação de pneumáticos remodelados imposta pela referida lei.

Gabarito

697	**E**	**721**	**E**	**745**	**C**	**769**	**E**
698	E	722	E	746	C	770	E
699	**C**	**723**	**C**	**747**	**E**	**771**	**E**
700	E	724	E	748	E	772	C
701	**C**	**725**	**E**	**749**	**E**	**773**	**E**
702	C	726	C	750	C	774	C

703	**C**	**727**	**C**	**751**	**C**	**775**	**C**
704	C	728	C	752	E	776	E
705	**E**	**729**	**E**	**753**	**E**	**777**	**E**
706	C	730	C	754	C	778	E
707	**E**	**731**	**E**	**755**	**C**	**779**	**C**
708	C	732	E	756	C	780	E
709	**C**	**733**	**E**	**757**	**C**	**781**	**E**
710	C	734	C	758	E	782	E
711	**E**	**735**	**C**	**759**	**E**	**783**	**E**
712	C	736	E	760	E	784	C
713	**E**	**737**	**E**	**761**	**C**	**785**	**E**
714	E	738	C	762	E	786	C
715	**E**	**739**	**C**	**763**	**E**	**787**	**C**
716	E	740	C	764	C	788	C
717	**E**	**741**	**C**	**765**	**E**		
718	C	742	E	766	E		
719	**E**	**743**	**E**	**767**	**C**		
720	C	744	C	768	C		

Comentários

697. Errado. O TPI **não é um tribunal *ad hoc***, como os Tribunais Internacionais de Ruanda e da Ex-Iugoslávia. Ele é o primeiro tribunal penal internacional em **caráter permanente** e, conforme disposto no art. 1º do Estatuto de Roma, tem jurisdição sobre as pessoas responsáveis pelos crimes de maior gravidade com alcance internacional, e será complementar das jurisdições penais nacionais.

698. Errado. Os bons ofícios não costumam ser solicitados pelas partes, sendo em geral oferecidos por um terceiro, visando aproximar, facilitar o diálogo das partes. A oferta de bons ofícios pode ser recusada, mas jamais será interpretada como uma intromissão indevida.

699. Correto. No âmbito do direito internacional, a expressão inquérito designa um procedimento de caráter preliminar à instauração de instância diplomática, política ou jurisdicional, e as comissões têm por finalidade apenas a apuração da materialidade dos fatos considerados controversos, sem propor soluções.

700. Errado. Atualmente existe, por exemplo, um Tribunal Permanente de Revisão no Mercosul, responsável por analisar, em sede de recurso, as sentenças arbitrais das cortes *ad hoc*, podendo modificá-las. Ainda, vale lembrar a possibilidade de as partes solicitarem ao tribunal *ad hoc* um "pedido de interpretação" para esclarecer alguma omissão, contradição ou ambigüidade. Finalmente, também é possível a decretação de nulidade das sentenças arbitrais por dolo ou corrupção do árbitro, por exemplo.

701. Correto. Nos termos da Carta da Organização das Nações Unidas, o **uso da força** como meio de solução de controvérsias **é proibido**. Exceção a essa regra é a legítima defesa (direito cujo exercício deve ser imediatamente comunicado ao Conselho de Segurança da ONU) e as medidas tomadas conjuntamente pelos Estados, sob a coordenação da própria ONU.

702. Correto. Segundo as convenções de Haia de 1907, o início das hostilidades não deve iniciar sem uma declaração de guerra ou um ultimato com declaração condicional de guerra. Assim, com a declaração, já é possível afirmar que os Estados estão em estado de guerra, ainda que as efetivas hostilidades ainda não tenham iniciado.

703. Correto. O armistício gera apenas **suspensão** das operações militares, não alterando o estado de guerra propriamente dito, nos termos das Convenções de Haia de 1907.

704. Correto. A doutrina define a guerra como um ato de violência que tem por escopo forçar o adversário a executar uma vontade, tendo início no momento em que as forças armadas de um país, obedecendo às ordens de seu governo, investem contra o território ou contra o exército de outro país visando conquistá-lo ou forçá-lo a seguir sua vontade. Não é, portanto, qualquer hostilidade que configura o estado de guerra.

705. Errado. A licença é a permissão concedida entre os Estados beligerantes para que o nacional inimigo possa realizar o transporte de mercadorias em determinadas regiões.

706. Correto. O Estado neutro tem o dever de não gerar hostilidades frente aos Estados Beligerantes. Entretanto, posicionar-se favoravelmente a um dos lados da guerra, sem realizar atos beligerantes, não ofende o estatuto da neutralidade (também chamada de neutralidade benevolente, nessa hipótese).

707. Errado. A participação de testes é plenamente proibida, independentemente do território no qual estes aconteçam.

708. Correto. O Brasil não aderiu ao TNP por considerá-lo, à época (1968), um tratado desigual, injusto e discriminatório. Mantendo-se à margem do TNP, o país buscava mostrar as vantagens do Tratado de Proscrição das Armas Nucleares na América Latina (Tratado de Tlatelolco, 1967), que foi o primeiro tratado criando uma zona livre de armas nucleares em uma região densamente povoada. A política nuclear brasileira, no tocante ao desarmamento e a não- proliferação, só principia a mudar nos anos 80, no contexto da redemocratização no Cone Sul, em um processo que terá seu ápice com a solicitação do Presidente Fernando Henrique Cardoso para que o Congresso Nacional autorizasse a entrada do Brasil no TNP, em junho de 1997.

709. Correto. O Brasil ratificou em 1994 o Tratado de Tlatelolco, publicado pelo Decreto 1.246/94. Referido tratado traz normas acerca da **desnuclearização militar da América Latina**, sendo os Estados que o ratificaram obrigados a proibir, em seus respectivos territórios, a produção, aquisição, recepção, armazenamento e colocação de qualquer arma nuclear, por si mesmos ou a mando de terceiros.

710. Correto. O Brasil é parte da **Convenção de Genebra de 1992 sobre Armas Químicas**, a qual prevê a proibição do desenvolvimento e uso de armas químicas, bem como a destruição dos arsenais existentes.

711. Errado. A Convenção de 1972 sobre a proibição de armas bacteriológicas e sua destruição veda o desenvolvimento, produção, estocagem, conservação e transferência de armas bacteriológicas, **qualquer que seja a circunstância**. Importante

ressaltar que, diferentemente da Convenção sobre Armas Químicas de 1992, a Convenção de 1972 não prevê mecanismos de verificação e controle.

712. Correto. O enunciado descreve adequadamente aspectos da Corte Internacional de Justiça (CIJ), conforme previsão da Carta das Nações Unidas e do Estatuto da CIJ.

713. Errado. O Estatuto de Roma declara, em seu art. 29, que os crimes sujeitos à jurisdição do Tribunal Penal Internacional não prescrevem.

714. Errado. Segundo a Lei 9.474/97, que implementa o Estatuto dos Refugiados de 1951, o reconhecimento da condição de refugiado, em primeira instância, é competência do **Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE),** órgão coletivo do Ministério da Justiça, composto por representantes de diversos ministérios. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) é sempre membro convidado para as reuniões do CONARE, possuindo voz, mas não voto.

715. Errado. O parecer emitido pela Corte Internacional de Justiça em sua competência consultiva não possui força vinculante ou obrigatoriedade, nos termos do art. 65 de seu Estatuto.

716. Errado. O art. 65. 1 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça afirma que os pareceres podem ser solicitados por qualquer órgão que esteja autorizado pela Carta das Nações Unidas a fazê-lo, tal como o Conselho de Segurança, a Assembleia Geral, o Conselho Econômico e Social, a OIT, a FAO, a UNESCO, a Organização Mundial de Saúde, o Banco Mundial e o FMI.

717. Errado. Estados não têm competência para solicitar pareceres consultivos à CIJ. Apenas a Assembleia-Geral da ONU e outras Organizações Internacionais por esta autorizadas possuem essa capacidade.

718. Correto. Tal determinação vem prevista nos arts. 65 e 66 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, e os Estados ou organizações que tenham apresentado exposições escritas e/ou orais poderão também discutir as exposições de outro Estado ou organização durante o procedimento perante a Corte.

719. Errado. O Estatuto da Corte Internacional de Justiça não estabelece nenhuma diferença neste tocante.

720. Correto. Trata-se da previsão do artigo 110 da Convenção de Montego Bay. Além da ausência de nacionalidade, fundamentam o direito de visita a suspeita de pirataria, tráfico de escravos e transmissões não autorizadas, além da suspeita de que o navio possui a mesma nacionalidade da do navio de guerra, mas que tenta ocultá-la.

721. Errado. Não só inexiste a previsão de juízes *ad hoc* no Estatuto de Roma como, em seu art. 35. 1, o referido diploma estabelece que juízes serão eleitos membros do Tribunal para exercer funções em regime de exclusividade e deverão estar disponíveis para desempenhar o respectivo cargo desde o início do seu mandato.

722. Errado. O art. 84 do Estatuto de Roma regula o procedimento de revisão da sentença do TPI, afirmando que o condenado, seu cônjuge sobrevivente, filhos ou pessoas expressamente autorizadas por ele para este fim poderão submeter ao juízo de recursos um requerimento solicitando a revisão da sentença condenatória ou da pena pelos seguintes motivos: a) descoberta de novos elementos de prova de que não dispunha a quando do julgamento, sem que essa circunstância pudesse ser imputada, no todo ou em parte, ao requerente, e de tal forma importantes que, se tivessem ficado provados no julgamento, teriam provavelmente conduzido a um veredicto diferente; b) descoberta de que elementos de prova, apreciados no julgamento e decisivos para a determinação da culpa, eram falsos ou tinham sido objeto de contrafação ou falsificação; c) um ou vários dos juízes que intervieram na sentença condenatória ou confirmaram a acusação tenham praticado atos de conduta reprovável ou de descumprimento dos respectivos deveres de tal forma graves que justifiquem a sua cessação de suas funções.

723. Correto. De acordo com o art. 77 do Estatuto de Roma, O TPI pode aplicar pena de prisão por um número determinado de anos, até ao limite máximo de 30 anos; ou pena de prisão perpétua, se o elevado grau da ilicitude do fato e as condições pessoais do condenado o justificarem. Além da pena de prisão, o Tribunal Penal Internacional também pode aplicar a de multa ou a perda de produtos, bens e haveres provenientes, direta ou

indiretamente, do crime, sem prejuízo dos direitos de terceiros que tenham agido de boa fé.

724. Errado. Em primeiro lugar, o crime de agressão ainda não se encontra tipificado no Estatuto de Roma. Em segundo lugar, o art. 63 do Estatuto de Roma afirma que o arguído terá de estar presente durante o julgamento.

725. Errado. De acordo com o art. 13 "a" do Estatuto de Roma, somente um Estado que é **Parte** do estatuto poderá apresentar denúncia ao procurador do TPI, e não qualquer Estado.

726. Correto. Os bons ofícios são meio de entendimento direto entre as partes em controvérsia, mas que é facilitado pela ação amistosa de um terceiro, pessoa jurídica de direito internacional, que aproxima as partes promovendo o diálogo entre elas sem, contudo, interferir nas negociações.

727. Correto. Na mediação, um terceiro toma conhecimento do conflito entre as partes e, ouvindo cada uma, propõe uma solução, mas seu parecer não tem força obrigatória, sendo cumprido apenas se ambas as partes concordarem. Já no caso da arbitragem, a sentença proferida pelo árbitro possui caráter obrigatório para as partes, embora seja carente de executoriedade, pois seu cumprimento dependerá da boa-fé das partes.

728. Correto. Ambos os órgãos têm competência para investigar e discutir situações de conflito, assim como a possibilidade de fazer recomendações. Em casos de ameaça à paz, cumpre registrar, só o Conselho de Segurança pode agir de forma preventiva, utilizando inclusive a força militar das Nações Unidas.

729. Errado. O art. 26 do Estatuto de Roma declara expressamente que o Tribunal não terá jurisdição sobre pessoas que, **à data da alegada prática do crime**, não tenham ainda completado **18 anos de idade**.

730. Correto. O Estatuto de Roma afirma, em se art. 1º, que o Tribunal será uma instituição permanente, com jurisdição sobre as pessoas responsáveis pelos crimes de maior gravidade com alcance internacional, e será **complementar das jurisdições penais nacionais**.

731. Errado. Em regra, o TPI só exercerá sua jurisdição caso o Estado que se torne parte no Estatuto a aceitar em relação aos crimes de sua competência.

732. Errado. A competência temporal do TPI, prevista no art. 11 do Estatuto de Roma, limita-se aos crimes cometidos após a entrada em vigor do Estatuto.

733. Errado. De acordo com o art. 17 do Estatuto de Roma, o Tribunal decidirá sobre a não admissibilidade de um caso se: a) o caso for objeto de inquérito ou de procedimento criminal por parte de um Estado que tenha jurisdição sobre o mesmo, salvo se este não tiver vontade de levar a cabo o inquérito ou o procedimento ou não tenha capacidade efetiva para o fazer; b) o caso tiver sido objeto de inquérito por um Estado com jurisdição sobre ele e tal Estado tenha decidido não dar seguimento ao procedimento criminal contra a pessoa em causa, a menos que esta decisão resulte do fato de esse Estado não ter vontade de proceder criminalmente ou da sua incapacidade efetiva para o fazer; c) a pessoa em causa tiver sido já julgada pela conduta a que se refere a denúncia e não puder ser julgada pelo Tribunal em virtude do disposto no n.º 3 do artigo 20.º; ou d) o caso não for suficientemente grave para justificar a ulterior intervenção do Tribunal.

734. Correto. O art. 4º, inc. VII da CF afirma República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pela solução pacífica dos conflitos. É importante lembrar que, historicamente, o Brasil, juntamente com Argentina e Chile, mediou um conflito entre os Estados Unidos e o México, em 1914, atuando também como mediador do conflito do Chaco (1935-1938) entre Bolívia e Paraguai. Quanto à arbitragem, o Brasil celebrou inúmeros tratados deste tipo com diversas nações, em especial ao longo do séc. XX, e submeteu-se à arbitragem, por exemplo, de Vitor Emanuel III, rei da Itália, no conflito sobre fronteiras da Guiana, no qual se opunha à Inglaterra em 1904.

735. Correto. Este conceito de conflito internacional foi elaborado pela antiga Corte Permanente de Justiça Internacional em 1924, no notório caso Mavrommatis, e sua importância reside especialmente no fato de afirmar que um conflito internacional **não precisa necessariamente envolver agressões ou medidas**

extremas, podendo ser apenas um desentendimento quanto aos termos de um tratado, por exemplo.

736. Errado. O art. 2º da Carta da ONU dispõe que os membros da Organização deverão resolver as suas controvérsias internacionais por **meios pacíficos**, de modo a que a paz e a segurança internacionais, bem como a justiça, não sejam ameaçadas e, ainda, que **os membros deverão abster-se nas suas relações internacionais de recorrer à ameaça ou ao uso da força**, quer seja contra a integridade territorial ou a independência política de um Estado, quer seja de qualquer outro modo incompatível com os objetivos das Nações Unidas.

737. Errado. Nada impede que apenas dois países disponham, em tratado, sobre a solução pacífica dos conflitos surgidos entre eles.

738. Correto. O art. 33. 1 da Carta da ONU estabelece que as partes em uma controvérsia que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a entidades ou acordos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha.

739. Correto. Os conflitos internacionais podem envolver somente dois Estados, grupos de Estados ou até mesmo organizações internacionais.

740. Correto. Nestes casos, o desentendimento entre os Estados é solucionado através da negociação direta entre as partes, seja de forma avulsa ou no âmbito da comunicação diplomática estabelecida entre as partes, podendo se dar tanto oralmente como através do intercâmbio de notas entre a chancelaria e a embaixada.

741. Correto. O terceiro será denominado prestador de bons ofícios, e sua ação se limita a aproximar as partes e lhes facilitar o diálogo, sem propor soluções para o conflito.

742. Errado. As partes não se comprometem a acatar a solução formulada pelo mediador, e a mediação **só será exitosa se ambas**

as partes acharem que a solução é satisfatória e decidirem acatá-la.

743. Errado. O parecer emitido pela comissão de conciliação carece de força obrigatória para as partes, e sua observância dependerá do consentimento dos contendores.

744. Correto. O inquérito constitui um procedimento preliminar de instância diplomática, política ou jurisdicional, e limita-se à apuração da materialidade dos fatos, sem realizar proposições ou recomendações.

745. Correto. Os acórdãos da CIJ e as sentenças arbitrais são, em regra, inapeláveis e irrecorríveis, salvo o recurso de esclarecimento de termos do julgado. Atente-se, entretanto, que a questão data de 2002, ou seja, é anterior à vigência do Protocolo de Olivos que, ao instituir o Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul, criou a possibilidade de recurso para as decisões dos tribunais *ad hoc*.

746. Correto. Os Estados encontram-se em uma ordem horizontal de coordenação, inexistindo entre eles hierarquia, visto serem todos entes soberanos, que não podem ser submetidos a julgamento sem terem manifestado sua **prévia aquiescência** com a jurisdição em questão, seja ela arbitral ou judiciária.

747. Errado. Os acórdãos dos tribunais internacionais e as sentenças arbitrais são, em regra, inapeláveis e irrecorríveis, podendo apenas ser impugnados em hipótese de erro material grosseiro ou na hipótese de recurso de esclarecimento de termos do julgado. Atente-se, entretanto, que a questão data de 2002, ou seja, é anterior à vigência do Protocolo de Olivos que, ao instituir o Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul, criou a possibilidade de recurso para as decisões dos tribunais *ad hoc*

748. Errado. As sentenças arbitrais carecem de executoriedade, pois o árbitro não dispõe de meios para forçar o cumprimento da sentença, ficando este dependente da boa-fé das partes. Já o acórdão proferido pela Corte Internacional de Justiça pode, **excepcionalmente**, ser executório, nos termos do art. 94 da Carta da ONU, que determina que o Estado recalcitrante pode ser denunciado pela outra parte ao Conselho de Segurança, que pode determinar medidas para executar o acórdão.

749. Errado. O primeiro órgão de jurisdição internacional permanente foi a Corte de Justiça Centro-Americana, instituída em 1907 entre Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, tendo durado por 10 anos.

750. Correto. As convenções internacionais sobre o direito da guerra somente são aplicáveis a **conflitos internacionais**, estes caracterizados pela presença de Estados Nacionais em ambos os lados do conflito.

751. Correto. O direito da guerra posto em tratados internacionais (especialmente as conferências de Haia de 1899 e 1907 e as convenções de Genebra de 1949) tende a consubstanciar a positivação de normas costumeiras sem, contudo, esgotá-las. Assim, tem-se que o costume internacional acerca da guerra tem abrangência maior que as normas efetivamente positivadas.

752. Errado. A espionagem está, de fato, prevista nas Convenções de Haia de 1899 e 1907 sobre leis e costumes da guerra terrestre, sendo, entretanto, considerada um meio **lícito** de guerra.

753. Errado. O estatuto da neutralidade impede que o estado neutro conclua alianças ofensivas ou defensivas, bem como tratados de assistência militar, protetorado ou garantia. O fornecimento de armas e munições, nesse âmbito, viola o estatuto e retira do Estado sua condição de neutro.

754. Correto. A abstenção do uso da força é, genericamente, uma obrigação do Estado Neutro. Contudo, na defesa de sua neutralidade e em legítima defesa é admitido o uso de todos os meios necessários, inclusive a força armada.

755. Correto. O princípio da justiça universal atinge interesse da humanidade, determinando que deve ser punido o infrator onde ele for encontrado. No Brasil, o Código Penal, em seu artigo 7º, inciso II, alínea "a", determina que ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil tenha se obrigado a reprimir.

756. Correto. A anexação (ou conquista) de territórios, modo muito comum no passado distante das relações entre Estados, é

atualmente considerada ilícita. Tal ilicitude é consequência necessária da própria vedação ao uso da força, prevista na Carta das Nações Unidas.

757. Correto. Deslocamento de tropas e anúncio de futura invasão são típicos atos de guerra, a qual, segundo a Carta da ONU, é proibida.

758. Errado. Segundo a sistemática adotada pela ONU, o embargo econômico é considerado uma **represália**. Há, segundo a doutrina mais abalizada, três tipos de medidas sancionatórias utilizadas no âmbito da ONU: rompimento de relações diplomáticas, retorsão e represálias (*retaliation*).

759. Errado. A primeira arbitragem moderna no direito internacional foi relativa ao caso Alabama, em 1872, entre Grã-Bretanha e Estados Unidos, na qual o brasileiro Marcos Antônio de Araújo, o visconde de Itajubá, atuou como árbitro.

760. Errado. A arbitragem constitui meio jurisdicional de resolução de conflitos, mas não judiciária, pois o foro arbitral não é permanente, instalando-se *ad hoc*, e também não possui profissionalidade, pois um árbitro é um especialista- jurista ou não- escolhido pelas partes, mas diz-se que ele não "é" árbitro, apenas "está" árbitro durante a solução do litígio e, proferida a sentença para o caso, encerram-se suas atribuições, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com um juiz.

761. Correto. O tribunal surge para resolver especificamente os litígios relacionados com o seqüestro, em 1979, de 52 pessoas na embaixada americana de Teerã, e o conseqüente congelamento de fundos iranianos nos Estados Unidos da América, podendo ser demandantes tanto os particulares como os Estados.

762. Errado. A arbitragem mista é aquela na qual o julgamento arbitral deve obedecer não só às regras legais, mas também critérios de **eqüidade**.

763. Errado. As sentenças arbitrais possuem caráter obrigatório para as partes do litígio, visto que a arbitragem é um meio jurisdicional de solução de conflitos.

764. Correto. As sentenças proferidas pelos tribunais arbitrais revestem-se de obrigatoriedade, sendo esta fundamentada no compromisso arbitral assinado pelas partes, que pode ser tanto prévio como posterior ao conflito.

765. Errado. A sentença arbitral, apesar de obrigatória, carece de executoriedade, visto que o tribunal arbitral não dispõe de um aparelho – tal como ocorre em um sistema judiciário nacional – para forçar a execução em caso de descumprimento de uma das partes.

766. Errado. As sentenças arbitrais proferidas com base nos princípios *ex aequo et bono* não são passíveis de impugnação por este motivo, embora seja possível a solicitação de pedido de interpretação ou de argüição de nulidade em casos de falta grave do árbitro, como corrupção ou desvio de poder.

767. Correto. O pedido de interpretação da sentença arbitral tem função semelhante a dos embargos de declaração, não configurando um recurso em sentido próprio, mas somente solicitando esclarecimentos sobre a sentença.

768. Correto. As partes manifestam a sua vinculação à jurisdição do tribunal arbitral através da assinatura do **compromisso arbitral**, que poderá ser prévio ou posterior ao conflito.

769. Errado. O Estatuto de Roma não prevê a possibilidade de pena de morte; no máximo, de prisão perpétua em razão do elevado grau de ilicitude do fato ou das condições pessoais do condenado. Já a Constituição brasileira afirma, em seu art. 5º, inc. XLVII, “a” que não haverá penas de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX do mesmo diploma.

770. Errado. O art. 5º, § 4º estabelece que o Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão, não mencionando tribunais de direitos humanos.

771. Errado. O Estatuto de Roma declara, em seu art. 120, que o instrumento não admite reservas, mas, conforme seu art. 127, qualquer Estado-parte poderá, mediante notificação escrita e dirigida ao Secretário-Geral da ONU, retirar-se do Estatuto. A

retirada produzirá efeitos um ano após a data de recepção da notificação, salvo se esta indicar uma data ulterior, e não isentará o Estado das obrigações que lhe incumbem em virtude do Estatuto enquanto Parte do mesmo.

772. Correto. O Estatuto de Roma afirma, em seu art. 102, que por "entrega" entende-se a entrega de uma pessoa por um Estado ao Tribunal, nos termos do Estatuto; já por "extradição" entende-se a entrega de uma pessoa por um Estado a outro Estado, conforme previsto num tratado, numa convenção ou no direito interno.

773. Errado. As quatro Convenções de Genebra de 1949 tratam, respectivamente, sobre: a) combatentes feridos ou enfermos em terra; b) combatentes náufragos, feridos ou enfermos no mar; c) prisioneiros de guerra; e d) civis em tempo de guerra.

774. Correto. A primeira das quatro Convenções de Genebra de 1949, que tratam sobre o direito humanitário na guerra, dispõe acerca de combatentes feridos e enfermos.

775. Correto. A terceira das quatro Convenções de Genebra de 1949 dispõe acerca do tratamento a ser dispensado aos prisioneiros de guerra.

776. Errado. As Convenções de Genebra de 1949 tratam, basicamente, da proteção da pessoa humana no âmbito de conflitos armados. Não há menção, no texto das convenções, à proteção de bens culturais.

777. Errado. Os Estados são entes soberanos e, portanto, só serão processados caso aceitem a jurisdição da corte. Esta aceitação pode se dar a) através de uma cláusula compromissória em um Tratado Internacional, sendo prévia ao conflito e determinando que os conflitos supervenientes devem ser levados à Corte; b) através de um compromisso, que é um tratado posterior ao conflito cujo objetivo é submeter um conflito existente à jurisdição da Corte; c) através de uma declaração unilateral de aceitação da cláusula facultativa de jurisdição obrigatória do Estatuto da CIJ, ou seja, o Estado não é obrigado a aceitar a competência da CIJ, mas, se reconhece, compromete-se a aceitá-la nos conflitos com Estados que tiverem feito o mesmo. Existem, ainda, casos especiais e excepcionais, como a jurisdição por aquiescência, na qual a Corte afirma que não é necessária uma declaração, mas

algum ato processual que implique no reconhecimento de sua jurisdição, e o *Forum Prorrogatorum*, quando o Estado, apesar de não reconhecer explicitamente a jurisdição da CIJ, pratica atos neste sentido como, por exemplo, a contestação da demanda.

778. Errado. O Brasil reconheceu expressamente a jurisdição do Tribunal Penal Internacional no art. 5º § 4º da CF. Vale lembrar que o referido tribunal rege-se pelo princípio da complementariedade, ou seja, só atuará caso o Estado-parte não o faça.

779. Correto. O Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, criado em 1995, trouxe a possibilidade de submeter a decisão dos paineis à revisão do Órgão de Apelação.

780. Errado. O TPR não está subordinado de forma alguma ao órgão de apelação da OMC, possuindo caráter autônomo.

781. Errado. O Protocolo de Olivos regula, em seu cap. XI, as reclamações feitas por particulares. Em apertada síntese, aos particulares é dado formular reclamação junto ao Grupo Mercado Comum. Caso constatada violação ao direito do Mercosul, o Protocolo de Olivos prevê que qualquer Estado-parte poderá requerer a adoção de medidas corretivas ou, eventualmente, o manejo do procedimento arbitral previsto. Assim, ao particular compete apenas denunciar o descumprimento, cabendo aos Estados-partes lançar mão dos tribunais arbitrais *ad hoc* ou do TPR.

782. Errado. Embora a aceitação da cláusula facultativa de jurisdição obrigatória constitua a regra para o exercício jurisdicional da Corte, esta já reconheceu, em sua jurisprudência, casos excepcionais nos quais pode conhecer uma demanda mesmo sem a aceitação da cláusula. O primeiro destes casos é o da **jurisdição por aquiescência**, na qual a Corte afirma que não é necessária uma declaração, mas algum ato processual que implique no reconhecimento de sua jurisdição, tal como entrar com a demanda perante a corte; o segundo caso é o ***Forum Prorrogatorum,*** quando o Estado, apesar de não reconhecer explicitamente a jurisdição da CIJ, pratica atos neste sentido como, por exemplo, a contestação da demanda.

783. Errado. É possível que os Estados que não contem com um nacional seu entre os juízes da CIJ indiquem juízes *ad hoc*, mas estes não precisam ser previamente aprovados pelo Conselho de Segurança da ONU.

784. Correto. A sentença da Corte Internacional de Justiça possui natureza **definitiva e obrigatória para as partes em litígio**.

785. Errado. O art. 36 do Estatuto da Corte afirma que sua competência abrange todas as questões que as partes lhe submetam, bem como todos os assuntos especialmente previstos na Carta das Nações Unidas ou em tratados e convenções em vigor. O mesmo artigo afirma, ainda, que os Estados partes do Estatuto, poderão, em qualquer momento, declarar que reconhecem como obrigatória, *ipso facto* e sem acordos especiais em relação a qualquer outro Estado que aceite a mesma obrigação, a jurisdição da Corte em todas as controvérsias de ordem jurídica que tenham por objeto: a) a interpretação de um tratado; b) qualquer ponto de direito internacional; c) a existência de qualquer fato que, se verificado, constituiria violação de um compromisso internacional; d) a natureza ou extensão da reparação devida pela ruptura de um compromisso internacional.

786. Correto. Os bons ofícios constituem meio diplomático de solução pacífica de controvérsias, no qual um terceiro Estado ou sujeito de direito internacional aproxima as partes, oferecendo por vezes um campo neutro para que efetuem as suas negociações, possuindo tal ação caráter instrumental, ou seja, o prestador de bons ofícios não oferece solução ao caso.

787. Correto. O final de uma guerra por tratado de paz **não pressupõe o retorno ao estado das coisas no momento anterior ao conflito**. Aqueles tratados que são apenas suspensos pela guerra voltam a emanar efeitos, mas há tratados que são extintos pelo início da guerra. Os tratados que tipicamente são extintos pelo advento de um conflito armado são os de paz e aliança, amizade, de conteúdo político e comercial. Nesses casos, finda a guerra, deverão ser novamente pactuados.

788. Correto. As sentenças arbitrais possuem caráter obrigatório, e seu descumprimento caracteriza o cometimento de ilícito internacional passível de responsabilização e, no caso em tela, gerando o dever de indenização pelos prejuízos causados ao outro

Estado.

Capítulo 9 – Relações Diplomáticas e Consulares

789. (CESPE / Advogado Júnior - CEF / 2001) *Agréement* é o ato por meio do qual o Estado acreditado manifesta sua concordância com a nomeação de um agente diplomático por parte do Estado acreditante; no caso de recusa, deverá o Estado acreditado informar as razões da negação ao Estado acreditante, para que este nomeie outro agente.

790. (CESPE / Advogado Júnior - CEF / 2001) Para instalar repartição consular, o Estado que a envia deve obter o consentimento do Estado receptor; no entanto, uma vez instalado um consulado, este poderá criar vice-consulados ou agências consulares em outras localidades, sem a necessidade de novo consentimento.

791. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2004) De acordo com as normas jurídicas brasileiras atualmente vigentes, para que um ocupante de cargo da carreira diplomática — obrigatoriamente, portanto, de nacionalidade originária brasileira — fosse nomeado chefe de missão diplomática que o Brasil estabelecesse na recém criada República de Benguela em caráter permanente, seria necessária a edição de um decreto de nomeação pelo presidente da República, posteriormente à aprovação prévia pelo Senado Federal, por voto secreto, após argüição em sessão secreta.

792. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2004) Helen laborava como babá na residência do Cônsul da Gemênia, tendo sido demitida sem receber seus direitos trabalhistas. Se Helen quiser ingressar com ação judicial contra a repartição consular estrangeira, com o objetivo de pleitear os direitos trabalhistas a que considera fazer jus, a justiça trabalhista brasileira deverá declarar-se incompetente para julgar o caso, tendo em vista a imunidade de jurisdição atribuída pelo direito internacional público aos diplomatas e cônsules estrangeiros e respectivos familiares.

793. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2001) É juridicamente correto considerar as embaixadas como "territórios internacionais".

794. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2001) Os diplomatas também possuem imunidade com relação à jurisdição administrativa, civil e penal do país em que trabalham. Se

cometerem um crime, essas pessoas têm garantia de serem processadas em seus países.

795. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2001) As representações dos Estados estrangeiros situadas no Brasil estão obrigadas a seguir as normas do racionamento de energia elétrica, política instituída em 2001 que previa multa e corte no fornecimento de energia elétrica para consumidores brasilienses que não cumprissem a meta de redução de 20% de consumo mensal.

796. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) O agente diplomático é um dos órgãos do Estado para as relações internacionais.

797. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) A seleção e a nomeação dos agentes diplomáticos são reguladas pelo direito internacional.

798. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) Os cônsules não podem ser escolhidos entre os nacionais do Estado no qual vão servir.

799. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) A Convenção de Viena de 1963 dispõe sobre as relações diplomáticas.

800. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) O diplomata pode renunciar à imunidade de jurisdição.

801. (CESPE / Juiz do Trabalho - TRT5R / 2006) A imunidade dos membros de quadro diplomático alcança as reconvenções apresentadas em ações por eles próprios ajuizadas.

802. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) Os locais da missão diplomática são invioláveis, exceto em caso de calamidades.

803. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) O Estado acreditado tem o dever de doar os locais destinados à missão diplomática.

804. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) A residência particular do agente diplomático tem proteção diferenciada dos locais da missão diplomática.

805. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) Em caso de conflito armado, os locais da missão diplomática devem ser protegidos pelo Estado acreditado.

806. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) Os arquivos e os documentos da missão diplomática são invioláveis, exceto em caso de fundada desconfiança em relação ao Estado suspeito de atividade ilícita.

807. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2007) Tanto o diplomata quanto o cônsul representam o Estado de origem para o trato bilateral dos assuntos de Estado.

808. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2007) No âmbito de uma missão diplomática, apenas o chefe da missão goza de imunidade de jurisdição penal e civil.

809. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2005) Por gozar de ampla imunidade de jurisdição civil, o agente diplomático não pode figurar como reconvindo nos autos de uma ação cível.

810. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2005) Ao cometer um crime punido mais brandamente no Brasil que no seu Estado de origem, um agente diplomático pode renunciar à imunidade de jurisdição penal para que seja processado e julgado perante os tribunais brasileiros, desde que essa renúncia seja expressamente comunicada pelo próprio agente diplomático ao Estado acreditado.

811. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2005) Embora um cônsul cometa crime comum ao fornecer informações falsas à justiça brasileira para favorecer um compatriota seu, deve ser-lhe concedido *habeas corpus* para trancamento de ação penal contra si movida pelo Ministério Público Federal, uma vez que, sendo funcionário consular, goza de imunidade de jurisdição penal no Estado receptor.

812. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) É da competência do presidente da República indicar, de forma discricionária, os chefes de missão diplomática de caráter permanente, sem qualquer interferência congressual.

813. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) No organograma institucional do Ministério das Relações Exteriores, os departamentos estão acima das divisões.

814. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) As divisões do MRE estão acima das sub-secretarias.

815. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) O terceiro-secretário é hierarquicamente superior ao segundo-secretário.

816. (Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) O primeiro-secretário é hierarquicamente superior ao segundo-secretário.

817. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) As subsecretarias estão hierarquicamente abaixo dos departamentos.

818. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) O serviço exterior brasileiro é composto da carreira de diplomata, da carreira de oficial de chancelaria e da carreira de assistente de chancelaria.

819. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) Apenas a carreira de diplomata é de nível superior e requer a conclusão de curso no Instituto Rio Branco.

820. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) Após a Constituição de 1988, ao concurso público para a carreira de diplomata poderão concorrer indistintamente brasileiros natos e naturalizados.

821. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) Somente poderão exercer a função de chefes de missão

diplomática embaixadores pertencentes ao quadro do Itamaraty, que são diplomatas de carreira.

822. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) Na forma das carreiras militares, também os funcionários do serviço exterior brasileiro se submetem aos princípios de hierarquia e disciplina, devendo observar as estipulações legais, tanto no exercício de suas funções, quanto em sua vida pessoal.

823. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O rompimento das relações diplomáticas consiste na retirada dos agentes diplomáticos dos Estados envolvidos no litígio internacional.

824. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O rompimento das relações diplomáticas consiste em ato unilateral discricionário, ainda que derivado de resolução de organização internacional à qual o Estado se encontre vinculado.

825. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Dadas as suas próprias características, o rompimento das relações diplomáticas acarreta, necessária e conseqüentemente, o rompimento das relações consulares.

826. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A retirada apenas do chefe da missão diplomática caracteriza a suspensão das relações diplomáticas.

827. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Denomina-se represália à aplicação, pelo ofendido ao ofensor, das mesmas medidas que contra ele tenham sido aplicadas.

828. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) O agente diplomático goza, salvo algumas exceções, de imunidade de jurisdição penal, civil e administrativa. Um exemplo de exceção é uma ação referente à atividade comercial exercida pelo agente diplomático no Estado acreditado fora de suas funções oficiais.

829. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2001) Os funcionários consulares não estão sujeitos à jurisdição das

autoridades judiciárias e administrativas do Estado receptor pelos atos praticados no exercício das funções consulares.

830. (CESPE / Procurador Federal - AGU / 2007) Manoel, marroquino, residente há um ano no Brasil, deseja fazer concurso público para diplomata. Nessa situação, de acordo com o regime jurídico do estrangeiro ora vigente, Manoel poderá fazer o concurso referido desde que se naturalize brasileiro.

831. (CESPE / Procurador Federal - AGU / 2007) Flávio, muçulmano nacional do Iraque, bígamo, que trabalha em construtora brasileira na Arábia Saudita, trouxe toda a sua família para o Brasil e, aqui chegando, desejou cadastrar, no INSS, suas esposas como suas dependentes na qualidade de cônjuges. Nessa situação, segundo o direito brasileiro, a pretensão de Flávio poderia ser satisfeita com a homologação judicial dos dois casamentos realizados no Iraque, pelo STF.

832. (CESPE / Procurador Federal - AGU / 2010) Em virtude do não pagamento da dívida, o diplomata brasileiro pode ser declarado *persona non grata* pelo Estado estrangeiro, desde que seja previamente submetido ao devido processo legal.

833. (CESPE / Procurador Federal - AGU / 2010) O Estado brasileiro pode ser responsabilizado internacionalmente, em tribunal internacional, em virtude do não pagamento da dívida pelo diplomata.

834. (CESPE / Advogado - OAB / 2008.2) A mala diplomática não pode ser aberta, exceto nos casos de fundada suspeita de tráfico ilícito de entorpecentes ou atividade terrorista.

835. (CESPE / Advogado - OAB / 2008.2) Os locais onde se estabelece missão diplomática são invioláveis.

836. (CESPE / Advogado - OAB / 2008.2) Qualquer membro de uma missão diplomática pode ser declarado *persona non grata* pelo Estado acreditado, sem que este precise apresentar qualquer justificativa.

837. (CESPE / Advogado - OAB / 2008.2) O agente diplomático goza de isenção de impostos e taxas, havendo exceções a esse respeito.

838. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2003) Dada a imunidade de jurisdição dos agentes diplomáticos, o poder judiciário brasileiro não possui competência para julgar o cônsul de um Estado europeu pela prática de um homicídio passional. Não obstante, se houvesse provas contundentes da prática do ato criminoso pelo cônsul, o poder executivo brasileiro poderia expulsá-lo do território nacional, dado que a expulsão é um ato administrativo que não caracteriza a imposição de uma punição.

839. (CESPE / Juiz de Direito – PI / 2007) Segundo a intraterritorialidade, se um funcionário da ONU, em serviço, praticar um crime no Brasil, que não seja previsto como crime em seu país de origem, poderá ser processado e julgado no Brasil.

840. (CESPE / Juiz de Direito – PI / 2007) O embaixador de um país estrangeiro que praticar um crime contra a vida do presidente da República Federativa do Brasil, neste país, deverá ser processado e julgado segundo as leis brasileiras.

841. (CESPE / Juiz de Direito – PI / 2007) Ao crime praticado em sede de embaixada estrangeira no Brasil, por causa da imunidade diplomática, não se aplica a lei penal brasileira.

842. (CESPE / Agente Penitenciário Federal - MJ / 2005) No âmbito das relações internacionais, o presidente da República Federativa do Brasil exerce a representação do país na qualidade de chefe de governo.

Gabarito

789	**E**	**804**	**E**	**819**	**E**	**834**	**E**
790	E	805	C	820	E	835	C
791	**C**	**806**	**E**	**821**	**E**	**836**	**C**
792	E	807	E	822	C	837	C
793	**E**	**808**	**E**	**823**	**C**	**838**	**E**

794	C	809	E	824	E	839	E
795	**C**	**810**	**E**	**825**	**E**	**840**	**E**
796	C	811	E	826	C	841	E
797	**E**	**812**	**E**	**827**	**E**	**842**	**E**
798	E	813	C	828	C		
799	**E**	**814**	**E**	**829**	**C**		
800	E	815	E	830	E		
801	**E**	**816**	**C**	**831**	**E**		
802	E	817	E	832	E		
803	**E**	**818**	**C**	**833**	**C**		

Comentários

789. Errado. O *agréement*, também chamado de *placêt* ou beneplácito, constitui a manifestação prévia do Estado acreditado acerca de sua concordância com a nomeação de um agente diplomático. Entretanto, nos termos do art. 4º da Convenção de Viena de 1961 sobre Relações Diplomáticas, o Estado acreditante não está obrigado a dar ao Estado acreditado as razões de recusa do *agréement*.

790. Errado. De acordo com o disposto no art. 12 da Convenção de Viena de 1961 sobre Relações Diplomáticas, o Estado acreditante não poderá, **sem o consentimento prévio e expresso** do Estado acreditado, instalar escritórios que façam parte da Missão em localidades distintas daquela em que a Missão tem a sua sede.

791. Correto. Conforme disposto no art. 12, §3º, V da Constituição Federal, o cargo de membro da carreira diplomática é privativo de brasileiro nato. Ainda de acordo com a Constituição, nos termos do art. 52, IV, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Aprovado o nome no Senado, o Presidente da República edita então decreto nomeando o chefe de missão diplomática.

792. Errado. As matérias inseridas no âmbito de atuação da Justiça do Trabalho não estão sujeitas a imunidade de jurisdição, por conta

da literalidade do artigo 114 da Constituição Federal. Além disso, a Convenção de Viena de 1963 sobre Relações Consulares, em seu artigo 43 excepciona da imunidade de jurisdição ações resultantes de contrato de funcionário ou empregado consular que não seja agente do Estado acreditante.

793. Errado. Até o séc. XIX, vigorava no direito internacional a concepção de que a embaixada era território do Estado acreditante (princípio da extraterritorialidade), derivando daí os privilégios da Missão diplomática. Entretanto, nos dias de hoje o fundamento dos privilégios conferidos à Missão é, para o direito internacional, a representação do Estado, ou seja, a embaixada é território do Estado acreditado, mas goza de privilégios necessários à atuação da Missão.

794. Correto. Conforme o disposto no art. 31 da Convenção de Viena de 1961 sobre Relações Diplomáticas, os agentes diplomáticos gozarão de imunidade de jurisdição penal do Estado acreditado. Eles gozarão também de imunidade de jurisdição civil e administrativa, salvo as seguintes exceções: a) ação sobre imóvel privado situado no território do Estado acreditado, salvo se o agente diplomático o possuir por conta do Estado acreditante para os fins da missão; b) ação sucessória na qual o agente diplomático figure, a título privado e não em nome do Estado, como executor testamentário, administrador, herdeiro ou legatário; c) ação referente a qualquer profissão liberal ou atividade comercial exercida pelo agente diplomático no Estado acreditado fora de suas funções oficiais.

795. Correto. A primazia do direito local vigora tanto no âmbito da Convenção de Viena de 1961 sobre Relações Diplomáticas (art. 41) como na Convenção de Viena de 1963 sobre Relações Consulares (art. 55), estabelecendo que as representações de Estados estrangeiros situadas em um país estão obrigadas a respeitar as leis e regulamentos do Estado acreditado, sem prejuízo dos privilégios e imunidades de seus agentes.

796. Correto. A Convenção de Viena de 1961 sobre Relações Diplomáticas define o agente diplomático, em seu artigo 1º, “e”, como o Chefe da Missão ou um membro do pessoal diplomático da Missão. Assim, o agente diplomático representará o Estado acreditante junto ao Estado acreditado para tratar de temas afetos aos chamados assuntos de Estado entre os dois países.

797. Errado. A seleção e nomeação de agentes diplomáticos é **matéria afeta à soberania de cada país** e, portanto, matéria de direito interno. Em nosso país, tais regras encontram-se principalmente na Constituição Federal, que estabelece em seu art. 12, §3°, V que o cargo de membro da carreira diplomática é privativo de brasileiro nato. Ainda de acordo com a Constituição, nos termos do art. 52, IV, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Finalmente, outras disposições específicas podem ser encontradas também na Lei 11.440/06, que institui o regime jurídico dos servidores do Serviço Exterior Brasileiro.

798. Errado. O artigo 22 da Convenção de Viena de 1963 sobre relações consulares afirma que os funcionários consulares deverão, em princípio, ter a nacionalidade do Estado que os envia, mas que podem ser escolhidos entre os nacionais do Estado no qual vão servir se contarem com o consentimento expresso deste Estado.

799. Errado. A Convenção de Viena de 1963 dispõe sobre relações consulares, enquanto a Convenção de Viena de 1961 dispõe sobre relações diplomáticas. Embora muitos países, entre eles o Brasil, tenham unificado estas carreiras, ao diplomata cabe a representação do Estado acreditado para tratar de assuntos de Estado, ou seja, afetos à soberania, enquanto o funcionário consular representa o Estado de origem em outro país para tratar de interesses de caráter privado, como concessão de vistos e requisitos de importação ou exportação de determinados bens.

800. Errado. A prerrogativa de renúncia da imunidade do agente diplomático **pertence ao Estado acreditante**, e não ao beneficiário direto da imunidade, conforme disposto no art. 32.1 da Convenção de Viena de 1961 sobre Relações Diplomáticas. É importante lembrar que esta renúncia deve se dar de forma expressa pelo Estado acreditante, e que a renúncia efetuada para o processo de conhecimento não alcança o processo de execução, sendo necessário nova renúncia por parte do Estado acreditante.

801. Errado. Nos termos do art. 32.3 da Convenção de Viena de 1961 sobre Relações Diplomáticas, se um agente diplomático inicia uma ação judicial, não lhe será permitido invocar a imunidade de jurisdição no tocante a uma reconvenção diretamente relacionada com a causa principal.

802. Errado. A regra de inviolabilidade dos locais da missão diplomática, trazida no art. 22 da Convenção de Viena de 1961 sobre Relações Diplomáticas, **só pode ser excetuada mediante consentimento do Chefe da Missão diplomática**.

803. Errado. Inexiste previsão de que o Estado acreditado deva doar os locais destinados à missão diplomática. O que existe, nos termos do art. 21 da Convenção de Viena de 1961 sobre Relações Diplomáticas, é um dever do Estado acreditado de facilitar a aquisição em seu território, de acordo com as suas leis, pelo Estado acrediante, dos locais necessários à Missão, ou ajudá-lo a consegui-los de outra maneira. Quando necessário, o Estado acreditado ajudará também as Missões a obterem alojamento adequado para seus membros.

804. Errado. De acordo com o art. 30 da Convenção de Viena de 1961 sobre Relações Diplomáticas, a residência particular do agente diplomático goza da **mesma inviolabilidade e proteção** que os locais da Missão.

805. Correto. Segundo o art. 45 "a" da Convenção de Viena de 1961 sobre Relações Diplomáticas, em caso de ruptura das relações diplomáticas entre dois Estados, ou se uma missão é retirada definitiva ou temporariamente, o Estado acreditado está obrigado a respeitar e a proteger, mesmo em caso de conflito armado, os locais da missão, bem como os seus bens e arquivos.

806. Errado. A inviolabilidade dos arquivos e os documentos da missão diplomática é absoluta, em qualquer momento e onde quer que se encontrem, nos termos do art. 24 da Convenção de Viena de 1961 sobre Relações Diplomáticas.

807. Errado. Enquanto ao diplomata cabe a representação do país de origem para o trato bilateral de assuntos de Estado, ao cônsul cabe a representação para tratar de assuntos de caráter privado, seja de compatriotas que se encontrem no país onde atua o cônsul ou de nacionais deste país que queiram estabelecer algum tipo de relação com o país de origem.

808. Errado. A imunidade de jurisdição penal e civil estende-se a **todos os agentes diplomáticos**, assim como aos membros de

suas famílias que com eles vivam, desde que não sejam nacionais do Estado acreditado, nos termos do art. 37 da Convenção de Viena de 1961 sobre Relações Diplomáticas.

809. Errado. De acordo com o art. 32.3 da Convenção de Viena de 1961 sobre Relações Diplomáticas, se um agente diplomático ou uma pessoa que goza de imunidade de jurisdição nos termos do artigo 37 (familiares que vivam com o agente) inicia uma ação judicial, não lhe será permitido invocar a imunidade de jurisdição no tocante a uma reconvenção diretamente ligada à ação principal.

810. Errado. A prerrogativa de renúncia à imunidade de jurisdição do agente diplomático pertence ao Estado acreditante, e não ao diplomata, conforme os ditames do art. 32.1 da Convenção de Viena de 1961 sobre Relações Diplomáticas, devendo ainda ser realizada de forma expressa.

811. Errado. As imunidades consulares possuem caráter funcional (art. 43 da Convenção de Viena de 1963 sobre Relações Consulares), ou seja, só se aplicam aos **atos realizados no exercício de funções consulares**, o que não ocorre no caso em tela. Em relação à inviolabilidade pessoal dos funcionários consulares, o art. 41 da Convenção afirma que eles não poderão ser detidos ou presos preventivamente, exceto em caso de crime grave e em decorrência de decisão de autoridade judiciária competente. Fora destes casos, os funcionários consulares não podem ser presos nem submetidos a qualquer outra forma de limitação de sua liberdade pessoal, senão em decorrência de sentença judiciária definitiva.

812. Errado. Segundo o art. 52, IV da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Uma vez aprovado o nome no Senado, o Presidente da República edita então decreto nomeando o chefe de missão diplomática.

813. Correto. No organograma do MRE, as divisões estão subordinadas aos departamentos, que, por sua vez, estão subordinados à Subsecretaria-Geral da qual faz parte. O organograma do Ministério das Relações Exteriores pode ser obtido no endereço eletrônico

<http://www.pensandodireito.net/2010/11/organograma-do-ministerio-das-relacoes-exteriores/>

814. Errado. No MRE, as sub-secretarias são compostas por departamentos, e estes são compostos por divisões e coordenações. Logo, as sub-secretarias estão acima das divisões.

815. Errado. De acordo com o art. 37 da lei 11.440/06, a Carreira de Diplomata do Serviço Exterior Brasileiro, é constituída pelas classes de Ministro de Primeira Classe, Ministro de Segunda Classe, Conselheiro, Primeiro-Secretário, Segundo-Secretário e Terceiro-Secretário, em ordem hierárquica funcional decrescente.

816. Correto. Segundo o art. 37 da lei 11.440/06, a Carreira de Diplomata do Serviço Exterior Brasileiro, é constituída pelas classes de Ministro de Primeira Classe, Ministro de Segunda Classe, Conselheiro, Primeiro-Secretário, Segundo-Secretário e Terceiro-Secretário, em ordem hierárquica funcional decrescente.

817. Errado. Na organização do Ministério das Relações Exteriores, os departamentos são imediatamente subordinados à subsecretaria da qual integram.

818. Correto. A assertiva se encontra de acordo com o disposto no art. 2º da lei 11.440/06, que afirma que o Serviço Exterior Brasileiro é composto da Carreira de Diplomata, da Carreira de Oficial de Chancelaria e da Carreira de Assistente de Chancelaria.

819. Errado. De acordo com o art. 4º da lei 11.440/06, a carreira de Oficial de Chancelaria também é de nível superior, sendo de nível médio apenas a carreira de Assistente de Chancelaria.

820. Errado. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art. 12, §3º, V, que é **privativo de brasileiro nato** o cargo de carreira diplomática.

821. Errado. Embora a regra seja a escolha dos Chefes de Missão Diplomática Permanente dentre os Ministros de Primeira Classe ou, ainda dentre os Ministros de Segunda Classe, em caráter excepcional, o parágrafo único do art. 41 da lei 1144/06 afirma que, excepcionalmente, poderá ser designado para exercer a

função de Chefe de Missão Diplomática Permanente brasileiro nato, não pertencente aos quadros do Ministério das Relações Exteriores, maior de 35 (trinta e cinco) anos, de reconhecido mérito e com relevantes serviços prestados ao País.

822. Correto. O regime disciplinar dos funcionários do serviço exterior brasileiro é disciplinado pelo capítulo III da lei 11440/06, sendo que seu art. 25 determina que ao servidor do Serviço Exterior Brasileiro, submetido aos princípios de hierarquia e disciplina, incumbe observar o conjunto de deveres, atribuições e responsabilidades previstas nesta lei e em disposições regulamentares, tanto no exercício de suas funções, quanto em sua conduta pessoal na vida privada.

823. Correto. O rompimento das relações diplomáticas significa a extinção do canal de diálogo entre os Estados envolvidos, e pode ser realizado por qualquer dos Estados.

824. Errado. O rompimento das relações diplomáticas, além de ser um ato discricionário e unilateral de qualquer Estado, também é uma das formas de sanção aplicáveis pelo Conselho de Segurança da ONU. Assim, quando se tratar de rompimento determinado por resolução da ONU, terá força vinculante para os Estados-membros, perdendo seu caráter discricionário.

825. Errado. A ruptura das relações diplomáticas não importa na ruptura das relações consulares, mesmo em caso de conflitos graves.

826. Correto. A retirada apenas do chefe da missão diplomática ou do encarregado de negócios determina a suspensão das relações diplomáticas entre os Estados acreditante e acreditado.

827. Errado. Retorsão é a aplicação, pelo ofendido, das mesmas medidas tomadas pelo ofensor. Represália, por sua vez, são medidas diversas tomadas pelo ofendido contra o ofensor, desde que, inexistindo outro meio hábil a obter reparação, sejam motivadas por um ato ilegal e proporcionais. Exemplos de represália são o bloqueio pacífico, o embargo e o boicote.

828. Correto. A regra de imunidade de jurisdição do agente diplomático, trazida no art. 31 da Convenção de Viena de 1961

sobre Relações Diplomáticas, é excepcionada nos seguintes casos: a) ação real sobre imóvel privado situado no território do Estado acreditado, salvo se o agente diplomático o possuir por conta do Estado acreditaste para os fins da missão; b) ação sucessória na qual o agente diplomático figura, a título privado e não em nome do Estado, como executor testamentário, administrador, herdeiro ou legatário; c) ação referente a qualquer atividade profissional ou comercial exercida pelo agente diplomático no Estado acreditador fora das suas funções oficiais.

829. Correto. A imunidade consular, de caráter funcional, é trazida pelo art. 43 da Convenção de Viena de 1963 sobre Relações Consulares, que afirma que os funcionários consulares e os empregados consulares não estão sujeitos à jurisdição das autoridades judiciárias e administrativas do Estado receptor pelos atos realizados no exercício das funções consulares. O parágrafo 2º do mesmo artigo afirma que esta imunidade não se aplicará em demandas civis que resultem de contrato que o funcionário ou empregado consular não tiver realizado implícita ou explicitamente como agente do Estado que envia; ou que sejam proposta por terceiro como consequência de danos causados por acidente de veículo, navio ou aeronave, ocorrido no Estado receptor.

830. Errado. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art. 12, §3º, V, que é privativo de brasileiro nato o cargo de carreira diplomática, ou seja, a naturalização (ou aquisição secundária de nacionalidade) não seria suficiente para que Manoel pudesse ser diplomata.

831. Errado. De acordo com o disposto na Lei de Introdução ao Código Civil, em seu art. 17, as leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, **não terão eficácia no Brasil**, quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes. No caso em tela, a bigamia é rechaçada pelo ordenamento jurídico e pela sociedade brasileira, razão pela qual não se pode cogitar o reconhecimento desta situação e seus conseqüentes efeitos jurídicos sob pena de se afrontar a ordem pública e os bons costumes.

832. Errado. A declaração de *persona non grata* independe de justificativa ou processo por parte do Estado acreditado, pois o art. 9º da Convenção de Viena de 1961 sobre Relações Diplomáticas afirma que o Estado acreditador poderá a qualquer momento, e sem ser obrigado a justificar a sua decisão, notificar

ao Estado acreditante que o chefe de missão ou qualquer membro do pessoal diplomático da missão é *persona non grata* ou que outro membro do pessoal da missão não é aceitável. O Estado acreditante, conforme o caso, retirará a pessoa em questão ou dará por terminadas as suas funções na missão, e é importante salientar que uma pessoa poderá ser declarada *non grata* ou não aceitável mesmo antes de chegar ao território do Estado acreditado.

833. Correto. Em regra, um Estado pode ser responsabilizado internacionalmente por todo o ato ou omissão que lhe possa ser imputável e do qual resulta a violação de norma jurídica ou de obrigação internacional, sendo que os atos praticados por agentes do Estado sob sua autoridade efetiva ou na qualidade oficial são imputáveis ao Estado.

834. Errado. De acordo com o disposto no art. 27 da Convenção de Viena de 1961 sobre Relações Diplomáticas, a mala diplomática não pode ser aberta ou retida, devendo conter sinais exteriores que a identifiquem e só poderá conter documentos diplomáticos e objetos destinados a uso oficial. É importante lembrar que a mala diplomática – que contém documentos e a correspondência oficial da Missão – **não se confunde com a bagagem pessoal do agente diplomático**, **que é composta pelos pertences deste**. **A bagagem pessoal do diplomata não está, em regra, sujeita à inspeção, salvo se existirem motivos sérios para crer que a mesma contém objetos não previstos nas isenções previstas na Convenção, ou objetos cuja importação ou exportação é proibida pela legislação do Estado acreditado, ou sujeitos aos seus regulamentos de quarentena**. Mesmo nestes casos, a inspeção só poderá ser feita na presença do agente diplomático ou do seu representante autorizado, conforme o previsto no art. 36 da Convenção.

835. Correto. De acordo com o art. 22 da Convenção de Viena de 1961 sobre Relações Diplomáticas, os locais da missão são invioláveis, e os agentes do Estado acreditado não poderão neles penetrar sem o consentimento do chefe de missão.

836. Correto. De acordo com o disposto no art. 9º da Convenção de Viena de 1961 sobre Relações Diplomáticas, o Estado acreditado poderá a qualquer momento, e sem ser obrigado a justificar a sua decisão, notificar ao Estado acreditante que o chefe de missão ou qualquer membro do pessoal diplomático da missão é *persona*

non grata ou que outro membro do pessoal da missão não é aceitável.

837. Correto. Embora o art. 34 da Convenção de Viena de 1961 sobre Relações Diplomáticas afirme que o agente diplomático goza, em regra, de isenção de impostos e taxas, o mesmo artigo elenca as exceções à regra, quais sejam: a) os impostos indiretos que estejam normalmente incluídos no preço das mercadorias ou dos serviços; b) os impostos e taxas sobre bens imóveis privados situados no território do Estado acreditador, a não ser que o agente diplomático os possua em nome do Estado acreditado e para os fins da missão; c) os direitos de sucessão percebidos pelo Estado acreditador, salvo o disposto no parágrafo 4 do artigo 39 (não serão cobrados direitos de sucessão sobre os bens móveis cuja situação no Estado acreditado era devida unicamente à presença do falecido no referido Estado, como membro da missão ou como membro da família de um membro da missão) d) os impostos e taxas sobre rendimentos privados que tenham a sua origem no Estado acreditador e os impostos sobre o capital referentes a investimentos em empresas comerciais situadas no Estado acreditado; e) os impostos e taxas que incidam sobre a remuneração relativa a serviços específicos; f) os direitos de registro, de hipoteca, custas judiciais e impostos do selo relativos a bens imóveis, salvo o disposto no artigo 23 (o Estado acreditante e o chefe de missão estão isentos de todos os impostos e taxas nacionais, regionais ou municipais sobre os locais da missão de que sejam proprietários ou inquilinos, excetuados os que representem o pagamento de serviços específicos que lhes sejam prestados).

838. Errado. A imunidade conferida aos cônsules possui caráter funcional, conforme previsto no art. 43 da Convenção de Viena de 1963 sobre Relações Consulares, ou seja, só abrange os atos estritamente relacionados com o desempenho de suas funções, o que não se configura no caso em tela, podendo, portanto, ser o cônsul processado e punido no Brasil. Ademais, o instituto da expulsão, regulado pelo Estatuto do Estrangeiro (Lei 6815/80), é um ato administrativo que caracteriza a imposição de punição, pois o estrangeiro expulso não poderá mais voltar ao território nacional, salvo se outro decreto revogar a expulsão.

839. Errado. Os funcionários de organizações internacionais possuem o privilégio da **imunidade de jurisdição** em relação aos atos praticados **no exercício de suas funções**, razão pela qual ele não será julgado pelo Judiciário brasileiro.

840. Errado. Os embaixadores gozam, segundo a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1969, de imunidade de jurisdição, razão pela qual ele só será julgado no Brasil caso seu país renuncie à imunidade à qual ele faz jus.

841. Errado. As embaixadas são território brasileiro e, portanto, os delitos nelas cometidos são alcançados pela lei brasileira se praticados por pessoas que não gozem de imunidade, respeitando-se todavia as imunidades no que diz respeito aos atos de investigação e do processo.

842. Errado. No âmbito das relações internacionais, o presidente atua como chefe de Estado, representando os interesses afetos à soberania nacional.

843. (CESPE / Agente de Inteligência - ABIN / 2008) A concessão do visto, a sua prorrogação ou transformação dependem do cumprimento dos requisitos previstos em lei, independentemente dos interesses nacionais.

844. (CESPE / Agente de Inteligência - ABIN / 2008) O visto é individual e a sua concessão poderá estender-se aos dependentes legais do estrangeiro requerente.

845. (CESPE / Agente de Inteligência - ABIN / 2008) O visto de trânsito poderá ser concedido ao estrangeiro que, para atingir o país de destino, tenha de entrar em território nacional, mas não será exigido ao estrangeiro em viagem contínua que só se interrompa para as escalas obrigatórias do meio de transporte utilizado.

846. (CESPE / Agente de Inteligência - ABIN / 2008) Ao estrangeiro que tenha entrado no Brasil na condição de turista, temporário ou asilado, e aos titulares de visto de cortesia, oficial ou diplomático, poderá ser concedida a prorrogação do prazo de estada no Brasil.

847. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Nacionalidade é um conceito mais amplo que o de cidadania. Por conseguinte, pressupõe-se que todo cidadão brasileiro é titular da nacionalidade brasileira, seja ela primária ou secundária.

848. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Considere a seguinte situação hipotética: "Um cidadão português, domiciliado e residente no Estado brasileiro, em viagem de férias em Portugal, cometeu um crime comum neste país, após o que, retornou ao Brasil. Em seguida, as autoridades portuguesas requereram sua extradição.". Nessa situação, com base apenas nos dados mencionados, as autoridades brasileiras não poderão conceder a extradição.

849. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Considere a seguinte situação hipotética: "Lucca vive com os seus pais que são brasileiros naturalizados e residem na Itália". Nesse

caso, a menos que seus pais providenciem seu registro de nascimento perante uma repartição consular competente, Lucca será um heimatlos.

850. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Na Constituição de 1988, não há vedação para a expulsão ou para a deportação de brasileiros.

851. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Considere a seguinte situação hipotética: "Em 1985, Pierre cometeu um crime no Estado A, fugindo em seguida para o Estado brasileiro. Em 1998, casou-se com uma brasileira. Dois anos depois, em 2000, o Estado A solicitou ao Estado brasileiro a extradição de Pierre". Nessa situação, com base apenas nos dados mencionados, as autoridades brasileiras não podem recusar o pedido de extradição de Pierre, já que ele está casado com mulher brasileira há apenas dois anos.

852. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Considere a seguinte situação hipotética: "Os indivíduos pertencentes ao grupo social A, incrustado no Estado B, onde sofriam violenta perseguição devido à sua origem e religião, cruzaram a fronteira do vizinho Estado C. De imediato, as autoridades do Estado C rechaçaram a entrada dos indivíduos do grupo social A, compelindo-os para a fronteira do Estado B, onde certamente seriam imediatamente privados da liberdade". Nessa situação, ainda que fosse parte do Estatuto das Nações Unidas para os Refugiados, o Estado C teria legitimidade para deter grupos de imigrantes irregulares na fronteira de seu território, à semelhança do que fez com o grupo social A.

853. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) De acordo com a Convenção Americana sobre Asilo Diplomático, os Estados-partes não são obrigados a conceder o asilo, porém, se o negarem, devem declarar o motivo.

854. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) De acordo com a legislação brasileira sobre o refúgio, a solicitação de refugiado suspende, até decisão definitiva, apenas os processos de extradição em fase judicial embasados nos fatos que fundamentam a concessão de refúgio.

855. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) A natureza política do delito, a temporariedade e o estado de urgência são características básicas do asilo territorial.

856. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Um indivíduo do Estado X requereu, perante o Estado Y, signatário da Convenção Americana sobre Asilo Diplomático, a concessão de asilo. Todavia, o Estado X não era signatário da Convenção Americana sobre Asilo Diplomático nem reconhecia, consuetudinariamente, o instituto do asilo diplomático. Portanto, o Estado Y, sob esse argumento, pode deixar de conceder a proteção diplomática.

Para as próximas 3 questões, utilize o texto abaixo:

Fritz, casado com Helga, é, há cinco anos, cônsul da República da Gemênia no Brasil. Ambos são gemênicos, ou seja, têm a nacionalidade daquele país e têm um filho de quatro anos, chamado Hans, nascido em território brasileiro. Para cuidar do filho Hans, o casal contratou, em julho de 2003, uma empregada, chamada Helen, que passou a fazer o trabalho de babá na residência do cônsul. Helen, atualmente com 17 anos de idade, nascida na Gemênia, casada no Brasil, é filha de pais brasileiros, sendo que nenhum deles esteve naquele país a serviço da República Federativa do Brasil.

Ante a situação hipotética descrita acima e considerando que a República da Gemênia não seja um país de língua portuguesa e adota o jus *sanguinis* como critério de atribuição da nacionalidade originária, julgue os itens a seguir.

857. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2004) Hans, ainda que tenha nascido em território brasileiro, não adquiriu nacionalidade originária brasileira, não obstante o fato de o Brasil adotar, em regra, o *jus soli*, como critério de atribuição da nacionalidade originária. Apesar disso, Hans, de nacionalidade gemênica, tem capacidade para ser titular de direitos e deveres na ordem civil, de acordo com o direito brasileiro.

858. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2004) Caso Helen, após a fixação de residência na República Federativa do Brasil, tenha optado pela nacionalidade brasileira, ela será considerada brasileira nata, sendo plenamente capaz para exercer por vontade própria atos da

vida civil. Nessas circunstâncias, Helen não poderá jamais perder a condição de brasileira.

859. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2004) Caso Helen não tenha optado pela nacionalidade originária brasileira nem tenha sido naturalizada em outro país, ela será considerada apátrida. Nessa hipótese, ela poderá ser extraditada, mas somente em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, consoante o previsto na Constituição brasileira.

860. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2001) No Brasil, admite-se a extradição de estrangeiro que tenha filho brasileiro menor, mesmo que esse filho dependa economicamente do pai.

861. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2001) Nos procedimentos de deportação e de expulsão de estrangeiro, a iniciativa é local, ao contrário do processo de extradição.

862. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2007) A nacionalidade do indivíduo pode ser originária ou adquirida. No Brasil, não há distinção de direitos em razão do tipo de nacionalidade.

863. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2007) Nos termos da legislação infraconstitucional, um estrangeiro pode adquirir a nacionalidade brasileira mesmo que não saiba falar nem escrever em português.

864. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2010) Um imigrante e um turista recebem o mesmo tipo de visto para ingresso no país.

865. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2010) Considere que, por meio do controle realizado em aeroporto brasileiro, se tenha impedido o ingresso de um chinês que tentava entrar ilegalmente no país e, de imediato, ele tenha sido mandado de volta ao seu país de origem, no mesmo avião que o trouxera. Nesse caso, é correto afirmar que esse chinês foi deportado.

866. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2010) Considere que um estrangeiro tenha sido expulso do país por pertencer a

célula terrorista e ter participado do sequestro de autoridades brasileiras. Considere, ainda, que, após a abertura de inquérito no Ministério da Justiça, no qual foi assegurada ampla defesa ao alienígena, o presidente da República tenha decidido, por meio de decreto, pela sua expulsão do país. Nessa situação, o estrangeiro só poderá voltar ao país mediante decreto presidencial que revogue o anterior.

867. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2010) Considere que Melchior, devido a fundado temor de perseguição por motivo de raça, se encontre fora de seu país de nacionalidade e que, tendo ingressado no Brasil, se tenha dirigido à Defensoria Pública e indagado acerca da possibilidade de permanência no país, em condição de asilo. Nesse caso, é correto que o defensor público recomende a Melchior que requeira refúgio, com base na lei que normatiza o assunto.

868. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2010) Suponha que Raimundo, brasileiro nato, tenha saído do Brasil para morar nos Estados Unidos da América, onde reside há mais de trinta anos, e que, nesse país, tenha obtido a nacionalidade americana como condição para permanecer no território americano. Nessa situação, caso deseje retornar ao Brasil para visitar parentes, Raimundo necessitará de visto, pois, ao obter a nacionalidade americana, perdeu a nacionalidade brasileira.

869. (CESPE / Juiz Federal - TRF1R / 2009) A medida que, para ser adotada contra estrangeiros, exige promulgação e publicação de decreto presidencial para ser efetivada (Lei n.º 6.815/1980) é a expulsão.

870. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) No Brasil permite-se a concessão de visto ao estrangeiro quando anteriormente deportado do país.

871. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) No Brasil permite-se a concessão de visto ao estrangeiro quando considerado nocivo à ordem pública.

872. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) No Brasil permite-se a concessão de visto ao estrangeiro quando considerado nocivo aos interesses nacionais.

873. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) No Brasil permite-se a concessão de visto ao estrangeiro quando menor de dezoito anos, desacompanhado do responsável legal.

874. (CESPE / Juiz Federal - TRF2R / 2009) No Brasil permite-se a concessão de visto ao estrangeiro quando processado em outro país por crime doloso, passível de extradição segundo a lei brasileira.

875. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2004) Antônio, após cometer diversos crimes de natureza comum no Estado B, emigrou para o Brasil, onde fixou residência. O Estado B formulou pedido de extradição de Antônio, com base em tratado bilateral firmado entre este Estado e o Brasil. Pendente o julgamento desse pedido perante o STF, Antônio optou pela nacionalidade originária brasileira. Nessa situação, transitada em julgado a sentença que acolheu a declaração de vontade de Antônio, é correto afirmar que este permanecerá no território brasileiro, com a possibilidade de ser punido, nos termos da lei penal brasileira, pelos crimes cometidos no Estado B.

876. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2004) Igor, nascido no Brasil, é filho de um casal de nacionais do Estado A que estão a serviço do Estado B em território brasileiro. Nessa situação, a criança terá a nacionalidade de seus pais.

877. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2004) Cláudio, súdito do Estado A, estabeleceu seus negócios no Estado B, onde constituiu vasto patrimônio. Anos depois, correndo risco de se ver expropriado de seus bens pelo governo do Estado B e sem poder contar, por motivos históricos adversos, com a proteção diplomática de seu Estado pátrio, Cláudio emigrou para o Estado C, onde requereu imediatamente a sua naturalização, para receber a proteção diplomática, necessária para iniciar procedimento na Corte Internacional de Justiça contra o Estado B. Nessa situação, compete à Corte Internacional de Justiça, como pressuposto ao exame da proteção diplomática outorgada, deliberar acerca da efetividade internacional do ato de naturalização de Cláudio, embora tenha sido este realizado no âmbito da soberania nacional do Estado C.

878. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2004) Mário é binacional nato, tendo adquirido a nacionalidade do Estado B pela regra do *jus soli* e a nacionalidade do Estado C pela regra do *jus sanguinis*. Vivendo no Estado B, Mário teve seu patrimônio alcançado por medidas expropriatórias do governo deste Estado. Nessa situação, e devido a sua binacionalidade, Mário pode invocar a proteção diplomática do Estado C contra o Estado B, diante da legitimidade de ambos os vínculos no plano do direito internacional.

879. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2004) Manoel, de nacionalidade portuguesa, adquiriu no Brasil a igualdade de direitos e obrigações civis e o gozo de direitos políticos perante o Estado brasileiro. Nessa situação, o fato acarreta a suspensão do exercício dos seus direitos de cidadão em Portugal, embora o vínculo de nacionalidade portuguesa permaneça intacto.

880. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2007) Podem naturalizar-se os estrangeiros, de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

881. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2007) De acordo com o que dispõe o direito internacional, a deportação é uma forma de exclusão de estrangeiro que tenha ingressado de forma irregular no país ou cuja estada tenha se tornado irregular, ficando este estrangeiro impedido de retornar mesmo após sanada a irregularidade que provocou a deportação.

882. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) A posse ou a propriedade de bens no Brasil confere ao estrangeiro o direito de obter visto de qualquer natureza ou autorização de permanência no território brasileiro.

883. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) O visto de trânsito pode ser concedido ao estrangeiro que, para atingir o país de destino, tenha de entrar em território brasileiro.

884. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) O registro do estrangeiro deve ser mantido mesmo se o registrado obtiver naturalização brasileira.

885. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) Deve ser concedida a extradição do estrangeiro quando o fato que motivar o pedido de extradição não for considerado crime no Brasil ou no Estado requerente.

886. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2009) Deve ser concedida a extradição do estrangeiro quando o fato que motivar o pedido de extradição constituir crime político.

887. (CESPE / Relações Internacionais - Ministério da Saúde / 2008) A concessão de asilo político e diplomático se insere no espectro de poderes exclusivos do presidente da República.

888. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) As regras básicas a respeito da concessão de nacionalidade são estabelecidas pelo direito internacional público.

889. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A nacionalidade primária — ou originária — resulta de fato natural, o nascimento, e a secundária — ou adquirida —, de fato voluntário.

890. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A naturalização, em sentido amplo, consiste em qualquer mudança de nacionalidade, posterior ao nascimento.

891. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) São brasileiros natos os nascidos em navios mercantes brasileiros, onde quer que se encontrem.

892. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Têm direito à naturalização, no Brasil, os indivíduos originários de países de língua portuguesa que residam no país por um ano ininterrupto e sejam moralmente idôneos.

893. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) No Brasil, os estrangeiros dispõem de direitos políticos.

894. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Em se tratando de direitos individuais e coletivos, vigora no Brasil, em relação aos estrangeiros residentes ou não no país, o princípio da não-discriminação, com as restrições estabelecidas pela própria Constituição da República.

895. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A vigente Constituição brasileira garante aos portugueses com residência permanente no país, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, os direitos inerentes ao brasileiro naturalizado.

896. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Será passível de expulsão, no Brasil, o estrangeiro que houver entrado irregularmente no país ou cuja estada tenha-se tornado irregular.

897. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O governo dispõe de acentuado poder discricionário tanto na deportação quanto na expulsão de estrangeiros.

898. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O asilo político foi previsto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição brasileira atualmente em vigor.

899. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O asilo diplomático, tal como praticado nos dias de hoje na América Latina, pode ser concedido em repartições consulares.

900. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A extradição fundamenta-se tanto em tratado de extradição quanto na promessa de reciprocidade.

901. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Não há proibição, no Brasil, de extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

902. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Em nenhuma hipótese, o Brasil concede a extradição de brasileiros natos.

903. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Para que o filho de brasileiros que não estão a serviço da República Brasileira nascido no exterior seja brasileiro nato, ele deve ser registrado em repartição brasileira competente no exterior ou, não sendo registrado, residir no território nacional antes de atingir a maioridade e, alcançada esta, optar, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

904. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Até que venha residir na República Federativa do Brasil e opte pela nacionalidade brasileira, a criança filho de brasileiros que não estão a serviço da República Brasileira nascido no exterior é considerada apátrida, a menos que adquira nacionalidade de algum país pela via da naturalização.

905. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) A atual Constituição da República não admite que nenhum brasileiro nato possa perder a nacionalidade brasileira.

906. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Supondo que X seja um país de língua portuguesa, aos originários daquele país, com residência permanente no Brasil, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes aos brasileiros.

907. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Os brasileiros que trabalham como empregados domésticos na embaixada do país X, localizada em Brasília, têm seus contratos de trabalho regidos pela legislação trabalhista brasileira, sendo a solução de eventuais litígios, ajuizados depois do advento da Constituição da República de 1988, competência da Justiça do Trabalho brasileira.

908. (CESPE / Procurador Federal - AGU / 2010) O filho de diplomata brasileiro nascido no estrangeiro será brasileiro nato, desde que venha a residir na República Federativa do Brasil e opte, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

909. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) A perda da nacionalidade brasileira pode decorrer de ato do ministro da Justiça ou de decisão judicial e tem como consequência o retorno do indivíduo à situação de estrangeiro.

910. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) Uma vez perdida a nacionalidade brasileira, por decisão judicial transitada em julgado, o indivíduo poderá readquiri-la por meio de decisão favorável em ação rescisória ou por intermédio de novo procedimento de naturalização

911. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) É discricionário dos Estados privar alguém de sua nacionalidade.

912. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) A nacionalidade rege-se pelo princípio da efetividade.

913. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) É permitido aplicar o banimento a indivíduo com comprovado envolvimento no tráfico de drogas ilícitas.

914. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) Nacionalidade originária é aquela que se adquire por naturalização.

915. (CESPE / Advogado - OAB / 2009.1) Em nenhuma hipótese, brasileiro nato perde a nacionalidade brasileira.

916. (CESPE / Advogado - OAB / 2009.1) Brasileiro naturalizado que, em virtude de atividade nociva ao Estado, tiver sua naturalização cancelada por sentença judicial só poderá readquiri-la mediante ação rescisória.

917. (CESPE / Advogado - OAB / 2009.1) Eventual pedido de reaquisição de nacionalidade feito por brasileiro naturalizado será processado no Ministério das Relações Exteriores.

918. (CESPE / Advogado - OAB / 2009.1) A reaquisição de nacionalidade brasileira é conferida por lei de iniciativa do presidente da República.

919. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) Não haverá extradição nos casos em que não houver processo penal contra o extraditando ou pena a ser por ele cumprida.

920. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) O requerimento de extradição terá sempre por fundamento a existência de um tratado entre dois países envolvidos.

921. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) Fundada em tratado, a demanda extradicional não pode ser sumariamente recusada pelo Estado requerido.

922. (CESPE / Diplomata - IRBr / 2010) O Estado brasileiro autoriza a extradição de brasileiros natos envolvidos na prática de crime de tráfico de drogas.

923. (CESPE / Analista Processual - TJRR / 2006) A nacionalidade primária ou originária é aquela que resulta do status de brasileiro naturalizado.

924. (CESPE / Advogado – OAB / 2010.1) É vedada a extradição de nacionais, salvo em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes, em terrorismo ou em crimes definidos, em lei, como hediondos.

925. (CESPE / Advogado – OAB / 2010.1) A CF dispõe expressamente sobre a possibilidade de expulsão do estrangeiro que praticar atividade nociva à ordem pública e ao interesse nacional, salvo se estiverem presentes, simultaneamente, os seguintes requisitos: cônjuge brasileiro e filho brasileiro dependente da economia paterna.

926. (CESPE / Advogado – OAB / 2010.1) O Brasil, por ter ratificado integralmente o Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional, tem o compromisso de entregar ao tribunal os indivíduos contra os quais tenham sido expedidos pedidos de detenção e entrega, mesmo que eles possuam, originariamente, nacionalidade brasileira.

927. (CESPE / Advogado – OAB / 2010.1) Os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos são automaticamente considerados brasileiros naturalizados, independentemente de qualquer outra condição ou exigência.

928. (CESPE / Agente de Segurança - MG / 2008) Um cidadão uruguaio, sem qualquer condenação penal, reside em Teófilo Otoni – MG há cinco anos ininterruptos. Nessa situação, por preencher os requisitos necessários, o cidadão uruguaio poderá requerer a nacionalidade brasileira para tornar-se brasileiro naturalizado.

929. (CESPE / Agente de Segurança - MG / 2008) Miguel, brasileiro naturalizado, é agente de segurança socioeducativo há mais de 15 anos. Foi vereador, prefeito em Belo Horizonte e deputado estadual. Miguel informou ao seu partido o interesse em se candidatar a governador na eleição de 2010. Nessa situação, Miguel não poderá se candidatar, uma vez que o cargo é privativo de brasileiro nato.

930. (CESPE / Agente de Segurança - MG / 2008) Juan nasceu em junho de 2008, em Florianópolis – SC. Seus pais, Jim e Suan, são cidadãos chineses e estavam passando férias no Brasil. Nessa situação, é correto afirmar que Juan é brasileiro nato.

931. (CESPE / Agente de Segurança - MG / 2008) Jorge nasceu em Havana, Cuba, em fevereiro de 2008. Sua mãe, Maria, cidadã argentina, acompanhava seu pai, Marcos, cidadão brasileiro, que estava a serviço do Brasil em uma missão em Havana. Jorge e sua família voltaram ao Brasil em março do mesmo ano e residem em Brasília – DF. Nessa situação, Jorge é brasileiro naturalizado.

932. (CESPE / Promotor de Justiça Substituto – SE / 2010) Os estrangeiros originários de países de língua portuguesa adquirirão a nacionalidade brasileira se mantiverem residência contínua no território nacional pelo prazo mínimo de quatro anos, imediatamente anteriores ao pedido de naturalização.

933. (CESPE / Promotor de Justiça Substituto – RN / 2009) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

934. (CESPE / Promotor de Justiça Substituto – RN / 2009) Um cidadão português que goze do estatuto da reciprocidade pode ser candidato a presidente da República.

935. (CESPE / Promotor de Justiça Substituto – RN / 2009) Em qualquer caso, a dupla nacionalidade de um cidadão brasileiro impõe a inelegibilidade.

936. (CESPE / Promotor de Justiça Substituto – RN / 2009) Estrangeiro nacionalizado brasileiro somente pode ser candidato a cargos legislativos.

937. (CESPE / Promotor de Justiça Substituto – RN / 2009) Cidadão brasileiro nascido no exterior e registrado no consulado do Brasil pode ser candidato a presidente da República.

938. (CESPE / Advogado - OAB-ES / 2004) De acordo com a Constituição Federal, ocorrerá a perda da nacionalidade brasileira quando o brasileiro residente no exterior adquirir outra nacionalidade, por naturalização voluntária.

939. (CESPE / Advogado - OAB/SP / 2007) O brasileiro que adquirir outra nacionalidade perderá a nacionalidade brasileira, exceto se for brasileiro nato.

940. (CESPE / Advogado - OAB/SP / 2007) O brasileiro que adquirir outra nacionalidade perderá a nacionalidade brasileira, exceto se a lei estrangeira impuser a naturalização ao brasileiro residente no território do respectivo estado estrangeiro como condição para sua permanência.

941. (CESPE / Advogado - OAB/SP / 2007) O brasileiro que adquirir outra nacionalidade passará a ter dupla nacionalidade, pois a Constituição Federal não prevê hipóteses de perda de nacionalidade.

942. (CESPE / Procurador Autárquico – DETRAN/PA / 2006) O brasileiro nato será extraditado em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

943. (CESPE / Analista Processual - TJRR / 2006) A gravidade do crime cometido no exterior por brasileiro nato, a depender das circunstâncias e da natureza do delito, pode justificar a sua extradição, pelo Brasil, a pedido de governo estrangeiro.

944. (CESPE / Analista Processual - TJRR / 2006) A perda da nacionalidade brasileira somente pode ocorrer nas hipóteses taxativamente definidas na Constituição da República, não se revelando lícito ao Estado brasileiro, mediante tratados ou convenções internacionais, inovar nesse tema, para ampliar ou modificar os casos autorizadores da privação da condição político-jurídica de nacional do Brasil.

945. (CESPE / Agente Penitenciário Federal - MJ / 2005) É inconstitucional a restrição ao acesso ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal aos brasileiros natos, pois, ofende a igualdade constitucionalmente fixada entre brasileiros e estrangeiros.

946. (CESPE / Agente Penitenciário Federal - MJ / 2005) Segundo a Constituição da República, ao brasileiro naturalizado será permitida a assunção de cargo de ministro do STF.

947. (CESPE / Agente Penitenciário Federal - MJ / 2005) Não pode ser ministro do STF aquele que, nascido no estrangeiro, seja filho de pai brasileiro ou mãe brasileira, ainda que estes estejam a serviço da República Federativa do Brasil.

948. (CESPE / Agente Penitenciário Federal - MJ / 2005) Pode ser ministro do STF o nascido no Brasil e filho de pais estrangeiros, mesmo que estes não estejam a serviço do país onde nasceram.

949. (CESPE / Analista Processual – MPU / 2010) O ordenamento constitucional veda o envio compulsório de brasileiros ao exterior, que caracterizaria a pena de banimento, assim como proíbe a retirada coativa de estrangeiros do território nacional, que caracterizaria a pena de expulsão.

Gabarito

843	**E**	**870**	**C**	**897**	**C**	**924**	**E**
844	C	871	E	898	C	925	E
845	**C**	**872**	**E**	**899**	**E**	**926**	**C**
846	C	873	E	900	C	927	E
847	**C**	**874**	**E**	**901**	**E**	**928**	**E**
848	E	875	C	902	C	929	E
849	**E**	**876**	**E**	**903**	**E**	**930**	**C**
850	E	877	C	904	C	931	E
851	**E**	**878**	**E**	**905**	**E**	**932**	**E**
852	E	879	C	906	E	933	E
853	**E**	**880**	**C**	**907**	**C**	**934**	**E**
854	E	881	E	908	E	935	E
855	**E**	**882**	**E**	**909**	**E**	**936**	**E**
856	E	883	C	910	E	937	C
857	**C**	**884**	**E**	**911**	**E**	**938**	**E**
858	E	885	E	912	C	939	E
859	**E**	**886**	**E**	**913**	**E**	**940**	**C**
860	C	887	C	914	E	941	E
861	**C**	**888**	**E**	**915**	**E**	**942**	**E**
862	E	889	C	916	C	943	E
863	**E**	**890**	**C**	**917**	**E**	**944**	**C**
864	E	891	E	918	E	945	E
865	**E**	**892**	**C**	**919**	**C**	**946**	**E**
866	C	893	E	920	E	947	E
867	**C**	**894**	**E**	**921**	**C**	**948**	**E**
868	E	895	C	922	E	949	E
869	**C**	**896**	**E**	**923**	**E**		

Comentários

843. Errado. Segundo o disposto no art. 3º da Lei 6815/80, Estatuto do Estrangeiro, a concessão de visto, sua prorrogação ou

transformação ficarão **sempre condicionadas aos interesses nacionais**.

844. Correto. O Estatuto do Estrangeiro dispõe, em seu art. 4º, parágrafo único, que o **visto é individual e sua concessão poderá estender-se a dependentes legais**, observado o disposto no artigo 7º, que afirma que não se concederá visto ao estrangeiro: I - menor de 18 (dezoito) anos, desacompanhado do responsável legal ou sem a sua autorização expressa; II - considerado nocivo à ordem pública ou aos interesses nacionais; III - anteriormente expulso do País, salvo se a expulsão tiver sido revogada; IV - condenado ou processado em outro país por crime doloso, passível de extradição segundo a lei brasileira; ou V - que não satisfaça às condições de saúde estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

845. Correto. A questão baseia-se na redação do Art. 8º do Estatuto do Estrangeiro, que estabelece que o visto de trânsito é aquele concedido ao estrangeiro que, para atingir o país de destino, tenha de entrar em território nacional. O artigo refere, ainda, que a validade desse visto é de até dez dias improrrogáveis e para uma única entrada, bem como fixa sua **desnecessidade** para estrangeiros que apenas façam escalas obrigatórias no território nacional, por conta do meio de transporte utilizado.

846. Correto. Trata-se de previsão do artigo 34 do Estatuto do Estrangeiro. Cumpre observar que a prorrogação **para o turista é limitada a 90 dias** e que a prorrogação **para o temporário não excederá a um ano**.

847. Correto. A nacionalidade, seja ela primária ou secundária, constitui pressuposto da cidadania. A nacionalidade constitui-se em um vínculo político entre o Estado soberano e o indivíduo, tornando-o parte da dimensão pessoal do Estado. Já a cidadania pode ser definida como um conjunto de direitos que confere ao indivíduo a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo.

848. Errado. De acordo com o art. 78 da Lei 6815/80, são condições para se conceder a extradição a) o crime ter sido cometido no território do Estado requerente ou serem aplicáveis ao extraditando as leis penais desse Estado; e b) existir sentença final de privação de liberdade, ou estar a prisão do extraditando

autorizada por Juiz, Tribunal ou autoridade competente do Estado requerente, condições satisfeitas no caso em tela.

849. Errado. O termo heimatlos significa apátrida, ou seja, aquele que não possui nacionalidade de qualquer Estado, e embora a questão esteja incompleta, pois não menciona o local de nascimento de Lucca, se considerarmos que ele nasceu em solo brasileiro, aplica-se o disposto no art. 12 "a" da CF, que considera brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país. Se Lucca nasceu em solo italiano, a concessão de nacionalidade também pode se dar por este país, conforme as regras de seu direito interno.

850. Errado. A expulsão ou deportação de brasileiro constituiria, na prática, pena de banimento, o que é proibido pela Constituição em seu art. 5º, inc. XLVII, "d".

851. Errado. O casamento há mais de 5 anos com cônjuge brasileiro é circunstância que impede a expulsão do estrangeiro, mas **inexiste disposição semelhante relativamente à extradição**. De acordo com o art. 78 da lei 6815/80, são condições para a concessão da extradição ter sido o crime cometido no território do Estado requerente ou serem aplicáveis ao extraditando as leis penais desse Estado, e existir sentença final de privação de liberdade, ou estar a prisão do extraditando autorizada por Juiz, Tribunal ou autoridade competente do Estado requerente.

852. Errado. O Estatuto da ONU para os **Refugiados concede a estes o direito de livremente circular pelo país receptor**, condicionados unicamente à regulamentação aplicável aos estrangeiros em geral. O artigo 31 do Estatuto prevê, ainda, que os Estados Membros não poderão aplicar sanções penais em virtude da entrada ou permanência irregular aos refugiados que cheguem diretamente do território no qual sua vida ou liberdade estivessem ameaçadas.

853. Errado. De acordo com a Artigo II da Convenção de Caracas sobre Asilo Diplomático de 1954, todo Estado tem o direito de conceder asilo, mas não se acha obrigado concedê-lo, nem a declarar por que o nega. Vale lembrar que o asilo diplomático é uma forma provisória de asilo político que só é praticada regularmente na América Latina, e da qual o Peru, por exemplo, é um objetor persistente.

854. Errado. De acordo com o disposto no art. 34 da Lei 9474/97, a **solicitação de refúgio suspenderá, até decisão definitiva, qualquer processo de extradição pendente** – em fase não só judicial, mas também administrativa – baseado nos fatos que fundamentaram a concessão de refúgio.

855. Errado. Tais condições são características da concessão de asilo diplomático, e não territorial.

856. Errado. A Convenção Americana sobre Asilo Diplomático **não exige reciprocidade**, pois considera o asilo diplomático como uma instituição de caráter humanitário.

857. Correto. O caso de Hans se enquadra na exceção ao art. 12, I "a" da CF, que afirma que são brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país, como ocorre no caso em tela, no qual o pai de Hans é cônsul da Gemênia.

858. Errado. Helen poderá requerer a nacionalidade brasileira e, nos termos do art. 12, I, "c" da CF, será brasileira nata, mas só poderá fazer esta opção após atingir a maioridade, e não com 17 anos. Além disso, as hipóteses de perda da nacionalidade podem atingir tanto o brasileiro nato como o naturalizado no caso de aquisição de outra nacionalidade por naturalização voluntária, salvo nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira ou de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

859. Errado. Caso Helen não tivesse optado pela nacionalidade originária brasileira nem tivesse se naturalizado, ela seria apátrida, podendo ser extraditada se satisfeitos os requisitos dispostos na Lei 6.815/80, e não só em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes.

860. Correto. A presença ou não de filhos menores brasileiros é indiferente para os fins de extradição, só importando para os casos de expulsão, que, nos termos da Lei 6.815/80, art. 75, II, não se dará quando o estrangeiro tiver **cônjuge brasileiro** do qual

não esteja divorciado ou separado, de fato ou de direito, e desde que o casamento tenha sido celebrado há mais de 5 (cinco) anos, **ou filho brasileiro** que, comprovadamente, esteja sob sua guarda e dele dependa economicamente. Entretanto, não constituem impedimento à expulsão a adoção ou o reconhecimento de filho brasileiro supervenientes ao fato que o motivar.

861. Correto. Enquanto a expulsão e a deportação se dão através da iniciativa de autoridade brasileira, a extradição é requisitada por autoridade estrangeira.

862. Errado. A Constituição brasileira elenca uma série de distinções de direitos em razão do tipo de nacionalidade. O § 3º do art. 12 da CF elenca os **cargos privativos de brasileiro nato**: Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, Ministro do Supremo Tribunal Federal, da carreira diplomática, de oficial das Forças Armadas e de Ministro de Estado da Defesa. Além disso, o art. 5º, inc. LI afirma que **nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado**, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

863. Errado. De acordo com o art. 112, IV da lei 6.815/80, é condição para a concessão da nacionalidade brasileira ler e escrever a língua portuguesa, consideradas as condições do naturalizando.

864. Errado. De acordo com o Estatuto do Estrangeiro, o visto de turista poderá ser concedido ao estrangeiro que venha ao Brasil em caráter recreativo ou de visita, assim considerado aquele que não tenha finalidade imigratória, nem intuito de exercício de atividade remunerada, enquanto o visto permanente poderá ser concedido ao estrangeiro que pretenda se fixar definitivamente no Brasil, ou seja, o imigrante.

865. Errado. De acordo com o art. 57 do Estatuto do Estrangeiro, a deportação fundamenta-se no fato de o estrangeiro entrar ou permanecer de forma irregular no território brasileiro, e as autoridades dão prazo para o estrangeiro se retirar voluntariamente, ou seja, se não houve ingresso no país e o retorno foi imediato, não se pode falar em deportação.

866. Correto. O instituto da expulsão, abordado nos artigos 65 a 75 do Estatuto do Estrangeiro, consiste em retirar forçadamente do território do país um estrangeiro que nele entrou ou permaneceu irregularmente ou, ainda, que praticou atentados à ordem jurídica do país em que se encontra. Uma vez condenado à expulsão, o estrangeiro **não poderá retornar ao país, a não ser que um novo decreto presidencial revogue o anterior,** conforme disposto no art. 7º inc. III do Estatuto do Estrangeiro. É por isso que a doutrina entende que a expulsão, ao contrário da deportação, é um ato administrativo que deixa seqüelas.

867. Correto. A Lei 9.474/97 define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, determinando que o estrangeiro poderá solicitar reconhecimento como refugiado a qualquer autoridade migratória que se encontre na fronteira.

868. Errado. O art. 12 da CF, § 4º, II, afirma que será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos a) de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira ou b) de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis. Como Raimundo se enquadra na segunda exceção, não perderá a nacionalidade brasileira.

869. Correto. Cabe ao Ministério da Justiça instaurar inquérito para a expulsão de estrangeiro, que será decidida pelo Presidente da República. Vale lembrar que a legalidade da expulsão pode ser analisada pelo STF por meio de *habeas corpus*, tendo em vista que, apesar da discricionariedade, a medida não pode ser realizada em ofensa à lei ou sem fundamentação.

870. Correto. Ao contrário do que ocorre com a expulsão, diz-se que a deportação é um ato administrativo que **não deixa seqüelas**, pois, uma vez regularizada a sua situação, o deportado poderá voltar ao país. Vale lembrar que o art. 64 do Estatuto do Estrangeiro afirma que o deportado só poderá reingressar no território nacional se ressarcir o Tesouro Nacional, com correção monetária, das despesas com a sua deportação e efetuar, se for o caso, o pagamento da multa devida à época, também corrigida.

871. Errado. O art. 7º, II do Estatuto do Estrangeiro afirma que não se concederá visto ao estrangeiro considerado nocivo à **ordem pública** ou aos interesses nacionais.

872. Errado. O art. 7º, II do Estatuto do Estrangeiro afirma que não se concederá visto ao estrangeiro considerado nocivo à ordem pública ou aos **interesses nacionais**.

873. Errado. O art. 7º, I do Estatuto do Estrangeiro afirma que **não se concederá visto ao estrangeiro menor de 18 (dezoito) anos**, desacompanhado do responsável legal ou sem a sua autorização expressa.

874. Errado. O art. 7º, IV do Estatuto do Estrangeiro afirma que não se concederá visto ao estrangeiro condenado ou processado em outro país por **crime doloso**, passível de extradição segundo a lei brasileira.

875. Correto. A CF afirma, em seu art. 5º, inc. LI, que nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei. Se Antônio adquiriu nacionalidade originária, não será extraditado, mas responderá perante a justiça brasileira por seus crimes.

876. Errado. A CF afirma, em seu art. 12, I, ”a” que são brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país. Como os pais de Igor estavam a serviço de **outro país** que não o de sua nacionalidade, Igor será brasileiro nato.

877. Correto. A assertiva traz em seu texto, em linhas gerais, a descrição dos fatos ocorridos no notório caso Nottebohm, no qual a Corte Internacional de Justiça decidiu que, para os fins de outorga de proteção diplomática, a **nacionalidade deve ser efetiva e contínua**, o que não se configurava no caso.

878. Errado. Na hipótese de dupla nacionalidade, qualquer um dos Estados pode, em regra, exercer proteção diplomática em favor do indivíduo. Entretanto, não é admitido o endosso nos casos de reclamação feita pelo indivíduo contra o seu outro Estado patrial.

A jurisprudência internacional reconheceu esta exceção em 1912, no caso Canevaro, relativo a um binacional italiano *iure sanguinis* e peruano *iure solis* que tem suas propriedades expropriadas pelo governo peruano e busca proteção diplomática pela Itália.

879. Correto. O artigo 12 do Decreto 70.436/72, que regulamenta, no Brasil, o Estatuto da Igualdade entre brasileiros e portugueses, prevê que o gozo dos direitos políticos no Brasil importa em suspensão do exercício dos mesmos direitos em Portugal. Na medida em que o conceito de cidadão se confunde com o de eleitor, é correta a afirmação.

880. Correto. A redação está de acordo com o disposto pela CF em seu art. 12, II, "b".

881. Errado. O estrangeiro pode regressar depois de sanada a irregularidade que provocou a deportação, lembrando que o art. 64 do Estatuto do Estrangeiro afirma que o deportado só poderá reingressar no território nacional se ressarcir o Tesouro Nacional, com correção monetária, das despesas com a sua deportação e efetuar, se for o caso, o pagamento da multa devida à época, também corrigida.

882. Errado. De acordo com o art. 6º da lei 6815/80, a posse ou a propriedade de bens no Brasil não confere ao estrangeiro o direito de obter visto de qualquer natureza, ou autorização de permanência no território nacional.

883. Correto. A questão está de acordo com o disposto no caput do art. 8º do Estatuto do Estrangeiro, lembrando ainda que o visto de trânsito é válido para uma estada de até 10 (dez) dias improrrogáveis e uma só entrada, e que não se exigirá visto de trânsito ao estrangeiro em viagem contínua, que só se interrompa para as escalas obrigatórias do meio de transporte utilizado.

884. Errado. O art. 49, I do Estatuto do estrangeiro afirma que estrangeiro terá o registro cancelado se obtiver naturalização brasileira.

885. Errado. De acordo com o Art. 77, II do Estatuto do Estrangeiro, não se concederá a extradição quando o fato que motivar o pedido não for considerado crime no Brasil ou no Estado requerente. É

necessária, portanto, a **dupla tipificação** da conduta para autorizar a extradição.

886. Errado. O art. 77, inc. VII do Estatuto do Estrangeiro afirma que não se concederá a extradição quando o fato constituir **crime político**.

887. Correto. A concessão de asilo é ato internacional da República Federativa do Brasil, estando, pois, no âmbito das **atribuições privativas do Presidente da República**, nos termos do art. 84, incisos VII e VIII da Constituição Federal.

888. Errado. A nacionalidade recebe uma disciplina de **direito interno**, pois cabe a cada Estado legislar acerca da sua nacionalidade, respeitando, obviamente, os parâmetros também estabelecidos pelo direito internacional público.

889. Correto. A nacionalidade originária é aquela resultante do nascimento, podendo ser a de seus pais (*jus sanguinis*) ou a do país no qual nasceu (*jus soli*, regra de concessão de nacionalidade perante o ordenamento brasileiro). A nacionalidade adquirida é aquela resultante de mudança de nacionalidade anterior, ou seja, de fato voluntário do indivíduo.

890. Correto. A naturalização é a aquisição de nacionalidade de um determinado Estado por indivíduo estrangeiro, sendo sujeita ao preenchimento de requisitos determinados no âmbito do direito interno de cada país. No Brasil, tais condições estão expressas no art. 12, II da Constituição Federal, que afirma serem brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral, e aos estrangeiros de qualquer nacionalidade, residência na República Federativa do Brasil por mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

891. Errado. Serão considerados nascidos no Brasil os nascidos em navios de bandeira brasileira somente quando trafeguem por espaços neutros, e não onde quer que se encontrem, pois, se

estiverem no espaço soberano de outro Estado, terão então a nacionalidade deste local.

892. Correto. Tal assertiva é relativa ao dispositivo do art. 12, II, “b” da CF.

893. Errado. O exercício de direitos políticos possui como pressuposto a nacionalidade, seja ela originária ou derivada.

894. Errado. De acordo com o caput do art. 5º da CF, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Assim, tais garantias não são estendidas ao estrangeiro não residente.

895. Correto. O art. 12, II, § 1º da CF estatui que aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição.

896. Errado. A redação da questão traz as hipóteses de deportação. Já a expulsão, regulada pelo art. 64 do Estatuto do Estrangeiro, se dá quando o estrangeiro, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranqüilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais, e ainda, contra o estrangeiro que a) praticar fraude a fim de obter a sua entrada ou permanência no Brasil; b) havendo entrado no território nacional com infração à lei, dele não se retirar no prazo que lhe for determinado para fazê-lo, não sendo aconselhável a deportação; c) entregar-se à vadiagem ou à mendicância; ou d) desrespeitar proibição especialmente prevista em lei para estrangeiro.

897. Correto. Tanto a deportação quanto a expulsão são institutos marcados pela **discricionariedade** em sua aplicação, ou seja, sujeitos aos critérios de oportunidade e conveniência. Entretanto, tais atos não devem ser realizados em ofensa à lei ou sem a devida fundamentação.

898. Correto. O artigo XIV da Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê que toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, mas ressalva que este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas. Já a CF 88 elenca, em seu art. 4º, inc. X, a concessão de asilo político como um dos princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais.

899. Errado. A Convenção de Caracas Sobre Asilo Diplomático, de 1954, afirma em seu art. I que o asilo outorgado em legações, navios de guerra e acampamentos ou aeronaves militares, a pessoas perseguidas por motivos ou delitos políticos, será respeitado pelo Estado territorial, e que, para os fins da Convenção, legação é a sede de toda missão diplomática ordinária, a residência dos chefes de missão, e os locais por eles destinados para esse efeito, quando o número de asilados exceder a capacidade normal dos edifícios. Assim, a concessão de asilo político só se pode dar em sedes de missões diplomáticas, e não em repartições consulares.

900. Correto. Tal é a redação do art. 76 do Estatuto do Estrangeiro, que afirma que a extradição poderá ser concedida quando o governo requerente se fundamentar em tratado, ou quando prometer ao Brasil a reciprocidade.

901. Errado. O Estatuto do Estrangeiro afirma, em seu art. 77, inc. VII, que não se concederá a extradição quando o fato constituir crime político, e a CF, em seu art. 5º, inc. LII, declara que não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

902. Correto. A CF determina, em seu art. 5º, inc. LI, que nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

903. Errado. A questão é capciosa, pois o art. 12, I, “c” da CF afirma que serão considerados brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer

tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira. Assim, o equívoco da assertiva está na exigência de residência no Brasil especificamente antes da maioridade.

904. Correto. O dispositivo da questão está de acordo com o art. 12, I, "c" da CF, que declara que serão considerados brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira

905. Errado. As hipóteses de perda da nacionalidade, elencadas no art. 12, II, "b" § 4º, II da CF são aplicáveis aos brasileiros natos e naturalizados, que perderão a nacionalidade brasileira se **adquirirem outra nacionalidade**, salvo nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira ou de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis

906. Errado. A assertiva confunde a naturalização de estrangeiro proveniente de país de língua portuguesa, dos quais o art. 12, II, "a" da CF exige apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral, e o disposto no § 1º do mesmo artigo, que afirma que aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição.

907. Correto. O art. 114, I da CF determina que compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O caso paradigmático que consolidou este posicionamento na jurisprudência pátria foi a Apelação Cível 9696/89 do STF – Genny de Oliveira *versus* República Federal da Alemanha.

908. Errado. O filho de diplomata brasileiro nascido no estrangeiro será brasileiro nato nos termos do art. 12, I, "b" da CF, que determina que são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

909. Errado. A perda da nacionalidade brasileira não decorre de ato do Ministro da Justiça, e sim, nos termos do § 4º do art. 12 da CF, quando o brasileiro tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional ou adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira ou de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis. A perda da nacionalidade tem como conseqüência o retorno do indivíduo à condição de estrangeiro.

910. Errado. A nacionalidade brasileira perdida por decisão judicial só pode ser readquirida mediante revogação da decisão que cancelou a naturalização, através de ação rescisória.

911. Errado. Apesar de a concessão de nacionalidade ser em grande parte fruto da discricionariedade dos Estados, a sua perda deve se dar em virtude de determinadas disposições legais ou mesmo constitucionais. Tal idéia está consolidada no art. 15 da Declaração Universal dos Direitos do Homem da ONU, que afirma que um Estado não pode arbitrariamente privar o indivíduo de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

912. Correto. Existe a necessidade de o vínculo patrial se firmar em **laços consistentes** entre o indivíduo e o Estado, um princípio foi consolidado pela Corte Internacional de Justiça no caso Nottebohm.

913. Errado. A CF 88, em seu art. 5º, inc. XLVII, ”d” veda expressamente as penas de banimento. O que pode ocorrer é, nos termos no inc. LI da CF, a extradição de brasileiro naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

914. Errado. A nacionalidade que se adquire por naturalização é a **derivada**.

915. Errado. As hipóteses de perda da nacionalidade, elencadas no art. 12, II, “b” § 4º, II da CF são aplicáveis também aos brasileiros

natos, que perderão a nacionalidade brasileira se adquirirem outra nacionalidade, salvo nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira ou de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

916. Correto. A nacionalidade derivada brasileira perdida por decisão judicial só pode ser readquirida mediante revogação da decisão que cancelou a naturalização, através de ação rescisória.

917. Errado. Conforme o disposto no art.36, §1º da Lei 818/49 § 1º, o pedido de reaquisição de nacionalidade será processado no Ministério da Justiça, e não no Ministério de Relações Exteriores, como afirma a questão.

918. Errado. Conforme dispõe a lei 818/49 em seus arts. 22 e 36, a reaquisição de nacionalidade brasileira é feita mediante decreto, se a perda da nacionalidade decorreu da aquisição de outra nacionalidade e o estrangeiro estiver domiciliado no Brasil, ou através de ação rescisória, se a perda ocorreu em virtude de decisão judicial.

919. Correto. O Estatuto do Estrangeiro afirma em seu art. 78, II que são condições para concessão da extradição existir sentença final de privação de liberdade, ou estar a prisão do extraditando autorizada por Juiz, Tribunal ou autoridade competente do Estado requerente, salvo casos de urgência regulados pelo art. 82.

920. Errado. De acordo com o art. 76 do Estatuto do Estrangeiro a extradição poderá ser concedida quando o governo requerente se fundamentar em tratado, ou quando prometer ao Brasil a reciprocidade.

921. Correto. Quando a extradição é fundada em tratado, há um compromisso assumido pelo governo brasileiro no âmbito internacional que deve ser honrado, **sob pena de responsabilização internacional**.

922. Errado. O Brasil não autoriza, sob hipótese alguma, a extradição de brasileiro nato, o que equivaleria à pena de banimento. O que a CF permite, em seu art. 5º, inc. LI, é a extradição de brasileiro

naturalizado em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

923. Errado. A nacionalidade primária é aquela adquirida com o nascimento; já a naturalização é hipótese de aquisição de nacionalidade secundária, que ocorre pela vontade do estrangeiro, quando preenchidos os requisitos da lei de cada Estado.

924. Errado. **Apenas o brasileiro naturalizado** pode ser extraditado, e apenas por crime comum cometido antes da naturalização ou por envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes, não sendo dado à lei ampliar o rol de crimes que, cometidos após a naturalização, autorizam a extradição do naturalizado.

925. Errado. A Constituição Federal trata da expulsão de estrangeiros apenas no inciso XV do artigo 22, que outorga à União competência para legislar acerca de emigração, imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros. A expulsão, com efeito, está regulamentada no Estatuto dos Estrangeiros, Lei 6.815/80, nos artigos 65 a 75.

926. Correto. O Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional, foi aprovado pelo Congresso Nacional, tendo sido publicado pelo Decreto 4.388/2002. Nos termos do Estatuto, os Estados deverão cooperar plenamente com o Tribunal no inquérito e procedimento contra crimes de sua competência, inclusive atendendo pedidos de detenção e entrega de nacionais.

927. Errado. A Constituição Federal permite que estrangeiros residentes no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos gozem de nacionalidade brasileira, mas condicionam esse *status* a inexistência de condenação penal e a requerimento expresso.

928. Errado. A nacionalidade brasileira é concedida aos estrangeiros que residam há mais de quinze anos ininterruptos no Brasil, sem condenação penal e que a requeiram. Excepcionalmente, os estrangeiros oriundos de países de língua portuguesa podem gozar da nacionalidade apenas com a exigência de residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral

929. Errado. Nos termos do §3º do art. 12 da Constituição, são privativos de brasileiros natos os cargos que podem alcançar a Presidência da República (Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal e Ministro do STF), os cargos militarmente estratégicos (oficial das Forças Armadas e Ministro de Estado da Defesa) e os cargos da carreira diplomática.

930. Correto. Todo aquele nascido no Brasil é brasileiro nato, mesmo que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

931. Errado. O filho de brasileiro que esteja a serviço da República Federativa do Brasil, ainda que nascido no estrangeiro, é brasileiro nato, não dependendo de qualquer requerimento ou opção.

932. Errado. Nos termos da Constituição Federal, aos estrangeiros oriundos de países de língua portuguesa é concedida a nacionalidade brasileira, exigindo-se apenas idoneidade moral e residência no Brasil por um ano ininterrupto.

933. Errado. O filho de pai ou mãe brasileira poderá gozar da nacionalidade brasileira se assim optar, depois de atingida a maioridade, exigindo-se que seja registrado em repartição brasileira competente ou que venha a residir na República Federativa do Brasil. O enunciado erra ao afirmar que a constituição de residência no Brasil deva ocorrer antes de atingida a maioridade, uma vez que a Constituição Federal não faz essa exigência.

934. Errado. A Constituição brasileira, nos ditames de seu art. 13, §3º, inc. I, reserva o acesso ao cargo de presidente da República apenas aos brasileiros natos. A mesma ressalva é feita com relação aos cargos de Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, Ministro do Supremo Tribunal Federal, membros da carreira diplomática, oficiais das Forças Armadas e Ministro de Estado da Defesa.

935. Errado. A dupla nacionalidade não implica necessariamente perda da nacionalidade e da cidadania brasileira. Segundo o artigo 12, §4º, II, da Constituição Federal, a aquisição de outra nacionalidade determina a perda da brasileira, salvo quando

houver reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira ou quando a norma estrangeira imponha a naturalização como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

936. Errado. Ao brasileiro naturalizado é dado concorrer a qualquer cargo, exceto os privativos de brasileiro nato, nos termos da Constituição. A saber, são privativos ao brasileiro nato os cargos de Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, Ministro do STF, Ministro de Estado da Defesa, além dos cargos da carreira diplomática e de oficial das Forças Armadas

937. Correto. O filho de brasileiro ou brasileira nascido no exterior e registrado no consulado do Brasil é considerado brasileiro nato e, assim, pode aceder ao cargo de Presidente da República.

938. Errado. A questão está incompleta, já que, em 1994, pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, foram criadas duas exceções a essa regra, quais sejam, os casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira e de imposição de naturalização, pela lei estrangeira, para que o brasileiro residente possa permanecer ou exercer direitos civis no estrangeiro.

939. Errado. De acordo com a Constituição Federal, em seu art. 12, será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional, ou adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira ou de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

940. Correto. O brasileiro não perderá a nacionalidade se a lei estrangeira impuser a naturalização como condição de permanência do brasileiro no respectivo território ou se houver reconhecimento de outra nacionalidade originária.

941. Errado. A Constituição Federal prevê, em seu art. 12, a possibilidade da perda de nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional, ou adquirir outra

nacionalidade, salvo nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira ou de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

942. Errado. Conforme o art. 5º, inc. LI da CF, nenhum brasileiro será extraditado, salvo o **naturalizado**, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

943. Errado. Segundo se depreende da leitura do art. 5º, inc. LI da CF, nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

944. Correto. Dada a importância do tema da nacionalidade, afeto à soberania do Estado brasileiro, cabe à Constituição tratar de sua perda, que é disciplinada pelo art. 12, afirmando que será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional, ou adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira ou de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

945. Errado. A Constituição não determina uma igualdade absoluta entre brasileiros e estrangeiros, e sim uma igualdade nos termos da Constituição, que pode, portanto, estabelecer distinções, tal como ocorre no caso de Ministro do STF que, por ser cargo afeto à soberania brasileira, é reservado aos brasileiros natos.

946. Errado. De acordo com o art. 12, §3º da CF, são privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, de Presidente da Câmara dos Deputados, de Presidente do Senado Federal, de Ministro do Supremo Tribunal Federal, da carreira diplomática, de oficial das Forças Armadas e de Ministro de Estado da Defesa.

947. Errado. A Constituição Federal reserva aos brasileiros natos o cargo de ministro do STF, sendo também considerados brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil, nos termos do art. 12 da CF.

948. Errado. Os filhos de estrangeiros, nascidos na República Federativa do Brasil, são considerados brasileiros natos, exceto se seus pais estiverem a serviço de seu país, nos termos do artigo 12, I, a, da Constituição Federal.

949. Errado. Com efeito, a pena de banimento, caracterizada pelo envio compulsório de brasileiro ao exterior, é vedada pela Constituição Federal, nos termos do art. 5º, XLVII, alínea "d". Entretanto, a expulsão de estrangeiro, atendidos os pressupostos legais previstos no Estatuto do Estrangeiro, é admitida.

Capítulo 11 – Direito do Território

950. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2009) Na zona econômica exclusiva (ZEE), os Estados estrangeiros não podem usufruir da liberdade de navegação nem nela instalar cabos e oleodutos submarinos.

951. (CESPE / Advogado da União - AGU / 2009) Segundo a Convenção de Montego Bay, Estados sem litoral podem usufruir do direito de acesso ao mar pelo território dos Estados vizinhos que tenham litoral.

952. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) O mar territorial é a faixa de mar que se estende desde a linha de base até uma distância que não deve exceder doze milhas marítimas da costa e sobre a qual o Estado exerce sua soberania. A soberania do Estado marginal estende-se ao solo e ao respectivo subsolo recoberto pelas águas do mar territorial, bem como sobre o espaço aéreo acima dele situado. Porém, a soberania estatal sobre seu mar territorial é limitada em toda sua extensão pela regra consuetudinária de passagem inocente.

953. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) A zona contígua é uma faixa adjacente ao mar territorial e, em princípio, de igual largura, não podendo, contudo, exceder vinte e quatro milhas marítimas, contadas do limite exterior do mar territorial.

954. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Águas interiores são extensas áreas de água salgada, cercadas de terra, com ou sem comunicação navegável com o mar.

955. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) As instalações portuárias permanentes são consideradas como parte da costa, e suas águas estão sob a jurisdição do Estado marginal. Permitida, contudo, a entrada de um navio mercante em seus portos, o Estado costeiro não interferirá nos incidentes de bordo que não venham a afetar a ordem pública.

956. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) O limite exterior da plataforma continental coincide com o da zona

econômica exclusiva, podendo, em determinados casos, atingir o limite de trezentas e cinqüenta milhas marítimas.

957. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) O espaço aéreo situado sobre o Pólo Norte é de livre trânsito, independentemente de qualquer tratado, posto que sua superfície hídrica subjacente é alto-mar.

958. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Os Estados-partes no Tratado da Antártica renunciaram a eventuais pretensões de domínio sobre o todo ou sobre parte do continente, estabelecendo um regime jurídico de não-militarização da área, que deve ser destinada a fins pacíficos.

959. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) O regime jurídico dos fundos marinhos, determinado pela Convenção sobre Direito do Mar, é de *res nullius*, isto é, sua exploração econômica depende apenas da iniciativa de qualquer Estado interessado em apropriar-se de seus recursos naturais.

960. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) O princípio da liberdade do alto-mar é restringido apenas pela proibição da prática de atos ilícitos internacionais.

961. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) O Tratado da Lua proíbe qualquer modo de utilização militar da órbita da Terra ou de seu satélite.

962. (CESPE / Defensor Público da União - DPU / 2004) O mar territorial é bem público de uso comum, de propriedade da União, que compreende faixa de 200 milhas marítimas de largura a partir do litoral.

Para as próximas 5 questões utilize o texto abaixo:

O M/V Saiga é um navio petroleiro com pavilhão de São Vicente e Granadinas, fretado, na época dos fatos a seguir mencionados, pela empresa Lemania Shipping Group Ltd., registrada em Genebra, na Suíça. Seu capitão e a tripulação eram ucranianos e havia três senegaleses que trabalhavam como pintores no navio.

A embarcação partiu de Dakar, Senegal, em 24 de outubro de 1997, para servir de navio-cisterna, ou seja, fornecer combustível a navios pesqueiros.

Na manhã de 27 de outubro de 1997, o M/V Saiga entrou nas duzentas milhas do mar da Guiné, para prover de combustível três navios pesqueiros que teriam licença desse país para pescar nessa zona.

No dia seguinte, o navio M/V Saiga foi detido pela prefeitura de Guiné, fora de sua zona econômica exclusiva, em frente a Serra Leoa. Dois membros da tripulação foram feridos e liberados. O navio foi levado para Conakry, na Guiné, onde, com o restante da tripulação, ficou detido. O combustível a bordo foi descarregado.

Considerando o texto acima, referente ao caso M/V Saiga (São Vicente e Granadinas versus Guiné), objeto de abordagem pelo Tribunal Internacional do Direito do Mar, julgue os itens que se seguem, com base na regulamentação internacional do domínio marítimo e do espaço aéreo.

963. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2004) São Vicente e Granadinas não está habilitado a apresentar reclamações contra Guiné com relação a perdas e danos sofridos pelas pessoas e cargas a bordo do M/V Saiga, já que cada pessoa, física ou jurídica, deve reclamar por esses danos mediante proteção diplomática do Estado do qual é nacional.

964. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2004) O exercício do direito de perseguição pela Guiné pode ser considerado legítimo se restar comprovado, cumulativamente com outros pressupostos, que o M/V Saiga supria de combustível os navios pesqueiros em águas da zona contígua guineana.

965. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2004) O direito internacional permitiria o uso da força para deter o M/V Saiga, na hipótese de este navegar em águas da zona contígua guineana, desde que fossem esgotados todos os meios requeridos pelo direito e pela prática internacional e, sendo inevitável, o uso da força não colocasse em risco a segurança e a vida da tripulação.

966. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2004) Quanto às diferenças, é correto afirmar que a passagem inocente se aplica às aeronaves, mas a passagem de trânsito a elas não se aplica.

967. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2004) Para que um Estado costeiro possa explorar licitamente os recursos naturais de sua plataforma continental além das duzentas milhas até a borda exterior de sua margem continental, deve submeter sua pretensão à aprovação da Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), desde que não haja objeções da comunidade internacional e da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos.

968. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Os Estados sem litoral beneficiam-se do direito de participar, em base eqüitativa, do aproveitamento do excedente dos recursos vivos das zonas econômicas exclusivas dos seus vizinhos.

969. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O Estado não exerce soberania plena sobre as suas águas interiores, tendo em vista que, nelas, é reconhecido o direito de "passagem inocente" em favor dos navios de qualquer Estado.

970. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) Quando em trânsito por mares territoriais alheios, ou ancorados em portos estrangeiros, os navios de guerra não gozam de imunidade de jurisdição local.

971. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O Brasil ajustou o seu direito interno aos preceitos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar por meio da Lei n.º 8.617, de 1993, que reduziu a doze milhas a largura do mar territorial brasileiro e adotou o conceito de zona econômica exclusiva para as 188 milhas adjacentes.

972. (CESPE / Analista Legislativo - Câmara dos Deputados / 2002) O Brasil é signatário da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982.

973. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) O princípio do *uti possidetis* foi aplicado apenas no processo de descolonização da Ásia.

974. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) O princípio do *uti possidetis* não impede que se regulamentem fronteiras por meio de tratado.

975. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) O princípio do *uti possidetis* está presente em tratados internacionais, mas a Corte Internacional de Justiça nunca se referiu a ele.

976. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) O princípio do *uti possidetis* não se aplica a casos de disputas de fronteiras quando estas forem definidas por rios.

977. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 2009) O princípio do *uti possidetis* é típica norma *jus cogens*.

978. (CESPE / Advogado - OAB / 2008.3) Em sentido jurídico, o território nacional é mais amplo que o território considerado pela geografia política, pois abrange áreas físicas que vão além dos limites e das fronteiras ditadas por esta.

979. (CESPE / Advogado - OAB / 2008.3) O território nacional, em sentido jurídico, pode incluir navios e aeronaves militares, independentemente dos locais em que estejam, desde que em espaço internacional e sob a condição de que não se trate de espaço jurisdicional de outro país.

980. (CESPE / Advogado - OAB / 2008.3) O território nacional, em sentido jurídico, pode possuir contornos inexatos, conforme ocorre na delimitação da projeção vertical do espaço aéreo.

981. (CESPE / Advogado - OAB / 2008.3) O território, em sentido jurídico, pode ser mais ou menos abrangente, a depender de manifestações unilaterais dos Estados soberanos.

982. (CESPE / Advogado - OAB / 2007.3) A zona contígua brasileira compreende uma faixa que se estende de 12 a 24 milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial.

983. (CESPE / Advogado - OAB / 2007.3) Em sua zona econômica exclusiva, o Brasil tem o direito exclusivo de regular a investigação científica marinha.

984. (CESPE / Advogado - OAB / 2007.3) É reconhecido aos navios de todas as nacionalidades o direito de passagem inocente no mar territorial brasileiro.

985. (CESPE / Advogado - OAB / 2007.3) O mar territorial brasileiro compreende uma faixa de duzentas milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha de base.

Gabarito

950	**E**	**959**	**E**	**968**	**C**	**977**	**E**
951	C	960	C	969	E	978	C
952	**E**	**961**	**E**	**970**	**E**	**979**	**E**
953	E	962	E	971	C	980	C
954	**E**	**963**	**E**	**972**	**C**	**981**	**C**
955	C	964	C	973	E	982	C
956	**C**	**965**	**C**	**974**	**C**	**983**	**C**
957	C	966	E	975	E	984	C
958	**E**	**967**	**E**	**976**	**E**	**985**	**E**

Comentários

950. Errado. Na Zona Econômica Exclusiva o Estado possui direito exclusivo unicamente à exploração comercial dos recursos marinhos e dos fundos marinhos, **não abrangendo, entretanto, a exploração do solo ou subsolo feita a partir do continente de outro Estado**, como a fixação de cabos submarinos que saiam de um Estado em direção a terceiro.

951. Correto. Trata-se de previsão vaga, mas existente na Convenção. Segundo a jurisprudência internacional, entretanto, não há um direito de servidão, devendo o acesso decorrer de negociações entre os Estados.

952. Errado. O direito de passagem inocente **não limita a soberania do Estado territorial** em toda a sua extensão, pois o Estado costeiro pode adotar medidas em relação à defesa e sua segurança, de sua ordem pública e interesses fiscais, podendo ainda verificar se foram preenchidos os requisitos para a admissão de navios estrangeiros em suas águas territoriais.

953. Errado. A zona contígua compreende uma área de igual largura do mar territorial. Dessa forma, possui um alcance de 12 milhas marítimas contadas do limite exterior do mar territorial, ou vinte e quatro milhas marítimas contadas da linha de base.

954. Errado. As águas interiores tratadas pela Convenção de Montego Bay são aquelas **com comunicação com o mar**, como golfos e baías.

955. Correto. Não há imunidade para navios mercantes, mas é costume a não interferência, salvo em incidentes de bordo que afetem a ordem territorial.

956. Correto. Como regra, o limite exterior da plataforma continental é idêntico à da zona econômica exclusiva, ou seja, duzentas milhas a partir da linha de base (linha da costa na maré baixa), mas caso o Estado comprove cientificamente que a plataforma continental tem extensão maior que duzentas milhas, poderá pleitear sua ampliação, até o limite de trezentos e cinquenta milhas marítimas.

957. Correto. O Pólo Norte não é ligado por laços de soberania a qualquer nação e, dessa forma, é livre a navegação civil e militar.

958. Errado. Em verdade, o Tratado da Antártica estabelece que **nenhum** de seus Estados renuncia a eventuais pretensões de domínio, nem tampouco reconhece pretensões dos demais. A segunda parcela da questão, é bom asseverar, está correta. O uso da Antártica deve ser não-militar e para fins pacíficos.

959. Errado. Os fundos marinhos são **patrimônio comum da humanidade**. Sua exploração é regulamentada pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, criada pela Convenção de Montego Bay de 1982.

960. Correto. Todos os Estados devem colaborar na repressão da prática de ilícitos internacionais, tais como o tráfico de drogas e escravos, a pirataria e as transmissões não autorizadas.

961. Errado. O Tratado da Lua compreende apenas o espaço sideral e corpos celestes, não abrangendo, entretanto, a órbita terrestre.

962. Errado. O mar territorial é a parcela do mar sob a soberania do Estado, tendo definida pela Convenção de Montego Bay a largura de 12 milhas marítimas da linha de base.

963. Errado. O fato de determinado navio estar fretado por empresa constituída em determinado Estado não altera sua bandeira, que segue sendo aquela da origem da embarcação. Assim, São Vicente e Granadinas está habilitado a apresentar reclamação contra Guiné.

964. Correto. O direito de perseguição somente quando o navio supostamente infrator estiver nas águas interiores, nas águas arquipélagas, no mar territorial ou na zona contígua, somente podendo continuar para fora dessas zonas se a perseguição não tiver sido interrompida (*hot persuit*).

965. Correto. Trata-se de aplicação do princípio geral de Direito Internacional Público segundo o qual o uso da força somente é admitido quando outras formas de solução mostrarem-se ineficientes e, em qualquer hipótese, o Estado tem o dever de evitar todo dano possível e desnecessário.

966. Errado. O direito de trânsito, definido como o direito de liberdade de navegação e sobrevoo exclusivamente para fins de trânsito contínuo e rápido pelo estreito entre uma parte do alto mar ou de uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e uma outra parte de alto mar ou ZEE, aplica-se tanto a navios como a aeronaves.

967. Errado. A Convenção de Montego Bay prevê a possibilidade de ampliação da plataforma continental dos Estados para o bordo exterior da margem continental, limitado a 350 milhas da linha de base, sendo necessário, para tanto, que o Estado submeta sua pretensão, junto com estudos científicos comprovando os limites da plataforma continental, à CLPC. Não há previsão, contudo, de possibilidade de objeção da comunidade internacional ou da Autoridade.

968. Correto. Cuida-se da previsão constante no artigo 69 da Convenção de Montego Bay de 1982 sobre Direito do Mar.

969. Errado. As águas interiores são consideradas território do Estado, estando sob sua plena soberania e inexistindo direito de passagem inocente.

970. Errado. Ao admitir o navio de guerra estrangeiro em seu território, mar territorial ou portos, o Estado deve respeitar a imunidade de jurisdição de que gozam.

971. Correto. A Lei n.º 8.617/93 conceitua mar territorial, zona contígua e zona econômica exclusiva nos mesmos termos da Convenção de Montego Bay de 1982 sobre Direito do Mar, revogando a legislação anterior.

972. Correto. O Brasil assinou a convenção de Montego Bay de 1982, sendo confirmada pelo Legislativo através do Decreto Legislativo 5/1987 e promulgada pelo Decreto 99.165/1990.

973. Errado. O princípio *uti possidetis ita possideatis*, segundo o qual as fronteira já existentes mantém-se (ou "aquilo que possuís, continuareis possuindo") foi largamente utilizado nos processos de descolonização da América Latina.

974. Correto. O princípio *uti possidetis* é nada mais que a manutenção das coisas como elas estão. Nada impede, contudo, que os Estados envolvidos disponham de forma diversa.

975. Errado. A Corte Internacional de Justiça reiteradamente menciona o princípio *uti possidetis* ao decidir sobre litígios

envolvendo fronteiras, dando a este a denominação de "efetividades".

976. Errado. O princípio do *uti possidetis* é aplicável de forma irrestrita, primando pela manutenção do estado das coisas, independentemente do tipo de fronteira natural ou jurídica que esteja em jogo.

977. Errado. Nos termos da Convenção de Viena de 1969, as normas de *jus cogens* são **normas imperativas** de Direito Internacional, amplamente reconhecidas por toda a comunidade internacional, como norma **da qual nenhuma derrogação é permitida**. Atualmente, apesar de se tratar de matéria controvertida, a Doutrina tende a reconhecer como normas de *jus cogens* a proibição à pirataria, ao genocídio e à tortura. O princípio do *uti possidetis*, por sua vez, tem ampla aplicação e aceitação, mas **pode ser derrogado pela simples via do tratado**, o que lhe retira a característica de imperatividade.

978. Correto. O território nacional, definido como a área sob a soberania estatal, alcança áreas além das fronteiras geográficas, como, por exemplo, navios de guerra em alto mar ou em águas e portos estrangeiros.

979. Errado. Navios e aeronaves militares, ainda que em espaço jurisdicional de outro país, não se submetem a sua soberania, sendo considerados território nacional do Estado de origem.

980. Correto. A título exemplificativo, o espaço aéreo possui como limite superior o local onde termina a camada atmosférica, a qual, obviamente, só pode ser definida caso a caso.

981. Correto. A delimitação de território depende, em grande medida, daquilo que o próprio Estado sustenta ser seu território, unilateralmente.

982. Correto. Trata-se de previsão constante na Convenção de Montego Bay de 1982 sobre Direito do Mar. Essa faixa **não integra o território**, mas ao Estado é facultado o exercício de seu poder de polícia, de modo a garantir a segurança nacional, fiscalizar o cumprimento de normas alfandegárias, sanitárias e ambientais, bem como prevenir a entrada de clandestinos.

983. Correto. Na ZEE o Estado exerce poder soberano no que diz com a exploração comercial dos recursos marinhos e dos fundos marinhos, bem como naquilo que toca à preservação dos recursos naturais dessa região.

984. Correto. O direito de passagem inocente é assegurado pela Convenção de Montego Bay de 1982, considerando-se “inocente” a passagem que não seja prejudicial à paz, ao bem ou à segurança do Estado costeiro, e que ocorra rápida e continuamente.

985. Errado. Segundo a Convenção de Montego Bay, de 1982, da qual o Brasil é signatário, o mar territorial abrange a faixa que dista 12 milhas marítimas da linha de base. Até 200 milhas marítimas da linha de base está a **Zona Econômica Exclusiva, que não é considerada território do Estado costeiro.**

Capítulo 12 – Responsabilidade Internacional

986. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) O Estado que praticar um ilícito a um membro de organização internacional deverá a esta uma reparação adequada.

987. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) A noção de responsabilidade internacional dos Estados fundamenta-se no princípio segundo o qual os compromissos assumidos devem ser mantidos e o mal injustamente causado deve ser reparado.

988. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Em matéria de responsabilidade internacional, a regra é a da culpa objetiva.

989. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Um sujeito de direito internacional vitimado por dano moral pode pleitear reparação.

990. (CESPE / Consultor Legislativo - Área 18 - SENADO / 2002) Nos casos em que o dano causado por omissão do Estado em diligenciar medidas após a execução do ato lesivo, sua responsabilidade engloba a reparação do dano causado pelo ato ilícito, bem como pela omissão total ou parcial dessas medidas.

991. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2007) A responsabilidade de um sujeito de direito internacional decorre, necessariamente, de atos ilícitos.

992. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2007) A responsabilidade internacional enseja a reparação de danos tanto da parte do agente causador quanto da parte do Estado do qual esse agente se origine.

993. (CESPE / Juiz Federal - TRF5R / 2007) A responsabilidade internacional se resolve, como regra geral, em reparação de natureza civil e, em casos excepcionais, em sanções penais.

994. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2008) A Convenção das Nações Unidas sobre Responsabilidade Internacional dos Estados por Atos Ilícitos originou-se de um projeto de artigos elaborado pela Comissão de Direito Internacional da ONU.

995. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2008) A Corte Internacional de Justiça já estabeleceu, em seus julgados, que as garantias de não-repetição são conseqüências jurídicas possíveis de um ato ilícito internacional.

996. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2008) A legítima defesa, uma das circunstâncias excludentes da ilicitude no direito internacional, tem seus limites regulados pela Carta das Nações Unidas.

997. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2008) O reconhecimento do ilícito é uma das formas de compensação previstas no direito internacional.

998. (CESPE / Analista de Comércio Exterior - MDIC / 2008) A Convenção sobre Responsabilidade Internacional por Danos Causados por Objetos Especiais, da qual o Brasil é parte, estabelece o princípio da responsabilidade absoluta.

999. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 1997) Deixar de proporcionar a estrangeiros, no seu território, proteção especial e diferenciada, em relação a seus nacionais constitui ilícito internacional passível de responsabilização.

1000. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 1997) O Estado cujo poder judiciário emita decisão contrária a norma incontrovertida do direito internacional positivo estará violando referida norma internacional, ato pelo qual poderá ser responsabilizado.

1001. (CESPE / Procurador do BACEN - AGU / 1997) O Estado não pode, sob pena de responsabilização, invocar contra outro Estado dispositivo da sua própria Constituição para esquivar-se de obrigação que lhe incumbe em virtude de norma internacional.

Gabarito

986	**C**	**990**	**E**	**994**	**E**	**998**	**C**
987	C	991	E	995	C	999	E
988	**E**	**992**	**E**	**996**	**C**	**1000**	**C**
989	C	993	C	997	E	1001	C

Comentários

986. Correto. O conceito de responsabilidade internacional dos Estados e seus elementos (a prática de um ato ilícito internacional imputável a um Estado que cause prejuízo a uma vítima sujeito de direito internacional, gerando o dever de reparar o dano), consagrados na decisão de 1928 da Corte Permanente de Justiça Internacional relativa à Fábrica de Chorzow, aplicam-se também às organizações internacionais, que podem ser responsabilizadas pela prática de um ilícito internacional ou figurarem como vítimas, fazendo então jus a uma reparação, tal como foi determinado pela Corte Internacional de Justiça no parecer consultivo de 1949 sobre reparações à ONU pelo assassinato de seu mediador, Folke Bernardotte, na Palestina.

987. Correto. A **responsabilidade internacional** dos Estados alicerça-se no princípio do *pacta sunt servanda* e na presença de um **ato ilícito imputável a um sujeito de direito internacional que gere dano a outra personalidade de direito das gentes**, daí decorrendo o dever de reparação, fórmula esta consagrada na decisão de 1928 da Corte Permanente de Justiça Internacional sobre a Fábrica de Chorzow, relativa aos interesses alemães na Alta Silésia.

988. Errado. A responsabilidade objetiva possui **caráter excepcional** em direito internacional, implicando, para a sua existência, na conjunção de dois fatores: a) previsão em uma convenção internacional e b) atividade de risco. Atualmente, **existem tratados prevendo a responsabilidade objetiva dos Estados nas áreas de meio ambiente, atividades nucleares e atividades espaciais**.

989. Correto. O dano causado à vítima do ilícito internacional pode ser de cunho moral, devendo a reparação corresponder ao dano. A

primeira vez que um tribunal reconheceu o pedido de danos morais em ilícito internacional ocorreu no caso relativo às viúvas do navio americano Lusitana, em 1923, que fora bombardeado pela Alemanha. É importante lembrar que existem três formas de reparação: a *restitutio in integrum*, que busca o retorno ao *status quo ante*, se possível; a satisfação, que é justamente uma reparação de cunho moral, como um pedido de desculpas; e a compensação, que tem caráter pecuniário.

990. Errado. A jurisprudência internacional, firmada na decisão do tribunal arbitral para o caso Alabama, de 1872, determina que a indenização justa **não inclui os chamados danos indiretos**, mas tão-somente aqueles que resultaram de forma imediata do cometimento do ilícito.

991. Errado. Embora o **regime ordinário** de responsabilidade internacional baseie-se no **ato ilícito**, o regime da **responsabilidade internacional objetiva, de caráter excepcional, abarca condutas lícitas** mas que, por suas características, apresentam elevado risco para a comunidade internacional, tais como as áreas de atividade nuclear, lançamento de objetos espaciais e meio-ambiente. Para a configuração da responsabilidade objetiva, é necessário que haja também a sua previsão em convenção.

992. Errado. A responsabilidade internacional é atribuída à pessoa jurídica detentora de personalidade jurídica de direito internacional, ou seja, Estados e organizações internacionais, o que significa que os agentes do Estado causador do dano não responderão em caráter pessoal pela violação internacional, pois quem o fará será o Estado, podendo se aventar, no máximo, uma posterior ação regressiva deste contra o agente que deu causa ao ilícito.

993. Correto. A responsabilização internacional de Estados, via de regra, culmina em obrigações de fazer e de pagar, com o escopo de reparar os danos causados ou indenizar pelos danos irreparáveis. A responsabilidade internacional penal de Estados, por sua vez, é tema altamente controverso, não sendo irrelevante a parcela da doutrina que aduz inexistir possibilidade de responsabilização penal dos Estados. Não se pode olvidar, contudo, a responsabilidade penal internacional dos indivíduos, pelos atos previstos no Estatuto de Roma (genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e crimes de agressão – este último pendente de regulamentação). De toda sorte, a regra em

Direito Internacional é a responsabilidade civil, possuindo, a responsabilidade penal, papel secundário.

994. Errado. A Comissão de Direito Internacional da ONU efetivamente elaborou um projeto de artigos sobre responsabilidade internacional dos Estados. Todavia, esse projeto não foi, até o momento, apresentado como proposta para elaboração de uma Convenção sobre o tema.

995. Correto. A Corte Internacional de Justiça estabeleceu, em seus casos Lagrand (Alemanha *versus* Estados Unidos, 2000) e Avena (México *versus* Estados Unidos, 2003), que as garantias de não repetição podem fazer parte das obrigações do Estado responsabilizado. Ambos os casos eram referentes a nacionais dos Estados autores que se encontravam no corredor na morte em prisões americanas e que não tiveram acesso à assistência consular, conforme previsto na Convenção de Viena de 1963 sobre Relações Consulares.

996. Correto. A legítima defesa é a **única** excludente de ilicitude consagrada na Carta da ONU, e implica uma reação proporcional à agressão sofrida pelo Estado vítima, podendo ser individual ou coletiva, nos ditames do art. 51 da carta.

997. Errado. O direito internacional reconhece três formas de reparação: a) *restitutio in integrum*, que implica a volta à situação anterior à da violação, se possível; b) satisfação, que é uma declaração de cunho moral, como um pedido formal de desculpas; e c) compensação, que implica o pagamento de indenização. Assim, o mero reconhecimento do ilícito não configura, por si só, espécie de reparação, podendo se transformar em satisfação caso venha acompanhado de um pedido formal de desculpas.

998. Correto. A referida convenção passou a vigorar no Brasil em 1973 e estabelece, em seu art. 2º, que um **Estado lançador será responsável absoluto** pelo pagamento de indenização por danos causados por seus objetos espaciais na superfície da Terra ou a aeronaves em vôo. Esta convenção é um exemplo de aplicação excepcional da responsabilidade de caráter objetivo no âmbito do direito internacional, que exige como requisitos previsão em tratado e atividade de risco.

999. Errado. Embora o direito internacional tenha convivido no passado com tal concepção, que visava proteger os estrangeiros em Estados que dificilmente respeitavam a dignidade de seus próprios cidadãos, a idéia de que um Estado deve oferecer proteção diferenciada ao estrangeiro encontra-se já ultrapassada. No atual estágio de desenvolvimento dos povos e do próprio direito internacional, o que se demanda de um Estado é que ele ofereça um **tratamento de caráter igualitário e não-discriminatório** entre seus nacionais e estrangeiros.

1000. Correto. O Estado é responsável pela ação de seus órgãos ou poderes. Proferir decisão contrária à norma incontrovertida de direito internacional, tal como uma convenção, equivale a denegação de justiça por parte do Poder Judiciário, podendo levar à responsabilização do Estado.

1001. Correto. Para se apurar a ilicitude de um ato cometido por um sujeito de direito das gentes, parte-se da análise do direito internacional, e não do direito interno, o que significa que não se pode excluir a ilicitude do ato no âmbito internacional em razão de sua licitude na esfera nacional.

Bibliografia

ARÉCHAGA, Eduardo Jiménez; ARBUET-VIGNALI, Heber; RIPOLL, Roberto Puceiro. **Derecho internacional público: princípios, normas y estructuras, Tomo I.** Montevideo: FCU, 2005. 533 p.

ARÉCHAGA, Eduardo Jiménez; ARBUET-VIGNALI, Heber; RIPOLL, Roberto Puceiro. **Derecho internacional público: princípios, normas y estructuras, Tomo II.** Montevideo: FCU, 2008. 473 p.

BORGES, José Souto Maior. **Curso de direito comunitário: instituições de direito comunitário comparado: União Europeia e Mercosul.** 2 Ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 698 p.

CRUZ, Flávia Machado. **Direito internacional público.** Niterói: Impetus, 2010. 252 p.

MAGALHÃES, José Carlos de. **Direito econômico internacional.** Curitiba: Juruá, 2005. 368 p.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público: curso elementar.** 12 Ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 429 p.

VARELLA, Marcelo Dias. **Direito Internacional Público.** 2 Ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 478 p.